

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM XLII

*Historia da
Civilização Brasileira*

N.º 4



SÃO PAULO - 1944

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Toda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Caixa Postal 105-B, S. Paulo, Brasil.

The "Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo" are edited by the different departments of the Faculty.

All correspondent should be addressed to the Department concerned, Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Reitor:

Prof. Dr. Jorge Americano

Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Prof. Dr. André Dreyfus

Secretário:

Luiz Pinto e Silva

CADEIRA DE HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Catedrático:

Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior

1.º assistente:

Prof. Odilon Nogueira Matos

Assist. extra-numerario:

Prof. Maxim Tolstoi Carone

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

XLII

História da Civilização
Brasileira N. 4



1944

XLII

História da Civilização Brasileira

N.º 4

**Amador Bueno
e a
Evolução da psicologia planaltina**

por

Alfredo Ellis Junior

1944

AMADOR BUENO E SUA ESTIRPE

“A RESPEITO DE QUESTÕES HISTÓRICAS DE ANTIGAS ÉRAS, SOBRETUDO MUITO SE GUIOU O LINHAGISTA PELAS VERSÕES DE FONTE PATERNA; DA VIVAZ INTELLIGENCIA E RECTIDÃO DE CONCEITOS DE BARTHOLOMEU PAES FAZIA O MAIS ELEVADO E ALIÁS JUSTO CONCEITO”. — Professor *Taunay* — Pref. da “*INFORMAÇÃO SOBRE AS MINAS DE SÃO PAULO*”, 38 — *Pedro Taques*.

“APEZAR DE PAULISTA ATE’ A RAIZ DOS CABELLOS, SENTE-SE TAMBEM LUSITANO ATÉ O INTIMO DE SEU CORAÇÃO, ADMIRADOR INCONDICIONAL DE SEU REI E SEU GOVERNO”. — Professor *Taunay* — Pref. da “*INFORMAÇÃO SOBRE AS MINAS DE S. PAULO*”, 50 — *Pedro Taques*.

PROVEM MUITAS ASSERÇÕES DE PEDRO TAQUES DA TRADIÇÃO ORAL, DAS INFORMAÇÕES QUE DO PAI E DOS PARENTES, PESSOAS DA MAIOR SITUAÇÃO SOCIAL, HAURIRA, COMO POR EXEMPLO, A INTEPRETAÇÃO QUE, EM 1698, AOS PAULISTAS DERA O CAPITÃO GENERAL ARTHUR DE SA E MENEZES RELATIVA ÀS INSTRUÇÕES DE D. PEDRO II, ACERCA DA DEVASSA DOS SERTÕES. “*INFORMAÇÃO SOBRE AS MINAS DE S. PAULO*”, *Pedro Taques*, 38 — Prefacio do Prof. *Taunay*.

P R E F A C I O

Eu fui educado, como de resto todos os da minha geração, sob a falsa comédia de lealdade de Amador Bueno, que as penas solitárias de Pedro Taques e de Frei Gaspar haviam disseminado. (1)

Logo, na minha tenra infância, me ensinaram a tal lenda de que Amador Bueno o meu glorioso antepassado, ao ser aclamado pela turba, açulada pelos fidalgos espanhóis, seus genros, D. Francisco e D. Juan de Rendon de Quebedo, que tentavam um golpe de reacção espanhola, contra a Restauração portuguesa, a qual vinha de ser efetuada em Lisboa, havia, por lealdade, gritado, em resposta, aos que o aclamavam com os brados de:

“VIVA AMADOR O NOSSO REI”, com a tinitroante replica de:

“VIVA D. JOÃO IV, PELO QUAL DAREI A VIDA”. (2)

Na minha infância, seria natural que tal lenda inverosimil, me satisfizesse, e chegasse mesmo a seduzir o meu incipiente espirito, bem como os da minha geração, que cristalizaram essa lenda de lealdade, formando com ela, as respectivas mentalidades. Amador, com isso, foi transformado em simbolo e elevado a az planaltino do seiscentismo.

Entretanto, quando eu atingi edades, em que o raciocínio se faz mais maduro e a credence não se satisfaz com contos de carochinha, requerendo investigação mais convincente para adotar determinados pontos de vista, fiz varios paralelos, que, aos poucos, destruíram a ingenuidade, com a qual eu interpretava esse fenómeno

- (1) Eu nada inovo, ao julgar dessa forma os escritos de Taques, pois, já Paulo Prado, ao escrever quinze anos atraz o Prefácio do seu brilhante “Paulistica” teve pensamentos como os meus, a esse respeito, manifestados nas seguintes palavras:

“A historia de S. Paulo, nos velhos cronistas, é talvez mais imaginosa do que exacta.

Taques e Frei Gaspar codificaram por assim dizer a legenda que tem constituido grande parte do passado paulista. Atufados nos detalhes eruditos e nobiliarchicos, nessas cronicas aparecem como figuras de lenda João Ramalho, Tebirica, Raposo Tavares, Amador Bueno, etc.”

Por aí se ve, não ter eu senão palmilhado caminho, já desbravado. Isso diminui muito a minha ousadia em me colocar na posição de critico dos dois

do nosso passado. Sabendo bem o que havia significado a conjuração mineira, eu homenageava, com todo o calor da minha sinceridade, o papel representado pelos brasileiros, na horrorosa tragédia, em que o proto-martir fora o aureolado protagonista. Odiei, com vigor, as soturnas figuras de Silvério dos Reis, de Barbacena, de Luiz de Vasconcellos e de outros portugueses! E' imutil' dizer que foi com paixão incontida, que admirei os consagrados Claudio, I homaz e Alvarenga etc. Estudei, com avidez a tragédia imortal de Felipe dos Santos! Aprendi a abominar a causa horrenda dos Assumar e da que, em S. Paulo, era representada por D. Rodrigo Cesar! Entronizei os irmãos Leme e não pude deixar de relacionar essas vítimas, que na minha mentalidade eram mártires de um psicologia que ora a da causa crioula a do nativismo, essa que eu havia perfilhado, com entusiasmo contra a dos reinóis, que se resumiam na despótica opressão e na tirania sangue-suga. Então, um jorro de luz se projetou no meu cerebro! Era uma contradição! A causa, que nós homenageavamos na pessoa de Amador Bueno, era a mesma, que abominávamos com Silvério dos Reis, com os Emboabas, com os Assumar, os Caldeira Pimentel e outros que representavam o Reino hematofago e tirânico, enquanto que o povo, que aclamava Amador Bueno, gritava á voz colonial, este, com a sua recusa, se afinava pela causa, que os governantes lusos, fizeram sua, desde o famoso Salvador Correia de Sá, que em 1648, desertando, no Nordeste, a causa brasileira, ia se bater pelo interesse português, em Angola, até Gomes Freire, Luiz do Rego, Miranda Montenegro, Conde de Arcos e Oyenhausen, o reacionário.

Como se poderia encarecer o gesto de Amador, ao lado da diretriz traçada pela causa reinol? Ao se engrinaldar a lealdade de Amador Bueno, não estavam nós a endeusar a causa do Reino, contra a mesma linha, mais tarde sustentada no campo da tragédia horrenda pelos massacrados no Capão da Traição, ou pelos olindenses, na sua luta, contra os mascates reinóis, ou ainda, por Tiradentes, no alto da força, onde foi arrastados pelos áulicos e apaniguados de D. Maria I. ou ainda pelos portugueses brandindo as gar-

únicos cronistas setentistas do passado planaltino, deles duvidando, bem como qualificando o seus relatos de lendas veiculadas pela tradição oral, que caminhava, se adulterando em cada geração, progressivamente, até chegar ao linhagista completamente desvirtuada e irreconhecível.

- (2) Eu sou descendente de Amador Bueno, tando do meu lado paterno, como do materno, sendo o nome Bueno conservado até o meu avô, o Visconde da Cunha Bueno.

Tanto meu pai, como minha mãe eram nêtos de um tri-nêto de um bis-nêto de Amador Bueno, isso quer dizer que eu tenho nove gerações de per-meio, figurando duas vezes, isto é, pela via paterna e pela via materna, até Amador Bueno, (Silva Leme, "Genealogia Paulistana", vols. I, III e V, Aureliano Leite, "O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas").

rafadas contra os crioulos, na famosa noite de que resultou a abdicção?

Alem dessa contradição, a qual crescendo na minha cerebração, me fez pesquisar, analisar e me aprofundar na reconstituição desse episódio, buscando furiosamente a verdade que viesse satisfazer a minha curiosidade atormentada pela dúvida, ainda havia uma interrogação, que suplementava a avidez, que eu duvidava e que completava a incerteza que eu vinha trilhando no processo da formação da alma nacional.

Eu me fazia a seguinte pergunta?

Por que se deu a nossa independência de Portugal? Foi por que havíamos adquirido uma alma, uma consciência ou uma mentalidade própria, crioula, diferente da de Portugal.

Isso seria curial!

Uma série de circunstâncias, vigentes através de anos, havia concretizado a alma nativa, já bem diferente da de Portugal. Quando esse processo psicológico, moral, sentimental, etc., se havia completado, determinou ele a separação política, a qual só teve lugar, depois que, a formação referida se fez. Nenhum povo proclama a sua separação política, sem que haja ultimado previamente a formação da sua consciência nacional constituída do complexo moral, psicológico, sentimental, etc., que é a sua alma, ou o seu espirito, etc..

Se, porventura, um agregado humano qualquer realizar política e teatralmente a sua independência, sem possuir previamente uma alma, esse movimento fatalmente fracassará, quando faltar a força, que tiver servido de base, para que essa independência aparente tenha tido lugar.

Sendo assim, naturalmente houve uma prévia elaboração de uma alma nativa brasileira, a qual antecedeu a famosa jornada das "MARGENS PLACIDAS". Quando teria tido início a formação dessa alma brasileira? Teria tido o processo formador da mentalidade nacional, separada da de Portugal começado em 1789, com a conjuração mineira? Mas então, a alma nacional teria demorado 250 anos, ou dois séculos e meio, para se formar! Por quê essa lentidão, quando vemos, sentimos e podemos observar nos processos de assimilação dos elementos estrangeiros, que, ingressaram no nosso corpo étnico, que em uma geração apenas, isto é em menos de meio século, essa assimilação se dá? Por que, então, o mesmo não se teria sucedido com o elemento português colonizador, nos dois primeiros séculos? Sim, por que afinal, o processo de acrioulamento, ou de nacionalização não se teria dado ainda, uma vez que se tenha dado já a assimilação, isto é transformação psicológica, sentimental, moral, etc., do elemento europeu, em americano, do português, em brasileiro, do reinol, em colonial ou crioulo? A assimilação do exótico, em nossos dias, não é outra cousa. Então, porque não aplicar ao reinol dos primeiros séculos, o que podemos ver, sentir e observar, nos nossos dias? Se o fizermos, vamos verificar que, o

acrioulamento, ou a nacionalização do elemento português, não teria levado tanto tempo, pois o que hoje nos ensina a observação, é que isso exige apenas algumas décadas. Igual conclusão nos fornece uma observação do que aconteceu às Treze Colônias, anglo-americanas. Lá, a colonização inglesa se iniciou em 1607, na Virgínia e em 1620, na Nova-Inglaterra, isto é 75 e 88 anos, depois que, Martim Afonso começou a colonizar o Brasil. Entretanto, lá, a independência, se realizou em 1776, isto é 169 anos, em relação à Virgínia e 156, em relação à Nova Inglaterra, depois que, teve início a colonização. Isso quer dizer que, para a formação da alma norte-americana, foi preciso, apenas, um século e meio. Não seria curial que, o mesmo fenómeno tivesse tido lugar aqui, com pequenas alternâncias, em razão de diversidades? Entretanto, o que nos mostram os cronistas, sob as luzes dos quais formamos, os da minha geração eieu a nossa mentalidade? Esses cronistas, nos mostram que, o Brasil levou, não, apenas século e meio, como as Treze Colônias anglo-americanas, mas sim quasi três séculos, isto é o dobro. Por quê essa disparidade tão acentuada? Não seria muito mais natural que, tivéssemos {demorado, mais ou menos, o mesmo lapso de tempo para nos acrioularmos, ou formarmos a nossa mentalidade nativa que os anglo-americanos? Por que levamos, muito mais tempo que os anglo-americanos, no processo da nossa independência? Sim, pois eu me recuso a admitir que, os anglo-americanos sejam superiores a nós, a ponto de passar pela vida colonial a metade do tempo do que nós fo} exigido. Os hispano-americanos também, em regra, se fizeram independentes antes que nós. Será que esse atrazo, em relação a todos, significa qualquer coisa de inconfessavel? Não. Prefiro admitir que, os nossos capítulos, históricos não têm sido bem vistoriados e temos sido mistificados, pelos intérpretes do nosso passado, que nos tem levado a concluir uma cousa, quando foi outra muito diversa e muito mais lisongeira para a nacionalidade brasileira o que realmente aconteceu.

Dai, a necessidade absoluta de uma retificação na interpretação dos capítulos da nossa história.

Essa situação interrogativa veiu se sobrepor à que eu havia chegado, na reflexão inicial acima e dai eu concluí que, o nosso passado estava sendo muito mal contado, dando uma idéia muito pouco verídica do que se tinha passado. Deveria haver qualquer cousa torta no que me haviam ensinado os cronistas do nosso passado.

Foram esses raciocínios, que fizeram me aprofundar no estudo da elaboração da consciência nacional e deram corpo à suspeita de que a aclamação de Amador Bueno havia sido um acontecimento muito diferente, cheio de muito mais importância histórica, reveladora de um estado psicológico popular muito mais sério, do que faziam crer os escritos de Pedro Taques e de Frei Gaspar.

O que as simples lendas, veiculadas até os nossos dias, pelas penas dos dois cronistas setecentistas, era muito diverso do que se vinha pensando, pois tudo nos levava à convicção de que, em Abril de 1641, a psicologia do povo planaltino vinha evidenciar um estado de alma que atingia a maturidade e bem separado do que teria existido em Portugal. Não teria sido possível a ocorrência do que nos relatam Pedro Taques e Frei Gaspar. De fato, um simples raciocínio nos determina essa conclusão, que se faz, cada vez mais arraigada no meu cérebro (1). Vejamos. O movimento da aclamação de Amador Bueno, esse que eu considero como o primeiro sinal de vida do nosso acrioulamento nativo, ou da elaboração do processo da nossa independência psicológica, sentimental, moral, etc., que sempre deve anteceder a independência política, teve lugar 109 anos, depois de ter Martin Afonso, em 1532 iniciado aqui a colonização. Isso quer dizer que, o processo de acrioulação ou de transformação do reino em nacional, ou ainda da assimilação do português, exigiu, entre nós, no Planalto, 109 anos de gestação. Na Nova Inglaterra, onde havia muito menos isolamento do que no Planalto e portanto o acrioulamento devia se fazer com muito mais lentidão, a separação psicológica, sentimental, moral, etc., da Inglaterra se deu em 156 anos.

Eis que, o movimento da aclamação de Amador Bueno surgia, aos meus olhos, sob nova feição, dotado de muito mais significação, satisfazendo a curiosidade científica dos que buscam no passado, explicações para certos acontecimentos, etc., dando uma solução muito mais lógica e lisongeira para a trajetória do povo brasileiro, pelos séculos, como encontrando uma situação, que se enquadrava muito mais, no nosso raciocínio, sempre ávido de soluções enge-

-
- (1) Sobre o reinolismo de Pedro Taques e de Frei Gaspar, Paulo Prado, no seu "Paulística", 95, diz; confirmando o que penso desses dois vultos :

"Os dois vultos de cronistas paulistas que se destacam nesse período de crassa ignorância e atrazo provam de sobejo a inferioridade intelectual da época, com as suas preocupações nobiliarchicas e cortezans a que tudo subordinavam."

Ora, se esses dois escritores setentistas subordinavam tudo às suas preocupações cortesans e nobiliarquicas, os seus relatos sobre a vida planaltina, não merecem a fé cega, que os nossos ortodoxos conservadores a eles dedicam. Ao interpretarmos esses legados dos dois cronistas planaltinos, precisamos dar o necessario desconto, que compense as tendências e preocupação, que faziam com que Taques e Frei Gaspar adulterassem a verdade histórica, pois eles tinham em mente a idéia de serem agradáveis à Metrópole. O prof. F. Taunay não ensina que, o linhagista era português até o intimo coração? ("Inf. sobre as minas de S. Paulo", 50).

E' exatamente o que eu afirmo!

Ve-se, por aí que, nada inovol!

Outros, de muito mais coturno e autoridade, já isso ensinavam.

Eu aprendi e' applico.

nhosas, mas racionais, para os diferentes problemas, que a História nos obriga. Com isso, eu mais me aprofundei no assunto, chegando, com imensa facilidade, a obter novas achegas confirmatórias do meu raciocínio.

A lenda romântica de Pedro Taques, a propósito da aclamação de Amador Bueno, obrigava a ser o povo planaltino um agrupamento extremamente leal a Portugal.

Entretanto eu encontrei prova documental, exatamente do contrário. Eis a famosa carta de D. João de Lencastre, dirigida, a 7 de janeiro de 1700, da Baía, a D. Pedro II, rei de Portugal (Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo, V. 295), em que se vê um pedacinho de ouro, como este:

“... MORADORES, POIS ESTES TEM DEIXADO, EM VARIAS OCASIÕES, SUSPEITOS A SUA FIDELIDADE, NA POUCA OBEDIENCIA COM QUE OBSERVAM AS LEIS DE V. Mde.....”

Isso só, já não seria bastante para evidenciar a pouca devoção, que os planaltinos dedicavam ao monarca português? Há mais, porem, a confirmar o pensamento da carta acima:

Em 1643, a 3 de Outubro, mandava, por um alvará, D. João IV, que, os jesuítas fossem reintegrados no Planalto e seus bens lhes fossem restituídos, esses que lhes haviam sido confiscados, com a expulsão deles do Planalto.

Entretanto, essa medida legal não foi obedecida pelos planaltinos!

Bela lealdade!

Em 1647, o mesmo D. João IV baixa novo alvará, concedendo o perdão para o que haviam tomado parte na expulsão dos jesuítas em 1640. O povo planaltino não se importou com essa medida real, não realizando de modo algum a condição para o perdão, a qual consistia na reintegração jesuítica que o rei português desejava obter por meios suastórios.

Entretanto, os planaltinos não acataram nem esta segunda medida real em relação aos jesuítas.

Belíssima lealdade, a dos planaltinos!

Já anteriormente, a haver eu chegado a essa conclusão, isto é, que não havia nenhuma lealdade do povo do Planalto para, com Portugal, eu tinha estudado os sapientísimos ensinamentos do Professor Taunay, que é um dos intelectuais a quem mais devo na formação da minha mentalidade e quem eu considero como o “primus inter pares” dos que nos oferecem preciosos relatos da vida seiscentista de S. Paulo. O eminente mestre ensina, no seu magnífico livro: “Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo”, I, 166, que:

“... DO ALTO DE SUAS MONTANHAS RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES DO BRAGANÇA, RECEMPOSTO NO TRONO E PARA ELES LETRA MORTA”.

Óra, que bela lealdade a dos planaltinos para quem D. João IV, o rei português, era ridicularizado!

Mas, não era esse mesmo Professor Taunay, quem nos ensinava na sua citada “Hist. da Seiscentista da Villa de S. Paulo”, 175, I, que:

“... DESDE MUITO, ERA O PODER MUNICIPAL ABSOLUTAMENTE SOBERANO”?

A esse respeito, dizia anteriormente Washington Luis, na sua “Capitania de S. Paulo”, que, só no século XVIII, o Planalto iria reconhecer a soberania de Portugal.

Por que isso tudo? Será que, para isso teria interferido a bellissima lealdade dos paulistas a Portugal?

Não está se vendo, logo, a evidente contradição de tudo isso, com a decantada lealdade do Planalto a Portugal?

A conclusão lógica, que tudo isso me ensina, é que, não havia lealdade alguma do Planalto para com o rei e que, esse sentimento do Planalto em relação à Metrópole, só começou a existir no século XVIII, isto é, do ouro, quando a multidão infrene reinol invadiu as minas instituiu novo ambiente psicológico, o qual presidiu os escritos de Taques e do beneditino, determinando a estes a inconsciente deformação do sucedido e a alteração dos perfis psicológicos dos planaltinos. Assim, eu passei a compreender o escritos do linha-gista e do monge e verifiquei que eles erraram e por quê erraram (1).

- (1) Que houve modificação desse ambiente, em virtude de um acontecimento, que tudo subverteu, o qual foi a descoberta do ouro nas Gerais, pelos planaltinos, em fins do século XVII, não deve restar mais dúvida.

Atesta-o um precioso documento setecentista, o qual é um escrito do governador Martim Lopes, que, em 1777, dirigiu ao Marquês do Lavradio:

“... os paulistas de hoje já não tem o mesmo valor, e resolução, que tinham os seus antepassados; que gostão de viver mais regaladamente e que já não se expoem a passarem pelos trabalhos e descomodos que tiveram seus avós.”

Devemos essa transformação no caracter e na psicologia paulista ao ouro, que foi um chamariz da avalanche imigratória do Reino. Por isso o governador Luiz Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, escrevia ao Conselho Ultramarino:

“... são os paulistas grandes servidores de Sua Majestade; no seu real nome fazem tudo que se-lhes manda”.

Isso se referia ao setecentismo, quando o planaltino, reinolizado diferia profundamente do planaltino seiscentista, já acrioulado, do qual falava o D. João de Lencastre, segundo vimos e ao qual se referia Froger, bem como se aplicam os dizeres de Taunay (“Hist. seiscentista da Vila de S. Paulo”), e de Washington Luis.

Depois de haver raciocinado de acordo com o que vai singelamente acima exposto eu, estudando os ensinamentos do Professor Taunay, no seu monumental trabalho, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II, lá, fui encontrar cousas preciosísimas, concernentes, ao que se me tinha sido imposto analisar, isto é a evolução lenta e progressista da alma nacional que se elaborava.

Quando se deu o assalto a Guairá, em 1628, relata-nos o mestre eminente, citando os depoimentos, por êle, encontrados no processo, contra o infeliz governador do Paraguai, Dom Luiz de Céspedes y Xeria, acuzado de ter servido aos interesses dos apressadores paulistas, contra os jesuítas, houve um evento digno de nota, testemunhado pelo padre Montoya. Os paulistas, mostraram, por intermedio justamente do fidalgo espanhol, Dom Francisco de Quebedo, estavam gozando de soberania, embora isso ferisse a situação da monarquia espanhola, pois êles afirmam obedecer unicamente ao rei, que tinham no Brasil. Ora, esse evento curioso não tem para com o episódio da aclamação de Amador Bueno, grande semelhança de linhas gerais, a ponto de parecer que, nessa ocasião já estava em embrião a aclamação de um rei próprio, no Planalto? Tudo faz crer que sim?

Eu focalizo eses depoimento do padre Montoya, invoco outros testemunhos jesuíticos, citados pelo eminente Professor Taunay, sempre no seu precioso volume 2.º da "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", e os correlaciono com a aclamação de Amador Bueno, daí concluindo que, o planaltino sempre muito afastado, sob todos os pontos de vista, de Portugal, revelou, com o episódio da aclamação de Amador Bueno, o seu estado psicológico, de modo que, se pode afirmar, sem medo de erro, que, foi esse o primeiro sinal de vida da alma brasileira, a qual, em 1641, mostrou um suficiente grau de maturidade, a ponto de manifestar acentuada tendência para a separação de Portugal.

Assim, teria sido ele, a primeira manifestação de nativismo, havida na história brasileira. Circunstâncias, que eu estudo no livro, e as quais eu procuro aprofundar, fizeram com que o movimento não tivesse sucesso, mas êle revela, entretanto que, o povo planaltino estava, no século XVII, maduro para uma vida separada de Portugal. Nesse século porem, não se apresentou outra oportunidade de, os moradores da região sacudirem o jugo lusitano, o qual não se fazia imperioso que fosse destruído, pois que os planaltinos, em muito pouco, dependiam do reino. No século seguinte, a evolução progressiva do nativismo planaltino foi subitamente paralizada, pela superveniência da intensíssima imigração reinol, a qual como um avalanche esmagou tudo e aporтуguesou tudo, como verificaremos (2).

* * *

(2) Que o planaltino tinha, no decorrer da prosperidade reinolizada do século XVIII, perdido a sua *têmpera*, a arrogância, a belicosidade altaneira

Este livro, como facilmente é de ser reconhecido, tem um fim didático, pois eu exerço de longa data, a função de professor, de modo que, tenho por um dos objetivos atingir a um fim, que logre preencher essa função. A experiência, tem-me ensinado que, um dos métodos de ensino que melhor fere os propósitos da cathedra, é a repetição dos conceitos.

Por isso, eu empreguei esse método, não poucas vezes, objetivando uma mais clara compreensão dos raciocínios e uma fixação dos mesmos, por parte dos dicentes.

Por isso, é que se encontram muitas repetições no texto. Eu as fiz deliberadamente.

Eu tinha por objetivo o estabelecimento de um determinado espirito e este, eu penso, para ser fixado, deve ser previamente muito repetido, marcado com clareza e com lógica.

O professor não deve simplesmente fazer as suas doutrinações cathedáticas, no sentido expositivo, depois de pesquisar e reconstituir um capítulo qualquer, mas ele precisa convencer o seu auditório dicente, por meio de uma tal lógica, que faça a conclusão irretorquível, a repetindo várias vezes, no sentido de a fixar bem, e usando de clareza meridiana, de modo que, o pensamento se faça cristalino e fácil de ser aprendido.

* * *

Não se va concluir, pelos meus pensamentos e pelas expressões que consagrei neste trabalho, ora apresentado ao público de minha terra que, eu sou antegônico ao portuguezs. Pelo contrário! Tenho Portugal e os portuguezes em grande conta, no meu sentimentalismo. Ninguém mais que eu acarinha as tradições lusitanas.

o espirito rebelde e amante da independência e da liberdade, etc., nos ensinava Paulo Prado, no seu tão citado "Paulistica", 104:

"Os diversos movimentos de revolta contra o poder portuguez, como o da inconfidência mineira, o de João de Deus na Bahia e da revolução Pernambucana de 1817, não encontravam nem adhesão nem sympathia no Paulista degenerado".

O paulista crioulo seiscentista, arrogante e nacionalizado, pouco fiel à Metrópole, como dizia D. João de Lencastre, tinha se abastardado no individuo sem verticalidade, que a avalanche reinol tinha prostituido a alma, reinolizando o caracter como Paulo Prado admiravelmente retrata, dizendo mais:

"A maioria da população era reaccionaria e favoravel à consolidação da monarchia una, pela reunião das duas corôas. Só tres ou quatro familias, e — para honra do nome paulista algumas camaras do interior accetavam e-se batiam pelas ideias de liberdade e independencia."

Nesse ambiente pútrido, é que Pedro Taques e Frei Gaspar escreveram os seus relatos! Como emprestar a eles grande autoridade!?

pois tenho a maior parte dos meus antepassados originários nesse país, que conservo bem elevado no altar da minha devoção. Sem embargo disso, entretanto, para eu pudesse reconstituir um capítulo histórico, referente ao regime colonial luso-brasileiro e à paulatina emancipação psicológica dos crioulos, tive que me colocar na esfera de pensamento, que faz parecer ser eu contrário a Portugal. E' que este, segundo o seu interesse, procurava impedir os surtos de nativismo nas colônias brasileiras. Aliás, essa linha de conduta é de todas as metrópoles. A Inglaterra assim procedeu, em relação às Treze-Colônias. A Espanha teve igual norma de ação no tocante às colônias hispano-americanas, etc..

Portugal, como as outras nações colonizadoras, procedeu no sentido de proteger os co-nacionais renóis, contra os crioulos, que eram elaborados nas suas colônias brasileiras pela paulatina assimilação. Eu naturalmente, como seria humano, não posso ocultar que, sou favorável à causa dos crioulos. Certo, procurei a imparcialidade rígida, mas, apenas mostrando os fatos e os comentando, sem "parti-pris" e sem paixão; entretanto, posso parecer haver tomado partido. Eu fui sereno e imparcial, mas não fui gélido no comentário, que pode parecer forte, mas que tomou essa aparência, por que eu quiz buscar a clareza.

* * *

Não há dúvida que derroquei um tabú, esse estabelecido por Pedro Taques e por Frei Gaspar, que se enraizava nas páginas do nosso passado, como a era serpenteante e rasteira se fixa amortecedora no tronco de uma grande e altaneira árvore.

A verdade deve ser estabelecida, custe o que custar e uma vez que, o assunto se me clareou, no sentido de encontrar uma situação menos verdadeira, no que dizia Taques e seu companheiro do setecentismo, era minha obrigação, a bem da minha sinceridade, buscar a versão que satisfizesse a lógica.

Será isso iconoclastia? Sim, mas é dever de todo o observador de capítulos do passado os retificar, sempre que compreenda que o erro, já in corporado à história, deve ser corrigido em benefício da verdade.

Para se conseguir esse desideratum, deve o historiador lançar mão de todos os recursos que o saber humano coloca ao dispor da cultura e não se ater unicamente à crônica, que, nem sempre, faz resaltar a verdade do fato. Por certo, que, os acontecimentos baseados em documentação cronológica e escrita, são mais sólidos e muito dignos de apreço, pelos que se empenham no restabelecimento da verdade. E' preciso, porem, além de se saber interpretar essa documentação, porventura existente, a respeito de qualquer capítulo histórico, tirando dela tudo quanto ela pode fornecer e resaltar, como supri-la, na sua falta, com elementos oriundos de variada proce-

procedência, que possam ocorrer à hipótese, pois nem todos os quadros do passado aparecem amparados por documentos escritos e oficiais e, às vezes temos precisão de os suprir. A interpretação do documento tem muita importância e o historiador que tem ante si um documento e dele não extrai tudo quanto ele significa, já por não interpretá-lo com percuciência, já por não dar valor ao mesmo, não está realizando a verdadeira função do historiador.

A História é um complexo de ciências, isto é, ela representa um conjunto de elementos científicos tirados de vários ramos de conhecimentos humanos, os quais são invocados com o objetivo de resolver pontos obscuros, que a documentação inexistente ou deficiente não pode, só de per si, resolver. Por isso é que, acho que, para se poder tentar reconstituir dentro da verdade, capítulos do nosso passado, é preciso que, se disponha de ampla, embora pouco profunda, cultura geral. Quem não se dispuser a lançar mão de vários ramos de conhecimentos científicos, afim de reconstituir algum quadro do passado, que uma certa documentação ainda não tenha iluminado, não conseguirá grande cousa.

E' essa a concepção, que faço do que seja História e do que se faz necessário, para que se possa refazer o que não está certo, ou não está afinado com a verdade.

Eu tenho como princípio que, Portugal tinha no Brasil não, apenas uma colônia, mas, sim colônias espalhadas ao longo de uma grande area territorial, separadas por distâncias não pequenas, as quais só podiam ser vencidas pelas comunicações marítimas, cercadas de condições ambientais as mais diversas, que pressionavam os moradores de forma diferente e engolfadas em ambientes econômicos dos mais variados matices. Esses agrupamentos heterogêneos de colonização, recebendo os influxos tão diferentes, tiveram, cedo o seu complexo de circunstâncias, as suas evoluções próprias, a sua constituição social diferente, a sua tonalidade econômica particular, etc..

O estudo da História do Brasil, ainda, não tem sido compreendida assim, por que todos os trabalhos realizados sobre o passado brasileiro o têm encarado politicamente e sob o ponto de vista da sua administração. Um trabalho de história social ou de história econômica, só agora vem sendo feito, com o aparecimento de livros como o de Roberto Simonsen, e outros: (1).

- (1) Faz exceção à regra geral, Oliveira Vianna, no seu magnifico livro "Evolução do Povo Brasileiro", 235, que a esse propósito ensina:

"Desde o momento em que o governo portuguez, para iniciar o povoamento do seu domínio americano, estabelece o seu systema das capitaniaes, distribuidas por toda a costa brasileira, e cria, des'arte. VARIOS CENTROS DE COLONIZAÇÃO a distancias extraordinarias uns dos outros, elle, implicitamente, cria aqui as condições de inviabilidade a qualquer governo unitario. O governo geral de Thomé do Souza repousa apenas numa illusão, aliás rapidamente dissipada. Chegados aqui, e entrados sem contacto com a terra, os ve-

Quer me parecer que, só quando se tiver em vista o passado brasileiro, encarado sób os seus aspetos social ou econômico, poder-se-á compreendê-lo. Antes disso, é inutil e teríamos fatalmente a repetição dos erros, que vemos enraizados no estudo do passado desta parte do continente sul-americano. Alem disso, só agora se vem fazendo luz sobre a História do Planalto, pois, ainda, há muita ignorância sobre as paginas do passado desta parte da capitania vicentina. Não se poderia escrever a História do Brasil, sem um conhecimento veridico da História do Planalto, tão entrelaçadas são elas. E' preciso, préviamente situar a História planaltina na História brasileira. Esta não pode ser estabelecida, sem que, aquela, em suas linhas gerais, esteja, feita. Exemplificando, temos que, para haver a indústria-agricola do açúcar no Nordeste pernambucano, foi preciso que, tivesse havido apresamento de índios, que fornecesse mão de obra barata e abundante ao plantador da cana e usineiro do açúcar. Óra o apresamento foi de realização planaltina e só agora vem se fazendo luz, sobre o que foi esse grande capítulo do passado planaltino e mesmo assim ainda, há muito individuo cheio de empáfia a pensar que, o apresamento foi mera epopéia aventureira, que apenas salientou a audácia, etc. dos seus autores. Seria preciso que, a ignorância fosse varrida que, a má fé fosse abandonada, para o apresamento ser compreendido como atividade econômico e só, então, a História planaltina poderia ser bem enquadrada na História brasileira, a qual, como está, não passa de mera soma de Histórias regionais, na qual a História do Nordeste tem muito mais valor e merece muito mais atenção.

Ihos estadistas coloniaes comprehendem lucidamente a originalidade da situação americana e, obedecendo á fatalidade geographica, resignam-se a essa conclusão inevitavel:

FRAGMENTAÇÃO DO PODER COMO MEIO MELHOR DE DEFESA E ADMINISTRAÇÃO."

Aliás já Capistrano de Abreu, antes havia se manifestado similarmemente e com mais profundidade Euclides da Cunha. Infelizmente as premissas de Oliveira Vianna, acima citadas, não têm sido seguidas, parecendo que ha um certo receio em se firmar conclusão. Esta, entretanto, não será de se receiar uma vez se a estabeleça com justeza, isto é buscando o princípio descentralizador já entrevisto, no século passado por Tavares Bastos. O contrário é que seria perigoso, isto é esconder uma circunstância de fato, não ministrando a exata terapêutica a ela.

Essa terapêutica é aconselhada por Oliveira Vianna, que justamente por ser uma eceção, dentre os escritores e sociólogos que se tem manifestado, é tanto mais de se encaricido, o seu livro citado que é um verdadeiro Evangelho, doutrinator das realidades brasileiras.

P A R T E I
A ASCENDÊNCIA

CAPÍTULO I

Via materna — Os Pires

Segundo Pedro Taques, na sua "*Nobiliarchia*", pela via materna, Amador Bueno procedia de Maria Pires. A crônica planaltina do século XVI é muito nebulosa e reconstituída a custa de muitas lendas e fantasias. Como a História romana, nos primeiros tempos de sua fundação, toda ela eivada de mitos, assim também é o passado planaltino, cujo conhecimento exato não se firmou ainda em escritos livres de dúvidas. Quasi tudo quanto se sabe a respeito dos primeiros anos de Piratininga, é lendário. A fantasia aí estabeleceu sólidamente o seu domínio e as únicas luzes, que bruxoleiam sobre esses primeiros tempos, são inseguras e procedentes de recolhimentos de tradições verbais, feitos dois séculos mais tarde por duas pessoas, que são as únicas de certa cultura a emergirem da inferioridade intelectual, em que sempre esteve mergulhado o Planalto.

Sabemos que, todo o progresso cultural é um reflexo do estado econômico. Assim, o Planalto não tendo tido, nos dois primeiros séculos, o menor índice de prosperidade econômica, também não produziu acervo cultural e do estado de sotoplanura, em que esteve afundado, o Planalto não teve quem, com segurança e baseado em documentação, lembrasse os seus primórdios modestos.

Só, mais tarde, já no século XVIII, quando duzentos anos eram decorridos, desde os seus primeiros tempos, quando o ouro esplendorava nas Gerais, em Goiaz ou em Cuiabá, a região planaltina cuidou de reviver os seus pródromos. Então, foram as duas figuras, que tanto nos enternecem, de Pedro Taques e de Frei Gaspar, as que escreveram, recordando o neblinado passado piratiningano. Então, porem, já era muito tarde para o fazer com segurança e a modéstia, como a analfabética incultura dos habitantes do Planalto, negaram elementos, paar que esses dois abnegados planaltinos dos setecentos pudessem agir com fidelidade, na missão a que se haviam devotado. Eles, então, foram obrigados a recorrer à tradição oral, essa que caminheira, passa de geração em geração. Mas, essa forma de reconstruir a vida de um povo é passível de um sem nmero de erros, pois a tradição oral, nem sempre se conserva pura e ela, quando não

recebe a base do documento, quasi sempre se adultera, mormente quando tem de atravessar, sem ter sido fixada em escritos, a vastidão de duas centúrias. Seria natural que, quando Pedro Taques e Frei Gaspar quizeram recolher essas tradições, já elas estivessem adulteradas, não só pela distância do tempo, mas ainda por haverem elas sido veiculadas através de gerações de gente inculta e rude.

Mas, além desse óbice formidável, que menciono acima, ainda os dois escritores planaltinos dos setecentos tinham que varar mais uma barreira difícil, para atingir o que, naturalmente seria a sua méta, isto é a verdade histórica.

Essa barreira, que, a meu ver seria um obstáculo muito mais vultoso, consistia no domínio português. Quando Pedro Taques e Frei Gaspar escreveram, reinava em Portugal, D. José I e era seu primeiro ministro o famoso Marquês do Pombal. A atmosfera política de então era a do nacionalismo mais estreito, fazendo Portugal cair a sua mão de ferro do despotismo mais tjrânico sobre o Planalto. Então, a governança reinol, que havia enviado para cá os cães de fila, como o vulto soturno do Conde de Assumar, o "gauleiter" Rodrigo Cesar, de tão funesta memória, o rapinico Caldeira Pimentel ou o prepotente Bobadela, ou ainda o iracundo Barbacena, para não falar no fanfarrão Cunha Menezes, etc.. Como Portugal agia, contra qualquer ruído, por menor fosse ele, a denunciar a vitalidade de um espírito "crioulo" ou nativista; então aí, para se observar a forma trágica e sanguinolenta como procedeu, em Minas, contra o martir heroico Felipe dos Santos, a figura torva de Almeida Portugal; ou como agiu, irradiando felonias e torpezas, contra os irmãos Leme, a ferocidade voraz e gulosa de D. Rodrigo; ou ainda como pautou a sua mísera conduta, contra os perigrinos da nossa soberania, os taumaturgos da Inconfidência, o vulto empoado do Visconde de Barbacena, o tirano de Villa Rica, o satrápa de Cachoeira do Campo.

Portugal, com esse cães de fila, creara no Brasil, uma atmosfera de domínio e de terror, que é facil se reconstituir, em se analisando o processo contra os mártires, companheiros de Tiradentes, em se vendo aí os termos empregados, contra os que haviam concebido o idealismo sublime de ver creada, nestas bandas americanas, uma pátria livre, que não fosse explorada pela ganância de Alem-Mar, de onde tinham vindo os borbotões dos reinóis emboabas.

Óra, Pedro Taques e Frei Gaspar, diante desse quadro, não podiam fugir de serem influenciados. Seria fatal! Eles, escrevendo nessa época torva, não podiam deixar de receber o bafejo dessa atmosfera, que varria toda a região colonial, envolvendo nela todos os espiritos.

Seria preciso que eles tivessem tido o condão da super-humanidade, para se conservarem imunes à essa psicologia coletiva, que obrigava, que constringia, que determinava, que, tudo quanto saísse publicado e escrito sobre a crônica de alguma parte no Brasil, fosse vazado, de acordo com o espírito luso, fosse bitolado pela mesma atmosfera de terror, que os reinóis faziam soprar sobre a América portuguesa.

Mas, além dessa pressão indireta, porém incoercível que os lusos obrigavam, cultura brasileira, havia ainda outro instrumento de coerção e de intolerância mental. Era a censura reinol, exercida pela *Academia de Sciencias*, como nos faz certo o documento publicado no vol. 4 de "*Documentos interessantes*". Esse documento prova que, havia um instrumento de coação sobre a mentalidade brasileira, por parte dos reinóis. Todos, que quizessem publicar, qualquer escrito, deviam passar por esse odioso filtro, que fazia tudo que, fosse publicado, se bitolar pelo espírito reinol (1).

Eis por quê a história planaltina não chegou até nós em grande grau de pureza.

Ela recebeu uma força seletiva que previamente eliminou do que fosse publicado, qualquer cousa que não fosse do interesse de Portugal.

Assim, temos que refazer, em suas linhas gerais, os capítulos do passado planaltino, mas a parte genealógica, parece-me ter sido a menos adulterada pelo espírito luso, pois não teria sido do interesse português a modificar. Por isso, dou mais crédito nos ensinamentos de Pedro Taques que se referem à Genealogia.

No seu capítulo 1.º, tit. Pires, "*Nobiliarchia*", *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*". XXXIX, 12, Pedro Taques nos diz que Amador Bueno, era filho de Bartholomeu Bueno, o sevilhano e de Maria Pires, consorciados a 4 de agosto de 1590. Maria Pires, segundo Taques, era filha de Salvador Pires o moço, o qual teve de seu segundo casamento com a mameluca Mécia Fernandes, ou Mécia Ussú, oito filhos. Este Salvador Pires, o moço, tendo falecido em 1592, teria nascido, provavelmente em 1540, para que tivesse tempo de se casar duas vezes e ser pai de 11 filhos, segundo nos diz o mesmo Taques.

Salvador Pires, o moço, foi filho de Salvador Pires, o velho e de sua mulher Maria Rodrigues, esta filha dos dois povoadores portuenses, Garcia Rodrigues e Izabel Velho.

Salvador Pires, o velho, teria nascido aproximadamente em 1510 e era filho do povoador João Pires, o Gago.

Não pode restar dúvida de que estes dois povoadores vieram na primeira metade do quinhentismo, isto é, nos primeiros anos vicentinos. Pedro Taques, *loc. cit.*, diz que, eles vieram com Martim Afonso de Sou-

(1) — Tudo dos escritos de Pedro Taques, ou de Frei Gaspar, evidencia que um espírito reinol os animava. Eles, por certo, manifestavam um certo regionalismo, mas esse colorido dos escritos do autor da "*Nobiliarchia*", ou do beneditino não lograva apagar o reinolismo, manifestado inequivocamente no estilo ou no próprio mérito dos legados desses expoentes das nossas letras do século XVIII.

Uma simples inspeção confirma o que eu sustento baseado em outros argumentos.

E' por isso que Taunay, no seu prefacio ao livro de Pedro Taques: "*In- formação as minas de S. Paulo*", diz a pagina 50, se deferindo ao linhaquista:

"Apezar depaulista até a raiz dos cabelos, sente-se também lusitano até o intimo de seu coração, admirador incondicional de seu rei e seu governo".

za, Frei Gaspar, também cronista setecentista, nas suas "*Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*", nada diz sobre isso. Não sei porque essa discrepância, entre os nossos dois cronistas setecentistas!

O povoamento da capitania se realizou de duas maneiras:

- a) Por imigração individual. Esse gênero de imigração se deu durante um século, mas foi o quasi insignificante fitrar ou antes gotejar de indivíduos tangidos da Europa, pelo seu espirito aventureiro. Os povoadores vinham escoteiros, mas em número muito apoucado, mesmo porque a navegação de então para a capitania vicentina era muitissimo rara, difficil e caríssima, alem de irregular e muito sujeita a naufrágios e outros accidentes. Só mesmo os desesperados, vinham, pois seria muito mais preferivel uma colonização de regiões prósperas, onde houvesse uma fonte de riqueza qualquer, como a do Nordeste, por exemplo.
- b) Por imigração coletiva, em armadas, que vinham a realizar qualquer objetivo a mandado de Governos luso ou espanhol. Essas armadas, aqui aportando, traziam gente, que se estabelecia na capitania.

Assim a primeira camada de povoadores da Capitania vicentina foi naturalmente a pre-martimafonsina, já aqui encontrada pela expedição chegada em 1532.

A segunda camada foi composta de indivíduos vindos na armada de Martin Afonso. A gente vinda nessa ocasião teria sido bem numerosa. Infelizmente não temos relação nominal dos povoadores martimafonsinos. Frei Gaspar dá alguns nomes, nem todos concordando com os mencionados por Pedro Taques, que dilata muito a capacidade em passageiros dos navios martimafonsinos, para que pudessem conter todos os troncos iniciais dos títulos da "*Nbiliarchia*". Infelizmente Pedro Taque não invoca documentação alguma, para nela embaseiar as suas afirmações, que assim ficam entregues unicamente à autoridade de Pedro Taques. Ora nós sabemos que, o insigne linhagista recolheu grande parte de suas crônicas em tradições orais que corriam e sem fixação, pelas gerações e sabemos mais como errou o linhagista.

Com isso, as afirmações de Pedro Taques devem ser controladas, sempre que ele, não mencione a fonte onde as obteve, ficando muito reduzido o número de povoadores martimafonsinos identificados.

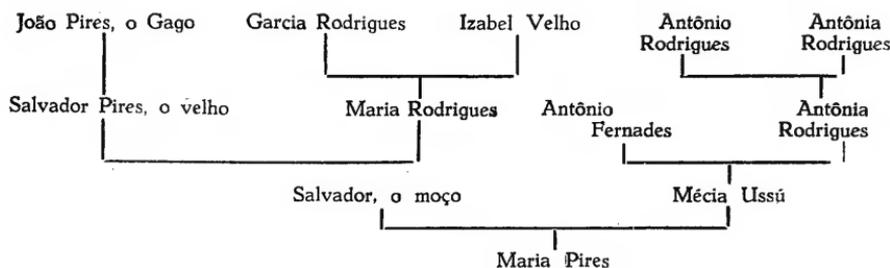
Em 1549, com Tomé de Souza deveria ter vindo gente povoadora. Infelizmente desconhecem-se os nomes dos que não se fixaram em Salvador e preferiram se estabelecer em região paupérrima, sem qualquer fonte de riqueza, porque nessa época, já ter-se-ia decidido a batalha do açúcar, que deu a vitória decisiva ao Nordeste, deixando o litoral vicentino entregue à miséria.

Em 1583, na armada de Diogo Flores de Valdez, teria vindo gente numerosa, principalmente os elementos espanhóis tais como os Camargo, os Bueno, os Godoy, os Martins Bonilha, os Tenório, etc..

Em 1599, com D. Francisco de Souza, teriam vindo outros, etc..

* * *

Podemos sintetizar a genealogia ascendente de Amador Bueno, da seguinte maneira:



Por aí, verifica-se que, entre Amador Bueno e seus ascendentes portugueses, havia cinco gerações. Os primeiros aportados, vieram em 1532, e Amador Bueno, teria nascido, segundo Taques, em 1591, pois o casamento de seus pais foi, diz a "*Nobiliarchia*", em 1590, se baseando em documento. Temos que, para 59 anos de diferença, nada menos de 5 gerações, o que é muito pouco provável, mas possível, pois a Sociologia outorga uma média de 30 anos, para cada geração. Mas, para que se realizasse o que nos diz Pedro Taques, bastaria que Maria Pires tivesse nascido em 1578, para poder se casar em 1590 e ter o primeiro filho com 13 anos de idade (difícil, mas possível; que, Salvador Pires, o moço, tivesse nascido em 1560, para poder procrear 18 anos depois (difícil, mas possível); que, Salvador Pires o velho, tivesse nascido em 1510, para poder ter vindo com Martim Afonso, já casado como nos diz Taques; tendo seu pai, nascido em 1490, para poder em 1555, ainda estar com vida para ser Juiz Ordinário em Sto. André, como se vê de "*Actas*", II.

Por aí se verifica, ainda que, a porcentagem de etnia portuguesa, a qual era portadora Maria Pires não era grande, pois dos seus pais, nenhuma era português; de seus quatro avós, apenas um teria sido português, o chamado Antonio Fernandes, pois os mais eram todos nascidos no Planalto, de seus 8 bisavós, sete teriam sido reinóis.

Assim, é fácil se compreender que, Maria Pires, já teria sido de mentalidade "crioula", perfeitamente consolidada, pois a sua ascendência reinol, seria bem remota, para que ela pudesse ter o seu espírito assimilado ao da região em que vivia.

Eis, como Amador Bueno pelo lado materno, isto é, pelo qual o sangue português lhe fora infundido, e pelo qual ele poderia ter recebido pressão psicológica ou sentimental, na sua formação mental ou moral, já tinha afastada a origem lusitana, pois só em distância longínqua, ele procedia de estirpe lusa. Ora, em gerações, mais ou menos, recuadas todos nós procedemos de europeus, sem que, entretanto, sintamos qualquer prurido de saudade pela terra de origem de algum dos nossos antepassados, vindos de outra margem do Atlântico. Não seria, de se crer que, Amador Bueno fosse sentir alguma ternura, mais entranhada, pela Metrópole lusa! Tudo nos faz crer que, ele teria sido um indivíduo já bem assimilado pela terra, em que vivia, na qual tinha todos os seus interes-

ses, de onde ele recebia todas as pressões, que lhe modelavam o intellecto ou lhe tangiam as cordas sentimentais. Seus maiores, desses que mais lhe falavam à alma, tinham regado o solo planaltino, com o suor esforçado de trabalhos hercúleos, em labutas diuturnas, que uma magra agricultura requeria, ou que um pastoreio diminuto exigia, nas correrias tonitroantes e teatrais, que a incipiência primitiva impunha, ou na defesa do litoral, ameaçado pelos corsários e piratas, sofregos de saqueio e de pilhagem. Esses mesmos maiores, que o seu pensamento enternecido alcançava, haviam embebedado esse solo sagrado em que viviam, com o seu sangue generoso, da defesa do mesmo, contra as arremetidas selvagens dos tamóios ou dos carijós. Ainda, havia pouco tempo, em 1562, o avô, o bisavô, e os trisavós de Amador, haviam, ao lado de outros, defendido essa mesma região, contra os tamóios e seu pai, juntamente com seus tios, porfiava, com outros, na defesa contra os audaciosos carijos que vinham até o rio Pinheiros, em constantes ameaças ao aglomerado civilizado. Em 1592, quando Amador tinha apenas um ano de idade e iniciava os seus primeiros passos e começava a balbuciar as primeiras sílabas, em um a mal articulada algaravia, os carijós se arrojavam, sobre o grupo luso-planaltino, que ousava se localizar em serra acima. Furiosa luta, então se travou na defesa da região planaltina. Amador Bueno conservava viva na memória, a lembrança dessa homérica defesa do Planalto, pois ela se dera nos primórdios de sua vida e seu pai com seus tios, encarniçados no prélio pela augusta região, em que viviam, foram partes esforçadas, de modo que, toda a sua família acompanhou com angústia, anciedade, temor, alacridade etc. os quadros da refrega, que haviam dado possibilidades aos civilizados em continuar os capítulos de estabelecimento de nova cultura nessa parte brasileira.

Com tantas lembranças, que lhe traziam à mente tantos sentimentos concernentes ao Planalto, os quais lhe haviam embalado o berço e lhe moldado os afetos, como lhe modelado o intellecto, Amador não podia deixar de ser pessoa solidamente enraizado na terra, sentindo, senão aversão pelas metrópoles européias, ao menos profunda indiferença, pois que elas não lhe recordavam senão o egoísmo reinol e a gelidez marmórea, em relação à Brasil, quando os pioneiros planaltinos aprofundavam a ardua avançada ibérica, pelas selvas americanas.

Alem disso, que fatalmente devia lhe produzir na consciência um profundo arraigamento pela capitania vicentina, a qual seus entes caros haviam defendido com sacrifício de seu sangue, ante a diferença das metrópoles ibéricas, ainda, Amador Bueno, deveria considerar esse Planalto, com profundo carinho, pois em suas terras repouzavam os restos mortais de todos os entes, que lhe faziam o coração estremecer de ternura. Aí estavam, seu pai, sua mãe, seus avós, seus bisavós e aí, havia ele crescido e sentido todas as agruras da vida, bem como todas as incertezas de um destino, que, para os europeus, não era muito promissor, alem de todas as angústias da dúvida de capítulos, que se sucediam turbilhonantes, em sua vida acalorada, pelo apesamento, que lhe bafejava indireta, mas influenciadoramente.

Com tudo isso, Amador Bueno sempre e ininterruptamente vivera na capitania vicentina, jamais dela se afastando para receber influxos estranhos. Sua vida coincidira exatamente com o magno ciclo do apresamento exacerbado. Eram os mesmos horizontes, que se cinematizavam ante seus olhos embevecidos! Eram as mesmas sensações, provocadas pelo mesmo ambiente externo, que o pressionava, na sua obra continua de modelação dos seres, que nele se engolfavam! Eram as mesmas novas, oriundas de sucessos, que se desenrolavam, sob a égide das mesmas causas particulares à região! Não havia o menor contato com o mundo exterior! Não vinha da Ibéria a menor influência intelectual ou sentimental, moral ou material.

Com todos esses liames a agir, durante largo período de tempo, Amador Bueno não teria podido fugir ao entranhamento sentimental e moral, pela terra vicentina, essa que havia presidido a todos os atos de sua vida.

Mas, além de tudo isso, Amador Bueno havia ainda mais se enraizado na terra americana, pela sua indistincta procedência americana, pois ele era trineto da índia Antônia Rodrigues, filha de Pequerobí, um dos caciques guaianás. Amador Bueno, assim, tinha 1/16 de sangue ameríndio, era, portanto mameluco, ainda que, em distante geração. Seus maiores ameríndios haviam chefiado a região vicentina, isso infundia uma certa ufania em Amador Bueno, o que, por força, havia de determinar nele, maior arraigamento a essa terra, que era profundamente dele, como houvera sido de seus maiores.

Com todos esses liames sentimentais e morais, além dos materiais ou econômicos a lhe prender, bem como à sua geração, como não se sentir Amador Bueno acorrentado à terra vicentina?

Assim, teria sido fatal que, Amador Bueno tivesse sido um crioulo completo e não sentisse por Portugal, senão essa mesma afeição, que nós sentimos pela pátria dos nossos avós, sentimento, que nos obriga a destacar o passado lusitano, como páginas gloriosas, que remotamente também dizem respeito a nós, pois que nelas comungaram os nossos maiores com o seu denodo os seus esforços, os seus sacrifícios, etc..

Amador Bueno, o planaltino, que teve a sua vida a se adaptar exatamente com o período, em que mais se encarnçaram os seus coevos e correliigionários no turbilhão agitado do apresamento, fatalmente teria sido um crioulo, dotado dos mais acentuados traços dos nativos e se, porventura isso não tivesse acontecido, teríamos nos defrontado com o mais salientado dos absurdos a contrariar os mais comensuráveis delineamentos dos mais incipientes raciocínios. E' essa rígida conclusão, que nos determinam os silogismos mais evidentes, tirados da lógica a mais cristalina. Querer o oposto é rezar pela cartilha do absurdo! Por isso, em parte, é que repugna ao bom senso, se levar a sério, o que conta Pedro Taques e repete Frei Gaspar a propósito de Amador Bueno e da sua aclamação!

CAPÍTULO II

O POVOAMENTO

Como vimos no capítulo anaerior, o povoamento da capitania vicentina se realizou, em grande parte, em ondas sucessivas de gente, vinda em armadas oficiais, que, destinadas pelos governos a realizar missões especiais, traziam, para S. Vicente, porto muito pouco frequentado, porque não havia o que comerciar com ele, camadas de gente povoadora, as quais vinham às dezenas e mesmo às centenas, se estabelecendo por sobre as massas preexistentes. Foram assim, se formando de elementos de diferentes estágios e níveis na evolução das respetivas mentalidades, sentimentalidades, etc., as populações fixadas na colônia planaltina.

Sim, porque esses atributos psicológicos e sentimentais não podem ser muçulmanamente estáticos. A psicologia de um agregado humano qualquer, se modifica constantemente, como se fosse um bloco de cera mole, constantemente submetido a moldes rijos diferentes, que lhe obrigam a se alterar nos perfis que apresentam (1).

Os primeiros povoadores, que para aquí vieram, naturalmente traziam um espírito reinol bem pronunciado e nele se refletiria toda a mentalidade lusitana, então, elevada ao auge, pela culminância, em que estava a pátria de Camões, de Albuquerque, de Duarte Pacheco, de Gil Vicente, etc.. A sentimentalidade desses pioneiros, naturalmente, se enternecia com os motivos reinóis, que a prosperidade da Índia exacerbava. Seria natural que eles tivessem os seus pensamentos orientados pelos motivos reinóis, cuja glória resplandecente infundia justa ufania no nome português, então ungado do maior prestígio em todas as terras civilizadas. Na retina lacrimosa e saudosa dessa gente reinol, se refletiria toda a paisagem que ela havia deixado no velho reino dos Avíz. Nelas se reviveriam, tremeluzindo, as doces ribanceiras do Mondego, como as acolimadas margens do Douro, as arcadas solenes de Coimbra, o sofrego

1) — Não estamos vendo, porventura, como se modifica, ou antes como se vem modificando o estado psicológico e sentimental da população paulista atual?

Nas primeiras décadas deste século, os elementos italianos da corrente imigratória vigente eram de se fazer notar, com o linguajar híbrido de português e de italiano com o japonês, o sirio, o espanhol, o servo, ou o húngaro se observava o mesmo fenómeno.

Evolutivamente os quadros dos primórdios deste século se foram modificando na fisionomia hoje apresentada pela população paulista, que já não consta de elementos estrangeiros, pois que esses foram levados pela idade e seus filhos ou netos, já têm complexos mentais e sentimentais diferentes, pois que são já indivíduos assimilados.

tumulto da rua Nova dos Mercadores, as alcantiladas penedias das Astúrias, da Galiza, ou das Beiras, os arcos manuelinos dos Jeônimos, como as flechas espigadas da Batalha, as paragens ensolaradas do Alemtejo, ou as charnecas tórridas do Algarves, ou, ainda as rocas douradas da Estremadura.

À medida, porem, que os tempos iam correndo, fazendo aumentar o acervo de novas impressões, proporcionadas pelo novo meio vicentino, aquelas imagens, nitidas a principio, se iam esfumando, nas recordações estratificadas do povoadores, que envelhecendo iam substituindo a saudade suave daquelas memórias por novos estratos, que se foram paulatinamente depositando na alma desses, que se haviam tornado colonizadores, formando nelas novas mentalidades psicológicas, morais e sentimentais. As dificuldades da navegação dessas épocas distantes, a falta de ligações económicas, a modéstia extrema de recursos desses povoadores, tinham imperiosamente determinado que eles nunca mais veriam o Reino.

Assim, quando uma onda de povoadores, trazidos por alguma frota reinol, divisava ao longo no horizonte vicentino, a azulada montanha, que em recortes sinuosos perturbava a placidez erma do lagamar vicentino, via na linha perfilada de seus cumes as mesmas frases soturnas que o immortal Alighieri, havia escrito nos portais do "Inferno":

"Lasciati ogni speranza, oh voi che entrati.

Paranapiacaba, a imensa e escura cordilheira, fatalizava-lhes um destino, de nunca mais volver ao Reino. Era assim que, ao morrer, quando aqueles velhos povoadores lusos, no fundo de um catre pobre, entravam nas horas mortas da agonia, os seus olhares embaciados pelo trespassse que se aproximava, não mais espelhavam a doce imagem da clássica Torre de Belem que ficara na boca hiante do Têjo, a se desenhar nos olhares emperlados da saudade dos que se ex-patriavam definitivamente!

Eis que, os velhos povoadores lusos não podiam reter, para transmitir para a sua posteridade o pensar e o sentir que haviam, no início, chamado a saudade, entronizada nos seus corações! Assim, aos poucos, os descendentes dos velhos povoadores reinóis foram creando novas mentalidades, fruto de novos interesses, que se abriam em novas perspectivas, novos meios de vida, resultantes de outros capítulos do evoluir, enristado de acidentes e arrecifado de prélios, travados contra toda sorte de obstáculos, proporcionados por uma natura gigante e por mil inimigos próprios do Novo Mundo.

Depois, no Planalto se iriam repetir em grau mais elevado ainda, o que já era patente nas plagas litoraneas de S. Vicente. Ai o isolamento ainda era maior! Não havia, no Planalto piratingano, o menor contato com o Reino, que entrava em acelerada decadência.

Era o isolamento econômico!

A região não produzia nada, que obrigasse a uma manutenção de ligação exportadora para o Reino, como no Nordeste, em relação ao açúcar. Com isso, as idéias, os sentimentos, os pensamentos, etc., não atravessavam o oceano, deixando os lusos, aqui radicados, entregues aos seus próprios exercícios cerebrais e sentimentais, os quais, como vimos, não podiam deixar de ser os que os ambientes externos proporcionavam. A região, por sua vez, pobre e fracamente povoada, não exigia comércio importador de gêneros reinóis, os quais deixaram de ser imprescindíveis. A capitania vicentina paupérrima e com pouca população, em fraco estado de civilização, não consumia muito. Aliás, a importação de qualquer grupo humano é sempre consequência da sua exportação. Como a capitania quasi nada exportava, a não ser escravos ameríndios, também quasi nada importava. Daí, a nenhuma navegação regular para os portos de S. Vicente e de Santos! Daí, as idéias, os sentimentos, os delineamentos morais lusitanos que não se reavivavam! Daí, a nenhuma influência da mentalidade, da sentimentalidade, ou da formação moral de Portugal, na gente que, no Planalto, havia sido esquecida, em fenômeno de palpavel amnésia.

A extrema pobreza da gente planaltina acarretou, ainda uma outra espécie de isolamento, em que ficou a região do Mundo português. É o que eu denomino isolamento cultural.

O Nordeste, enriquecido pelo açúcar, pode alimentar as suas camadas de moradores, que se foram sucedendo através de muitos séculos, na velha cultura lusa, pois era uma região na qual sobravam os recursos para mandar anualmente a estudar nos colégios reinóis, os chefes futuros das linhagens nordestinas, que se perpetuavam em lusitanismo contínuo, em patriarcalismo reconhecido na economia açucareira, e na aristocracia rural, que aí se foi formando e solidificando. Aí, os motivos reinóis foram, sempre, renovando a influência lusa, no cérebro e nos corações nordestinos, cavando neles, bem fundo, sulcos delusitanidade, os quais não podiam se apagar com os sucessos do evoluir histórico, que collocavam, não poucas vezes, em antagonismo, o Reino e o Nordeste colonial.

Com esses acontecimentos, fatalizadores de um estado de psicologia coletiva, se foi estratificando um estado de alma especial, nos moradores estabelecidos no Planalto, que jamais haviam ido ao Reino, não, tendo lá nada que os prendesse, pois estavam em Aquem-mar, todas as suas relações. Nem mesmo conheciam, de nome, sequer, os figurantes do teatro reinol, ou do taboleiro europeu, onde todos os assuntos lhes eram profundamente indiferentes e desinteressantes. Assim, como não compreender nos moradores planaltinos uma super-estrutura própria e diferente da que traziam os reinóis que, em ondas, ou gotejados de uma imigração que se perpetuava, em filete imperceptível? Estes, com suas mentalidades, traçadas mais pela saudade e pelo sabor agri-doce da recordação, se acamavam em separação psicológica e sentimental dos preexistentes, que haviam sedimentado as suas psicologias de modo diverso.

Teria sido assim que, os Pires, formando um conjunto psicológico vicentino-planaltino, não poderiam ter transmitido à Maria Pires, uma herança mental, moral e sentimental, etc., que não fosse a moldada no cadinho regional, único a lhes preocupar os sentidos e único a lhes fundir as almas.

Por outro lado, a mestiçagem com a índia guianá, filha do maioral Pequerobí, teria importado, para a estirpe Pires, não só um estado físico, que se perfilava em maior amontoamento do fâcies, com maior enegrecimento e alizamento capilar, etc., mas ainda em notável influência moral e mental. Aliás, isso acontecia a quasi todas as estirpes planaltinas mestiçadas com ameríndios. Até o idioma guaraní, era o corrente no Planalto! Por isso, se poderá fazer uma idéia do quão importante teria sido a influência indígena, na constituição do nosso grupo planaltino.

No Planalto, durante os dois primeiros séculos, a influência lusa foi diminutíssima e, apenas, perceptível (Sergio Buarque de Holanda, "*Raízes do Brasil*", 76). Ela só exerceu um papel dominante no decorrer do século XVIII quando o ouro atraiu para Aquem-mar, a satenções dos reinos e principalmente a imigração lusa, que se fazia, então, como se fora verdadeira avalanche.

Com o exposto, se poderá compreender facilmente que, pela via materna, não era de ter Amador Bueno, recebido muita influência reinol; pelo contrário, a estirpe lusa, que lhe era ascendente, já se achava absolutamente assimilada. Aliás, a etnia portuguesa é das que se fazem assimilar mais de pressa, perdendo logo as suas características em favor de outras que se superpõem, as quais derivam das novas erosões que nos lusos cavam as ações dos ambientes, nos quais eles estão mergulhados.

Amador Bueno, no concernente à sua constituição mental, moral, sentimental, física, etc., não deveria ter fugido do que teria acontecido aos mais moradores do Planalto, nessa época. Ele carregava com a sedimentação e a formação de tres gerações de indivíduos, que nunca se tinham apartado da capitania vicentina, do seu ambiente físico, do seu meio social, do seu conjunto econômico de interesses, etc.. Essa sedimentação de três gerações, isto é, de um século de estadia no novo meio, já tinha tido tempo de se cristalizar, com o cordão umbelical, completamente cortado de Portugal, ao qual não havia mais laços que prendessem, a não ser o político.

Aliás, é bem essa marcha evolutiva que hoje se pode observar, ao se dar uma colonização qualquer. Na primeira geração o imigrante exótico, ainda traz certa saudade da pátria, a qual se desvanece, logo à segunda geração. A terceira se sucede, trazendo todos os traços de exotismo, apagados.

Se isso se pode observar hoje, com maioria de motivos era de acontecer nos primeiros séculos, quando o estado de isolamento seria muito maior, com a falta de uma base econômica, o que teria determinado contatos obrigatórios com o mundo exterior, com a falta de comunicações regulares, com a falta de correio, de telégrafo, de imprensa, de rádio, de

cinema, etc., que trazem constante e continuamente notícias do mundo exterior, etc.. Alem disso, hoje há muito mais cultura e muito mais civilização, de modo que, as evocações literárias, noticiosas, pitóricas, etc. da pátria de origem, podem ser absorvidas com certa facilidade. Outrora, os povoadores lusos, que aquí vieram, tinham um cérebro temperado de tal estado de ignorância e de analfabetismo, que não seria permitido absorver a cultura lusa, transmitida às gerações pelas penas fulgurantes de Camões ou de João de Barrós, ou ainda pelo verbo flamante de Antônio Vieira.

Alem desse fator, acima exposto, o qual teria sido de imensa valia no processo assimilatório do provoador reinol, ainda havia um outro que deve ser considerado.

Hoje, os etnias imigratórias mais prontamente assimiladas, são as que trazem as tradições políticas mais pobres e as menos causadoras de ufanias. Assim, por exemplo, a corrente imigratória italiana. Ela foi rápidamente assimilada, mesmo porque não trazia muitas recordações gloriosas, na sua bagagem psíquica, de modo a causar a ufanias, por elas gerada, durar mais tempo, a emoldurar de prestigio a origem itálica.

De fato a Itália, politicamente, recém unificada, sem glórias militares, sem nomes aureolados no campo da luta, não tinha para oferecer muito prestigio ao seu emigrante.

Ao contrário do imigrante italiano, o germânico, ou o anglo-saxão, ou ainda o nipônico, traziam consigo uma tradição de passados lambrequinados de glorias de nações que conquistaram o prestigio que possuíam, em árduas pelepas militares ou navais ou que cimentaram os seus primórdios nacionais com o sangue do sacrificio e o suor de esforço, alinhados em mil refregas e em embates sem conta. Gente assim, é muito menos assimilavel! O seu ponto de fusão é muito mais elevado! O enquistamento de gente assim, é muito mais de se receiar!

Óra, o elemento português do fim do quinhentismo apresentava todos os característicos possíveis de baixa temperatura fusional. Não poderia acompanhar a gente lusa uma grande ufanias pela sua procedência! Os capitulos da cronica ibérica dos fins do quinhentismo, não apresentavam muitos laureis a Portugal. A' decadência joanina, o milésimo de 1578, acrescentava ao país a trajédia de Alcacer-kibir, em que as armas lusas conheceram o pó da derrota esmagadora. Depois, tivemos as cenas vergonhosas do fim henriqueano, em que a velha Lusitânia agonisou dolorosamente no sugar moribundo dos peitos carnudos de Maria da Motta, a alimentar ridiculamente o ultimo Aviz português, a quem a arterio esclerose prematura havia amolecido o cérebro na imbecilidade, que deixava o Reino sem sucessão nacional. Depois, ainda, a vergonha se tornou maior, enxovalhando toda a nação, com os episódios em que foram protagonistas, o "quinta coluna", Christovam de Moura, a comprar para o rei estrangeiro o voto da fidalguia portuguesa, que em Thomar exhibiu a sua carcaça carcomida, no mercado de consciencias, em que naufragou

o pundonor e a verticalidade da estirpe. Desse afundamento moral da velha pátria dos Aviz só se salvou a figura quixotesca, mas honesta do prior de Crato, a quem os reinóis chafurdando na miséria de seu proceder inconfessavel, presentearam com uma falsa barra de bastardia, para justificar a ação negregada do abandono em que ficou o filho do infante D. Luiz.

Portugal, sem independência política, que não soube defender, não poderia infundir orgulho ou ufanía aos seus emigrados!

Portugal, cadaver material, com a sua soberania perdida aos pés dos Felipes espanhóis e cadaver moral, com a sua dignidade amortalhada na triste debandada de Alcântara, não podia oferecer ufanía aos da estirpe lusitana, que no fim do quinhentismo procuravam nas quebradas de Paranapiacaba, um isolamento, no qual ficassem esquecidas as suas mazelas nacionais!

Depois, no seiscentismo, Portugal não melhorou! A figura de abutre de Miguel de Vasconcellos, com a sua conduta de "quisling", enxovalhava a procedência reinol dos que vinham se emparelhar com os "crioulos" planaltinos, cuja ação indômita, ousada, bravia, em luta perene contra toda a sorte de inimigos não podia deixar de ser resaltada. Ele o Laval português do seiscentismo não poderia impingir trunfos à uma estirpe que quizesse disputar prestígio com os aureolados planaltinos.

Quem haveria de se ufanar em ser reinol, ante esses quadros, em que se panteiava o contraste para com os planaltinos! Que lusitano não haveria de anciar em ver a sua descendência se fazer "crioula", comunhando no proceder dessa gente tão altiva!

Esse fenômeno, por força, teria tido lugar, nos primórdios do povoamentos.

E' preciso se levar em conta o que acima fica apontado, a bem da verdade.

Um outro fator, que muito favorece o processo assimilatório, é o referente ao estado cultural do imigrante, em relação ao de seus descendentes, já nascidos e educados no novo meio.

A inferioridade absoluta do estado cultural dos primeiros povoadores, nos é atestada, de uma forma documentada, pelos atos officiais, em que eles figuraram. Assim, os documentos, constantes das publicações municipais e publicadas pelo Governo do Estado, nos mostram o estado de incultura dessa gente, que mais facilmente manejava a escopeta, a espada, o arco, ou a flexa do que a pena, ou o livro. Esse estado roçava pelo analfabetismo, do qual, com imensa dificuldade escapavam, graças aos garranchos incompreensíveis, com os quais grafavam os nomes, quasi todos entremeiados de cruces e de outros sinais.

Já os filhos, netos, bisnetos e trinotos, dessa gente, assim mergulhada na maior das humidades e das indigências mentais, foram educados pelos jesuítas, chegados em 1549, pelos frades bentos, carmelitanos, ou

franciscanos, aquí apostados em fins do quinhentismo. Com isso, eles puderam revelar um maior primor intelectual que os seus maiores. E' isso que, nos demonstram os documentos referentes aos atos da administração municipal, nos quais, na proporção em que as gerações se vão sucedendo, podemos observar uma nítida melhoria na caligrafia na ortografia e na redação, bem como na sintaxe, etc., com que foram escritos. Disso teria forçosamente resultado um certo prestígio intelectual dos descendentes, perante os ascendentes menos lustrados nas letras, etc.. Daí um mais rápido processo assimilatório. E' o que se vê hoje! E' o que teria acontecido nos primórdios!

Com esses raciocínios, a estirpe Pires, ao atingir ela a sua terceira geração, já estaria perfeitamente assimilada ao novo ambiente vicentino, não restando mais residuo algum de lusitanismo, ao ser transmitida a herança psíquica, moral, sentimental, etc. de Maria Pires para seu filho Amador Bueno, que teria sido mais radicado a terra do que nós, que recebemos tanta influência de fóra.

Ele não deveria se orgulhar em ser procedente de estirpe lusa, a qual, tão destacadamente contrastava no seu proceder com o dos "crioulos", indómitos e altaneiros, que ameaçavam enfrentar a inquisição a flexadas e que não hesitavam em hostilizar os reverendos da Companhia, apezar do prestígio imenso, que gosavam no mundo os membros do agregado inaciano!

Devemos fazer pesar todas essas circunstâncias, em qualquer reconstituição histórica, que se queira fazer, a bem da mais estrita verdade. Caso não procedêssemos assim, iríamos deixar de fazer sentir a sua força na orientação dos acontecimentos, uma série de circunstâncias que são de cristalina evidência. A verdade seria empanada!

CAPÍTULO III

VIA PATERNA — OS BUENOS

Pelos lado paterno, Amador Bueno era procedente de etnia espanhola, pois não ha menor discrepância em ser seu pai, tido como dessa origem.

Bartholomeu Bueno, o velho, ou o sevilhano foi o ascendente paterno de Amador.

Quando teria vindo da Espanha, o povoador, que, foi o progenitor de Amador Bueno?

Pedro Taques, que é a fonte original onde se foram buscar todos os conhecimentos sobre o passado planaltino, afirma que, Bartholomeu veiu da Espanha em 1571, em companhia de seu pai, Francisco Ramires ("Nobiliarchia", tit. Buenos de Ribeira; "Revista do Inst. Hist. Brasileiro").

Aliceceando essa afirmativa, o vetusto linhagista embaseia-a sólidamente com um documento indestrutível, o que empresta à sua asserção tal firmeza, que se faz temerária qualquer dúvida.

Entretanto, para que a verdade se faça, de modo absoluto, examinemos com atenção e com inteligência o texto de Taques. Diz ele:

"... passou-se para S. Paulo nos principios de sua povoação em 1571, na companhia de seu pai Francisco Ramirez de Pórrros (Carta da proc. da fazenda, liv. de reg. n. 2, tit. 1602 até 767, pág. 58).

O período de Taques, analisado, tem duas sentenças afirmativas, separadas por uma vírgula:

- 1.º) Passou-se para S. Paulo nos principios de sua povoação em 1571,
- 2.º) na companhia de seu pai Francisco Ramirez de Porros.

O documento invocado por Pedro Taques, poderia servir de base, apenas à 2.º sentença, deixando a primeira sentença sem que esse documento a englobasse.

Esse racínio, está visto que é apenas hipotético, pois é possível que ele não tenha razão! Eu já tive ocasião de aplicar esse sistema analítico de interpretação documental e logrei obter sucesso. E' possível, entretanto, que, no tocante a este caso, eu não acerte, em buscar essa explicação. Eu fiz aplicação do metodo analítico para poder acomodar a afirmação do linhagista, com outra, feita pelo padre jesuíta Pablo Pastell's de

ter Bartholomeu Bueno, vindo em 1582 na armada de nauta espanhol Diogo Flores de Valdez. Essa afirmativa do reverendo espanhol, entre nós divulgada pelo próbo e brilhantíssimo historiador patricio Carvalho Franco, na sua magnífica publicação sobre os Bartholomeus Buenos, na Revista Genealógica Brasileira, é igualmente baseada em documento idoneo, qual seja uma lista decomponentes de membros dessa armada, que já no tempo de Felipe, II, andou pelo nosso litoral, aqui deixando não poucos povoadores. (“*El descubrimiento del estrecho de Magallanes*”, Madrid, 1920, vol. II, 141).

A não ser o recurso da hipótese que invoquei, não se poderiam conciliar as duas afirmativas contrárias, acima enunciadas.

Teríamos duas asseverações, ambas documentadas a se repelir:

- a) Oriunda de Pedro Taques, baseado em sólido documento, pelo qual Bartholomeu Bueno, o velho, teria vindo em 1571.
- b) Oriunda do jesuíta Pastell's pela qual Bartholomeu Bueno, o velho, teria vindo em 1582.

Qual dessas afirmações é a verdadeira?

Teria Pedro Taques acertado, dessa vez, visto que, o que ele diz tem o sustentáculo sólido de um documento indestrutível? Certo, ele tem errado e tem induzido em erro grave um sem número de escritores, que evocam cenas do passado planaltino, mas desta vez, o linhagista está amparado com um documento! Isso dá tal força à sua afirmação, que, a menos que, se lance mão da explicação, mencionada acima, não se pode por em dúvida o que afirma Taques.

Por outro lado, o jesuíta Pastell's é também merecedor da fé, a mais absoluta, pois ele documenta solidamente, também a sua afirmativa.

Mas, essas afirmações são realmente antagônicas? Não seria possível as conciliar, sem atirar, ao outro a pecha de falseador de documentos, ou sem se recorrer a um erro de interpretação? Bartholomeu Bueno poderia ter vindo da Espanha em 1571, com seu pai, com o que Pedro Taques teria acertado e depois poderia ter embarcado na armada de Diogo Flores de Valdez, vindo pela segunda vez, com essa armada, ou embarcando nela, quando o nauta espanhol, passou pelo nosso litoral, demandando o Prata e o fim da América, no extremo da Terra fuegiana, para depois tornar a desembarcar na capitania vicentina.

Enfim, tudo é possível, mas não me parece que tenha grande valor a controvérsia. Quer Bartholomeu Bueno, o velho tenha vindo em 1571, como quer Pedro Taques, quer ele tenha aportado em 1582, como ensina o padre Pastell's, quer ainda ele tenha vindo duas vezes, quer, por fim, seja mais verdadeira a análise interpretativa do período da “*Nobiliarchia*,” como eu disse acima, o fenômeno não se altera e nem modifica as consequências dele decorrentes (1).

1) — A propósito da data da vinda de Bartholomeu Bueno, o velho, há uma passagem documental que confirma a versão de ter esse povoador vindo na armada de Diogo Flores de Valdez, a qual foi rememorada pelo sábio historiador patricio

Em 4 de Agosto de 1590, Bartholomeu Bueno, o velho, se casou, em S. Paulo, com Maria Pires, segundo afirma Pedro Taques na sua "*Nobiliarchia*", tit. Pires; "*Revista do Inst. Hist. de S. Paulo*", XXXIX, 12), apresentando um sólido e indestrutível documento, qual seja uma escritura de dote, passada no 1.º cartório de notas de S. Paulo, no caderno de 1590, fl. 65.

Essa afirmação do linhagista é absoluta e concludente!

Não se pode admitir a mínima dúvida sobre ela, pois que, ela está documentada e nada há em contrário, senão com mera hipótese conjectural.

E' importantíssimo esse ponto, porque dele decorre a idade de Amador Bueno, que teria nascido, cerca de sete a nove meses depois do casamento de seus pais.

Ora, como este teve lugar a 4 de agosto de 1590, segue-se que Amador deveria ter nascido, entre fevereiro a abril de 1591.

Quanto a isto, não pode restar dúvida alguma! (2)

Carvalho Franco, e referida pelo padre Pastell's, com base no documento, que é a lista de membros dessa armada, negando viabilidade à versão adotada por Pedro Taques e mencionada na "*Nobiliarchia*".

Trata-se de um documento existente em "*Sesmarias*", I, 143, pelo qual o velho Bartholomeu, declarou em 1610, que estava na terra a 30 anos.

Ora, 1610 menos 30, resultam 1580, que é a data aproximada da passagem pelo litoral vicentino, da expedição de Diogo Flores de Valdez, que, por aqui andou em 1582.

(2) — A propósito de Amador Bueno, eu havia coligido as seguintes notas:

Quando teria nascido Amador Bueno?

Essa pergunta é importante, para que se possa avaliar a idade que ele teria, por ocasião dos diversos surtos do bandeirismo e por ocasião da sua aclamação.

Estou firmemente certo de que Amador nasceu em 1591, de acordo com o precioso documento citado por Pedro Taques, conforme já vimos no texto.

Mas não só esse documento, isso faz certo segurissimamente, como os indícios, que rodeiam a figura de Amador Bueno confirmam.

As idades prováveis de todos os irmãos e filhos de Amador Bueno, como as datas prováveis dos seus casamentos respectivos, conduzem ao mesmo ponto, unanimemente a afirmar de acordo pleno com o documento mencionado por Pedro Taques que Amador Bueno veio ao mundo em 1591.

Seu irmão Francisco faleceu, no sertão, em 1638, e seu irmão Jerônimo faleceu em 1644 e isso nos levaria a admitir que, eles não poderiam ter sido muito idosos, para ter forças de penetrar no sertão.

Mas os indícios documentais não param aí!

A primeira referência documental que encontrei sobre Amador Bueno, depois de buscas cuidadosíssimas, é de 1611 ("*Sesmarias*", I, 146), quando ele, então já casado e com filhos, mas não com netos, pede que lhe seja concedida uma sesmaria. Ele poderia ter, então, cerca de vinte anos, se tendo casado com 18, o que faz com que o documento, citado por Pedro Taques, seja confirmado.

A segunda referência documental, concernente a Amador Bueno, é de 1615, quando ele ingressou como governante da terra ("Actas", II, 365). Nessa data, Amador teria 24 anos.

O fato de não ter ele ingressado antes, como homem da governança da terra, comprova bem que, ele não deveria ter nascido antes de 1591, ou proximidades.

Outra circunstância, que apoia o documento sobre a data do casamento de seus pais referido por Pedro Taques, é o fato de em 1642, ser vivo, ainda, seu pai, Bartholomeu Bueno, o velho, segundo se ve de ("Sesmarías", I, 480). Para se conciliar a vinda de Bartholomeu Bueno, o velho, que por esse documento, ainda era vivo em 1642, com a data mencionada por Pedro Taques, na "Nobiliarchia", devemos atribuir a ele a idade de, pelo menos 72 anos, em se tendo em conta que para Bartholomeu, vir em 1571, deveria, ter nascido, pelo menos em 1570. A ser isso verdade, temos que Bartholomeu, por força só poderia ter sido 18 anos mais velho que seu filho Amador. Não seria possível que foses menor a diferença de idade entre pai e filho.

Dai conclúe-se que, Amador, teria então, no máximo 54 anos, tendo nascido nas vizinhanças de 1590. Com esse encadeamento de raciocínios, fica confirmado, de modo indestrutível, o documento que serve e base a Pedro Taques, para estabelecer o nascimento de Amador em 1591.

Confirmando isso, ha a notar uma circunstância significativa para se concluir a idade de Amador Bueno. E' que o biografado, entre os seus nove filhos legítimos, teve um de nome Diogo Bueno, que faleceu em 1700, de acordo com ensinamento ministrado por Silva Leme, na sua "Geneologia Paulistana", I, 432, tit. Buenos da Ribeira, que o colheu no cartorio de Orfams de S. Paulo. Ora, para que um filho de Amador Bueno tivesse vivido até 1700, necessariamente ele teria nascido entre 1615 e 1620, devendo, ao falcer, ter o filho de Amador, cerca de 80 a 85 anos, mais ou menos (podia ter tido mais, tendo nascido antes, mas isso seria improvavel).

Esse fato, confirmando o que acima fica estabelecido, parece-me ser absolutamente concludente para se estabelecer a idade aproximada de Amador Bueno.

Ainda a confirmar o documento de Pedro Taques no qual eu me baseo para afirmar que Amador Bueno nascera em 1591, temos que, entre a data do casamento de sua mãe Maria Pires, a qual foi dada documentadamente por Pedro Taques, como tendo sido 1590, e seu antepassado Pequero-bi, que viveu, mais ou menos velho, na primeira metade do quinhentismo, são consignadas cinco gerações, como eu calculei mais acima. Ora, para que essas gerações pudessem ter tido lugar, seria preciso que Maria Pires tivesse casado de 1590 em deante. Um casamento de Maria Pires, antes de 1590, não teria sido possível, pois não se poderia conciliar esse fato, com o de ter havido entre ela e seu antepassado Pequero-bi, nada menos de cinco gerações. Isso quer dizer, que Maria Pires, mãe de Amador Bueno, tendo sido trineta de Pequero-bi e bisneta de João Pires, o gago, que viveram em pleno quinhentismo, na sua primeira metade, temos de interpor entre eles, várias gerações. Como se poderia fazer isso não colocando muito adeantada a época do nascimento de Amador Bueno?

Pode-se fazer o mesmo raciocínio no concernente à Bernarda Luiz, que em 1610, mais ou menos, teria casado com Amador Bueno. Como colocar esse casamento em época mais recuada, se entre Bernarda Luiz e seu tetra-avô Tibiriçá, que viveu, mais ou menos velho, na primeira metade do quinhentismo, temos de acomodar cinco gerações!

O fato de Amador Bueno ter sido filho de espanhol, não deveria ter determinado um menor grau de nacionalismo da sua parte.

As relações do Planalto para com a Metrópole espanhola não se afinavam por um carinho muito acentuado. A colônia havia, em 1580, voluntariamente e sem protesto, passado para a dominação espanhola dos Felipes. Não se encontra na documentação, de publicação oficial, a qual eu examinei, o menor vestígio de qualquer perturbação, nem mesmo política ou administrativa da mudança da soberania, a que estava o Planalto sujeito.

Não está isso clamando bem alto de que era indiferente à região, estar sob uma soberania ou outra?

Até a soberania espanhola deveria ter sido mais vantajosa economicamente ao Planalto, pois ela acarretava a vantagem inestimável de suprimir as fronteiras dos dois reinos ibéricos na América. Com essa facilidade, os planaltinos, no exercício do apresamento, não encontravam obstáculo de monta, diante de si. A prova disso está que, ao se iniciar o domínio espanhol, logo depois, o apresamento se fez ofensivo, saindo da sua timidez primitiva e iniciando uma penetração audaciosa, por terras espanholas.

Quando teve termo o domínio espanhol, também verificamos um súbito arrefecimento no apresamento, o qual iniciou visível declínio, como se fosse contrariado por algum obstáculo!

Tenho a impressão, porém, que Amador Bueno, só por isso não iria perder o seu crioulisto, pelo contrario!

Todos os raciocínios nos conduzem ao absurdo, se formos admitir o impossível de, Pedro Taques, a-pesar-de estribado em documento, ter errado a data do casamento de Bartholomeu Bueno.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA DA REGIÃO

Nós sabemos que, Portugal ao colonizar a terra brasileira, mandou para cá gente da burguezia, de formação urbana, ou semi-urbana comercial e não'perfilada no ruralismo. O Nordeste açucareiro, e opulento transformou a formação de seus elementos fixados no indivíduo que constituiu a aristocrácia rural e latifundária de que nos da descrições exuberantes a pena fulgurante de Gilberto Freyre.

O português comerciante, marítimo, senhor da pequena propriedade semi-urbana, das redondezas das aldeias, as quais eram as quintas, que amozaicavam, aos enxames, as ribas do Minho, do Monego, de Tejo ou do Guadiana, transplantados para a vastidão territorial do Nordeste, teve que modificar a sua formação sociológica, ao se entregar ao fabrico industrial do açúcar, o qual exigia, na sua parte agrícola, o latifúndio, etc.

Mas no litoral vicentino, a estreita nesga de terras comprimidas, entre o mar e a terra, bem como no Planalto, as poucas terras livres do perigo indígena, além de outras circunstâncias, oriundas do clima e da economia agrícola principalmente, impuzeram aos povoadores, a continuação do estrato semi-urbano, mercantil e guerreiro do luso.

Daí, ter-se formado em S. Vicente e principalmente no Planalto, um grupo social, que, mantendo a formação portuguesa, logo divergiu, patentemente da formação social do Nordeste, arícola-industrial, latifundário, opulento, patriarcal, etc. se estribando na pequena propriedade e na psicologia nômade, mercantil e guerreira, que se foi estatificando na alma do grupo, cada' vez mais solidamente, à proporção em que se sucediam as gerações.

Nas sociedades, segundo os perfis em que se estratificam, se vão operando as diversificações sociais. Assim, por exemplo, nas sociedades caçadoras, são os que se distinguem, como mais hábeis caçadores e portanto os mais audazes, os mais ágeis, os mais fortes fisicamente, os mais espertos nas ciladas, etc., os' que galgam a mais elevadas camadas da hierarquia do prestígio, as mais altas culminâncias da nobreza, que assim é formada, entre o indivíduos mais destacados pelas qualidades próprias para o exercício do mister básico dessa sociedade. Nas sociedades pescadores, são os mais hábeis fisgadores de peixes os que conquistam as mais altas posições. Nas sociedades pastoris, são os pastores mais hábeis e portanto os mais prudente, os mais envelhecidos nesse mister, os

mais experientes, que sobem aos mais encimados postos, formando as camadas mais afidalgadas.

Na idade-media européia, sociedades formadas pelo exercício do músculo, em que o físico, a valentia e o esforço bélico eram as virtudes mais valorizadas, as camadas sociais se foram formando com essa base. Eram nobres e aristocratas nos prelios, em que o manejo da arma branca exigia qualidades físicas de fortaleza e de agilidade.

Depois, com o aparecimento da arma de fogo e com o advento da época moderna, com a queda espetaculosa do feudalismo, com a Renascença, com a época mercantil, houve na estruturação da sociedade européia uma modificação, terremótica. O intelecto, a habilidade mercantil e a navegação passaram a constituir padrões para a transformação social sofrida pela humanidade de então.

No povoamento do Brasil se pode observar idêntico fenômeno.

Seria natural que, Portugal, tivesse mandado para cá gente de toda extração social.

Se é verdade que, no povoamento do Brasil predominara a burguezia, fatalmente teriam vindo para cá, nos primeiros tempos, gente da velha aristocrácia, homens blazonados, que encontravam facilmente as suas estirpes representadas na sala de Cintra, gente, que enferrujára os esmaltes dos seus braços, ou esmaeceram as cores de seus lambrequins, ou se prenomeavam com títulos ribombantes, desde o de simples "doms", até ao de Marquêses", passando pelo de "cavaleiro fidalgo", ou de "moço da câmara". Com esses homens, que se haviam despegado dos degraus do trono e que constituem as origens de quasi todos os títulos de Pedro Taques, vieram os plebeus, os burguezes, e, dizem, que, até degradedos pelas violações das normas absurdas do famoso livro 5.º das Ordenações!

Ora, essa gente toda, aquí se teria nivelado, igualada em bitoladas qualidades que se faziam mister para ser enfrentado o novo mundo. As virtudes, necessárias para serem vencidas os obstáculos americanos, não eram as mesmas que haviam engrinaldado os seus possuidores, que, na Europa, haviam conseguido subir aos mais altos degraus sociais.

De fato, que adeantava a um "Marquês", ou a um "Dom", em uma luta contra uma fera ou contra uma turba de antropofagos! Seria mais vantajoso, nesses embates, no novo mundo, qualidades, que podiam estar a ornar um plebeu ou a um degradedo.

Assim, logo ao chegar ao Brasil a onda povoadora teria nivelado os seus componentes, ficando, de início, estabelecido um só padrão. Só depois, paulatinamente, com o contato com as condições do novo meio, alguns se foram destacando, pelas suas virtudes, aptas á novas lutas, e, com isso, se coroados de prestígio, o qual se foi consolidando com o passar das gerações e portanto dos tempos.

Dessa maneira, pois, se teriam estabelecido as camadas sociais no novo mundo.

As hierarquias se foram diferenciando e as camadas sociais se estabelecendo. As mais aptas destas às condições ambientais, foram sobrepujando as mais, de modo que, logo nos diferentes núcleos coloniais, alguns foram galardoados com a aura do prestígio e outros foram relegados às *geenas* da inferioridade.

No Planalto, esse fenômeno, por certo, ocorreu, também, com a diferença, que aí, as virtudes, que fariam alguns vencer as condições do novo meio e das respectivas economias, como das suas particulares situações, não eram as mesmas que, as que se faziam mister alhures, ainda que no Brasil.

Como as circunstâncias, que rodearam os moradores do Planalto, quer as de origem na mezologia física, quer as decorrentes da economia regional, ou as derivadas da psicologia dos moradores, altaneira, ouzada, bravia, amante de independência, arrogante, etc., ou as próprias ao seu gênero de vida aventureiro guerreiro, semi-nômade, etc., eram as que exigiam energia, firmeza, audácia, altivez, bruteza, etc., as personalidades, que se destacavam pelas suas qualidades próprias para enfrentar essas circunstâncias, as que mais prestígio gozavam e as que mais alto haviam erguido as suas cotações.

De fato, o Planalto era uma região rudíssima. Os indivíduos, para aí viverem, deveriam se revestir de couraça psicológica e se armar com elementos próprios para os fazer vitoriosos. O modo de vida do morador planaltino, era o bandeirismo de apresamento, aventureiro, bravo, nômade, agreste, audacioso, esforçado, guerreiro, cruel, etc.. Quem tivesse feito para se destacar nesse meio, e estivesse armado para se sobressair nessa vida, que roçava com a barbaria, deveria fatalmente galgar as altas culminâncias do prestígio. Por outro lado, quem não tivesse o seu físico e o seu moral, para vencer esse prelio vital, eram suplantados, na marcha fatídica e implacável das seleções sociais, pelos mais aptos.

Isso é o que, ensina a lógica e o bom senso, além de serem os ditames que a Sociologia espalha, sem contestação possível (1).

Só os indivíduos bem perfilados de qualidades de, bravura, de intrepidez ou de ânimo, poderiam vencer no Planalto, ganhando prestígio, nesse meio arestoso, formado por gente que estava sempre em convívio familiar com a morte e a aventura. Os tímidos e os amedrontados não podiam encontrar vitória, e, perante o conceito de seus parceiros, eram deixados em planos inferiores.

1) — Eu não estou isolado em ter essa concepção de história.

Muito antes de mim, já Paulo Prado dizia, no Prefácio de seu nunca assaz enaltecido "Paulística":

"Os documentos — já o disse Ferrero — nada elucidam si o espírito humano não os liga, não os encadeia e os faz fallar, e essa dificuldade muitas vezes augmenta a abundancia documentaria. Os factos, por seu turno, são apenas dados, indícios, symptomas em que apparece a realidade historica, são manifestações momentaneas do vasto processo vital."

Com isso, temos que, no Planalto, eram os moradores, que mais se evidenciavam no apresamento, nas correrias atrás do índio, ou nos rebates, em que os paulistanos se enfileiravam, militarizados, em socorro no litoral ameaçado, etc., os que mais alto se nivelavam.

Em síntese, o Planalto albergando uma sociedade econômico-militar, só outorgava prestígio e valimento aos homens de proceder másculo e truculento. Os que não se bitolavam por esses delineamentos, poderiam ser prestigiosos, mas não na sociedade planaltina.

Os povoadores portugueses, aqui aportando haviam também trazido uma tradição eminentemente municipalista, eivada de profundo sentimento de "self-government". Foi estabelecido aqui, pois, o regime municipal, elevado ao máximo de sua intensidade. As células governativas municipais, estabelecidas na capitania vicentina, atingiam às raízes de verdadeira soberania. Penso que, podemos sintetizar as causas dessa feição municipalista da nossa célula municipal no seguinte quadro:

- 1.º Tradição portuguesa.
- 2.º Revolução comercial nos fim da idade-média.
- 3.º Feição militar das células municipais brasileiras.
- 4.º Conquista e defesa da terra pelos crioulos e governantes municipais.
- 5.º Constituição da governança municipal pelos "homens bons" da terra, isto é pelos melhores elementos da população, os quais deveriam ter o máximo prestígio.
- 6.º Isolamento e meio físico de difíceis comunicações com a Metrópole.
- 7.º Pobreza intensa dos núcleos vicentinos determinando a Autarquia, a Pequena propriedade e a Policultura.
- 8.º Abandono pela Metrópole.

Essas causas podem ser analisadas da seguinte forma:

A tradição portuguesa, trazida para o nosso continente pelos primeiros povoadores, teria sido cunhada no espírito do povoador pela configuração geográfica do sólo enrugado da península ibérica, cavada de vales profundos, que se alternam em desordem com as serras formadoras dos limites das bacias fluviais do Minho, do Douro, do Vouga, do Mondego, do Têjo, do Guadiana, do Guadalquivir, do Ebro, etc.. As populações ibéricas localizadas em pequenas aldeias e em quintas isoladas, como minúsculas propriedades de um grande jardim, separadas por essas rugosidades de uma configuração ingrata, ficavam relegadas e abandonadas pelo poder central, à sua própria governação. Assim, devido à incuria e à desídia do centro, as células municipais foram se desenvolvendo em "crescendo" incontido, a ponto de absorver grande soma de poderes, antes exercidos pelo centro, que pelas dificuldades de comunicações se viu na contingência de abandonar a si mesmo, as partes menos acessíveis. Com isso, durante milênios, a alma portuguesa foi se forrando de um localismo, o qual, mais desenvolvido pelo comercialismo aventureiro dos portugueses na Índia e nos mares, nos foi transmitido por herança, que aqui proliferou.

A revolução comercial, que se operou nos fins da idade média, realizou uma série grande de fenômenos, que podem ser constatados pelo observador percuciente da história humana.

Essa revolução comercial, que poz termo ao feudalismo, que determinou a extinção de quistos econômicos e autárquicos, amosaicados pela Europa, teve como instrumentos causadores de todas essas modificações, as invenções da pólvora, da caravela, da bússola, do papel, da imprensa, etc.. Essas inovações, aplicadas no fim da escura idade média, fizeram com que, surgisse uma nova sociedade, uma nova organização política, uma nova ordem econômica, iniciaram o intercâmbio interlocal, interregional, internacional e intercontinental, para o que foi preciso que, estradas fossem traçadas, que, linhas de navios fossem estabelecidas, etc..

Pode-se dizer que, então, a historia da civilização humana começou a viver, pois havia terminado a era tétrica e trevôsa da idade média, durante a qual o homem, abarbarado e carniceiro se engolfou em misticismo impnetravel, passando mil anos a marcar passo no desenvolvimento social, mental, o qual se atrofiou completamente.

Ôra, isso tudo sulcou na alma do povoador um rasgo marcado, no qual se firmava um espírito urbano, comercial, e aventureoso, como vimos. Esses traços, foram transplantados para os que formavam as nossas incipientes câmaras municipais, as quais tinham que se revestir dessa feição, que lhes davam os seus componentes.

Isso tudo forrava a formação dos povoadores da terra brasileira de um tal particularismo municipal, que não houve força centralizadora, que pudesse deter a marcha político-social na trilha de ter o poder municipal o máximo do seu desenvolvimento.

Correndo em paralelo com os elementos acima mencionados, temos que, o contorno dos nossos antepassados quinhentistas, marcava profundos traços de psicologias rudes e com decididos pendores militares, pois esses nossos maiores do século XVI, guerreiros e aventureosos, conquistavam e defendiam a terra brasileira, contra o indio e contra o corsário francês, holandês, ou inglês. Assim, providos de mentalidade bélica, os moradores eram muito mais másculos e falavam muito mais fortemente, do que se fossem outros indivíduos. Naturalmente os poderes, por essa gente exercidos, o eram de forma mais varonil. Eles absorveriam muito, do que lhes era deixado por gente fragil, que empunhava, na Metrôpole o leme do Governo, com mãos túbias. Assim, os organismos próprios, crioulos e municipais, foram adquirindo consistência granítica e volume bojudo.

Isso adquiriria uma cobração mais acentuada, em se tendo em conta que, os poderes municipais eram exercidos pelos legítimos conquistadores, e defensores da terra, contra os seus inimigos externos e internos. Isso teria dado a eles, ante o solhos perplexos dos reinois, governantes metropolitanos, um prestígio tão grande que, ninguem, lá, ousava se antepor a eles, com o que os poderes municipais, graças a isso tambem, foram se dilatando.

Para aumento do prestígio desses homens, que eram os verdadeiros senhores da terra, pois que, eles a haviam conquistado, como a haviam defendido, havia a circunstância de que eles eram os melhores elementos da região, isto é, formavam os "homens bons", os quais se constituíam da nobreza da terra, da sua verdadeira elite, dos elementos, que mais se destacavam nos diversos misteres a que se dedicava a região (1).

A pobreza, que era o estado econômico, em que se estarcia a agredo humano vicentino e principalmente o planaltino, como vimos alhures neste trabalho, produziram as seguintes consequências, as quais, por sua vez, se fizeram causas de eventos cheios de importância no evoluir da nossa região.

A pobreza, teria, como é curial que tenha sido, gerado a fraqueza do poder de compra ou o poder aquisitivo dos planaltinos e isso teria impedido o comércio importador de cousas reinóis. A lógica e o mais rudimentar raciocínio nos conduzem à essa fatal conclusão.

O isolamento, em que se achava a colônia vicentina, afastada de Portugal, por uma navegação difficilissima incomodissima e inefficientissima, bem como enferrujadissima, teriam concorrido para que a região vicentina fosse afastada da comunhão portuguesa. O Planalto, ainda, elevava esse isolamento a um nível, que se majorava em espantosas dificuldades na transposição quasi impossivel de um meio fisico ingrattissimo. De fato, uma cordilheira eriçada de obstáculo, os quais se viam alternados, em sucessão desordenada de rudissima morraria, com profundissimo abismo e precipícios sem conta, no meio de pedregais arestosissimos e de mataria intransponivel, era a barreira separadora do Planalto de seu litoral amornado pelo sol tropical tórrido e por miasmas pestilenciais (2).

Como vencer essa barreira, que para a atravessar, eram demandados

1) — A esse respeito, diz Paulo Prado:

"Do typo ancestral falta, porem, ao Paulista moderno, a ancia de liberdade e independencia que deo um cunho, tão caracteristico ao habitante da velha capitania. O amor e a devoção ao poder, herdados da estúpida tyrannia dos governadores do seculo XVIII, completavam a obra de decadencia que se iniciára nos primeiros quartéis desse seculo pelo phenomeno dispersivo de desagglomeração individualista e que tinha transformado o pioneiro e aventureiro em povoador, mineiro ou fazendeiro. O velho Paulista aos poucos se mudára no arrivista pacifico, que a tudo antepõe a paz submissa e o duvidoso enriquecimento". — *Paulistica*", 41 e 42.

2) — No seu admiravel "Paulistica" 15, o atico historiador patricio Paulo Prado já dizia, à proposito do isolamento do Planalto:

"Nessa lenta desaggregação, nessa decomposição que foi a morte de Portugal heroico, no deserto piratiningano, "NO MEIO DESTESERTÃO E CABO DO MUNDO, como dizia o padre Cardim, ISOLAVA-SE, ao findar o seculo XVI, um nucleo de rude população quinhestista, que ia augmentar e proliferar protegido pela propria natureza hostil.

Importancia capital ia ter o Caminho do Mar na constituição da indivi-

prodígios de acrobacia, em que os mais ágeis e os mais fortes, conseguiram passar, mas os que não podiam realizar a ginástica e o equilibrio não conseguiram galgar? Eis, o isolamento em que se via o Planalto!" Como pensar em estabelecer uma corrente, mais ou menos volumosa, de importação do Reino? Isso teria sido impossivel, se, porventura o planaltino, pelo baixissimo teor de seu poder aquisitivo, já não tivesse um motivo imperioso de importar muitissimo pouca cousa do Reino, mantendo, com a Metrópole, uma ligação comercial qualquer. Um isolamento, quasi que absoluto, se teria feito imperiosamente, com essas causas facilmente verificaveis.

Desse isolamento, acima referido, de modo irretorquível e claro, o Planalto teria sido obrigado a um regime de autarquia a mais rigorosa. Não podia importar nada da Metrópole, visto como a sua pobreza não lhe outorgava o necessário poder de compra e alem disso um isolamento geográfico, a mais completo e hermético, que se possa imaginar encerrava qualquer via de acesso ao Planalto, por uma corrente importadora do Reino.

Os documentos, por mim vistoriados, em mais de duas centenas de

dualidade historica de S. Paulo. Foi elle mais do que qualquer outro, o elemento que preparou e facilitou desenvolvimento da raça, constituindo o que Moritz Wagner denominou, na formação das especies, um "centro de isolamento".

Segundo a theoria de Wagner, desenvolvida pelo grande Ratzel, pae da Anthropogeographia, os factores principaes desse processo da formação são a adaptação dos individuos immigrados ás novas condições de vida que encontram, a transmissão dos característicos individuaes dos pioneiros colonos aos seus descendentes, produzida pela reprodução entre consanguineos trazendo o desenvolvimento dessas mesmas características;— e afinal, a acção niveladora e compensadora do cruzamento. (Moritz Wagner; "Die Entstehung der Arten durch änlliche Sonderung", Basel, 1889. —) Frederich Ratzel: "Anthropogeographie.)

Admiravel applicação tem esta lei biológica na constituição ethnica do typo paulista, habitante segregado do mundo num altiplano que defendia uma quasi intransitavel via de comunicação, como na antiguidade grega o interior montanhoso do Peloponeso era a suprema roca defensiva de toda a Hellade."

Mais adiante, a pagina n. 34, ainda sobre o isolamento planaltino, diz o douto Paulo Prado, no seu magistral "Paulistica":

"Agrupamento isolado e longuinquo, só ligado ao resto do paiz pela origem primitiva da lingua e religião pela antiga e vaga Fidelidade ao rei, a reunião de Portugal e Hespanha veio ainda mais favorecer e desenvolver os intentos de vida propria e independente desses aventureiros que se fiavam "En LAS ELEVADISSIMAS ROCAS QUE HACEN INACESSIBBLE SU PAIZ A LOS SOLDADOS DE FUERA", como informava um documento jesuita, e como já o experimentava nas Thermopilas do alto da serra a milicia de Salvador Correia. Essa independencia e isolamento foram os traços característicos do povo de S. Paulo durante todo o desenrolar da historia do Brasil."

Seria crível, então que um povo, assim caracterizado, não tivesse se insurgido, contra Portugal? — Como se vê, eu nada inovei! Apenas conclui!

inventários dos 2 primeiros séculos, confirmam, de modo absoluto, essa conclusão. É raríssimo se encontrar, nas páginas desses papéis velhíssimos, publicados pelos poderes públicos, cousas vindas da Metrópole!

Essa autarquia, que todos podem verificar, em que vivia o Planalto, para poder ser vigente, teria imperiosamente exigido a policultura. De fato, para que o Planalto tivesse podido se suprir de tudo quanto necessitava para viver em civilização, uma vez que não podia importar do Reino, teria que produzir aqui. Daí a policultura forçada! (3).

Dessa policultúra forçada, mas que condizia com a pequena propriedade, no Planalto vigente, conforme já deixei demonstrado (Ellis, "*Raça de Gigantes*"), ainda mais se coadunava com a formação portuguesa, segundo se pode verificar acima, resultou a democracia reinante, de modo absoluto, no Planalto. Já temos constatado esse espírito no qual esteve empolgado toda a região piratiningana. Havia, no Planalto, um nível igual para todos. Não havia saliências desse nível. Aí estão os documentos dos dois primeiros séculos, para comprovar essa conclusão. Em mais de duas centenas de inventários publicados, encontramos estupenda paridade econômica, média de todos os acervos. Pelas suas posses excepcionais, o que os marcava como pessoas muito abonadas, destacavam-se alguns. Isso eram, entretanto aberrações da normalidade, que estabelecia a média dos bens arrolados, que vigorava para a quasi totalidade dos que foram inventariados, (4).

Esse espírito democrático, irmanado com a pequena propriedade, com a policultura e com a autarquia aparece em todas as instituições planaltinas, que se tem podido reconstituir. Assim é que a organização da bandeira espelha nitidamente esse espírito. Isso reflete nitidamente o que, havia no Planalto, do qual a bandeira foi mero reflexo.

Aliás não é só no Planalto, que se encontra a sincronização desses elementos todos, com a pequena propriedade, a autarquia, a democracia e a policultura. Um estudo sociológico dos "puritanos", colonizadores britânicos da New England, nos mostra a perfeita veracidade da tese que sustento, obtendo-se a contra-prova com a observação do que aconteceu com patriarcalismo escravocrata e latifundiário da Virgínia, empolgada pela monocultura esterilizante, exatamente como acontecia ao Nordeste brasileiro, admiravelmente bem observado, pela sociologia percutiente de Gilberto Freyre, no seu magnífico "*Casa Grande & Senzala*".

A essas causas todas, que militavam unânimes em fazer resultar o municipalismo o mais intenso, devemos acrescentar uma última, a qual também teria impulsionado o corpo social nessa mesma direção. Quero

(3) — V. trabalho de Gerson Costa e Eli Picolo, na segunda parte deste Boletim.

As pesquisas publicadas mais adiante nos oferecem base solidíssima para essa conclusão e confirmam os raciocínios alinhados acima.

(4) — V., a esse respeito pesquisas de Gerson Costa e Eli Picolo, publicadas neste Boletim.

me referir ao abandono, em que esteve a região vicentina, durante muitos séculos, esquecida pela Metrópole, que a relegou à uma situação de absoluta inferioridade.

Essa causa, que parece não ter sido a que menos influência teve no "self government" local, não foi extensiva a outras regiões brasileiras, como muitas das que foram enunciadas. A atuação dela, em favor do municipalismo é facilmente compreensível.

Nós sabemos que, do Brasil, o Nordeste era opulento e mantinha um intercâmbio ativo com a Metrópole européia, enquanto que o Sul vicentino, pobre, relegado mesmo à miséria, não mantinha com a Europa corrente exportadora ou importadora. O único comercio exportador da região consistia em escravos ameríndios, apesados pela indústria plantina.

Não havia outras cousas, para serem exportadas. Essa exportação, entretanto, não era dirigida para a Metrópole, mas sim para o Nordeste açucareiro, que imperiosamente exigia não de obra. Os documentos, por mim analisados, confirmam esplendidamente, essa afirmação que é concluída pelo simples bom senso, pela lógica, como por um raciocínio, que constitue preferencialmente a minha orientação. Nada concluo, que não convença o meu raciocínio, bem como não se estribe na verosimilhança e no espírito de lógica, amparado pelo bom senso.

Assim, o único gênero de exportação, da longiqua capitania vicentina, era o escravo ameríndio. Nem seria crível que houvesse outra exportação, por parte do Planalto, isolado por uma serra, que era uma seriação infundável de arestas, que se alternavam com precipícios e valados os mais profundos (5)! Para fazer com que a mercadoria, atravessasse essa barreira, ela iria chegar ao consumo muito onerada, em situação de não poder arcar com a concorrência de outras congêneres, provenientes de zonas mais afortunadas e nas quais as comunicações se fizessem mais faceis e mais baratas. Além de que, todos os gêneros vegetais, que poderiam ter sido produzidos pelo Planalto, já o eram, em muito melhores condições por outras regiões tropicais, mais próximas do opulento Nordeste, ou pela Metrópole européia, situada em clima temporado, que podia os fornecer a esse mesmo mercado nordestino, com o qual estava relativamente bem ligado por boas comunicações marítimas.

Assim, segundo o raciocínio exposto acima, a capitania vicentina ex-

(5) — A' propósito da serra de Panapiacaba cujo caminho ligado do Planalto ao Litoral atravessou, em meados do seculo XVII, assim se exprimia o jesuita padre Simão de Vasconcellos, na sua "Chronica da Companhia de Jesus", publicada em 1663:

"Não é caminhando que se faz a maior parte da viagem, é de rastros sobre as mãos e os pés, agarrando-se ás raizes das arvores, em meio de rochedos pontegudos e de tão terríveis precipícios que eu tremia, devo confessal-o, quando olhava para baixo. A profundez do vale é aterrorizante e o numero de montanhas que se elevam, umas por cima das outras, faz quasi perder toda a esperanza de chegar ao fim. Quando se acredita estar no cume de uma delas, chega-se ao sopé de outra mais alta ainda."

portava unicamente escravos, para o Nordeste, ávido de mão de obra. Era nisso que repousava toda a organização econômica regional planaltina.

Quanto à importação, a situação não se fazia melhor. Pelo contrário! Sabemos que, a importação, em tese, é apenas um resultado da exportação. Esta dosa aquela. Ou, antes a exportação regula a importação. Esta não pode ser maior do que aquela. Se a exportação é pequena, o poder de compra do grupo humano, também é pequeno e tem forçosamente que se regular pelo que ele vende. Como os vicentino-planaltinos exportavam muito pouco e viviam em regimem autárquico, também importavam o mínimo que se possa pensar. Confirma plenamente esse raciocínio, lógico e claro, a amplíssima documentação publicada oficialmente. Percorri, em pesquisas minuciosas toda essa documentação, como principalmente aos inventários planaltinos, encontrando, nessas buscas, a confirmação mais absoluta da conclusão que expús acima, a qual se pode resumir em que o Planalto não mantinha comércio apreciavel. Ao par disso, temos que, a população da capitania era mínima, dotada de fraquíssima capacidade tributaria. Essas premissas fazem certo de que, a arrecadação fiscal da Metrópole, na capitania vicentina e portanto no Planalto, era insignificante.

O mesmo fenômeno não era de se observar no Nordeste baiano ou pernambucano, onde a indústria-agrícola da cana de açúcar, outorgava as essas regiões valores econômicos, em média, quinze a vinte vezes maiores que os relativos à capitania vicentina. Assim, a Metrópole, não só, era atraída a dedicar mais atenção a essa partes brasileiras, que mais rendiam em arrecadação fiscal, como constituíam para a indústria e para o comércio metropolitano os melhores mercados compradores e consumidores.

Seria, natural que, pela sempre ávida e gulosa Metrópole fosse dedicada muito atenção e carinho a essas partes que lhes rendiam muitíssimo mais do que a miseravel região vicentina, relegada e esquecida no extremo sulino das partes lusitanas na América, sem arrecadação fiscal e sem poder constituir mercado para o produção reinol.

Dessa insignificância econômica teria fatalmente resultado o esquecimento e o abandono da Metrópole e desse esquecimento e desse abandono resultou, como é facil se concluir, o aumento da independência local e, portanto, o fortalecimento do poder municipal.

* * *

Essas causas todas militando no mesmo fim, colimando o mesmo objetivo, caminhando na mesma direção, impulsionando a nossa organização político-social-administrativa, na mesma orientação diretiva, todas sincronizadas em torno do mesmo princípio, teriam feito resultar o grande avultamento da célula municipal, a qual no Brasil todo, chegou à grande porte, mas na capitania vicentina, atingiu ao auge no seu desenvolvimento.

CAPÍTULO V

O APRESAMENTO

O apresamento erigido no Planalto em meio de vida, não foi um divertimento aventuroso, um passa tempo de gente rica, ou o quadro brilhante de uma premeditada epopéia, na qual os seus protagonistas agiriam impulsionados pelo esforço heróico de realizar a grandeza material de alguma pátria! Não! Nada disso!

O apresamento foi uma ocupação econômica, a que os planaltinos estavam predeterminados, afim-de remediar a miséria, em que foram relegados pelas condições geográficas, sociais e econômicas. O apresamento foi, um ciclo econômico, que exigia um esforço bélico importante e condições de moldagem psíquica especial. O apresamento foi um recurso econômico, imposto pelas circunstâncias ambientais externas, as quais constringiam fatalizadamente os moradores do Planalto. Estes, vencidos na batalha anônima e surda do açúcar, em que o Nordeste foi o vencedor, por larga margem de pontos, tiveram, para suprir as suas necessidades de civilizados, de levar a cabo o ciclo do apresamento.

Este, por certo, já existia, antes da batalha do açúcar, pois Martim Afonso, já viera encontrar aqui o apresamento em rudimentar início, ou antes em alicerces, pois ele satisfazia, apenas, as magras exigências suplementares no mínimo mercado reinol, o qual supria as suas precisões na costa litoranea da África. Assim, era bem minguado o apresamento inicial, antes de Martim Afonso, pois era bitolado pelos preços minúsculos, que pelo índio, pagavam os europeus, mais apreciadores da melhor mercadoria humana de ébano, que o próximo litoral africano oferecia em abundância, a baixos preços. Por certo, Ramalho, seus filhos, e os habitantes mamelucos de Piratininga, viviam sempre em correrias, pelas cercanias do alto Tieté ou do vale do Paraíba, mas a quantidade de índios apresados não teriam sido grande, dada a mesquinhez da procura, e dada, ainda, a miséria em que achavam os planaltinos, como nos revelam os documentos dos quinhentos. Fosse mais volumosa a quantidade dos apresados, na época pre-martinafonsina, os documentos não nos teriam evidenciado tanta pobreza no Planalto!

Só, depois que o açúcar se fixou e se desenvolveu no Nordeste, é que, a demanda pelo braço, indiretamente clamada pelo agricultor e pelo industrial, que haviam vencido a primeira batalha de açúcar, fez com que tivesse grande incremento a indústria do apresamento. Esta foi mera consequência da derrota vicentina na primeira batalha do açúcar. Assim, foi o Nordeste, que indiretamente, através dos preços, altamente convidativos, que oferecia, pela mão de obra indígena, o causador do apresamento.

E' certo que, existe muita gente ignorante, que tem pretensões à cultura enciclopédica, que ainda, pensa que, o apresamento foi uma consequência do espírito abarbarado e cruel do planaltino! Esses devem retificar as suas noções erradas, para que não continuem a intoxicar o próximo, com suas versões pouco ineligentes, veiculadas à custa de sua situação eventual.

O apresamento foi a realização de um trabalho determinado, o qual visava um certo lucro. E' isso de se recriminar? Não fazem a mesma cousa os médicos, os dentistas, os magistrados, os professores, os sacerdotes, etc.? Não é o fito de lucro, que movimenta, ou que motiva tudo na vida? Pois era isso que buscavam os apresadores.

Se com isso, foi dilatada a área territorial da Capitania vicentina, não houve intensão prévia no que sucedia, senão inconsciente e indiretamente. Nessa época remota, ainda não havia a noção de pátria, como hoje a concebemos, de modo que, é simples raciocínio retrospectivo que elimina qualquer intenção idealística na atividade apresadoras.

Com o exposto, o apresamento resumia, nos dois primeiros séculos, a grande função planaltina. Só se cuidava do apresamento, que centralizava todos os interesses, todas as atenções, todos os pensamentos, todas as atividades, etc., no Planalto, durante o quinhentismo e o seiscentismo. Além de quasi toda a intensidade vital planaltina se concentrar no apresamento, só restava uma parcela diminuta, que os planaltinos dedicavam à lavoura pequena, que circundava o povoado paulistanico, a qual produzia para o consumo local unicamente, (os documentos por mim examinados, revelando um pequenissimo número de ferramentas usadas na região e uma resumida área cultivada, outorgam essa conclusão).

Sendo o apresamento a base econômica, quasi que exclusiva do agregado humano de serra-acima, seria natural que uma estratificação social se operasse tendo por alicerce basilar o apresamento. Assim, todos os indivíduos que se destacassem nesse capítulo de atividade, tenderiam a subir na escala social, assim como todo o indivíduo que se situasse em nível inferior no apresamento, também seria relegado a um plano inferior na hierarquia social, que se sedimentava nesse século dos quinhentos.

Eis que, os grandes títulos nobiliárquicos de Pedro Taques, na sua monumental "*Nobiliarchia*", teriam sido encimados por figuras, que se colocaram nessa eminência pela sua atividade salientada no apresamento. Mesmo os Buenos que formaram um título, dos mais importantes da obra imperecível do linhagista, tiveram o seu lugar conquistado, pela soberba atuação dos irmãos de Amador Bueno, no apresamento, dois dos quais, Francisco e Jerónimo, morreram no sertão, pelos filhos e genros do aclamado de 1641, que tomaram parte na grande bandeira de 1628-1629, contra o Guairá, bem como na de 1637-1638, contra Tape; pelos sobrinhos, os dois Anhanguera, ou por Bartholomeu Bueno de Siqueira, que foi o descobridor do ouro, nas Gerais, etc..

A sociedade planaltina, pois, em fins do quinhentismo, fatalmente es-taria estruturada no apresamento. Só deveria ter prestígio e valia, en-

tão, no agregado humano do Planalto, os que eram tidos como esforçados e valorosos nesse capítulo, que era a infra-estrutura do grupo civilizado avançado, em serra-acima na capitania vicentina.

Os indivíduos, que, não logravam essa preeminência social, eram, por que haviam se comportado mal, por motivos vários, no apresamento, não tomando parte de corpo e alma, nesse ciclo, que empolgava todas as energias e valores piratininganos.

Assim se constituiu a plebe planaltina, a qual resvalada das altiplanuras, entretanto, não se ombreava com a massa de mamelucos, soldados das empresas de apresamento, mas formavam no povoado piratingano o grupo aburguezado que realizava a função dos vários artífices e dos comerciantes, ou industriais, ou de fabricantes de artigos que se faziam precisos para a manutenção dos planaltinos em civilização. Assim, para que houvesse um núcleo de civilização, eram preciso carpinteiros, alfaiates, chapeleiros, moleiros, etc..

Quem iria exercer essas funções sedentárias e pacíficas?

Evidentemente que, esses misteres requeriam pessoas de feitio psicológico avesso às correrias truculentas e aos assaltos violentos, bem como às caminhadas enormes, ou aos sacrifícios sem conta. A eles, deveriam ser entregues essas profissões, que não se aureolavam com o heroísmo, o denodo, etc.. Mas, também, se essa gente era aquinhoada com misteres mais acomodaticios, urbanizados em profissões mais chegadas a uma vida mais vegetativa e familiar, procriadora e patriarcal, e menos arestadas de sofrimentos espinhosos e de dispêndios de energias másculas e aventureiras, em proceder tumultuoso e virulento, também, ela não conseguia galgar as altas camadas do prestígio, etc..

E' certo que, alguns dos indivíduos pacíficos e acomodados em tiebiza psicológica, se emparelhavam com as camadas mais altamente colocadas. Eis numerosos casos, como o de Amador Bueno, por exemplo, em que um simples comerciante e industrial, como era ele, se ergueu às alturas das camadas as mais elevadas e renomeadas da região. E' que os seus parentes, colaterais, descendentes, ou pessoas de sua família, haviam se destacado muito na epopéia do apresamento, tornando possível um erguimento de seu nome aburguezado e enriquecido no comércio e no indústria, até as raias elevadas do prestígio e da aristocracia que se formava na região. Por certo, Amador, era filho de um simples carpinteiro, mas pela sua via materna, ele procedia dos Pires, que se haviam destacado nas primeiras aventuras do apresamento, bem como das primeiras lutas contra os franceses do Rio de Janeiro, em 1565 ou em 1567, ao lado de Estadio de Sá, ou de Anchieta, ou na defesa da "acrópole" paulistana, contra os tamóios de 1562, ao lado de Ramalho ou de Nóbrega. Seu tio, Salvador Pires de Medeiros, foi uma dos sertanistas mais evidenciados e na grande bandeira de Guairá, conta-nos o Prof. Tau-nay, baseado na "Relacion de los Agrabios", (1). Além disso, Amador tinha vários irmãos, que reunia mglórias não pequenas no apresamento. Eram Francisco e Jerónimo, além de outros, cujas vidas não se conhecem bem. Os filhos de Amador Bueno haviam chumbado ao nome do

aclamado de 1641, uma fama caminheira, com suas aventuras no Guairá, em 1628-29.

Os genros de Amador, os dois fidalgos espanhóis, Juan Matheus Rendon e Francisco Rendon, também haviam tomado parte evidenciada na conquista do Guairá, atuando na família de Amador como duas poderosas e incoercíveis forças prestigiadoras do nome do sogro, relegado a um sedentarismo próprio de seu feitio psicológico pouco animado ao desconforto de peripetivas erçadas de privações e de sacrifícios.

Personalidades assim, tão bem afamadas, conseguiam escapar à regra geral, acima exposta. Eram as exceções, confirmando a norma social que deixei enunciada.

Teria sido assim que Amador Bueno, por exemplo, teria sido salvo do desprestígio, guindado às elevadas camadas do grupo social planaltino, pelo proceder másculo de seus ascendentes Pires, de seus filhos e genros, fidalgos espanhóis, já por si imensamente prestigiados e de seus irmãos, destacados nos méritos que os faziam azes no ciclo econômico do apresamento que era a grande preocupação do Planalto.

(1) — O fato de Amador Bueno ter tido um tio como chefe destacado da grande bandeira de 1628-29, naturalmente não obriga à conclusão de que ele deveria ser mais moço, mas é um indício não desprezível de que, ele, Amador Bueno, deveria ter idade limitada.

Um sobrinho poderia ter sido mais velho de que o tio, mas isso não era provável, de modo que seria natural que Salvador fosse mais idoso do que Amador.

CAPITULO VI

O DOMÍNIO ESPANHOL

As conseqüências do domínio espanhol, em relação aos núcleos coloniais brasileiros podem se resumir nas seguintes:

- a) Atrair, para as colônias lusas a inimizade dos inimigos da Espanha e contra os quais, os domínios portugueses nada tinham. As hostilidades da Holanda advieram, unicamente motivadas pelo domínio espanhol. Tivesse o Brasil continuado estritamente com os lusos, os flamêngos não teriam nos atacado, com as conseqüências e os resultados que as lutas holandesas proporcionaram à colonização.
- b) Integrar no Planalto elevado número de colonizadores espanhóis, que vieram nesse período, se fixar entre nós, tais como Bartholomeu Bueno, o sevilhano, Joseppe de Camargo, Baltazar de Godoy, Francisco Martins Bonilha, Martim Rodrigues Tenório, etc., e se tornaram pontos de partida de estirpes, que se perpetuam avolumadas até os nossos dias (essa consequência foi unicamente efetiva ao Planalto, pois aí é que houve colonização espanhola).
- c) Incrementação do apresamento, em razão da supressão das fronteiras entre a América lusa e a América espanhola e de se ter localizado na América espanhola o viveiro de índios amansados que eram os componentes das organizações jesuíticas, (essa consequência só teve lugar, em relação ao Planalto).

De fato, tendo a Espanha passado a formar um só corpo político com Portugal, as colônias dos dois reinos ibéricos, confundidas em uma só unidade, deixaram de ser separadas por fronteiras, que teriam sido obstáculos, bem defendidos, se, porventura essas colônias ibéricas não se tivessem unificado nas cabeças amortecidas dos Felipes.

Com a unificação dos dois reinos em 1580, as suas colônias ficaram, também confundidas. Mas esse evento, só de per si, não teria gerado os resultados que são de se observar.

Logo após haverem os Áustrias tomado conta do trono dos Aviz, foi concedida aos jesuítas uma área imensa, nas terras propriamente da Espanha, para que fôsse realizada aí a sua grande obra de cristianização e de civilização de ameríndios. Estes foram reunidos nos viveiros dos estabelecimentos jesuíticos de Guairá, de Tape, do Itatí, do Uruguai, etc., e aí amansados e tirados da selvageria, em que estavam antes.

Isso, constituiu um grande e poderosíssimo "iman" atraidor da gula planaltina.

Pois se os moradores do Planalto viviam do apresamento dos ameríndios e estes eram reunidos em centenas de milhares, amansados, civili-

zados, ensinados, etc., pelos jesuítas, em regiões próximas ao Planalto e ligadas a ele, por caminhos cómodos, como o de Peabirú, isso constituía um irresistível convite aos moradores de Piratininga, que assim tiveram o apresamento grandemente incrementado, durante o período do domínio espanhol.

De fato, o domínio espanhol começou em 1580, e logo após, os documentos nos relatam o início da ofensiva apresadora, com o capitão Jerônimo Leitão. O bandeirismo, que havia estado, até então, em defensiva prudente, em um raio de ação mínimo, em torno da "acrópole" achietana, tomou a iniciativa de incursões mais distantes, sobre os carijós.

Esse domínio espanhol, terminou em 1640, então, sendo sensível o declínio do apresamento! Este não terminou com o domínio espanhol, por certo, pois ele continuou, mas a diminuição da sua intensidade é notória! O auge do apresamento coincidiu com o domínio espanhol. Começou ele, em ofensiva, exatamente quando Felipe II abocanhou o velho reino dos Aviz, e diminuiu ou decaiu quando a conspiração Pinto Ribeiro, expulsava de Lisboa a duquesa de Mântua, matava o "quisling" Miguel de Vasconcellos e fazia a Restauração, entronizando o Bragança.

Ainda, os que trataram de estudar as páginas do apresamento não tiveram vistas para essa coincidência, admirável, mas facilmente explicável e perfeitamente racional!

Se, antes do domínio espanhol já o apresamento era o fulcro das seleções sociais que se operavam violentas, no Planalto, depois que Madrid passou a ser o centro do império ibero-americano, então o recrutamento do prestígio e do valimento passou a se fazer, de acordo com o que se processava no apresamento, que, então se fez, ainda, mais viceral no Planalto.

Quando, porem os flamengos, graças à sua hegemonia nos mares, ocuparam o Nordeste, então, no apresamento, houve um grande recrudescimento de atividade, pois a indústria-agrícola açucareira, na impossibilidade de se refazer em suas precisões imperiosas de mão de obra na África, voltou seus olhos aflitos para o Planalto apresador. Então, essa região fez elevar aos últimos extremos o esforço da gente que se dedicava a descer dos estabelecimentos jesuíticos, a mercadoria que constituía objeto do seu ciclo econômico. As províncias jesuíticas, com isso, foram destruídas. Guirá, Itatim, Tape, Uruguai, foram assaltadas, saqueadas e destruídas, tendo os planaltinos apresadores tirado de suas reduções fumegantes, cerca de 200,000 ameríndios, os vendendo para o Nordeste, sequioso de braços para a sua lavoura e a sua indústria (1).

(1) — E' fácil se concluir que, os planaltinos venderam para as outras capitanias a quasi totalidade de seus ameríndios apresados, em se levando em conta três considerações:

a) As lavouras no Planalto eram de tal modo apoucadas e pequenas, de vulto tão mínimo que, não poderiam ter absorvido grandes quantidades de braços. Houvesse essa lavoura absorvido grande quantidade de índios escravizados, por certo que elas teriam sido maiores do que os documentos nos atestam que foram: a área cultivada planaltina teria sido mais exten-

sa; a produção planaltina teria sido mais volumosa, com maior enriquecimento dos agricultores planaltinos, cousa que ninguém afirma e os documentos não atestam, (v. trabalho de Gerson Costa e Eli Picolo, no fim deste Boletim).

- b) Os índios teriam aparecido, em número proporcional aos apresamentos, nos acervos inventariados. Entretanto, os documentos, por mim analisados (“*Invents, e tests*”), não constataam o aparecimento nos acervos, das muitas centenas de milhares de índios apresados nas províncias jesuíticas. O planaltino que teve um acervo maior de índios arrolados no seu inventário, foi António Pedros de Barros, cujo total de ameríndios escravizados foi á cerca de 500; os demais planaltinos, ao morrer, deixavam em média 80 a 100 peças de ameríndios. O que seria feito das grandes quantidades apresadas?
- c) As ferramentas agrícolas nas fazendolas dos principais apresadores, como Raposo Tavares, por exemplo, não iam além de uma trintena, absorvendo, quando muito, uma meia centena de escravos. O que era feito dos outros! Entretanto, Raposo Tavares apresou cerca, de 20.000 ameríndios! Veja-se, por exemplo o que nos ensina a propósito do número de apresados, o Prof. Taunay.

Disso se verifica que, o Planalto não reteve em seu sólo grande parte da mercadoria que a sua indústria de apresamentos produzia.

CAPÍTULO VII

A RESTAURAÇÃO LUSA

Treze anos já eram passados, depois que tiveram lugar os acontecimentos desenrolados nos ataques à Guairá, testemunhados por vários reverendos da Companhia de Jesus, absolutamente insuspeitos, a esse respeito, em impressionante unanimidade, segundo reproduz o Prof. Taunay, no seu "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II! Espelham esses depoimentos jesuíticos, com expressiva nitidez e precisão absoluta, a alma ou o estado psicológico do povo, isolado no Planalto. Naturalmente, decorridos esses treze anos, essa região isolada, perdida nas extremas lindes meridionais do domínio luso-americano, continuou, durante esse lapso de tempo, a perلustrar as mesmas diretrizes que haviam gerado o estado psicológico, denunciado pelos depoimentos acima citados. E' provável mesmo, que esse estado psicológico se tivesse acentuado, por quê teria havido maior persistência nas causas, que haviam produzido as consequências assinaladas. Essas causas não foram removidas! Não sobreveiu nenhum só evento que as anulasse! Assim, elas continuavam exacerbadas a produzir, em maior escala, o estado psicológico anotado acima. Isso não é uma quimera, mas sim é o que um raciocínio lógico e honesto nos faz obrigatoriamente concluir.

Se a gente planaltina havia amadurecido a sua alma própria, em razão das causas, que analisei acima, também acontecia o mesmo à Portugal, dominado por Castela.

Se é verdade, como parece curial que o seja, que, o estado psíquico de um agregado humano, nada mais é do que um méro reflexo de suas circunstâncias internas e externas, temos que, Portugal conservava sua alma própria, a-pesar de haver passado quasi um século sob o jugo de Espanha. Esta foi impotente para assimilar a etnia nacional portuguesa, diluindo-a, no território de toda a Ibéria, da mesma maneira que, vemos o elemento italiano ser diluido, presentemente, em todo o território paulista.

E' que, o grupo nacional lusitano conservou o seu sentimentalismo supercitrado pelos panegíricos, declamados nas estrofes ribombantes e ritmadas de Camões, ou pelos relatos ditirambicos, naturalmente exagerados de João de Barros ou de Damião de Góes.

Os episódios que erigiam altos pedestais de virtudes, aos heróis portugueses, eram embebidos no âmago da ardente alma portuguesa, dando à ela tal consistência e uma solidez tão cristalina, que os tempos dilatados dos domínios exóticos foram suportados, com exacerbação de sua ulcerada alma nacional, a qual assim comprimida e em virtude de essa

coação contínua, obrigada a uma reação constante e ininterupta, resistia enraivecida, muito mais. Essa atividade sentimental continuada, diuturnamente exercitada, fatalmente teria criado um atmosfera psicológica, na qual o amor enternecido pelas cousas e espiritos portugueses, com a nostalgia, amargurada pelo cativoiro, dos dias soberanos dos Aviz, era a melhor couraça protetora da etnia nacional portuguesa, contra a assimilação espanhola. Esta tinha todas as vantagens, na luta pela assimilação do elemento português; tais como identidade de raça, similitude de costumes, situação na mesma região geográfica, semelhança de idiomas, laços de parentesco consanguíneo, etc.. Não bastaram todas essas afinidades, pois a Espanha, sem embargo do período dilatado da comunhão política com Portugal, não logrou homogenizar as etnias ibéricas, integrando o rigidíssimo cristal de rocha português, na comunidade dos seus Habsburgos. Portugal continuou a ser um quisto duríssimo e destacado na imensidão hispânica, apesar-de já haverem morrido e desaparecido os coévos dos tempos da soberania lusa e os portugueses desas época seiscentista já terem nascido em pleno domínio dos Felipes espanhóis. Era uma nova geração lusa que vivia no fim da primeira metade do seiscentismo! Nunca haviam visto a soberania de Portugal, pois ao nascer já sua terra gemia sob as forcas caudinas dos espanhóis. Apesar-disso, êles teimavam em se considerar portugueses, como se, porventura houvesse uma divisão de etnias. E' que, eles, portugueses do médio seiscentismo, se haviam embriagado com as lendas, as tradições, do "porque me ufanismo" d ascronicas quinhentistas, as quais eram, ainda, lembradas com a saudade dos enternecidos e dos sentimentais, com o lustre que, no passado, engrinaldara o nome português. Eis, como a Espanha conservara no seu bojo, um estopim acezo que iria deflagar um barril de pólvora, prestes a explodir na ocasião oportuna! Essa ocasião se iria apresentar nos meados do seiscentos.

A encarnçada guerra dos Trinta Anos, iniciada em 1618 com a desfenestração de Praga, logo empolgou os imperiais Habsburgo e, com êles, as forças espanholas, então em acentuada decadência, foram arrastadas a um exercitar contínuo de armas, principalmente no norte da França e nas regiões trans-pirenaicas do Russilhão. Ao par desses acontecimentos, que entretinham as atenções castelhanas em regiões afastadas da velha Lusitania, houve, concomitantemente uma rebelião na Catalunha, atraindo para Leste, os cuidados dos Felipes, que haviam sobrado de sua luta nos campos de batalha da Europa. Portugal, momentaneamente esquecido, por ter a Espanha de ocorrer uma cruenta guerra em várias frentes, ficou entregue à super-visão administrativa da duquesa de Mântua, a italiana, prima de Felipe IV, assistida pelo miseravel "quisling" Miguel de Vasconcellos.

Era a ocasião azada para que o estopim da rebelião fosse comunicado com o barril pólvora, que acima está referido, constituído por Portugal, que, por fim, se iria levantar contra a inhabilidade estática de Felipe IV, orientado pelo famoso Conde-Duque de Olivares e antes pelo titular de Lerma, os quais não foram capazes de remover o barril de

polvora português, acomodando com suavidade e tolerância os pruridos de uma etnia, que não morrerá, quando Portugal fora submetido ao jugo dos Felipes de Espanha.

Seria fatal a explosão portuguesa! Outras circunstâncias fatalizam essa explosão em 1640! Essas circunstâncias foram oriundas da guerra dos Trinta Anos, então no seu período francês, o mais ingrato para a política espanhola que teve que se haver com a habilidade vulpina do cardeal Mazzarino, bem como para as armas espanholas, em decadência, que tiveram que enfrentar a estratégia paciente de Turenne e a técnica enfurecida de Condé. Portugal, sob as instigações Richelieu e de Mazzarino, (*Calogeras "A Política exterior do Imperio", 1*), aproveitou-se da oportunidade em que a corte espanhola estava com a sua atenção presa na política extensa e deflagrou a explosão, a qual foi cenicificar importantíssimas consequências na vida do povo metropolitano e do colonial.

O Planalto foi uma das regiões mais afetadas por essa explosão, a qual obteve espetacular sucesso, nada podendo a Espanha fazer contra o movimento de Dezembro de 1640. Geralmente desaparecidas as consequências no Planalto, tiveram viceral importância, que avultaram mais do que em relação a qualquer outro núcleo colonial, pois foi o próprio alicerce basilar do modo de vida planaltino, que tremeu, ante o golpe da Restauração lusa. Os demais núcleos coloniais, ainda que, afetados pela mudança política, não sofreram no âmago medular do seu modo de vida básico, como o Planalto, que, com a Restauração lusa, via um raio mavórtico cair impiedosamente sobre a mais acarinhada devoção da sua economia, que era o apresamento. De fato, o apresamento, até então realizara as suas correrias em terras espanholas, das quais as portuguesas planaltinas não se separavam por fronteiras, as quais, se existissem, seriam barreiras que teriam dificultado o apresamento. Com o domínio espanhol, isto é, com a supressão das fronteiras entre as terras portuguesas do Planalto e a espanholas do Paraguai, do Tape, ou ainda do Uruguai, o apresamento, livre dos antolhos de fronteiras, pôde se exercer livremente, sobre os estabelecimentos jesuíticos.

Ordinariamente, esse fenômeno não é levado em conta por nenhum observador do passado colonial luso-brasileiro e principalmente do planaltino. Ninguém, ainda, se deu ao trabalho de verificar, à luz da imparcialidade, como repercutiu nos diversos núcleos coloniais luso-brasileiros, o fenômeno da Restauração lusa. Parece que a preocupação de querer forçar o estado de fato, de terem havido vários e heterogêneos núcleos coloniais luso-brasileiros, reduzindo-os a uma só colônia, vem sendo a cortina de fumaça, que tem impedido de, os nossos curiosos de cousas do passado verem a verdadeira situação. Raciocinam, como se todos os núcleos coloniais tivessem sentido a mesma reação! Escrevem, como se tudo fosse igual e como se todos os grupos luso-brasileiros fossem homogêneos, sob o aspeto social, sob o ponto de vista econômico! Ainda, se mostram, todos, apegados a velha e carunchada história polí-

tica, não se importando com as cenas da história social ou os capítulos seiosos da história econômica.

O Planalto tinha que reagir de modo inteiramente diferente, pelo qual o faziam os demais grupos luso-brasileiros! Eis que, o Nordeste açucareiro não conheceu certos interesses, que determinavam ao Planalto apressador a sentir o golpe, no cerne da sua vitalidade econômica e portanto social, etc. . Ao Nordeste pouco importava que, as fronteiras coloniais luso-espanholas fossem restabelecidas, ou que, as terras dos dois reinos ibéricos continuassem em comunhão! Ao Planalto, isso afetava no mais profundo de sua estrutura econômica. Não seria possível, até me causa a mais viva admiração que, isso não tenha sido vislumbrado antes, que, ambas essas regiões, tão diversamente afetadas fossem reagir do mesmo modo! O Nordeste, saturado de espírito luso, empanturado de aspirações restauradoras, sentiu grande alacridade com a vitória do duque de Bragança . Alimentado no seu profundo lusitanismo, pelos laços que o prendiam a Portugal, pelo sangue que o filhava às casas reais lusitanas, pela economia, que obrigava à grossa exportação açucareira nordestina se encaminhar toda ela à Lisboa que a distribuía, pela psicologia, pelos laços de coração e pelos morais, bebidos pelo Nordeste, culto, que sorvia, com avidez, ditirambos encomiásticos da literatura camoneana, ou respirada, com sofreguidão, pelos filhos dos ricos usineiros, nordestinos nas arcadas coimbrãs, ou nas ruas alfacinhas de Lisboa, o Nordeste sentiu, com a Restauração ao fim de um cativo, e por isso o Marquês de Montalvão, na Baía, em meados de Fevereiro de 1641, não hesitou em aclamar ao duque de Bragança.

No Planalto foi tudo muito diferente! (1)

Havia verdadeiro fanatismo pelo apresamento, que era a base de toda a economia regional ! Ao apresamento sacrificavam-se os mais acarinhado smotivos sentimentais e até a religiosidade, intensa entre eles. planaltinos, como se vê dos inventários da época.

1) — Pode-se bem aquilatar o que esse acontecimento teria causado no planaltino! Era, não pode restar a menor dúvida, um cerceamento à atividade apressadora do bandeirante. Era, indiscutivelmente, um onus, oposto pelas circunstâncias políticas, aos interesses econômicos dos planaltinos. Como teriam estes reagido, ante esse acontecimento, que tanto os feria, no seu utilitarismo? Para que, esclarecidamente se responda a essa pergunta, deve-se rememorar como reagiram os planaltinos, quando, em idênticas circunstâncias se viram eles, profundamente religiosos, fanática e pitorescamente católicos, unguídos da maior devoção e entranhados pela fé a mais absoluta, obrigados, em bem de seus interesses econômicos, a se defrontar com os jesuítas, sacerdotes poderosíssimos da sua religião, travando contra a Companhia de Jesus uma luta das mais encarniçadas. Então os planaltinos, sufocavam em seus corações piedosíssimos os pruridos mais salientes de profunda religiosidade e cuidaram utilitariamente de seus interesses econômicos, incrementando a sua faina de apressamentos, buscando na luta de exterminio, contra a Companhia de Jesus, o elemento econômico que deveria lhes proporcionar meios de vida. Isso quer dizer que, os planaltinos abandonavam os seus arraigados sentimentos, pelos seus interesses econômicos. Se estes prevaleceram, contra a forte religiosidade dos planaltinos, porque não continuariam a prevalecer, por ocasião da Restauração portuguesa, em 1641, contra os fragilísimos sentimentos de lusitanofilia desses mesmos planaltinos?

A Restauração vinha prejudicar esse apresamento, criando barreiras fronteiriças e portanto dificultando a penetração, daí obstaculizando o apresamento. Era como se tivessem surgido de novo as muralhas de Jerichó! Por outro lado, o Planalto não tinha a o prender o Portugal os mesmos laços que faziam do Nordeste, uma verdadeira Nova-Lusitânia ou um prolongamento americano de Portugal. O Planalto, apenas, muito remotamente provinha de Portugal, pelo parentesco consanguíneo. Economicamente, o reino europeu não mantinha com a sua colônia vicentina, nenhum intercâmbio, sendo que o grande mercado de consumo, para o qual o Planalto exportava, era o Nordeste brasileiro, fabricante de açúcar e Portugal não absorvia quantidade alguma do que o Planalto exportava, para se manter em civilização. Além disso, o cérebro e o coração do planaltino, igualmente como o seu estômago, não se prendiam relacionados a Portugal, pois, no Planalto, a cultura dos rudes planaltinos, que eram mais afeitos ao manejar da escopeta ou do arco, do que o da pena ou do livro (os documentos dos inventários nos comprovam a indigência mental dos planáltinos, pela absoluta falta de livros que se pode constatar em todos os arrolamentos), não permitia a ser, por essa região sorvido o espírito da lusitanidade. V. pesquisas de Gerson Costa e Eli Picolo, no fim deste Boletim.

O isolamento geográfico, cultural, econômico e administrativo, já tantas vezes aqui rememorado, cavava no planaltino, uma profunda e rápida americanização. Até a língua falada no Planalto, era o guaraní e o português, só era pronunciado oficialmente e aprendido nas escolas.

Assim, a Restauração lusa, fatalmente tinha que repercutir nas colônias luso-brasileiras, de modo, profundamente diferente! (2), (3).

-
- 2) — Quer me parecer que, em matéria de ligação política, a qual não passa de mero reflexo de laços econômicos e sociais existentes, em maior ou menor escala, pode-se aplicar em cada caso especial a seguinte equação algébrica; cujos valores variam segundo as hipóteses diversas:

União = Semelhanças étnico sociais + Interesses econômicos + Massas demográficas — distâncias.

Assim, toda união varia de intensidade, segundo o valor dos fatores que resolvem a igualdade supra. Ha uniões, nas quais os fatores positivos apresentam grande vulto. São as uniões sólidas. Ha uniões, nas quais os fatores positivos são fracos, pela pouca solidez dos interesses econômicos; pelo pequeno volumes das massas demográficas ou ainda pelo laços delgados da semelhanças étnico-sociais, os quais compreendem os laços sentimentais, com a tradição de um passado comum os laços psicológicos de uma cultura comum, os laços sociais de idioma, redigião, costumes, ou formação social comum. Ha uniões fracas, em razão do seu fator negativo ser elevado, não só pelas distâncias em quilômetros serem muito longas, mas ainda pelas dificuldades de comunicações, (Oliveira Vianna, "Evolução do Povo Brasileiro", 234 a 237).

— No caso do Planalto, em relação a Portugal, nós vemos, como seria fraca a união política, resultante da aplicação da equação supra elaborada, em boa parte pela imensa influência causada em minha mentalidade pelos sapientísimos ensinamentos de Oliveira Vianna, no seu livro citado, que é um precioso catecismo de sociologia política, e é dos livros ao qual mais devo a minha formação científica.

- 3) — Esse aspecto de situação planaltina, já tinha ferido a observação de Rubens

Foi o que aconteceu, por isso vemos que, quando a notícia da vitória da Restauração lusa chegou a S. Paulo, ao mais tardar em 17 de Março de 1641, houve uma grande hesitação em efetiva-la, no Planalto, sem embargo das ordens severas nesse sentido, mandadas pelo lusitano-filo Salvador Correia de Sá e só depois de haver fracassado o movimento de aclamação de Amador Bueno, foi que a 3 de Abril (*isto é 20 dias depois da notícia da Restauração portuguesa no Planalto conhecida*), se deu a aclamação de D. João IV. Não é estranha essa demora? Não é ela sintoma de qualquer cousa?

Não é o que eu penso, profundamente lógico? Custa a crer que, alguém, ainda não tenha visto isso, antes!

★ ★ ★

Entretanto, por circunstâncias que advieram, na ocasião, o Planalto perdeu a oportunidade que se lhe ofereceu de se fazer independente, ao contrário do que aconteceu a Portugal, que em Dezembro de 1640, soube se aproveitar das circunstâncias, que eventualmente favoreciam a rebeldia contra Felipe IV. O Planalto, nessa ocasião vital para o seu futuro, mantinha do sertão a grande bandeira, que foi batida pelos jesuitas em M'Bororé, tendo longe do palco planaltino a quasi totalidade de sua população masculina, (Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II). Essa circunstância proveniente do meio externo, se correlacionava estreitamente, coadjuvada, por outra que advinha do seu meio interno, a qual consistia na frouxidão de Amador Bueno, o fracassado.

Esta última circunstância, quasi teve lugar, também, no drama português da Restauração, pois o duque de Bragança não era o homem para a situação. Ele afrouxou! Por mais esforços, que os fascistas, escritores portugueses contemporâneos façam para reabilitar o perfil moral desse rei amaricado, eu não me convenço, pois não foi apresentado nada que me fizesse mudar de ponto de vista. Para mim D. João IV nunca passou de um tíbio!

Mas, lá havia D. Luiza de Gusman, a que preferia ser rainha por um instante do duquesa a vida toda! E esse vulto feminino, que não queria viver servindo, impoz a sua energia varonil, na tristíssima emergência em que o marido fraquejava, egoística e poltrônicamente.

Borba Alves de Moraes, uma das inteligencias mais lucidas que tenho conhecido. A esse respeito diz ele, no Prefacio, que escreveu no livro de Augusto de Saint-Hilaire 8, da Biblioteca Historica Brasileira da Livraria Martins.

"Governada tanto tempo de longe e com displicência que inspirava uma terra sem a menor riqueza, não podia ser muito forte o vinculo que prendia Piratininga a Portugal e ao resto da Colonia.

Em nenhuma parte do Brasil a influencia portuguesa, foi tão pequena. E foi nesse isolamento empobrecedor que exerceu e se desenvolveu — essa consciência de sua autonomia, tão característica da indole paulista.

.....
Que diferença dos ricos dos açucar, tão bem descritos pelos exploradores estrangeiros, que demandavam seus portos!"

Desgraçadamente, no Planalto, em 1.º de Abril de 1641, faltou uma Luiza de Gusman crioula!

Quando, em 1580 o cardeal-rei Dom Henrique morria, sugando ansiado os carnudos peitos de Maria da Motta, a duquesa D. Catharina de Bragança acordou, com o outro pretendente à sucessão portuguesa, o rei da Espanha, a retirada de sua candidatura. Ela abandonava o páreo, tendo mesmo recusado o Brasil, como ficha de consolação, que lhe era oferecido, pelo rei espanhol. Só o Prior do Crato, o impávido Dom Antônio, permaneceu em campo, a impunhar solitário o lábaro da soberania lusa, que Felipe embora não tivesse legitimamente herdado, havia comprado, por intermédio do renegado "quinta coluna", Christovam de Moura e ia conquistar, por intermédio do seu cão de fila, o duque de Alba.

Chegaram ao extremo de acoiar de bastardo, o Prior, afim-de o afastar da sucessão legal, a-pesar de ter êle exibido a certidão de casamento de seu pai, o infante Dom Luiz, filho da Dom Manuel, com sua mãe, a linda Pelicana, Dona Violante Gomes, (Mario Brandão, "*Coimbra e D. Antonio, Rei de Portugal*"). Dom Antônio continuou a lutar em prol da causa de Portugal e, a-pesar-de batido, foi o expoente do lusitanismo, que teimava em não morrer, contra a gulosa ambição castelhana dos Felipes.

Sem embargo de tudo isso, o duque de Bragança, então, em meia-dos do seiscentismo, D. João, filho de D. Theodósio, primeiro par de Portugal, potentado de Vila Viçosa, foi elevado à suprema chefia da atmosfera de lusitanismo, que ainda pairava indômita na parte ocidental da península e ao mais alto nível de futuro rei de Portugal, caso vingasse o movimento que ia ser concretizado, com o objetivo de restaurar a independência lusitana. Eu atribuo essa escolha, pouco acertada, ao fato de não poderem os portugueses contar com gente de mais valia, que fosse da estirpe do Prior do Crato, falecido em 1595, cuja descendência desapareceu em bastardias, as quais se afastaram de qualquer cogitação.

Assim, a "vis propulsiva" portuguesa foi encabeçada pelo duque de Bragança, que, tímido e homem de pouco arrojo, mas de muito egoísmo, queria se contentar com os gordos proventos de sua invejável situação de grande titular, imensamente rico, na sua magnífica quinta de Vila Viçosa. Parece, mesmo, que, o então duque de Bragança, pessoa que não fôra eletrizada pela centelha do genio dos que preferem viver "perigosamente", acumulava a nevropatia, distilada, em suas veias pela sua ascendência, a qual fazia dêle um individuo infra-normal, como provou a sua pessoa e a sua progênie, toda ela composta de tarados e desequilibrados, como Afonso VI, rei de 1656 a 1667, de tarados e celerados, como Pedro II, que roubou escandalosamente o trono e a esposa a seu próprio irmão, ocupando o posto real de 1667 a 1706 e a tarada e esteril Dona Catarina, rainha da Inglaterra de 1662 a 1685.

Se não fosse a energia máscula de D. Luiza de Gusmã, a esposa do duque de Bragança, o movimento de restauração lusa, levado a efeito em 1640, teria fracassado.

Em 3 de dezembro de 1640 explodiu o "barril de pólvora" português e a soberania do reino luso foi restaurada com a morte do judeu Miguel de Vasconcellos e com a deposição da duquesa de Mantua. A Espanha de Felipe IV e do conde duque de Olivares, nada pôde fazer contra a Restauração portuguesa, ocupada como estava a nação do Habsburgo, com o período francês da Guerra dos Trinta Anos, quando ela ofegante, lançava mão de sua decadente força armada composta desses, outrora temíveis "tércios" de quando à frente deles marchava invicto o famoso duque de Alba (falecido em 1582), vulto grandioso do taboleiro político da Europa, dos saudosos tempos de Felipe II, quando a velha aguiá bicéfala dos Habsburgo, ainda dispunha de dois devoradores e gulosos bicos recurvos de força rapínica.

O movimento da Restauração, vitorioso decisivamente logo a 3 de Dezembro, só em meados de Fevereiro de 1641, repercutiu na Baía, com a chegada das notícias reinóis, havendo, então o Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, aclamado ao novo rei português, o duque de Bragança. Essa demora, entre a consolidação do duque de Bragança e aclamação do mesmo na Baía, me parece explicável, se bem que a travessia do Atlântico fosse realizável em 40 dias. É possível, que essa travessia se tivesse demorado, alargando o período diferencial, entre a consolidação no reino luso e a aclamação na Baía, para mais de 60 dias.

O Rio de Janeiro teve a notícia da Restauração portuguesa, a 10 de março seguinte, isto é 23 dias depois que, na Baía o Marquês de Montalvão tivesse aclamado o novo rei português. Qualquer contratempo na travessia de Salvador ao Rio, ordinariamente feita em 10 dias, teria demorado a aclamação no Rio, por parte do lusitanófilo Salvador Correia de Sá. Mas a Restauração portuguesa precisava, para ser completa, o ser também nas capitânicas do extremo sulino. A esse respeito diz o insigne prof. Taunay: ("*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 239), citando Varnhagen, ("*História Geral*", II, 692 e 693):

"De levar ás villas do sul a noticia da aclamação do novo rei foi incumbido o capitão Arthur de Sá, commandante da recênze fortaleza da Ilha das Cobras.

Teve assim lugar a aclamação, alguns dias depois, nas villas de Santos e São Vicente; a de S. Paulo NÃO SE APRESSOU . . .

Se Arthur de Sá, sahio do Rio a 11, como diz Galanti, sem o documentar ("*História do Brasil*", II, 233), é provavel que em Santos estivesse a 15 ou 16.

A 18 podiam os paulistanos saber da grande noticia. Foi pois na segunda quinzena de março e no maximo até 3 de abril de 1641, que se pode ter dado a de Amador Bueno, a menos que ella não haja ocorrido como reacção a proclamação de D. João IV, em S. Paulo, a 3 de abril daquelle anno, em que vemos"

Óra, em virtude de tudo isso, verifica-se que:

- a) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO NO RIO DE JANEIRO A 11 DE MARÇO DE 1641.
- b) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO EM SANTOS E EM S. VICENTE A 16 DE MARÇO DE 1641.
- c) D. JOÃO IV FOI ACLAMADO EM S. PAULO A 3 DE ABRIL DE 1641, ISTO É 18 DIAS DEPOIS.

Não é isso profundamente eloquente? Não resôa isso como uma bronza advertência de que alguma hesitação reinava nas altas esferas governativas de S. Paulo?

Sim, por quê essa inexplicável demora? Sabe-se que a notícia da Restauração e da aclamação de D. João IV, em Santos e em S. Vicente, teria podido chegar a S. Paulo no mesmo dia. Não é essa demora sintoma claro de que houve hesitação dos paulistanos em embarcar na Restauração portuguesa, a qual, como vimos, contrariava os interesses econômicos viceriais dos planaltinos? Não está patente, desses elementos que a aclamação de D. João IV. e conseqüente adopção da Restauração do domínio lusitano, se deu depois da aclamação de Amador Bueno e que só depois de haver esta fracassado lamentavelmente, foi a outra adotada?

Tudo isso, não está gritando que, a tésé, que defendo, com ardor, é a verdadeira?

Sim, porque do Rio de Janeiro a Santos e a S. Vicente, poucos dias bastaram para que a notícia da Restauração portuguesa, produzisse resultados. Por quê, então, teria essa notícia, de Santos para S. Paulo, cuja distância separadora, poderia ser vencida em horas, por um próprio veloz, que conduzisse uma comunicação de tanta importância, teria levado tanto tempo para produzir resultados?

Está claríssimo, que, a visível hesitação do Planalto, em continuar atrelado ao carro português, cousa que lhe contrariava os interesses, como vimos acima, só foi resolvida, com a quebra da indecisão, depois do fracasso da sua independência, com a dolorosa falência do movimento, que aclamou Amador Bueno. Isso está tão evidente que, todos que não estejam saturados de preconceitos, ainda agarrados ao carunchado "tabu", iniciado pelo genealogista e cronista Pedro Taques, ou ainda, acorrentado à mumificada ortodoxia conservadora, baseada nos lusitanófilos e censurados relatos do nobiliarquicomaniaco Frei Gaspar, concordarão comigo, (4).

Naturalmente não foi sem motivo causal que, a aclamação de D. João IV, em S. Paulo, levou tanto tempo para ser concretizada. Também não foi sem que houvesse uma fortíssima razão a exigir com império que, a aclamação de Amador Bueno precedesse a de D. João IV. Só depois que, Amador Bueno enterrou, com a sua timidez acovardada, a causa do primeiro movimento nativista americano, é que a Restauração se operou no Planalto, aliás a contrariar o sinteresses econômicos regionais.

Eis o por quê da hesitação! Eis o por quê da demora!

4). — A esse propósito é de ser lembrado o pensamento magistral de Sergio Buarque de Holanda, em seu magnífico "Raizes do Brasil", 72, manifestado nas seguintes palavras:

"Não é mero acaso que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno se verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenes, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos collegios como as de hoje aprendem o latim."

A objeção, que adivinho, poderá ser atirada contra a tese que sustento, é de que, Amador Bueno, já deveria ser conhecido, no Planalto, como indivíduo fraco e a sua tibieza já deveria ser sabida por todos os seus coevos, de modo que, estes, ao intentarem um golpe da importância da independência, não o iriam deixar ao sabor de uma individualidade, que não estivesse à altura do mesmo golpe.

A objeção, convenhamos, é forte e à primeira vista, ela se correlata bem com a versão inverosímil e descolorida de Pedro Taques e de Frei Gaspar, à propósito da aclamação de Amador Bueno.

Mas, isso acontece apenas, à primeira vista, porque é preciso se levar em consideração:

- 1.º — que quasi toda a população masculina de S. Paulo estava no sertão, em luta ferocíssima e encarniçada contra os jesuítas, no território mesopotâmica de entre os rios Uruguai e Paraná.

Em março de 1641, ensina-nos o Prof. Taunay, se estava dando o combate de M'Bororé, ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II, 302), no qual se empenharam com fúria, 400 brancos e uns 2.500 a 3.000 tupiás. Os depoimentos jesuítas, mencionados pelo Padre Teschauer, na sua "História do Rio Grande do Sul", ainda levam a mais esses totais, que, para a tese que sustento, é melhor.

Ora, se no distante sertão do rio Uruguai, foram assinalados tantos planaltinos, seria natural que no Planalto não tivessem ficado muitos, para nêles recair uma escolha de um indivíduo forte. É preciso notar que, para a região mesopotâmica da luta, contra os jesuítas, na qual o Planalto estava vivamente empenhado, seria natural que tivessem partido os elementos mais másculos, mais energicos, mais arrojados, etc., da estirpe piratiningana, deixando no povoado, apenas uns poucos de homens amariçados, tímidos e fracos.

Entre estes, naturalmente estaria Amador Bueno, pois este era useiro e veseiro em não seguir seus companheiros e seus parentes para o sertão, preferindo o doce aconchego de um confortável e pacífico lar, no qual êle poderia continuar a sua inexpressiva vida vegetativa de comer, beber, dormir e crear filhos patriarcal e bonançosamente como tinha vivido até então.

Amador Bueno, então, com 50 anos reeditou o seu procedimento pacato de treze anos antes, em 1628-29, por ocasião da conquista do Guairá, quando êle preferiu ficar no macio Planalto a acompanhar Raposo Tavares, aos sertões bravios do Guará. Dentre os que haviam permanecido no Planalto, em 1640-41, juntamente com Amador Bueno, muito poucos homens seriam de se notar. Confirmando esse seguro raciocínio, encontramos, apenas 40 homens subscrevendo a aclamação de D. João IV. Isso é bem significativo!

Assim, não poderia haver muita gente boa, isto é valente, máscula, etc., para dentre ela ser escolhido o que seria aclamado rei. Por isso, a escolha teve que recair, precipitadamente, em quem não possuía as virtudes requeridas para chefe de um movimento independentista, isto é, em algum que não fosse varonil, etc., etc..

- 2) — Amador Bueno, sendo, desde 1616, assinalado como moleiro (Prof. Taunay "Hist. da Villa seiscentista de São Paulo"), teria sido um rico burguez e assim destacado do nível econômico muito baixo, no Planalto, e por isso, seria, no momento, eminente figura na região, de modo que, a escolha, por parte dos nossos antepassados, que tinham muito embotadas as suas acuidade e subtileza de visão política, foi desculpavel.

Em assim se raciocionando, levando em conta esses dois postulados lógicos e facilmente compreensíveis, não só se explicarão, como ficará amplamente justificada a malfadada escolha de Amador Bueno, para ser

o fulcro de um golpe importantíssimo que seria desferido. Houve, naturalmente, precipitação na escolha e portanto no golpe. Pensou-se que não poderia ser retardado, até que chegassem de volta do sul os expedicionários de M' Bororé. Caso o golpe pudesse ser desferido, com a presença no Planalto, de toda a população masculina da região, é claro que, a escolha poderia ter recaído em pessoas mais aquinhoado de virtudes varonis! Desgraçadamente, porém, os homens planaltinos estavam muito longe, a cerca, de 2.000 quilômetros do povoado paulistânico e seria impossível esperar pela volta deles, o que só ocorreria em Outubro ou novembro desse ano.

A adesão do Planalto a D. João IV, já retardada de alguns dias, como vimos, não poderia demorar mais, sob pena de consequências, que se afiguravam graves para a região então esvaziada de sua população masculina.

CAPÍTULO VII

O mito do espanholismo e da improvisação.

Pedro Taques e Frei Gaspar, em suas crônicas, ao descreverem a aclamação de Amador Bueno, o fazem, atribuindo ao movimento dois característicos, um dos quais antipático e o outro leviano, os quais desvirtuam o snobres fins objetivados pelo movimento, o qual ficaria desfigurado, de tal modo, pelos dois característicos, a êle emprestados por Pedro Taques e pelo beneditino, que, o glorioso movimento aparece, ante os nossos olhos embriagados de espanto, como sendo uma aventura incompreensível e isolada, despida de bom senso, sem o menor nexso causal, sem verosimilhança, sem lógica, e sem a menor projeção de consequências. Assim, segundo o linhagista e Frei Gaspar o movimento da aclamação de Amador Bueno continha no seu bojo as seguintes finalidades:

- a) O movimento seria fruto de uma reação espanhola, contra a orientação política do Planalto vir a se atrelar ao carro português, obedecendo às ordens do Marquês de Montalvão, as quais haviam sido trazidas por Arthur de Sá. Seriam os elementos hispânicos, que, numerosos no Planalto, quizeram, em golpe de força, fazer com que a região não acompanhasse as demais colônias luso-americanas, que já se haviam manifestado em favor do rebelde bragantino.
- b) O movimento teria sido levado a efeito brusca e repentinamente, sem prévia preparação, sem plano, sem que a psicologia da massa popular houvesse recebido uma doutrinação prolongada, ou sem que ela tivesse dado mostras de evolução psicológica, etc.

A versão dos cronistas do setecentismo planaltino, já pecava, por não levar em conta uma série de elementos, entre os quais a evolução dinâmica da psicologia coletiva da gente moradora do Planalto, a qual, ainda se mostra em falha absoluta, de modo que, ela se apresenta, ante os nossos olhos, como um rendilhado de inverosimilhanças.

Para que se verifique logo a inverdade dessa versão, que é a de Taques e de Frei Gaspar, graças à qual, vem sendo o movimento da aclamação de Amador Bueno, desvirtuado, não sendo evidenciado o seu grande mérito, como pedra inicial da nacionalidade, bastaria que, repetíssemos as citações os depoimentos jesuíticos da grande bandeira raposiana (Taunay, *"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, II, 124, 161, 162, etc.), no Guairá, as quais já reproduzimos acima.

De fato, a uma arguição do padre Montoya, precisamente o fidalgo espanhol D. Francisco Rendon de Quebedo, o genro do aclamado Amador Bueno (que admirável coincidência, a qual pode significar muita

cousa!), respondeu: “*affirmaram estar em campanha por mandado del Rey que tenian en el Brasil*”. Ora isso significava que, os planaltinos estavam em rebelião e se consideravam desligados da Metrópole, que era *ESPAÑHOLA*, em 1628.

O próprio Montoya verificou isso, pois ele teria replicado, segundo ensina o Prof. Taunay. “*Hist. Geral da sBandeiras Paulistas*”, II, 162: “*Surprezo lhes retrucara Montoya, arguindo os de traidores.*” *SOLO NUESTRO REY DON PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERAN TRAYDORES*”. (1) (2)

A conclusão, que eu tirei, do que é atestado pelo egrégio sacerdote peruano, no seu precioso depoimento no processo contra D. Luiz de Cespedes y Xeria, não é baseada em palavras isoladas, as quais pudessem ter sido mal interpretadas, mas ha uma grande abundância de fatos e de frases, bem como de ações, revelando a existência de um espírito crioulo, o que confirma, in totum, as conclusões da tese, que sustento. Essa confirmação é de maneira tão evidente e tão nítida, como, em história é difficil de se conseguir obter semelhante! Eis, por exemplo, este outro documento, a confirmar, de modo impressionante, o acima citado. Trata-se de um tópico do “*Relacion de los Agrabios*”, citado igualmente pelo Prof. Taunay, no qual ha testemunhos dos dois jesuítas, que o escreveram, os padres Mancilla e Mazzeta, que assistiram o assalto paulista de 1628-29. Eis o tópico documental confirmativo do que eu mencionei acima:

“Levantaron sus capitanes y otros oficiales de guerra con vanderas, COMO SI FUERAN LEVANTADOS Y AMOTINADOS CONTRA SU REAL CORONA.”

Ora, jesuítas autores do documento, os reverendos Mazzeta e Mancilla, afirmaram a mesma cousa que o padre Montoya, provando que a minha conclusão é certíssima.

Alem desse irretorquível trecho, dizem essas testemunhas citadas, no seu documento, que me está servindo de estribo:

“las vanderas que levavan no tenian las armas del Rey, sino otros señales diferentes”.

1) Taunay comentando, (“*Hist. Geral das Bandeiras*”, II, 162) diz:

“Para elle Montoya, fizera-se evidentissimo que, os paulistas projectavam tornar-se independentes, aclamando rei algum dos bastardos do já bastardo prior do Crato . . .”

Esse maravilhoso trecho do sabio mestre, significa duas cousas importantissimas:

1.º) Para Montoya, segundo o prof. Taunay, os planaltinos, já em 1628 tinham ideias de separação em relação a Espanha. Para Montoya segundo o prof. Taunay, já havia crioulistimo-nacional, no Planalto o qual vinha de se manifestar, então, de uma forma inequivoca.

Isso é exatamente o que eu digo! Custa a crer que, outros já, não tenham visto, pois tudo isso me parece tão claro!

2.º) A aclamação, que se faria em 1641, estava delineada nas intenções planaltinas. Já o padre Montoya diz isso, mencionado pelo Prof. Taunay.

Isso seria perfeitamente condizente com o fato dos apresadores planaltinos serem "*levantados y amotinados*", ou "*traydores*" contra "*su Real Corona*", que era precisamente da Espanha. Como, pois, esses amotinados, traidores, etc., contra a Espanha, iriam, mais tarde, promover, no Planalto, uma reação a favor dessa mesma Espanha, desse mesmo rei, contra os quais se haviam tão violentamente manifestado, treze anos antes, a ponto de terem merecido serem chamadas de rebelados, etc.?

E ' difícil ser encontrada lógica mais esmagadora do que essa, que afasta a versão dos dois únicos cronistas planaltinos, que nos veicularam a aclamação de Amador Bueno. Vê-se, por aí, como era absurda a lenda de Amador Bueno, veiculada pelo frade e pelo linhagista! Nem a mais infantil ingenuidade levaria a sério a lenda, que mais parece um fantástico sonho digno da inferioridade mental planaltina da época.

E' preciso resaltar que o "*traydor*" da soberania espanhola, segundo o documento citado acima, era, precisamente o fidalgo espanhol Dom Francisco Rendon de Quebedo, o genro aclamador de Amador Bueno. Isso quer dizer que, Rendon, já tinha espírito próprio e estava bem divorciado da espanholidade. Não se pode conceber, em sã consciência, como é que esse mesmo Rendon iria promover, 13 anos mais tarde, uma reação a favor dessa mesma espanholidade, da qual, ele se mostrava tão divorciado!

Vê-se, com meridiana clareza, como era infantil, fragil, sem lógica e impossível, como absurda e sem nexos a versão de Frei Gaspar e de Pedro Taques!

Mas além dessa argumentação abafadora e irrespondível, temos o documento registrador do depoimento do Padre Crespo, outro jesuíta, que presenciou o assalto paulista, contra o Guairá, documento esse constante de um memorial enviado a Felipe IV, e citado pelo Professor Taunay, na sua tão recorrida quão insubstituível "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II 124. Diz o padre Crespo, nesse documento, à propósito dos apresadores planaltinos:

"SIN CONOCER A LA DIVINA Y UMANA VUESTRA MAGESTAD".

Óra, se os planaltinos demonstravam tanto desamor a Felipe IV e tanta independência da Espanha, segundo o testemunho unânime de sacerdotes, que presenciaram às manifestações concretas disso, como iriam esses mesmos "*traydores*" e esses memo "*amotinados*", tentar um movimento alucinado e aventureiro, em favor desses mesmos espanhóis, dos

2) E' muito interessante o comentário do Prof. Taunay, a respeito desse trecho de Montoya. Diz o Mestre:

"Era, com effeito, o caso dos mais graves, essa questão de lesa majestade, de lesa patria".

Que patria? Espanha, Portugal ou Brasil?

Perdoe-me o Mestre, mas não posso concordar com as suas palavras!

Eu não sei porque o Professor Taunay atribue aos planaltinos uma pátria, que eles nunca haviam visto e pela qual não poderiam sentir senão indiferença!

quais os planaltinos se mostravam tão inimigos? Vê-se bem como esse documento citado apoia a tese, que sustento.

★ ★ ★

Quanto à segunda irrogação, que, dos relatos de Frei Gaspar e de Pedro Taques, transparece, vê-se, pelos depoimentos acima referidos, que, ela é igualmente inverídica, pois que o espírito, que a presidiu estava preparado e vivo de longa data, gerado, com uma antecedência sabida e documentalmente comprovada, pelo menos de treze anos.

Não sei, ou pelo menos, não há documentação assertiva de que, em Portugal, o movimento restaurador tivesse tido, nas massas, uma preparação tão antecipada e que, o estado da alma popular estivesse tão ajustado para uma deflagração!

O Planalto estava, segundo a amplíssima documentação jesuítica, perfeitamente preparado para o movimento, que deveria fatalmente sobrevir.

Onde houve manífera improvisação, precipitação mesmo, a qual lançou por terra a causa planaltina, foi a execução do movimento, a concretização das idéias longamente firmadas pelos expoentes planaltinos. Essa execução do movimento foi desastrosa, pois fez recair a escolha do seu chefe na pessoa errada de Amador Bueno, que pela sua timidez, não era quem deveria fazer vingar o movimento, que assim confiado à mãos impróprias, teve um destino lamentável (1).

Parece que, a atmosfera psíquica estava perfeitamente preparada em toda a população planaltina, mas os acontecimentos surpreenderam os moradores do Planalto, que não tiveram a visão de que a ocasião, para ser deflagrado o movimento se aproximava, e, não obstante tudo concordar para que a Restauração lusa fosse tentada, nessa ocasião, os planaltinos fizeram partir para o sertão distante do Uruguai, a totalidade da população masculina regional, de modo que, ao ter o Planalto de por em prática o movimento, longamente acalentado, teria sido surpreendido, em flagrante delito de esvaziamento de gente máscula, assim fracassando o que vinha povoando de sonhos a imaginação do morador da região, à longo tempo e o que tinha saturado a mentalidade do povo, sempre altivo, arrogante e amantíssimo da liberdade.

De fato, o depoimento de Montoya é claríssimo e nitidíssimo, em afirmar perentoriamente que, o fidalgo espanhol, o genro de Amador Bueno e o expoente máximo da sua aclamação, D. Francisco Rendon de Quebedo, dissera-lhe que: "*TENIAN REY EN EL BRASIL*", em cujo mandado estavam. Não emana disso, o espírito de que a aclamação de um rei próprio estava no horizonte planaltino, aguardando, apenas, a

1) Convenhamos que, o Planalto não oferecia muito campo para outra escolha, pois estava na ocasião precisa, com a sua população masculina ocupada uma distância imensa da região. Pudessem os planaltinos contar com os elementos, momentaneamente afastados, em M'Bororé, no exercício do apresamento, e em luta de extermínio contra os jesuítos, teriam, por certo, agido com mais acerto, na escolha!

oportunidade, que poderia se apresentar a qualquer momento? Não está aí o embrião daquilo que foi o movimento de aclamação do primeiro rei americano? Não se espelha nessas palavras de Montoya, um estado de alma popular, que, apenas esperava uma ocasião propícia para se concretizar? Note-se que, o padre peruano, procedeu com inteira isenção de espirito, a este respeito, depondo sobre um assunto do qual êle não era interessado (1).

Parece que a surpresa dos acontecimentos colheu desprevenidos os planaltinos, que, no momento estavam com a sua gente masculina e a melhor parte dela, no sertão do extremo sul, junto as ribanceiras do rio Uruguai. Essa surpresa evidente, teria feito com que os moradores do Planalto se precipitassem e fizessem o movimento de independência anteceder a volta dos homens apresadores, então, retidos em M'Bororé. Não tiveram paciência, os planaltinos, em esperar a volta dos expedicionários de Jeronimo Pedroso e de Manuel Pires!

Essa bandeira, acima referida, foi derrotada pelos jesuítas (Prof. Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II; Padre Carlos Teschauer, "*Hist. do Rio Grande do Sul*"; Padre Luiz Gonzaga Jäger, "*Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul*"; Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*").

De fato, a gente paulista foi estrondosamente batida, todos unanimemente o afirmam, baseados em ampla documentação jesuítica, confirmada pelos indícios apoucados da documentação paulista, mas a maior derrota dos planaltinos, apresadores, não consistiu, evidentemente na simples perda militar de um combate encarniçado, ferido a cerca de 2.000 quilômetros do Planalto, mas sim na falta, que os componentes da bandeira fizeram, por ocasião da deflagração do movimento da independência. Seriam, cerca de 400 homens brancos, com 2.500 a 3.000 tupís, os apresadores, que, nessa ocasião estavam muito longe do povoado paulistânico, ensina-nos o Professor Taunay, na sua tão citada "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II. Mas os depoimentos jesuíticos, talvez exagerando, aumentam esses numeros. Assim, o padre Teschauer, na sua "*Hist. do Rio Grande do Sul*", eleva esse total, para 600 paulistas e 4.000 tupís. Ora, o que esse sensível desfalque representaria para o Planalto, que então, não contaria com população total muito superior a isso, pode-se observar bem, tendo-se em consideração um trecho de Montoya em um memorial, feito em 1643, no qual êle diz:

"Que la villa de San Pablo y otra circunvecinas echen quatro o cinco compañías de quatrocientos y quinientos hombrés mosqueteros con quatro mil y más indios flecheros....."

1) O próprio Montoya, ensina a Prof. Taunay, loc. cit. II, 152, estava na evidentíssima crença de que os "paulistas projectavam tornar-se independentes". A conclusão lógica se impõe!

Eu não posso explicar como isso não foi visto!

Confirma a tese acima o pequeníssimo número de assinaturas, que, em 3 de abril de 1641, subscreveram a ata da aclamação de D. João IV. (1), (V. "Registo", v. VII, suplemento, 251).

Esses documentos, mostrando como tinha ficado reduzida a população masculina do Planalto, durante o período de tempo em que a bandeira de M'Bororé, esteve no sertão, evidenciam como teria sido impossível o movimento independentista vingar contra os reinóis lusitanos, protegidos pela lusitanófila governança de Salvador Correia de Sá.

* * *

1) Esse fato é altamente significativo. E' admiravel, como tenha escapado de muitos observadores do passado planaltino!

CAPITULO IX

Censuras.

Os trabalhos de crónica escritos pelos dois únicos vultos paulistas, que se evidenciaram acima do nível de inferioridade em que estavam os habitantes dessa parte da capitânia vicentina, foram modificados pela censura portuguesa que incidiu sobre elles, fazendo, com que os relatos, provenientes dos dois cronistas planaltinos, não reflectissem a verdade. O Reino, no setecentismo, atravessava uma época em que o nacionalismo era exacerbado pelo que era chamado despotismo esclarecido. Governava a Metrópole portuguesa a não férrea do famoso Marquês de Pombal, de modo que, tudo quanto podia contrariar a orientação exageradamente nacionalista lusitana, era sistematicamente censurado. Vemos isso pela linguagem dos documentos da época.

Sabemos documentadamente que, essa censura reinol pesava sobre os escritos que nos foram legados por Frei Gaspar. Que valor poderiam ter as suas afirmações, uma vez que sabemos que, as mesmas foram modificadas pela censura portuguesa? Em face disso, devemos encarar os escritos dos nossos cronistas dos setecentos, com o espírito de desconfiança, os estudando convenientemente e dando o necessário desconto, para o que poderia ter contrariado aos interesses reinóis.

Assim, segundo nos assegura um documento, existente em "*Documentos Interessantes*", 4.º, 25 e 26, a censura, exercida em Portugal pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, modificou o trabalho de Frei Gaspar, modelando-o à sua feição, fazendo com que o mesmo chegasse até nós nos seguintes termos, que deveriam ter sido, os mais favoráveis aos reinóis:

"Muitas vezes tenho advertido que as fabulas relativas a S. Vicente,, publicadas pelos estrangeiros nas suas historias, todas ou a maior parte dellas se originarão de algum factõ verdadeiro, viciado pelos escriptores. A esta classe pertence a impostura de que os mameucos sacudirão o jugo da autoriadde Divina e humana, como explica Chalevoix.

E' bem natural que esta fabula tivesse a sua origem de um successo mais notavel da Historia de S. Paulo, o qual, por me parecer interessante, vou relatar, em substancia como se passou. Chegando a S. Paulo, a noticia de que Luiz Dias Leme havia aclamado Rei na Villa Capital de São Vicente ao Serenissimo Senhor Duque de Bragança com o nome de D. João IV, por ordem, e recommendação que para isso lhe dirigira em carta particular D. Jorge Mascarenhas, Marquez de Montalvão e Vice Rei do Brazil; foi esta inesperada novidade hum golpe sensibilissimo aos Espanhois, que se achavão estabelecidos e cazados na dita Villa de São Paulo, para onde tinham concorrido não só da Europa, mas tambem das Indias Occidentaes. Elles desejavão conservar as Povoações de Serra acima na obediencia de Castella,

não se atrevido a manifestar o seu intento, por conhecerem que seriam victimas sacrificadas á colera dos Paulistas, se aconselhassem, que permanecessem debaixo do aborrecido jugo Espanhol, resolverão entre si usar de artificios, esperando conseguir por meio de industria, o que não havião de alcançar, se fossem penetrados os seus designios. Tinhão por certo, que a Capitania de S. Vicente e quasi todo o Sertão Brasileiro, antes de muitos annos tornarião a unir-se ás Indias de Espanha, ou pela força das armas, exigindo hum Governo separado, qualquer que elle fosse, supposta a communicacão que havia, por diversos rios, entre as Villas de Serra acima, e as Provincias da Prata e o Paraguay. Com estas vistas, fingindo-se penetrados do amor do Paiz, onde estavão naturalizados, e do bem commun, propuzerão aos seus amigos, parentes, e alliados e a outros hum meio, que lhes pareceu o mais seguro, para conseguirem os seus intentos, tal era o de elegerem hum Rei Paulista; e ao mesmo tempo apontarão, como o mais digno da Coroa, a Amador Bueno de Ribeira, em cuja pessoa, para não ser rejeitada pelos seus Patricios, concorriam muitas circumstancias de ser de qualificada nobreza e de muito respeito, e authoridade pelos Empregos publicos que havia occupado e ainda exercia, pela sua grande opulencia, pela roda de parentes, e amigos e pelas alianças de seus nove filhos e filhas; duas das quaes estavão cazadas com os irmãos Fidalgos espanholi D. João Matheus Rendon, e Francisco Rendon de Quévedo, que tinhão passado o Brasil em 1625 militando a Armada Espanhola, destinada para a restauração da Bahia. Mas os Espanhoes em designarem a Amador Bueno se lisongzeavão, que por ser filho de Bartholomeu Bueno da Ribeira, natural de Sevilha, produziria nelle maior effeito o sangue de seus Avós paternos, para vir declarar-se Vassallo de Espanha, do que o herdado de seus Ascendentes maternos da nobre Familia dos Pires e o ter nascido em huma Provincia portugueza, para haver de seguir o legítimo Partido das outras do Brazil, Reino e Conquistas."

Esse o texto de Frei Gaspar, que chegou até nós, depois de haver conseguido o necessário "*imprimatur*", por parte da censura reinol, que na crônica original do monge fez alguns cortes. Assim, foi o procedimento da censura reinol, segundo o documento contido no volume 4.º dos "*Documentos Interessantes*"; o qual provinha de papéis encontrados, no arquivo do General José Arouche de Toledo Rendon, tendo sido obsequiosamente cedido pelos parentes do aludido paulista:

PARECER SOBRE A OBRA DE FR. GASPAR.

A Academia Real das Sciencias em consequencia da informação dos Commissarios a quem encartegou do exame da Obra m. s. intitulada "Fundação da Capitania de S. Vicente, e acções de Martim Afonso de Souza" — composta pelo Pe. Me. Frei Gaspar da Madre de Deos, Ex-Provincial da Ordem de S. Bento, aqual Vmce. lhe apresentou, não tem duvida em qe. ella se imprima debaixo do seu Privilegio, ou isto seja por conta da mesma Academia, ou de outra qualqr. pessoa particular, com tanto porem que 1.º o seu titulo se mude em de MEMORIAS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE; 2.º Que as Anedotas referidas no §§ 13 e 14 se ponhão em uma nota separada do corpo da Obra; 3.º Que se omitão os epythetos de doutissimo e erudito, e outros semelhantes que o A. dá ao Pe. S. Maria e a mais alguns Escriptores de merecimento não distincto, qe. cita na sua Obra; ou qe. pelo menos se uze neste par. de mto. maior parcimonia; 4.º Que o epytheto novatos que no § 51 dá aos Portugueses recóntem. te. chegado á terra se converta em outro mais proprio ou e humma periphraze, qe. exprima o mo. pensamento; 5.º "lugar qe. supunhã só de feras, e bugres" se diz que o termo Bugres de que uza no mom; § se omitta, ou se lhe substitua outro que exprima o m. ou pelo menos, qe. em huma nota se explique a

sua significação, pois qe. não hé termo geralme. adoptado na Lingua Portuguesa, sendo talvez par. do Brazil, fará a Oração escura não sendo explicado; 6.º Que omo. se faça em todos os outros lugares em qe. se encontram semes. termos; 7.º Que se corrija a phrase em todos os passos desta Obra onde se encontrão expreções taes como "Contendas que ouverão" & escrevendo antes "Contendas que houve, bem como praticarão constantemente. os nossos Escritores de melhor nota, sem se atreverem a pertender emendar hum idiotismo gerante. adoptado.

Finalmte., qe. toda e qualqr. mudança qe. se ha de fazer ao original lhe seja comunicada paar obter a sua aprovação. O qe. participo a Vmce, remetendo-lhe o M.S. pareque. se digne comunicarme a sua ultima rezolução, ou a do A. da Obra, cazo qe. elle haja de ser ouvido nesta/materia.

Deos ge. a Vmce. Secretara. da Academia Real das Sciencias aos 23 de Feviero. de 1796.

Senr, Diogo de Toledo Lara Ordonhes

Franco. de Borja Garção Stockler.
Vice Secretario da Academia.

Eis, pois, como se pode verificar que, os escritos relatando os eventos planaltinos, tinham que, passar pela censura reinol, que não só os modificava, como cortava neles, o que pudessem conter de contrário aos reinóis!

Com isso, se faz nítido que os pontos de vista "crioulos", eram desobedecidos e desconhecidos, sendo os acontecimentos, que os salientavam, adulterados da maneira mais manifesta e evidente.

Que confiança mais poderemos ter nos relatos de Pedro Taques e de Frei Gaspar, nos quais o "crioulismo", era sistematicamente apagado e o reinolismo enaltecido, para que Portugal pudesse impedir qualquer surto a mais de rebeldia de uma gente já com espírito próprio? Era necessário não fazer resaltar a existência desse espírito!

Em síntese, do documento, acima reproduzido, podemos concluir o seguinte:

- 1.º) Que o acontecimento, relatado por Frei Gaspar, sobre o fato da aclamação de Amador Bueno, é absolutamente verídico, não tendo a censura alterado a obra de Frei Gaspar, nesse ponto.
- 2.º) Que a obra de Frei Gaspar, tendo passado por uma depuradora e filtradora censura reinol, não nos merece inteira fé e só depois de um exame sobre o relatado nessa obra pode-se ter os seus dizeres como fiéis.
- 3.º) Que havia um interesse de Portugal em policiar a alma colonial, impedindo que o espírito regional se pudesse revelar e se desenvolver.

Essa seria a censura material, que a Metrópole exercia sobre as suas colônias, as prendendo, como se elas fossem méras possessões. A Metrópole não compreendia que, o Brasil havendo recebido gente colonizadora, com o perpassar das gerações, já tinha população própria e

esta dispunha de mentalidade e de sentimentalidade, que lhes eram particulares, mesmo porque a hereditariedade não pode substituir, sem que as modificações nela causem as delimitações dos ambientes externos, necessariamente diferentes dos da Metrópole.

Não era só Portugal, que tinha esse odioso procedimento, pois a Inglaterra, também agia assim, para com os seus núcleos coloniais da Nova Inglaterra e da Virgínia. Lá, nas ilhas, perdidas nas brumas do mar do Norte, não ecoava a voz estentórica de Lord Chathan, clamando pela causa americana, no Parlamento inglês. Predominava a cegueira de Lord North e a Inglaterra fez correr rios de sangue, sofrendo humilhações sem conta, que lhes sucederam nas rendições, a que eram obrigadas a passar as suas armas infelizes, deante da nobreza, que animava as invictas e gloriosas legiões de Washington.

Portugal tinha para com o Planalto idêntico procedimento, que a Inglaterra haveria de adotar no fim do setecentismo, para com as suas Treze Colônias. A diferença estava, apenas na intensidade da reação. Lá, as colônias, muito mais homogêneas, mais em comunicação e muito menos distânciadas, umas das outras, bem como, com muito maior soma de recursos e portanto muito mais americanizadas, reagiram com muito mais eficiência, esmagando belicamente todos os elementos que a poderosa Inglaterra dos Hannover alemães, arrojava contra elles. Aquí, as colônias, muito dispersas e muito heterogêneas, eram muito saturadas de gente vinda do reino, atraída pelo ouro, isto é, muito mais reinolizadas e muito menos americanizadas (só depois que, diminuiu a vinda de lusitanos, ou quando os filhos e netos de lusos atingiram a idade adulta, o Brasil chegou a se libertar psíquica e moralmente de Portugal. Isto só se deu em 1831 no memoravel 7 de Abril, não obstante, desde 1822, o Brasil estar politicamente separado de Portugal). Por isso é que, o Brasil demorou mais em se separar da Europa.

Motivada por essa situação, Portugal, além da censura material, exercia uma censura moral, sobre as suas colônias brasileiras e o Planalto foi, no setecentismo, alvo dessa censura moral, que a Metrópole exerceu, talvez, inconcientemente.

Essa censura moral consistiu em ter sido a mentalidade dos cronistas planaltinos setecentistas inconcientemente moldada pelo ambiente externo, no qual elles viviam de modo que, ao escrever as suas crônicas já as adulteravam, de acordo com os interesses metropolitanos, que nelles agia, por intermédio do ambiente externo, que havia sido creado pelas circunstâncias (1). Vejamos:

1) Aliás já Paulo Prado, no seu "Paulistica", afirmou que o ambiente reinol teria influído muito nos escritos de Pedro Taques e de Frei Gaspar pois que, estes dois não passavam de registradores de lendas, com pontos acentuados de cortezania e de nobiliarquicomania.

Ainda a esse respeito temos a aditar o seguinte:

E' o proprio Taques quem nos informa que a tradição verbal paterna fora sua fonte de informações, pois ele se referindo a seu pai na pg. 39 do prefacio do livro "Informações sobre as minas de S. Paulo" diz, com comentários do Prof. Taunay:

No seiscentismo o Planalto constituia uma região isolada do reino, povoada por uma gente que se americanizara com rapidez, não conservando, por circunstâncias várias, grandes traços comuns com Portugal e não mantendo com o Reino muitos laços de ligação.

A sua economia especial, fraca e produtora de consequências isoladas, a sua feição sociológica própria, diferente da de Portugal metropolitano, a configuração de seu meio geográfico, a quantidade pequena, que formava o grupo humano planaltino, as suas ligações consanguíneas com gente de outras estirpes, que não a lusa, a sua fraquíssima capacidade tributária e portanto o diminuto interesse, que a região provocava no Reino, fazendo com que ela fosse esquecida, abandonada, etc.. Isso tudo, formando um grande complexo de condições, determinou a fatalidade de ter sido o Planalto, uma região mais americanizada e portadora de caracteres próprios do que qualquer outra da América-lusa.

Mas, a descoberta do ouro, em fins do seiscentismo, modificou completamente esse cenário que elevava ao máximo o crioulisto regional, cujos moradores eram arrogantes, altaneiros, pundonorosos e atrevidos, que "*riam-se dos ukases, dos Braganças*", como nos ensina Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*". O ouro serviu de polo atraiador de dezenas de milhares de reinóis, que, aos borbotões, inundaram, não só as Gerais, mas ainda o Planalto, porque essa região era o então entreposto mercantil e a passagem obrigatória das regiões mineiras de Goiáz, de Cuiabá, de Camaquan, de Coxipó, etc.. Assim, a população planaltina, que, no seiscentismo, subia a 6.000 indivíduos, com os escravos, no setecentismo foi a cerca de 116.000 almas, segundo Machado de Oliveira. Ora, com isso, vê-se, com facilidade, claramente, como foi o Planalto aporuguesado, no século XVIII. O guaraní foi esquecido, como idioma popular e muita razão tem Washington Luis, ao dizer na sua "*Capitania de S. Paulo*", que só então S. Paulo reconheceu a soberania de Portugal.

Foi nesse ambiente profundamente reinol, que escreveram as suas

"Immenso deplora haver-lhe o pai morrido quando mal passara dos vinte annos. Na meninice de quanta cousa preciosa lhe ouvira a relação, em conversa com outros, como a narrativa pormenorizada do caso tragico dos Lemes. "FORA POREM EM TEMPO QUE NÃO SOUBERA APROVEITAR, DELLE INDAGANDO, ENTÃO, TODAS AS CIRCUMSTANCIAS, AINDA AS MAIS MIUDAS ACONTECIDAS EM TAES ACÇÕES."

O seu habitual critério e reflexão levaram-no, porem, a acceitar prudentemente, até certo ponto, os subsídios da tradição oral, como varias vezes o tem comprovado as pesquisas hodiernas. Assim os factos succedidos a Thimotheo de Góes a que já alludimos." Ensina Taunay, loc. cit.

Mais adeante, a paginas 63 do mesmo trabalho, Taunay ensina:

"Repetiu o chronista o que de parente e amigos ouvira acerca das fortunas dos antigos paulistas, obedecendo á tradição oral e cujas tendencias são as que o sabio rifão sensatamente qualifica quando se refere aquelles que "CON-TAM UM CONTO" . . .

crônicas, os dois únicos vultos de elevação mental no Planalto, Frei Gaspar e Pedro Taques, (2).

Seria profundamente natural que eles tivessem sido influenciados pelos ambientes externos que se extremavam em lusitanismo sem par. Vejam, por exemplo os termos apaixonados e estremados com quais são referidos os companheiros de Tiradentes, nessa mesmo época! Isso nos ensina no referente à situação do ambiente psíquico que reinava no Brasil, em fins do século XVIII! Pedro Taques e Frei Gaspar eram mēros reflexos do ambiente em que viviam, não podendo escrever o que não correspondesse a esse ambiente!

- 2) Que o linhagista se influenciava pelo meio, ao pressionar, não pode restar dúvida Quem nos ensina isso é o já tão invocado Prof. Taunay, que nas paginas 61, loc. cit. do trabalho sobre Pedro Taques, diz:

“Arauto das suas idéas e sentimentos do meio em que vivia coube a Pedro Taques exteriorizal-os nos seus escriptos.”

e mais adeante:

“Fez-se Pedro Taques denunciador de tal estado d’alma que foi da cultura de seu tempo a do seu meio. E’ o reflexo fiel de um estado psychico que se exemplifica nas numerosas justificações nobiliarchicas, no seu tempo havidas”

Que a versão de Pedro Taques é portuguesa, ainda é o eminente Prof. Taunay quem o afirma no seu prefacio ao trabalho de Pedro Taques: **“Informação sobre as Minas de S. Paulo”**, 36 em que diz, reproduzindo palavras amargas do proprio linhagista:

“Assim, por exemplo, não rendiam preito á memoria de Amador Bueno que os conservava portuguezes”, a lealdade daquelle que recusara a coroa” era mais estimada em Portugal do que aplaudida na cidade de S. Paulo, “porque o segredo do tempo fizera consumir aquella acção digna de se perpetuar com um padrão que sempre que accuzasse a heroicidade”.

Vê-se por essas palavras queixosas o quanto veneravel linhagista era contrario ao espirito da terra, que ansiava pela independência e favoravel á continuação do dominio reinol.

Lamenta que os paulistas estivessem tão imbuídos do espirito nativista, a ponto de não renderem grande preito à memoria de quem os conservava sob o jugo português!

E’ assim que, ainda a essa propósito, ensina o eminente Mestre, a’ pagina 49, loc. cit.:

“Todos esses motivos de justo melintre nem por isto impedem que Pedro Taques seja o mais fiel dos vassallos do Rei de Portugal. Admirava-lhes sempre incondicionalmente o criterio aos actos, a extensão do poderio, a revelar-se o subdito mais obediente e respeitoso de um monarcha absoluto, sentindo-se perfeitamente solidario com os interesses daquelle grande soberano de quem teve a Ventura de nascer sujeito”.

CAPÍTULO X

Lealdade por quê?

De acordo com a lenda de Frei Gaspar, desvirtuando o fato da aclamação de Amador Bueno, transfigurando-a e deformando-a, a ponto de torná-la irreconhecível monstrego, Amador Bueno passou à historia, como sendo um expoente de um sentimento, que teria imbuído à população toda. Esse sentimento comum a todos os planaltinos teria sido a lealdade, para com Portugal. Para os superficiais, esses que aceitam as explicações sumariamente, sem as examinar, para os que abdicam do próprio raciocínio em favor do "magister dixit", o caso de Amador Bueno, ao ser aclamado rei, é na verdade, de ser adotada a lenda dos cronistas setecentistas. Na verdade, é muito mais comodo e simples não ter o trabalho de raciocinar! Mas, convenhamos, para os que preferem usar o próprio cérebro, para resolver, segundo a lógica e a verosimilhança, os problemas sociais, que a história brasileira antepõe, a lenda da lealdade popular, extremada na pessoa de Amador Bueno, tal qual nos transmitem Frei Gaspar e o linhagista, não convence não satisfaz e é necessário ser feita a luz de um raciocínio, sobre esse sentimento.

Duas perguntas surgem imperiosas sobre essa pretensa lealdade.

Por quê o povo planaltino havia de manifestar lealdade a Portugal?

Por quê essa lealdade haveria de ser extremada por Amador Bueno?

Lealdade ou sentimento de dedicação, só se alimenta para com pessoas, que se destaquem, por virtudes inherentes aos seus perfis psicológicos, físicos, mentais, sentimentais, morais, etc.. Não seria possível, lealdade para com pessoas, que não fossem providas de qualquer traço de superioridade. Da mesma maneira, o povo planaltino só deveria tributar lealdade a Portugal, ou aos Braganças, se, porventura, houvessem ligações de ordem sentimental, psicológica, sociológica, moral, linguística, mercantil ou econômica com a Metrópole lusa. Ora, nós já demonstramos abundantemente que, o Planalto se achava isolado do mundo, sob todos esses aspetos. Portugal estaria quasi que, esquecido, esmagado na memória dos planaltinos, pelo domínio espanhol. Portugal deveria manter, no ânimo dos moradores seiscentistas da região vicentina de Serra-acima, muito pouco prestígio.

Em abono dessa conclusão, são de se evocarem as duas palavras do Prof. Taunay, impulsionadas por uma aguda observação:

"....., do alto de suas montanhas RIAM-SE OS PAULISTAS DOS "UKASES" DO BRAGANÇA, recémposto no throno e PARA ELLES LETRA MORTA".

("Hist. seiscent.da Villa de S. Paulo", I, 166).

Ora, como se admitir lealdade dos planaltinos para com D. João IV, se este, em suas determinações, era ridículo, aos olhos desses mesmos planaltinos, segundo a felicíssima observação do erudito Prof. Taunay?

Vê-se pois, com clareza, que, qualquer sentimento de lealdade tributado a Portugal, como a D. João IV, era absurdo!

A confirmar, de modo evidente, esse ridículo, em que era tido pelo planaltinos a figura de D. João IV, há a notar o seguinte fato, que é, por si, bem eloquente, na sua significação:

A 3 de Outubro de 1643, o rei D. João IV ordena, por alvará, baixado nesse dia, a reintegração dos jesuítas no Planalto. Esse decreto real não foi obedecido pelos moradores da região. Quatro anos mais tarde, a 7 de Outubro de 1647, o rei D. João IV volta à cena e decreta novamente medidas tendentes à reintegração dos jesuítas, promovendo a anistia aos planaltinos, desde que, os reverendos fossem, de novo admitidos no Planalto. Nova desobediencia e isso não pode ser taxado de muita fidelidade ao Bragança senão com muito desprezo pela intelligencia alheia!

Naturalmente, tendo em vista esses fatos, pelos quais é facilimo se descobrir a pouca devoção, inspirada nos planaltinos pela personalidade vasia de D. João IV e mesmo, enovelada com esse sentimento de pouco acatamento, uma certa dose de ridicula conta, em que era tido o soberano de Bragança, é que Washington Luis na sua explêndida "*Capitania de S. Paulo*", diz que, só no século XVIII, reconheceu, o Planalto, a soberania portuguesa.

Por certo, em virtude de procedimentos como esse, é que o Prof. Taunay, na sua tantas vezes recorrida "*Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 175, diz:

"E' preciso notar, comtudo, que, em S. Paulo, desde muito, era o poder municipal absolutamente soberano".

Aliás o povo planaltino, arrogante, altivo, intratavel, particularista, atrevido, e belicoso, como nos contam os depoimentos jesuíticos, como conciente da sua força, que lhes emprestava o isolamento geográfico, em que vivia e da impotência do reino, para o atingir, sempre se mostrou de uma intratabilidade, de um rebeldia, de uma irritabilidade e de uma insubordinação, que não demonstram muita fidelidade ao reino (1).

Atestam-nos isso, não só as observações inteligentes e agudas, acima citada, mas toda a vida seiscentista do agregado humano planaltino.

1) Paulo Prado, no seu já tão citado, quanto cheio de preciosos ensinamentos "*Paulistica*", parece extasiado ao constatar como eram vincadas as linhas desse tipo castiço de altivez, de arrogância, de fanatismo pela independência de amor entranhado pelo "*self-government*". ("*Paulistica*", 24 e seguintes).

Esse tipo não se iria prostrar, baboso de dedicação servil e de incompreensivel lealdade, aos pés pouco merecedores de quem nada fizera para se entronizar no culto do planaltino, passando por cima da conveniência econômica da região, a qual dominava empolganamente o planaltino, a ponto de os fazer esquecer a sua intensa religiosidade!

constante dos relatos e percucientes comentários do Prof. Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*".

O modo pouco sereno e impetuoso, como os planaltinos conduziram o seu procedimento, nos diferentes casos, em que tiveram oportunidade de se manifestar, fazendo ressaltar a sua alta e destacada individualidade, revelou sempre uma consciência ardorosa e independente e u mespírito altaneiro e, insubmisso, que não se curvam ante a medidas legais, ainda que, porvenientes da governança.

Em 1660, Salvador Correia de Sá e Benevides, o jesuitófilo e lusitanófilo almirante lusitano, restaurador de Angola, para o que abandonou os brasileiros, na sua guerra encarniçada de Restauração, contra os flamengos, teve ocasião de experimentar o quanto era ativa e destacada a alma particularizada do planaltino. Ante a ameaça desse governante, de vir a S. Paulo, os moradores mandaram dizer a ele, que se tivesse ordens régias que as mandasse de Santos, pois excuzava a ele vir a São Paulo.

Mais tarde, Arthur de Sá e Menezes deveria, também, sentir a faceta cortante da alma audaciosa e vincada da gente de S. Paulo, ao receber as palavras admiráveis de Pedro Ortiz de Camargo, dizendo que, os paulistas sabiam muito bem se governar e que por isso, êle que não viesse a S. Paulo. Aliás esse sentimento de arrogância ousada, nada mais era do que a reedição, das palavras do rústico filho de João Rmalho, que, ao ser ameaçado com a inquisição, respondeu que acabaria a mesma a flechadas.

A herança secular, transmitida pelas gerações, se ampliou enormemente, pelo modo da vida livre e em constantes correrias, bem como pelo isolado esquecimento em que se manteve o Planalto, até o fim do seiscentismo. Teria sido por isso, que, os planaltinos se mostraram tão senhores dessa psicologia, tão especial e própria, como vem sendo assinalada, como o fizemos acima. Teria sido por isso, que os viajantes, impressionados com a destacada mentalidade dos planaltinos, a mostraram como relevo, na comunidade lusitana, o que a salientava de um modo todo especial. Assim escrevera mtodos, desde Ulrico Schmidel, até Frogger, no seu "*Relation d'un voyage fait em 1695, 1696, et 1697 aux cotes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brezil, Cayenne, Isles Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandé par Monsieur de Genes!*" (1).

Óra, esse traço em que se perfilava a psicologia planaltina, evidenciado de modo unânime por todos os observadores, coevos ou não, ressaltado por todos os transes tumultuosos da evolução seiscentista da sua vida, não condizia com a fidelidade a Portugal, com o que é facilíma a conclusão de que, o grupo humano planaltino teria muito pouco apego a Portugal. Aliás, seria natural que o Planalto tivesse pouco apego a Portugal!

1) Encontra-se essa passagem de Frogger no livro do doutíssimo mestre, o Prof. Basílio de Magalhães, "*Expansão Geographica*", 169, Cia. Editora Nacional, serie brasileira.

Vimos que, teria sido a literatura panegirista e ditirâmbica, que fez com que Portugal, ocupado pela Espanha, durante sessenta anos, portanto em mais de uma geração, (o que quer dizer que os que restauraram a soberania lusa, já haviam nascido em pleno regime do domínio espanhol), resistisse vitoriosamente à assimilação espanhola. Entretanto, os planaltinos, como vimos, não participaram dessa literatura salvadora. O isolamento intelectual, em que se encontravam, não permitia a eles sorver o espírito de lusitanidade, nessa esplendida reserva conservadora da nacionalidade lusa, que era o patrimônio literário, português, rebrilhantemente desenvolvido no quinhentismo, unanimemente declamando as glórias da estirpe enaltecidas nos líricos alexandrinos de Camões ou nas décadas entusiásticas de João de Barros.

A indigência mental dos habitantes da capitania vicentina, a qual pode ser comprovada, pelas páginas carunchadas dos documentos, teria os isolado hermeticamente do fulgor espiritual lusitano, impedindo, portanto, que êle aquecessem o seu já empalidecido e frígido lusitanismo em contato, com o calor desprendido dessas páginas e dessas estrôfes, que eram clarinadas vigorosas de patriotismo.

Nessa situação, sendo conservados, fora do alento, que deu persistência e vida a alma lusitana, que a Espanha ameaçava, não seria de esperar que a gente isolada da capitania vicentina fosse conservar muito apego a Portugal! Constatando isso, é, também, de ser posta em linha de conta a especial circunstância de que, os planaltinos apressadores tinham o máximo interesse, em que a Restauração lusa não se operasse, pois com ela, as fronteiras dos domínios americanos dos dois reinos ibéricos se restaurariam, também, e isso viria dificultar a continuação do apresamento, que tão lucrativo se mostrava, ainda, antes de haver a primeira metade do século atingido ao fim.

A lusificação do Planalto só se deu no século XVIII, isto é na época do ouro, quando as enormes massas de reinóis invadiram as Minas, avassalando tudo, na avalanche da sua passagem. S. Paulo foi, nessa ocasião, o entreposto das minas goianas, das mato-grossenses, bem como das situadas no sul de Minas Gerais, as quais ficavam pouco distantes do Planalto, via Atibaia e via morro do Gravi, em Itapira.

Só, então, com a imensa sedimentação da espessíssima camada de reinóis, sobreposta à dos preexistentes paulistas, procedentes das velhas estirpes planaltinas dos séculos XVI e XVII, formando-se a população reinolizada do Planalto, a qual foi elevada a cerca de 116.000 almas, segundo Machado de Oliveira; o elemento português predominou, na indômita, arrogante, e particularista região planaltina, (2).

No começo do século XVIII, ainda, os planaltinos da velha cêpa quizeram se opor à onda, que tudo submergia. Daí a guerra dos emboa-

2) A decadência, em que entrou o Planalto, sob o ponto de vista de suas populações, a qual é tão vivamente salientada pela pena magistral de Paulo Prado, no seu tão citado "Paulistica", verdadeiro Evangelho do passado paulista, quer me parecer foi apenas motivada pela queda qualitativa de sua demografia, vítima da seleção negativa migratória, que as minas exerceram no setecentismo sobre o Planalto, atraíndo os melhores elementos de sua população.

bas, que não foi outra cousa, senão o resultado do encontro antagônico de duas correntes contrárias! Desse encontro não poderia ter havido outro resultado senão o esmagamento da corrente crioula ou nativa, pois, a outra, era imensamente maior em número, além de ser protegida pelo governança, em mãos reinóis. Só, com o avançar do século, é que, se foram desaparecendo os reinóis, que foram morrendo, não sendo renovados, pois as minas, se empobrecendo, não mais atraíam a onda reinol, que quasi se paralizou, no fim do setecentismo. Os filhos e netos dos reinóis, vindos do início do século, já eram elementos da camada crioula e daí, ter havido, só nesse fim de setecentismo, em 1789 e em 1798, rebeldias, contra o governo da Metrópole. Eis, a conjuração de Tiradentes! Eis, a gente, que, paralizada, durante quinze anos, pela vinda da Corte, em 1808, fez o movimento incoercível, que culminou no 7 de Setembro de 1822!

Com a dominação do elemento reinol, no Planalto, no século XVIII, tudo passou a respirar intenso lusitanismo. O ambiente planaltino, antes no seiscentismo, tão acrioulado, foi profundamente modificado. O poder aquisitivo do planaltino, majorado, graças ao ouro das diversas minas de cuja regiões, S. Paulo era o entreposto mercantil ou uma espécie de capital econômica, fez com que, o paulista fosse subtraído do isolamento mental e sentimental, em que vinha vivendo secularmente. O isolamento psíquico, moral e sentimental, bem como o econômico e por consequência o administrativo, encontrou o seu termo e o geográfico ponde ser diminuído sensivelmente, pela melhoria das comunicações entre o Planalto e o Litoral. Sim, porquê, aumentado o seu poder aquisitivo o planaltino ponde sorver a cultura portuguesa, nas arcadas das universidades reinóis, ou em mais assíduo contacto com as letras, as tradições, as artes, as cenas, as notícias e os homens de Portugal, etc..

Alem disso, que fazia com que, o Planalto fosse galvanizado, em um banho de lusitanoplastia, o qual o obrigava a tomar um vivo colorido reinol, o governo português, antes tão esquecido da região, fê-la se incorporar violentamente nos quadros de um aceso lusitanismo. Para isso, empregou as armas da virulência, da compressão e do terror, sobre a infeliz parte, antes abandonada de suas colônias. Seguindo essa política os reinóis mandaram a governar o Planalto, verdadeiros tipos de cães de fila e de satrapas violentos e carniceiros, como Rodriguo Cesar, Caldeira Pimentel, Assumar, Cunha Menezes e outros mais, que, com séquito de reinóis do tipo do guloso de Sebastião Fernandes do Rego, do maquiavélico Godinho Manso e outros, calcaram a alma crioula e a sumeteram a um infernal jugo português, que deu ao Planalto um ambiente profundamente luso. Só então, a região paulista, deixou de usar o idioma guaraní, para falar o português. Foi essa a metamorfose, que fez, com que, o Planalto mudasse subitamente de colorido, de um acrioulização, que se processava com rapidez, para uma lusitanização evidente, com uma paralização daquele processo, o qual só continuou, quando os descententes dos reinóis, imigrados no começo do setecentismo, se acrioularam assimilados.

CAPÍTULO XI

Pedro Taques e Frei Gaspar

Como vimos, no capítulo anterior, a lusitanização do Planalto, se fez no setecentismo, com a virulência de proceder dos "gauleiter" prepotentes, que aqui perseguiram implacavelmente, com uma tirania, que irrita os que conhecem os seus detalhes, os expoentes da velha estirpe planaltina. Eis, o fim trágico e heróico que tiveram os másculos irmãos Lemes, que o miserável satrapa reinol Rodrigo Cesar pintou com a fantasiosas cores de bandidos! Eis, o fim tristíssimo, a que foi relegado o adamantório vulto do Anhanguera, com a sua descendência! Eis, o que Caldeira Pimentel fez a Bartholomeu Paes de Abreu! Eis, o feroz procedimento do Assumar, contra o glorioso protomartir Felipe dos Santos, que até hoje não é suficientemente homenageado! Eis, o que nos reletam as cartas chilenas!

Tudo isso e muito mais foi feito por Portugal setecentista, contra nós e contra o crioulisto, que no Planalto havia adquirido fóros de vulto!

O bandeirismo esquecido e o apresamento abandonado, sem mais a causa, que o reativasse, pois faltava a necessidade de um consumo grande e o pequeno, que continuava a existir, era facil, comoda e economicamente suprido pelo tráfico africano, atividade da qual o português foi o exímio executor, até os meados do século XIX, quando a lei Eusébio, obrigou a cessá-la.

Então, os paulistas, sem o apresamento, em que se ocupar, sem as minas das Gerais, de onde fora miseravel- e aladroadamente esbulhado, pelos adventícios, forasteiros e reinóis, protegidos pela deshonesta Metrópole, esquecida dos estóicos descobridores dos Pactolos das Gerais, de Goiaz, ou de Cuiabá, foram empregados pela sempre ávida corte lisboeta, para a satisfação da gula do seu imperialismo, no Prata, (1). Eis, a masculinidade planaltina servindo de carne para os canhões dos espanhóis José de Garro, Zeballos, Salcedo, Valdez, Vertiz, etc..

Durante todo o setecentismo, a varonilidade planaltina foi arrojada nas campanhas inglórias e profundamente desinteressantes ao Brasil, pelo imperialismo bragantino, ávido de ver as águas do Prata espelharem as cores das bandeiras de Portugal. - Então, o Planalto se sangrou nessas lutas estéreis e sem nenhum proveito direto para a pátria. mas se evidenciou uma região profundamente aportuguesada e que a tudo se submetia, pelo maior pretígio e glória dos soberanos bragantinos, os quais só então, passaram a não ser extranhos e exóticos à região!

1) V. Paulo Prado, "Paulistica", 76.

Pois bem, as crônicas e os relatos do passado planaltino foram escritos, nesse ambiente profundamente reinolizado. Seria natural que, os primórdios da região, bem como o seu evoluir, pelos séculos, vistos com olhos portugueses, se deformassem, fossem desfigurados, para que pudessem satisfazer os verdugos e para que se correlacionassem com as bitolas das linhas ambientais. Tudo corria paralelo, em estreito contacto, com as forças psíquicas, morais, sentimentais, etc., emanadas da Metrópole lusa. Seria pois, perfeitamente natural que, os cronistas, que relataram a vida planaltina, respirassem a atmosfera profundamente lusa, escrevessem, como portugueses, que eram, (2), (3), (4).

2) Os erros, que Pedro Taques e que Frei Gaspar veicularam até nós, sobre o passado planaltino tem sido julgados com extrema indulgência pelo nosso conservatorismo, de maneira a transformá-los em verdadeiros "tabus", os quais nos negam o direito até de os discutir. Entretanto os erros, como eu disse, que o linhagista e o monge veicularam até nós, são alguns, verdadeiramente imperdoáveis.

Eis que, foi ele, Pedro Taques, que na "Nobiliarchia", intoxicou o espírito fulgurante de Oliveira Vianna, o induzindo no errado supor que, o Planalto haviam miríficas riquezas e opulências rebrilhantes, culminadas pelo maravilhoso Padre Guilherme Pompeu, que, seria uma espécie de *rajah*, pelo esplendor das suas manifestações de cultura e pelo trato, etc.. Pela pena do linhagista, tudo, no Planalto corria pela bitola, que ele havia emprestado ao Padre Guilherme Pompeu. Haveria riqueza, nobreza, grandes e patriarcais propriedades, commercio, etc.. Entretanto, vieram os documentos e a calva de Pedro Taques ficou bem à mostra! Verificou-se o quão prodigiosamente opulenta era a imaginação do linhagista! Iniciando as retificações, eu, no meu livro "Raça de Gigantes", mostrei que, o ambiente descrito pelo linhagista, a propósito do Planalto, não passava de mera fantasia.

Oliveira Vianna, que não estava ao par das retificações a propósito da "Nobiliarchia", se deixou iludir e reconstituiu o ambiente planaltino, tendo em conta as fantasias de Pedro Taques. Por isso, o ilustre sociólogo, tratando do Planalto, fe-lo similar ao opulento Nordéste.

Confronte-se, por exemplo, os relatos magnomaniacos da "Nobiliarchia", com as justas conclusões de Alcantara Machado, na "Vida e Morte do Bandeirante" e teremos uma noção do quanto fantasiou o nosso cronista dos setecentos! Os escritos de Roberto Simonsen estabelecem em algarismos a pobreza e a modestia do nosso Planalto, evidenciando o quão errado andou o linhagista, ("Hist. Econom. do Brasil").

Eu, mesmo, já tive oportunidade de realizar a comparação numerica da insignificancia planaltina, ou da andrajosa pobreza da nossa terra em confronto com a nababesca opulência do Nordéste açucareiro. ("Resumo da Hist. de S. Paulo").

Ninguém mais discute esse erro tremendo de Pedro Taques, que nos transmitiu um panorama, completamente errado. Bastaria isso, para que o cronista fantasista perdesse a sua autoridade.

Mas, há mais e entre os miríades de erros de Pedro Taques, dos mais indesculpáveis, podemos mencionar o seguinte:

LOURENÇO CASTANHO TAQUES, o velho, foi bisavô do linhagista. Pedro Taques, que tinha a obrigação de saber, ao menos por tradição da família, dados certos, sobre ele.

Na página 91 da "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", tomo especial, em o titulo Taques Pompeu da "Nobiliarchia", Pedro Taques afirma que, seu bisavô:

"RECOLHIDO DAS CONQUISTAS DOS CATAGUIASES O GOVERNADOR LOURENÇO CASTANHO TAQUES QUEBRADAS JA' AS FORÇAS POR AVANÇADA EDADE DE ANOS, POUCO TEMPO LHE DUROU A VIDA, QUE A PERDEU A' 5 DE MARÇO DE 1677".

Isso não quer dizer que, esses cronistas tivessem a intenção de fraudar a verdade histórica, a deformando, com o intuito prévio, de que os reinóis fossem agradados, em seus pruridos nacionalistas. Penso que, os cronistas planaltinos dos setecentos foram homens, a-pesar de evadidos em saturação de intenso e evidente reinolismo, de profunda boa fé. Não os animava o desejo de prejudicar o Planalto, região à qual tributavam a mais enternecida dedicação. Mas, inconscientemente, as forças ambientais atuaram com energia nos escritos, que os cronistas planaltinos dos setecentos nos legaram, a relatar a vida civilizada, na capitania vicentina, durante os dois séculos anteriores.

e ainda:

“POR ESTE MOTIVO, ACHANDO-SE COM DISCIPLINA MILITAR NA GUERRA CONTRA BARBAROS INDIOS E PRÁTICO CONHECIMENTO DOS SERTÕES, QUE HAVIA PENETRADO NA CONQUISTA DE VARIAS NAÇÕES DOS MESMOS INDIOS, TENDO RECEBIDO UMA CARTA DO PRINCIPE REGENTE O INFANTE D. PEDRO, DATADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 1674, SOBRE O DESCOBRIMENTO DO OURO E PRATA, PARA CUJA DILIGENCIA, TINHA JA' PARTIDO FERNANDO DIAS PAES . . .”

1) Ora, esse mesmíssimo Lourenço, de quem Pedro Taques era bisneto, faleceu em 1671, “*Inventários e testamentos*”, XVIII, 69 a 151!

Pedro Taques, poderia ter errado, sobre outros capítulos que não lhe dissessem respeito tão perto, ou sobre o que teria acontecido em data mais remota, etc., mas é indesculpável que, entre os seus erros, os quais sobre a várias centenas, figure este sobre um seu antepassado tão próximo, e que viveu em época tão aproximada à sua!

Com essa amostra, pode-se avaliar o que vale uma afirmativa de Pedro Taques! Como erigir em “tabu”, INTOCAVEL, uma asseveração do linhagista?

- 3) Acho importantíssimo o detalhe de ter sido a “*Nobiliarchia*”, escrita em 1765, segundo nos ensina Azevedo Marques, “*Apontamentos*”, 9, pois, nessa ocasião, a influência lusitana, em S. Paulo, era tão pronunciada que, até a individualidade da velha capitania havia sido suprimida, em 1748, quando foi ela incorporada a do Rio de Janeiro, só sendo restabelecida precisamente em 1765.

Foi no ambiente de anti-paulistanismo, que isso determinou, que, o trabalho nobiliárquico do linhagista foi escrito. E' facil se aquilatar como ele teria sido deformado.

- 4) Paulo Prado, no seu “*Paulística*”, 95, é mais rigoroso que eu, no seu julgamento sobre Pedro Taques e Frei Gaspar, pois o brilhante historiador paulista contemporaneo é de opinião de eles terem sido simples cronistas de lendas, atufadas de detalhes nobiliárquicos nas quais aparecem as figuras lendárias de João Ramalho, Tibiricá, Raposo Tavares, Amador Bueno, etc.; alem de que eles se subordinavam aos seus pruridos de cortezãos e de nobiliarquicomancias.

A severidade desse juizo é evidente!

Eu sou de opinião de que os nossos cronistas setecentistas, ainda que, deformadores da verdade e pobres de autoridade, quando afirmavam desamparados de ocumentos, eram] e boa fé.

Paulo Prado, muito antes de mim, concluia da mesma forma que eu, embora não me tivesse guiado a essa conclusão que expús e à qual eu cheguei por caminhos diversos.

Eis como, eu penso, não se poder entregar com inteira confiança, a interpretação dos acontecimentos históricos, segundo nos vem relatado pelos cronistas setecentistas, que foram Pedro Taques e Frei Gaspar.

Alem dessa natural tendência em determinar que, os escritos desses dois planaltinos se desviassem da verdade histórica, ainda temos a consignar outra força, que teria feito, com que as notícias dos eventos do passado planaltino, nos chegassem desvirtuadas pela força da deriva, que teria agido sobre os cerebros parciais e cortezãos dos cronistas citados. Estes, ainda que inconscientemente e de inteira boa fé, nos transmitiram os relatos dos primórdios vicentino-planaltinos, deturpados pela vesquice, em os ver através da cortezania e da mania de linhagem, que fanatizava os dois cronistas acima mencionados. A nobiliarquicomania saturava todos os relatos de Pedro Taques, como os de Frei Gaspar, a ponto de iludir os historiadores contemporaneos, que neles buscam os elementos para a reconstituição do passado regional. De fato, a preocupação do linhagista, em maior escala e de Frei Gaspar, em menores proporções, de esclarecer a parte genealógica dos protagonistas dos eventos históricos planaltinos, ressalta à vista, despercebida, dos que buscam contacto com eles. Parece que, o espirito cortezão em simbiose com uma onda de nobiliarquicomania invadia, na ocasião, todo o mundo intelectual setecentista e isso teria emprestado um vivo colorido de genealogista, aos dois vultos, que os contemporaneos, filiados à ortodoxia e o conservatorismo querem promover ao nivel de historiadores, posto ao qual jamais sonharam ser quindados, (1).

-
- (1) Paulo Prado no seu "Paulística" acha que Pedro Taques e Frei Gaspar foram apenas codificadores de lendas, as quais passavam verbalmente e portanto sujeitas a serem adulteradas, de pai para filho, de geração em geração. A mesma conclusão chega Taunay, no prefacio a "Informação sobre as Minas de São Paulo", de Pedro Taques, 39.

"Onde nos parece que Pedro Taques se deixa arrastar pelas tendencias exagero é ao descrever os bens dos antigos "POTENTADOS" paulistas. Dá-lhes situações e opulencia que não condizem com a antiga pobreza do planalto piratingano, a penuria pelos inventarios revelada: pois S. Paulo tornou-se rico da segunda metade do seculo XIX em deante."

O caso do padre Guilherme Pompeu de Almeida, proximo parente do linhagista, e quase seu coévo, sobre o qual Pedro Taques cometeu uma das suas grandes cingadas, não escapou à percuciencia do Prof. Taunay, que na pagina 63 de seu trabalho citado sobre o linhagista, diz:

"Nós mesmo, percorrendo o inventario da prata do creso parnahymano Padre Guilherme Pompeu de Almeida por elle proprio feito, encontramos muito reduzida, a sua "COPA" onde, no dizer do chronista, deviam figurar dezenas de dezenas de arroubas em prataria e — curiosa demonstração de amor ao luxo — nada menos de cem vasos nocturnos, tambem em metal nobre, destinados á commodidade menos nobre dos seus hospedes por ocasião das grandes festas da Conceição."

Estou na firme crença de que, tanto Pedro Taques, como o beneditino devem ser tidos como genealogistas de alto valor. Eu os tenho, nisso, na mais alta conta. Eles trouxeram, com fidelidade relativa, quando não documentada e com fidelidade absoluta, quando estribados em documentação, citados os elementos basilares, (2).

Com isso, não se pense que eu não tribute imenso culto a Pedro Taques e a Frei Gaspar. Pelo contrário! Reverencio profundamente as sacrosantas memórias desses dois eméritos escritores setecentistas. Eles deram ao Planalto, o que nenhum outro povo possui, isto é, o conhecimento de toda a sua genealogia, com o maravilhoso encadear de todos os vultos dos velhos povoadores. Penso que o planaltino seja, no mundo, o único agregado humano a conhecer o catálogo completo de todos os seus antepassados, ligados de uma forma admirável em relações consanguíneas, magnificamente documentadas pela paciência memorável de dois indivíduos privilegiados, (3).

S. Paulo, de hoje, grandioso em sua inegalável *vis propulsiva* que evidencia um transbordamento de vitalidade, pujança, opulência, civilização e eficiência, etc., ainda não prestou a esses dois vultos imortais de seu passado setecentista, a sua gratidão devedora. Deveríamos tributar as mais altas homenagens a Pedro Taques e a Frei Gaspar, pois se, o nosso agregado humano atual tem raízes conhecidas nesta terra, devemos aos seus escritos. Sou dos apologistas mais dedicados e mais entranhados em se reconhecer que, neste caso se devia aplicar as palavras de Churchill: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos", pois se temos consciência das nossas origens, devemos a Pedro Taques a Frei Gaspar.

-
- 2) A mania de nobreza, grande e obsecada preocupação do linhagista, é ainda ressaltada pela pena doutrinadora e respeitável do insigne Prof. Taunay, que no prefácio às "Informações" de Taques, 42, diz:

"Dominado aliás pelas idéas de casta e sentindo-se um pouco parente de todos os seus biographados, dava Pedro Taques expansão e fortíssimo, visceral sentimento aristocratico de preconceitos de familia, senão de classe".

Continuando, em longa série de considerações à propósito dessa marca nos relatos do venerável linhagista, ensina o Prof. Taunay, loc. cit., 44:

"E' que para o linhagista sentimento mais arraigado, talvez não houvesse do que o da imprescindível necessidade da selecção aristocratica."

Concluindo doutos ensinamentos, sempre à respeito desse assunto, o Prof. Taunay, diz na pagina 46, loc. cit:

"Teve o espirito nobiliarchico colonial o seu maximo representante em Pedro Taques, por elle viveu empolgado, pretendendo ao Brasil transplantar idéas e sentimentos que não se coadunavam inteiramente com as condições sociologicas da vida portugueza setecentista."

- 3) Aliás para encontrar primeiro, quem, antes de mim, apontasse falhas no trabalho de Pedro Taques, eu não deveria ter muito trabalho, pois o Prof. Taunay ensina no seu prefácio no livro de Pedro Taques: "Informações sobre as minas de S. Paulo":

"Muitas das suas noticias, deixou-as Pedro Taques truncadas".

Não obstante todo esse imenso culto que tributo aos dois ilustres varões planaltinos, sou de opinião de que eles não devem ser erguidos ao nível de semi-deuses infalíveis. Não devemos e não podemos abdicar do nosso intelecto, reproduzindo, sem análise prévia e sem exame raciocinado o que relatam, sem base documentária, os dois luzeiros do setecentismo paulista, mesmo porque, sou de opinião, que o historiador não se deve estribar no *magister dixit*, para afirmar qualquer postulado. Um raciocínio baseado na lógica e no bom senso deve se emparelhar com qualquer pesquisa. Aquela norma de ideias é tanto mais de se verificar, no concernente à história planaltina, quanto se me afigura, que Pedro Taques e o monge beneditino, não se dedicaram a pesquisas em documentos, senão em escala mínima, pois me parece que eles se limitaram a recolher as tradições históricas, que oralmente passavam de geração em geração, naturalmente nessa marcha, sendo adulteradas, embora conservassem um fundo de verdade. Raramente Pedro Taques abandonava essa norma de ação, para evocar algum fato concreto, mencionando os dizeres de algum autor! Isso acontecia, porém, com certo desamor pela opinião alheia, vóltando ele, quasi sempre, para o trabalho de fixar os relatos verbais, que com infidelidade, eram transmitidos através dos séculos.

Assim sendo, as crônicas de Pedro Taques e as de Frei Gaspar devem ser revistas de novo analisadas e sob a luz dos documentos, que possuímos, referendadas com a confirmação ou com a retificação. Bem sei que, isso é trabalhoso e representa um mesforço a mais. E' muito mais difícil se reconstituir uma época histórica, se elaborando os elementos, tirados diretamente dos documentos ou encadeados de um raciocínio com base na lógica, do que os buscar já elaborados por um cronista como Pedro Taques ou o monge beneditino. O historiador honesto, que visa apenas a verdade histórica, sem outra preocupação, deve agir assim, recorrendo aos diversos elementos que o saber humano coloca a disposição da História e raciocinando com lógica, correlatando o que aconteceu no Planalto, com os eventos que tiveram lugar alhures. Quem agir desta forma, a intuição o guiará ao objetivo, por certo.

CAPÍTULO XII

Considerações várias

Verificamos que, Amador Bueno, só por circunstâncias ocasionais, foi o escolhido, dentre os pouquíssimos planaltinos, então em povoado, para ser o aclamado. Foi o fato de estar fora, no longínquo sertão de M'Bororé, a maior parte da população varonil do Planalto, que levou a minúscula parcela de indivíduos do grupo crioulo a escolhê-lo, para a sua aclamação. Vimos como foi pouquíssima a gente, que, no Planalto, aclamou D. João IV, em 3 de Abril de 1641. Apenas, poucas dezenas de nomes proclamaram o duque de Bragança, obedecendo às ordens do Marquês de Montalvão, enquanto que, em relação a outros assuntos muitíssimo menos importantes, os planaltinos subscreviam com centenas de nomes de pessoas em evidência, como dando o assentimento da gente, que morava nessa região brasileira, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*").

O movimento sob exame fracassou, em virtude de três causas que se conjugaram:

- a) Estar no sertão de M'Bororé a maior parte da população masculina do Planalto do grupo dos crioulos, só ficando na região, um diminuto número de membros dessa gente, além de maioria do grupo dos renóis, que fez prevalecer a sua vontade de que o Planalto ficasse jungido à causa portuguesa.
- b) Amador Bueno, individuo fraco, pusilânime, tibio, e timorato, ter se acovardado no momento em que era guindado ao supremo nível de rei.
- c) Ter o Planalto, até então, ou antes, até o fim do século, por abandono da Metrópole, devido a sua insignificância econômica, atingido à quasi soberania de fato. Pouco ou nada interessaria à região, ter a soberania de direito, se a já gosava de fato.

Com a sincronização, correlata dessas três eventualidades, aconteceu o doloroso e irremediável fracasso.

Entretanto, este não deveria ter sido efetivado, em virtude de algum perigo, pelos seguintes motivos:

- a) A Espanha, ocupada no período francês da Guerra dos Trinta Anos, não poderia intervir no sentido de subjugar a região que tivesse se separado.
- b) Portugal, aterrorizado com uma possível, mas não provovel, invasão, espanhola, a tremer, repelindo com dificuldades as hostes inimigas em Monttijo, não poderia pensar em tentar reprimir a sua colônia rebelada.
- c) As colônias luso-americanas do Nordeste, às voltas com os holandeses, até 1654, ou até 1661, quando foi a paz feita com a Holanda, teriam de deixar em calma a região planaltina. Depois dessas datas seria possível uma tentativa, por parte do Nordeste em reconquistar a região rebelde. Mas,

valeria a pena isso, dada a insignificância econômica e fiscal do Planalto despovoado e facilmente defensável pelas arestas geográficas, que o faziam inexpugnável aos recursos apoucados da época.

- d) As colônias fluminenses, espírito-santenses e litorâneas de S. Vicente, seriam naturalmente abrangidas pelo novo reino, o qual naturalmente não se circunscreveria ao Planalto, muito pequeno e muito fracamente povoado, mas naturalmente, compreenderia outras regiões, principalmente a colônia do Rio de Janeiro, igualmente com os mesmos objetivos que o Planalto e que em 1661, por ocasião de se rebelar contra Salvador Correia de Sá, procurava o apóio paulista.

Assim, não haveria perigo algum na efetivação de ser levada a efeito a separação de Portugal. Tudo augurava ao novo reino uma farta messe de venturas.

De fato, a Espanha, preocupada pela tremenda guerra dos Trinta Anos, no seu período francês, que foi o mais crítico para as decadentes armas espanholas, de Felipe IV, e empolgada pelas cenas desastrosas de Rocroi, de Noordlingen, de Friburg e mais tarde de Lens, não podia se desviar para dirigir a sua atenção para uma região desvaliosa, como era o Planalto, ou o sul do Brasil. Pudessem a Espanha distrair uma parte de sua atenção da guerra contra a França de Luiz XIII, de Richelieu, de Mazzarino, de Turenne, ou de Condé, dirigiria suas forças sobre o rebelde de Bragança, isto é, sobre Portugal metropolitano.

Foi aliás o que aconteceu, tendo Portugal sido invadido, e só com a batalha de Montijo, na qual o Marquês de Alegrete, o velho Mathias de Albuquerque, foi o comandante português, pôde o Bragança, isto é, D. João IV, se consolidar no trono.

E foi essa a norma de ação da Espanha. A guerra dos Trinta Anos, absorvendo, impediu-a de prestar mais atenção ao Brasil, ocupado, em boa parte, pelos holandeses.

Como, pois, essa Espanha, que não pode repelir do Brasil, os holandeses, iria fazer algum esforço para se ocupar do Planalto! Mas, ainda há um ponto importante a notar. O Nordeste era opulentíssimo, enquanto que o Planalto era paupérrimo. Valeria a pena fazer esforços no sentido de restaurar o Nordeste, enquanto que o Planalto, pelo insignificante do seu valor econômico e fiscal, não justificava senão a mais absoluta indiferença. Alem disso, há ainda um ponto a ser considerado. E' que a Espanha pouco se havia preocupado com o Brasil Nordeste, para o livrar dos holandeses, (1). Nessa época a Espanha ainda, não

1) De fato a Espanha, preocupada, com a guerra dos Trinta anos, a qual durou de 1618 a 1648, justamente quando do domínio batavo no Brasil, não realizou grandes esforços para libertar o país do invasor e não deixou que Portugal os fizesse, o que foi, ainda peor. Foram muito poucos os capítulos de reação, contra o holandês, devidos ao poder espanhol. Vejamos resumidamente, como agiu a Espanha deante da invasão holandesa.

Em 1624, quando a Baía se achava ameaçada, a Espanha, ás voltas com o segundo período da guerras Trinta anos, o dinamarquês, negligenciou a sua defesa, só em 1625, enviando uma armada, a de D. Fradique de Toledo Ostório, que aqui chegou, quando a sorte dos flamengos já estava selada. Foram os coloniais os autores da expulsão dos flamengos da Baía, pois à chegada de D. Fradique, ele se resumiu a apressar o desfecho.

enfrentava a poderosíssima França, na Guerra dos Trinta Anos, a qual só no último período foi eficiente.

Portugal, logo depois da sua Restauração, teve de atravessar um período de impotência e de terror, pois a paz com a Espanha só teve lugar, depois das batalhas de Ameixial em 1664 e de Montes Claros em 1665, no ano de 1668. Foi tal o terror de Portugal de que a Espanha lhe fizesse qualquer cousa no sentido de militarmente o esmagar que, D. João IV esteve pronto para realizar a transmigração do Reino para o Brasil, e o padre Antônio Vieira imaginou a política do "papel forte", de aproximação com a Holanda, a custa do sacrifício do Brasil nordestino, a qual só não pôde ser ultimada favoravelmente, para a nova dinastia dos Braganças, por que os crioulos coloniais-brasileiros, a isso, se opuzeram e promoveram eles a expulsão do invasor flamengo. (Calogeras, "*Política Exterior do Imperio*, (2). Além disso, a região planal-

D. Fradique, apenas deu o golpe de misericórdia nos flamengos já feridos de morte pelos coloniais. A Espanha mandou forças, por que estava aliviada na Europa.

Criminosamente os espanhóis repetiram em Pernambuco, em 1630 a sua incúria de 1624, na Baía. Abandonaram o infeliz Mathias de Albuquerque, que nada pôde fazer em matéria de resistência. E' que ela, Espanha, então estava preocupada com Richelieu, Bernardo de Weimar e o último período da guerra dos Trinta anos.

Em 1631, a Espanha mandou a esquadra de Oquendo, mas ela, apenas roçou no Brasil. Nada fez para expulsar os invasores e se teve contrariedades nos Abrolhos, isso não dependeu de sua vontade; a iniciativa foi dos flamengos, que também tiveram o seu objetivo atingido, o qual era a sua manutenção na região conquistada. Enfim a esquadra de Oquendo não se destinava ao Brasil e só acidentalmente foi empenhada, pois o seu destino era o Golfo do Mexico.

Em 1635, com as forças de Rojas y Borja, a Espanha dispendeu mais um esforço em prol de Restauração, mas foi um esforço ineficaz, pois foi batido na Matta Redonda.

Em 1639, veio mais uma expedição, que foi a do conde da Torre, a qual também fraca, foi espetacularmente derrotada.

Logo em 1640, se deu a Restauração portuguesa e a Espanha ficou libertada do fardo de ter que fazer força contra os flamengos, no Nordeste brasileiro.

Assim, em resumo, a Espanha, em 16 anos, só mandou, para a obra da Restauração do Nordeste, 3 expedições, tendo duas delas resultado em fracasso e mesmo a única vitoriosa, só chegou, depois de a luta se ter resolvido.

Com facilidade se verifica, como foi pouco o esforço dispendido pela Espanha, em favor do Nordeste. O mesmo se poderá dizer de Portugal, embora em menor escala do que a Espanha. Seria natural que, Portugal se esforçasse mais, e se tratando da libertação de região diretamente a si pertencente. E' explicavel, assim, a indiferença da Espanha.

Creio que, a Inglaterra, com a guerra anglo-holandeza de 1651-1655, fez mais pela Restauração do Nordeste do que a Espanha, a quem se deviam as invasões holandesas, pois, a Holanda não era inimiga, de Portugal, e sim da Espanha, e só invadiu o Brasil, porque este passou a ser um dominio da coroa espanhola.

- 2) Eu sou dos que estão arraigados ao pensamento de que foram os crioulos os grandes autores da expulsão dos flamengos, por isso a revolução do Nordeste, contra o dominio batavo, durou de 1645 a 1654. Tivessem os reinóis a auxiliado mais, ela não teria durado tanto tempo. Foi longa demais a agonia dos flamengos no Recife e não teria sido assim se os coloniais tivessem sido auxiliados. Portugal, porem, tinha outros interesses! Daí a recuperação de Angola em 1648!

tina era tão fraca, sob o ponto de vista econômico e fiscal que, no momento, não se justificava o menor esforço, no sentido de a reter na comunidade portuguesa. Penso que, Portugal metropolitano, não só não se importaria com o fato do Planalto abandonar a comunidade portuguesa, como até daria graças, por esse sucesso.

As colônias nordestinas, no momento, estavam assoberbadas com a guerra de expulsão dos flamengos, a qual só teve termo em 1661, quando a Holanda reconheceu o fato da derrota, mediante a indenização de 4 milhões de cruzados. Elas, no momento, nada poderiam fazer. Depois dessa data, teria sido possível a elas, um esforço, contra o Planalto.

Isso, porem não era de se justificar, pois o Planalto alem de ser imensamente pobre, vinha de se privar em boa parte, da sua única fonte de receita econômica, a qual era o apresamento, tão duramente golpeado, como vemos deste trabalho, em outra parte. Alem disso, o Planalto era uma região, para a qual a Natureza fora pródiga em proporcionar meios de defesa. Situada na crista de uma serra eriçada de rocas e de abismos, a região planaltina era inexpugnável às armas da época, de modo que, não é crível que os nordestinos fossem arriscar uma campanha mortifera e difficilima, apenas pelo amor de conservar o Planalto na sua comunhão política.

Não seria de se pensar que, o novo país, resultante da separação do Planalto, fosse se resumir unicamente à sua região. Pensar isso, seria dar mostras de pouco atilamento mental.

Todo início é sempre minúsculo, e só com o tempo esse mínimo se iria tornando grande. O conceito, encasulado na história da bola de neve, rolando pela montanha, é de se aplicar ao caso. Aliás, já temos capítulos na história brasileira, que nos oferecem campo de observação. A conjuração mineira, de início, só teve em mira libertar a região do ouro, isto é as Gerais, que era a única afetada pela ganancia reinol, que a esmagava de impostos, etc.. O resto do Brasil, se não vivia bem sob o regime reinol, entretanto suportava com maior dose de paciência o seu infortúnio. Mas, naturalmente, os conjurados mineiros sabiam que, uma vez realizada a independência da região das Gerais, o resto viria depois. O Planalto, ao lado das Gerais e com as minas tão ligado que, seria forçado a as acompanhar. O Rio de Janeiro, fazia parte economicamente das Gerais, sendo sua porta de exportação e de importação, já sendo seu entreposto mercantil, alem de ser seu mercado de braços. Dessa maneira, o Rio de Janeiro estava condicionado a acompanhar as Gerais no seu movimento de 1789. O Planalto arrastaria todo o sul. O Nordeste aderiria mais tarde, como fez depois de 1822, em que foi preciso a luta da Baía, contra Madeira, alem do esforço de Cochrane, no Maranhão, etc..

Em 1641, aconteceria o mesmo, pois o Planalto não sairia só!

O Rio de Janeiro, região interligada ao Planalto, atravessava uma evolução psicológica semelhante. Sua população se acrioulava, como a do Planalto. Ela percorria as mesmas etapas nacionalizadoras, que as

populações planaltinas. Seria de se esperar que, ela, a gente do Rio de Janeiro, seguisse o mesmo destino que, fosse reservado aos planaltinos.

Só quem conhece as afinidades, que ligavam os planaltinos aos fluminenses e cariocas, evidenciadas na solidariedade demonstrada pelos habitantes do Rio de Janeiro, em 1640, aos planaltinos, por ocasião da expulsão dos jesuítas e só os que sabem que em 1661, os habitantes do Rio de Janeiro, pediram aos planaltinos o concurso destes, contra Salvador Correia de Sá, (Prof. Taunay, "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*"), no sentido nacionalizador mostrando que marchavam paralelamente aos planaltinos, na direção do acriolamento brasileiro, podem fazer idéia de que, o movimento de 1641, tinha por objetivo uma área bem mais dilatada do que o Planalto. Sabemos, além disso que, Minas Gerais foi de descoberta dos planaltinos, assim como Goiaz e Mato-Grosso. Seria, pois de lógica que, essas enormes regiões fossem acrescentadas ao Planalto, à medida que, os planaltinos as fossem trazendo a descoberto. O mesmo se dirá do território do Paraná, de Sta. Catarina e do Rio Grande do Sul. O Nordeste, depois, seria incorporado por adesão, tão natural, que seria inútil recorrer à força, para conseguí-la, uma vez que o ouro tivesse, como seria de acontecer, revelado o ímã atraidor da imigração nortista para as minas.

Em 1822, não foi assim?

Como se procedeu ao movimento da Independência, em torno de Pedro I?

Tudo foi realizado, entre a Corte, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo. O resto veio depois! Sabemos bem, como se passou o movimento! Nas cortes portuguesas, muitos deputados do Norte, preferiram ficar ao lado dos lusitanos reinóis e contra os coloniais! Os canhões de Labatut e de Cochrane, entretanto, realizaram a união.

Por que não se daria a mesma cousa em 1641?

Quem pode garantir?

Quem poderia garantir, ainda, que ao proclamar a Independência, nas "margens plácidas". em 1822, o grupo independentista contava já, com um país idêntico ao que é hoje?

Deixemos de lirismo falso! Em 1822, D. Pedro I ao gritar a famosa frase da independência, ainda não tinha em mente fazer a libertação de todo o território brasileiro, para o que foi preciso o emprego da força, em 1823.

Onde o indício longínquo de que isso não iria acontecer em 1641 e depois?

O que teria resultado de, se o movimento de 1641 tivesse tido sucesso?

Portugal nunca teria tido forças para reprimir a rebeldia e, pela energia accorrentar ao seu domínio a região, que se separara. Pois, esse mesmo Portugal, não foi capaz de expulsar os flamengos da terra nordestina e, se não fossem os homéricos esforços dos denodados crioulos da região ao nordeste da Baía, os holandeses se teriam radicado no Brasil. A eliminação do invasor holandês foi obra quasi exclusiva do nor-

destino. O reinol concorreu para isso, com muito pouco. Estava a corte lisboeta, até disposta a entregar o Nordeste aos holandeses! A política do padre Vieira, imaginando o "papel forte", não determinava outra cousa! A ação rápida e enérgica dos rebeldes pernambucanos de 1645, não obedecendo a Portugal, à sua corte, à sua torva e aterrorizada política, foi a causa de haver essa região escapado dos judas de Lisboa. Sabem-se, quais os esforços dos reinóis, no sentido de fazer com que o Nordeste se subordinasse aos holandeses.

Mas alem desse argumento, já de si esmagador, no sentido de não se admitir que Portugal de 1668, isto é, depois de ter sido a sua soberania reconhecida pela Espanha, pudesse obrigar o Planalto a voltar ao aprisco lusitano, temos ainda outros, que igualmente são irrespondíveis.

Iria Portugal realizar um gigantesco esforço militar para dominar o Planalto?

Valeria a pena, no momento?

O Planalto e as regiões, que fossem com ele formar o Brasil independente em 1641, justificariam um esforço belico, que não seria barato nem facil, na situação estratégica, em que estava o Planalto?

A Inglaterra, a poderosa Inglaterra, cem anos depois, quando quis domar os seus coloniais de Washington, o que aconteceu? Lexington, Saratoga e Yorktown, respondem a essa pergunta. Portugal poderia fazer o que fez a Inglaterra, a rainha dos mares, recensaída, com grande vitória, da guerra dos Sete Anos pelo tratado de Paris, que lhe tinha outorgado imenso poderio? Não, Portugal se conformaria com a perda! Isso teria sido fatal!

Uma consequência, para o Brasil, teria sido importantíssima.

O fisco e a economia reinol não se teriam associado à mineração!

O pacto das gerais não teria sido recambiado para Lisboa, para aí serem realizados os conhecidos desperdícios arquitetônicos de D. João V ou de Pombal, alem de alimentar a devotice exagerada e mórbida do quarto soberano de Bragança, de tão funesta memória para o Brasil!

P A R T E II

AMADOR BUENO O ACLAMADO.

CAPÍTULO I

A queda de um astro

Amador Bueno nasceu no domínio espanhol. Não pôde mais restar a mínima dúvida, quanto à data de seu nascimento, deante da afirmativa de Pedro Taques, na sua "*Nobiliarquia*", a propósito da data do casamento dos pais de Amador Bueno, pois a asseveração do honestíssimo linhagista não está desacompanhada de provas documentais, em vista de o texto vir embaseiado em uma escritura. Seria preciso, em primeiro lugar destruir esse sólido documento, invocado por Pedro Taques, para depois ser posta em dúvida a sua afirmação, sobre o casamento dos pais de Amador Bueno. Caso o linhagista não houvesse citado um documento, em abono da sua assertiva, seria possível se duvidar da veracidade da mesma, pois sou de opinião que, Pedro Taques, quando desacompanhado de documentação, não merece fé integral e cega, pois ele tem errado muito, como se sabe. Mas quando a "*Nobiliarchia*" constrói sobre um documento, que menciona, quer me parecer, ser mostra de má fé, se acoiar de erro, uma vez que não se prove convincentemente essa alegação.

Assim, dou por certíssima a data do nascimento de Amador Bueno, como tendo sido em 1591.

Ele viveu, pois o período magno da sua existência, em pleno auge e fastígio do apresamento. Quando este capítulo epopéico da história planaltina atingiu ao seu auge, também Amador Bueno, coevamente, ou concomitantemente, teve a oportunidade de nele participar, pois foi então que ele passou a sua adolescência e atravessou o seu período de idade, em que são permitidos esforços bélicos e desconfortos, bem como episódios de audácia, de aventuras e de conquistas, etc..

Amador Bueno viveu em plena primeira metade do seiscentismo, a fase do maior desenvolvimento do apresamento.

Dado o rumor, feito, em torno do nome de Amador Bueno, deveria ele ter sido um dos brilhantes azes dessa epopéia mirífica, que até hoje auréola de glória e lambrequina de fidalguia o Planalto piratiningano. Entretanto, isso não se deu!

Amador Bueno não foi apresador!

O fenômeno fulgente do apresamento, revelador de importantíssimas virtudes psíquicas, físicas, morais, etc., dos que nele tomaram parte teve, durante o domínio espanhol, e maxime durante a invasão flamenga, o climax da sua expansão maior, como já vimos.

Entretanto, Amador Bueno, não tomou parte nele!

Não há, nem sequer o mais leve indício, de haver o nosso biografado se arrolado em qualquer expedição de apresamento!

Ninguém, dos que tem se especializado nos estudos do apresamento, menciona o nome de Amador Bueno, em qualquer expedição sertaneja, ou em qualquer data. Ai, temos o maior repositório cronológico de fatos do apresamento, a monumental "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", do eminente prof. Taunay!

Ai, temos diversos trabalhos meus, especializados no apresamento!

Ai, temos trabalhos históricos de Capistrano, Calogeras, Paulo Prado, Southey, Simonsen, Varnhagen, Aureliano Leite, Barros Brotero, Carvalho Franco, Belmonte, Ermelino de Leão, Washington Luis, Basílio de Magalhães, Silva Leme, Azevedo Marques, Machado de Oliveira, Nuto Sant'Anna, Alcantara Machado, Derby, Theodoro Sampaio, Frei Gaspar, Antônio Piza, Pedro Taques e outros!

Ai, temos as crônicas da Companhia de Jesus, com os escritos dos padres Montoya, Mancilla, Mazzetta, Ruyer, Duran, Techo, Simão de Vasconcelos, Jarque, Charlexoix, Pastells, Techauer, Jäger, Serafim Leite, e outros!

Ai, temos os documentos de publicação oficial do governo de São Paulo!

Ai, temos os documentos espanhóis, entre os quais, os referentes ao processo contra D. Luiz de Cespedes, o infeliz governador do Paraguai!

Em nenhum desses trabalhos e em nenhum dos escritos desses nomes apontados ninguém anota um só ato de bandeirismo qualquer, ou em qualquer época, da parte de Amador Bueno.

Não há um só bandeira com o nome dele! Não há uma só nominata, um só ról de sertanistas, uma só referência ligeira, da qual se possa concluir alguma cousa sobre o nome de Amador Bueno! Não consta que, ele haja exercido qualquer cargo, em que virtudes másculas são exigidas! Ele não foi sequer capitão de índios, por exemplo, e não chefiou nenhuma expedição do Planalto, ao litoral ameaçado!

Da grande bandeira de 1628-29, que havia reunido toda a população masculina de S. Paulo, sob suas armas, não fez parte Amador Bueno.

Segundo Taunay, reproduzindo um documento jesuítico ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 79), nessa ocasião, só ficaram em S. Paulo, 25 homens em condições de tomar armas. Enquanto, essa grande empreza belico-econômica arrastava empolgante e incoercivelmente para o sertão, todos os varões de Piratininga, Amador Bueno ficou mansa e pacificamente a lavar sentenças, como Ouvidor Geral, que era então, (*Actas*", IV, 18 e 19).

A única referência vaga e imprecisa sobre, ter sido Amador Bueno apresador de índios, é de Pedro Taques na "Nobiliarchia", em que a respeito de Amador Bueno diz:

"Teve grande tratamento e opulencia por dominar debaixo de sua administração muitos centos de índios, que de genio barbaro do sertão se tinham convertido á nossa santa fé, pela industria, valor e força de armas, com que os conquistou Amador Bueno em szus reinos e alojamentos".

Óra, essa menção neblinada de Pedro Taques não pode servir de base para se emprestar a Amador Bueno, virtudes de masculinidade, necessárias para o apresamento. Duas são as razões para que esse texto do "Nobiliarchia", não sirva de base para conclusão alguma:

- a) As palavras de Taques são muito aéreas e abstratas, com a forma pragmática, se assemelhando às que ele usou para muita gente, das que figuram no seu trabalho citado, sem que ele emprestasse ao seu fraseado um sentido particular afim de que dissesse ter Amador Bueno pertencido ao "team" dos apresadores destacados. As palavras de Taques mais parecem elogios ou gentilezas, que ele teria bordado convencionalmente, sem querer, com elas significar nada de concreto.
- b) Taques, quando não documenta suas afirmações, costuma errar muito. A "Nobiliarchia" está recheada de erros, os mais flagrantes. Isso acontece, quando Taques não indica onde foi colher o informe da sua crônica. Haja vista, por exemplo, para o caso de Lourenço Castanho Taques, o velho, bisavô de Pedro Taques, o autor da "Nobiliarchia"!

Esse livro de seu bisneto assinou o velho planaltino, no sertão dos Cataquazes em 1675. Óra ele, o velho bisavô do linhagista, havia morrido 1671, como se vê do inventário de sua mulher Maria de Lara, ("Inventárs. e tests," XVIII, 69 a 151).

Com esse erro indesculpavel do linhagista, pode-se bem aquilatar do valor das suas afirmativas graciosas!

Pedro Taques poderia ter errado, a respeito de sucesso acontecido, em época remota e que não lhe dissesse respeito tão de perto. Isso seria desculpavel, embora o qualificando mal. Mas errar em cousas tão recentes e que lhe dizem tão de perto! Isso não só o deixa mal como cronista, como ainda faz com que ele mereça palmatória, pelo erro tremendo de sua afirmativa.

Será que tudo quanto ele diz é de igual quilate? Se ele errou de forma tão patente em matéria que tão de perto lhe dizia, imagine-se no resto!

Por essa e outras é que eu perdi a confiança, no que diz a "Nobiliarchia", quando não indica o seu esteio documental.

Com essas duas objecções, não se pode levar em conta o dizer de "Nobiliarchia" de Amador Bueno ter sido sertanista apresador. A afirmar ter sido Amador Bueno um "az" do apresamento, temos, apenas essas palavras ambiguas do ambiguo Pedro Taques!

E' pouco! Não basta arrojar abstrata e vagamente uma imprecisa alusão de que certa pessoa foi apresadora! E' preciso materializar e concretamente afirmar a ocasião e a data, em que teria havido o exercício do apresamento, por parte dessa pessoa. A fantasia povoava a cerebração de Pedro Taques! Vejamos a veracidade do tópico da "Nobiliarchia", referente à Amador Bueno!

O tópico reza que, Amador Bueno tinha grande tratamento e opulência.

Hoje, entretanto, com a publicação dos documentos oficiais, sabemos que isso só podia ter sido imaginação do nosso ingênuo linhagista! Não havia opulência no Planalto, mas Taques, graças à fertilidade de sua imaginação, conseguiu iludir muita gente de boa fé, a esse propósito! Eis, por exemplo, o que diz o linhagista sobre o seu primo, o padre dr. Guilherme Pompeu de Almeida! Pedro Taques, que nasceu um ano depois da morte do "Creso colonial", tinha a obrigação de não errar! Entretanto, sabemos o que disse o linhagista a propósito de seu primo!

Eis, porque é perigoso se levar muito a serio a "*Nobiliarchia*", sem o necessário desconto compensador dos visíveis exageros, que foram o telescópio, com que se armou Taque, ao nos relatar as crônicas de fatos ou de pessoas, que lhe eram agradáveis, sem se estripar em prova documental! (1) (2).

-
- 1) Que o caracter e o perfil psicológico de Amador Bueno não revelava muito vincados os traços masculinos de intrepidez, de audacia, de bravura ou de estoicismo, os quais não se adornavam de espirito de aventura, de esforço ou de tenacidade bélica, etc., a confirmar a these que sustento acima, são os próprios termos de um requerimento do próprio punho de Amador Bueno, feito para obter uma doação de uma sesmaria em Mogy, que, então, se povoava, os quais ele usou e estão publicados no volume I, paginas 145 de "*Sesmarias*". Ajá, ao requerer terras, era hábito quasi inveterado, os requerentes alegarem os serviços prestados, afim de fazerem jus às doações. Quasi sempre esses serviços alegados consistiam em lutas contra inimigos externos e internos, rebates contra desembarques ou ameaças, ou em lutas de defesa da terra da comunidade, etc. Assim agiam todos! Vejam-se, por exemplo, os termos inflamados e timbrados dos requerimentos dos outros petiçãoários os quais somam a mais de uma centena; todos a alegar essa espécie bélica de serviços. Assim é que Bartholomeu Bueno, pai de Amador, logo na mesma ocasião, em paginas 143 da mesma publicação e do mesmo volume, faz uso desses termos, salientando serviços bélicos prestados à comunidade. Todos faziam isso!

Logo à paginas 147, do mesmo volume I de "*Sesmarias*", encontramos um requerimento de Manuel Alvares Chaves, alegando, tambem, os mesmos serviços, etc. Só mais tarde, isto é, na segunda metade do século XVII, essa pratica de alegar serviços foi abandonada e encontramos pedidos do sesmarias, sem que preciosos relatos de serviços prestados sejam lembrados para justificar os pedidos.

Entretanto, Amador Bueno, no seu requerimento, fez notavel excepção à essa regra!

Ele, então, não alegou defesa da terra, ou que tinha acudido a rebates contra os inimigos, etc.!

Porque ele fez excepção e não requereu como os outros, ou não procedeu como seu pai?

E' que, ele não podia alegar o que não tinha, pois jamais defendera a terra e nunca acudira a rebate algum.

Assim, por ele mesmo, sabemos que Amador Bueno, ao omitir as alegações, contidas, como se fosse condecorados motivos de ufania, em todos os requerimentos de pessoas notoriamente másculas, confessou um ponto de sua psicologia e deu mais base à these que sustento, e propósito de seu perfil moral.

- 2) Vejam-se as notas consignadas no Prefácio pelo prof. Taunay no citado trabalho de Pedro Taques "*Inf. sobre as Minas de S. Paulo*", à proposito do valor e da autoridade de Pedro Taques, erigido em semi Deus, digno de fé absoluta, pelos nossos ortodoxos conservadores.

CAPÍTULO II

— O casamento de Amador Bueno —

— Amador Bueno e o apresamento —

Nascido em 1591, no seu início, Amador Bueno, ao se organizar, em 1602, a bandeira de Nicolau Barreto, estaria com onze anos e, portanto ainda não poderia ter o seu nome emparelhado com os que formaram essa empreza, da qual se tem amplos esclarecimentos, mas em 1607, houve outro empreendimento de apresamento, chefiado por Belchior Carneiro, dirigido, contra Guairá, então, Amador Bueno estaria com 16 anos e, portanto em idade de participar do movimento, que a todos, no Planalto empolgava. Conhecem-se cerca de vinte componentes dessa empreitada e desse total não se vê o nome de Amador Bueno.

No ano seguinte, houve a bandeira de Martim Rodrigues Tenório, a qual agiu na mesma região que a anterior. O nome de Amador Bueno, também não figura da lista dessa armação, da qual são conhecido cerca de uma dezena de paulistas, não obstante, então, já Amador ter cerca de 17 anos, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista*").

Em 1610, isto é ao ter Amador Bueno, cerca de 19 anos, eu penso, ter ele se casado, o que não seria impossível, visto como, com essa idade, a fisiologia nos ensina que, um homem normal pode perfeitamente se reproduzir.

Eu, me firmo em que o casamento de Amador Bueno foi em 1610 ou aproximadamente, em virtude do seguinte raciocínio:

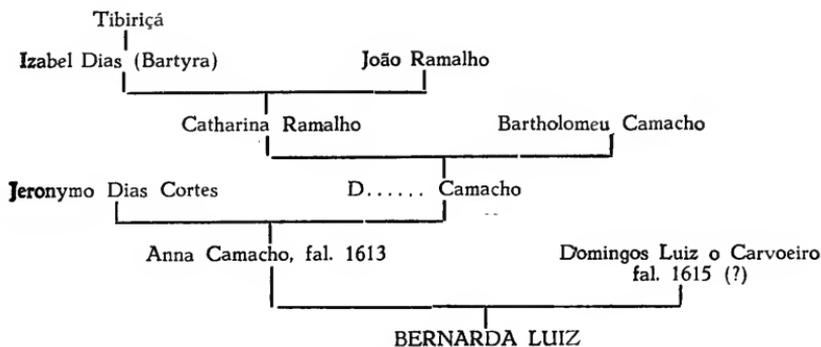
a) Esse casamento não poderia ter sido antes pelo seguinte:

Bernarda Luiz, com quem se casou Amador Bueno, era filha de Anna Camacho; esta, filha de D. . . . Camacho; esta, filha de Bartholomeu Camacho e de Catharina Ramalho; esta, filha de João Ramalho e de Izabel Dias (Bartyra); esta, filha de Tibiriçá.

Por essa genealogia, temos que, Bernarda Luiz, a esposa de Amador Bueno, seria filha de Anna Camacho, neta de D. Camacho, bisneta de Catharina Ramalho, trineta de Izabel Dias (Bartyra), e tetraneta de Tibiriçá. Isso quer dizer que Bernarda Luiz era descendente de Tibiriçá, na 5.^a geração, ou antes que, em menos de um século, decorreram 5 gerações entre Tibiriçá e a esposa de Amador Bueno.

Essa genealogia é ensinada pelo genealogista Silva Leme, na sua monumental "Genealogia Paulistana", I, 48, tit. Carvoeiros, que a obteve no livro Razão — do dr. Guilherme Pompeu de Almeida, e pode-se grafá-la da seguinte maneira: (1):

1) Supondo que Bernarda Luiz, uma dos sete filhos de Domingos Luiz e de Anna Camacho, se casando em 1610, com 14 anos de idade, o que hoje é estranhavel, mas na época era muito comum, temos que ela teria nascido em 1596, (cinco anos



Ve-se por aí que, decorreram cinco gerações, entre Tibiriçá e a esposa de Amador Bueno! Isso quer dizer que em 100 anos, para se chegar de Tibiriçá à Bernarda Luiz, temos que perpassar cinco gerações. Ora, a Sociologia nos ensina que em média, cada geração de 33 anos, com o que teríamos que, as cinco gerações do nosso caso, normalmente seriam 165 anos, os necessários para que elas decorressem. Entretanto, temos que as conciliar em 100. Só nos restaria um rémédio, que é as comprimir. Esse é o único recurso para poder se acomodar as cinco gerações, que Silva, Leme, nos diz, que tiveram lugar, em espaço de menos de um século.

Assim, para acomodar a dificuldade, que Silva Leme, com o seu subsídio genealógico, nos outorga, teríamos de conceber a realização do casamento de Amador Bueno, em data seiscentista, isto é, deveríamos localizar esse casamento em data o mais retardada possível, no século

depois de Amador Bueno). Não teria sido provavel uma sincronização de datas, muito diferente.

Sua mãe, Anna Camacho, teria nascido em 1561, pois ela, em 1588, já tinha uma filha casada e em 1594 essa filha já era viuva (Ignez Camacho, V. Silva Leme, "Genealogia Paulistana", I, 49). Não teria sido possível outra sincronização de datas, muito diferente.

Sua avó D..... Camacho, possivelmente nascera em 1547 ou proximidades, afim-de que com 14 anos, pudesse ser mãe de Anna Camacho, (não seria possível ter nascido muito depois).

Sua bisavó, Catharina Ramalho, teria nascido, mais ou menos em 1533, para que 14 mais tarde, pudesse ser mãe de D..... Camacho. (não seria possível uma diversidade cronológica muito grande).

Sua trisavó Izabel Dias (Bartyra), teria nascido aproximadamente em 1519, para que, pudesse ser mãe de Catharina Ramalho, 14 anos mais tarde.

Tibiriçá deveria ter nascido em 1500, mais ou menos, afim de aos 19 anos, poder ser pai de Izabel Dias (Bartyra).

Penso que, só dessa forma é possível acomodar as cinco gerações, que medeiam, entre Bernarda Luiz e seu tetravô Tibiriçá. Realmente é admiravel que, em menos de um século tenham vivido cinco gerações! Para conciliar esse fato notável, é preciso admitir muita coincidência! Em regra, em um século só se passam tres gerações. O nosso caso sai dessa regra, a menos que, Silva Leme esteja errado, o que é difícil.

FAÇADE DE FILSOFIA. Filosofia e História

XVII. Caso fossemos antecipar a data do casamento de Amador Bueno, o localizando no fim do século XVI, teríamos incorrido em erro flagrante, pois Amador Bueno não se poderia casar com menos de 10 anos de idade. Assim, sou forçado a situar o casamento de Bernarda Luiz, em data posterior a 1610.

b) O casamento de Amador Bueno não teria podido passar de 1610, pelo seguinte:

Encontramos, nos documentos de publicação oficial, ("Sesmárias", I, 146), uma referência de 1611, a Amador Bueno. Ele, nessa ocasião já se dizia casado e com filhos, com o que podemos concluir que, o casamento dele foi, pelo menos um ano, anterior a essa data, isto é, em 1610.

Com o exposto, temos que, o casamento Amador Bueno-Bernarda Luiz, só poderia ter sido depois de 1610 e antes de 1611.

Nesse ano de 1610, Clemente Álvares e Cristovam de Aguiar, bandeiravam contra os "carijós", fazendo o mesmo João Pereira, em 1611, contra os "pés largos". Em nenhum desses empreendimentos, figura o nome de Amador Bueno, igualmente omitido, dentre os companheiros de Pedro Vaz de Barros em 1611, na avançada desse sertanista, contra Guairá, cousa que, também, aconteceu, em relação à bandeira de apresamento, que em 1612, Sebastião Preto dirigiu ao sertão. Em 1613, assinala-se no Guairá, uma bandeira de apresamento, comandada por Garcia Rodrigues Velho e o nome de Amador Bueno igualmente não surge, fazendo companhia ao seu primo, pois ambos eram netos dos povoadores Garcia Rodrigues e Izabel Velho, (Silva Leme, "*Genealogia Paulistana*", tit. Garcias Velhos), (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista*").

Em 1615, na sua primeira metade, o Planalto testemunhou a partida da bandeira do capitão Antônio Pedroso de Alvarenga, da qual são conhecidos duas dúzias de nomes.

Quanto à região trilhada por essa bandeira, eu estive muito tempo na crença de que ela tivesse ido ao sertão do Tocantins, mas hoje, penso que a razão está com Carvalho Franco em localizar essa empreza no Guairá ("*Bandeiras e Bandeirantes*", Cia. Editora Nacional, série Brasileira).

No ano de 1615, houve em S. Paulo, um rebate de que o litoral estava ameaçado.

Organizou-se a expedição planaltina de socorro ao litoral, então às voltas com o corsário flamengo Van Spielberg, cuja viagem é objeto de revelações, pela pena magistral do prof. Taunay, ("*Na era das Bandeiras*").

Por ocasião dessa situação de verdadeiro "*salus populi.....*", não se viu o nome de Amador Bueno figurar, entre os que correram em defesa da terra da comunidade.

Não é eloquente essa contínua omissão do nome de Amador Bueno, em todas as expedições em que era demandado esforço, não obstante ele ter, então 24 anos?

Ainda nesse ano de 1615, é assinalado no sertão dos "carijós", isto é de Guairá, uma bandeira chefiada pelo capitão Lazaro da Costa, e

dentre os seus companheiros, identificam-se cerca de uma vintena de homens planaltinos. Amador Bueno, então, com vinte e quatro anos, não figura em lista alguma e nem há o menor indicio da sua cooperação nessas correrias de apresamento.

Depois disso, só, em 1623, vamos encontrar um empreendimento sério no apresamento. Quem nos revela isso é um texto de "Actas", III, 41, quando diz:

"..... que esta villa estava despejada pelos moradores serê idos ao sertão, pella qual rezão se não podia fazer o caminho do mar per não aver gente pera o poder fazer cõforme esta mandado....."

E' possível que, essa referência diga respeito a uma bandeira, inter-nada no sertão dos carijós, da qual fez parte Henrique da Cunha, que morreu no sertão, (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 48), graças a cujo inventário identificaram-se meia dúzia de nomes, aos quais podem-se acrescentar mais uma dezena de outros, de outras bandeira, em 1624, assinalada no sertão dos índios "abueus". Nesse mesmo ano de 1624, além da atividade no apresamento, por parte do infatigável Manuel Preto, de Fernão Dias Paes (tio do futuro caçador das esmeraldas), de Paulo do Amaral, de Francisco Roiz da Guerra, de Alonso Perez Cañamares, de Jorge Rodrigues Deniza e de outros, podemos marcar uma expedição de socorro ao litoral, ameaçado pelo flamengo, organizada pelo capitão mór Alvaro Luiz do Vale, ("Registo", I, 1,457). Tomaram parte nessa expedição de socorro ao litoral ameaçado, como chefes Manuel Preto, Antônio Pedroso de Alvarenga, André Fernandes, Fradique de Mello Coutinho, Salvador Pires de Medeiros, (chefe dos aventureiros) e Pedro Vaz de Barros, ("Actas", III, 136 a 142) (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 52). De Amador Bueno não ha a menor referência!

Depois disso, só em 1628, encontramos em atividade o sertanismo de apresamento.

Organizou-se, então, a grande bandeira raposiana. Taunay, a ela, se refere, com abundância de minúcias, de modo a esmiuçá-la completamente. Conhecem-se cerca de uma centena e pico de componentes, graças à referências de nomes contida do "Relacion de los Agrabios", documento de procedência jesuítica e reproduzido pelo prof. Taunay ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"), número esse aumentado de uma vintena, devido à pesquisas feitas pelo mesmo Prof. Taunay, no processo contra D. Luiz de Céspedes (Taunay, loc. cit.). Eu consegui acrescentar à lista, de nomes, mais vinte e três, depois de realizar a análise dos documentos de publicação oficial, (Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano", 1.ª ed., 57).

Entretanto, em nenhum desses róis de nomes, se descobre o de Amador Bueno, que então tinha cerca de 37 anos!

A bandeira de 1628-29, chefiada por Antônio Raposo Tavares, empolgou, de tal modo o Planalto, que o Prof. Taunay cita um documento jesuítico (Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II, 79), que

diz que, em S. Paulo só ficaram 25 homens, bons para tomar armas. E' o prof. Taunay quem ensina que, nessa ocasião "*todo S. Paulo se despejava atraz daquelas entradas*". Pois bem, a-pesar-de tão empolgante movimento absorver toda a atmosfera planaltina, Amador Bueno não tomou parte nele! Ele ficou, em S. Paulo plácida, confortavel e mansamente a dar sentenças, como Ouvidor, como se vê em "*Actas*", IV. 19, em companhia das mulheres, velhos e crianças, alem dos inválidos.

Que não se diga que o movimento, alucinante na sua profundidade, com que poz em atividade todos os elementos varonis do Planalto, não empolgou, tambem, a mentalidade de Amador Bueno! Penso que ele, igualmente foi turbilhonantemente arrastado pelo avassalador impulso, que dominava toda a região! A prova disso é que, da lista dos expedicionários do Guairá, figurarem o nome de um filho de Amador Bueno, um genro e dois irmãos, (Basilio de Magalhães, "*Expansão Geographica*", 120), (1), alem do tio Salvador Pires de Medeiros.

Depois dessa bandeira de 1628-29, tivemos várias outras, agindo no Guairá, mas delas não conseguimos organizar nenhuma lista de componentes e só em 1635, localizamos um empreendimento de apresamento no sertão de Aracambí. Conseguimos estabelecer uma quinzena de nomes de planaltinos, como tendo feito parte da empreitada, mas da lista que organizamos, não figura o nome de Amador Bueno, a-pesar-dele estar, nessa ocasião com, apenas, 44 anos e portanto em pleno vigor fisico!

No ano seguinte, houve outra expedição ao Tape e esta, muito conhecida, obedecendo ao mando de Raposo Tavares, são dela identificados cerca de trinta e cinco nomes, não aparecendo, tambem qualquer vestigio de Amador Bueno!

Em 1637, os irmãos de Amador Bueno, organizam nova leva de apresamento, a qual se internou no Tape (Ellis, "*Meio seculo de banderismo*". Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n. 9). Dessa expedição são identificados 33 nomes, entre os quais 3 irmãos de Amador Bueno, 2 filhos e um genro do nosso biografado. Apesar disso, nada se encontra a respeito do nome de Amador, (2).

- 1) O filho de Amador Bueno assinalado na grande bandeira de 1628-29, foi Amador Bueno o moço, que nascido em 1611, na ocasião da bandeira raposiana teria 17 anos, em idade, portanto de acompanhar a bandeira. O outro filho de Amador Bueno, de nome Antônio, mais moço, só aparece mais tarde, pois em 1628-29, ainda não teria idade para seguir. O genro teria sido talvez D. Francisco Rendon de Quebedo, que já estaria casado com sua filha. Os outros genros, como D. Juan Matheus Rendon se casou com Maria Bueno, só a 17 de Novembro de 1631, segundo Taques, na "*Nobiliarchia*", e Antônio Preto, só em 1632 iria se casar com Catharina Bueno.
- 2) Parece que foi chefe desta bandeira o capitão André Fernandes (Aurelio Porto, "*Missões Orientais do Uruguai*").

Que André Fernandes teria sido esse? Em S. Paulo havia com esse nome o fundador de Parnahyba e havia ainda o que teria sido o companheiro de Raposo Tavares em 1648 na campanha em que esse caudilho travou na região de M'Botetê, no Paraguai.

Eu, não obstante ser professor catedrático da Universidade de S. Paulo, portanto um órgão oficial do ensino superior, tive que promover grande empenho por adquirir no comercio o magistral livro de Aurelio Porto, o que só consegui fazer muito tardiamente para que eu pudesse o comentar.

Até 1641, os planaltinos, como se sabe (Ellis, "*Meio século de bandeirismo*"), destruíram e conquistaram o território rio-grandense e várias centenas de milhares de escravos ameríndios, os quais venderam para o Nordeste, então, em estado de não poder receber africanos. Pode-se identificar uma centena de planaltinos, que tomaram parte ativa e destacada nessa campanha memorável. Pois, apesar-de, nessa ocasião Amador Bueno ter menos de cinquenta anos, o seu nome não aparece, em qualquer lista, que se tenha conseguido organizar dos que tomaram parte nas lutas do extremo Sul!

O apresamento ainda continuou virulento até a metade do século XVII, mais ou menos.

Destruídas as províncias jesuíticas do Tape e do Uruguai, com a conquista de muitos milhares de escravos índios, os planaltinos se voltaram para o Maracajú, onde hoje é o sul de Mato Grosso. É que, a vitória jesuítica e M'Bororé tinha desviado para o Oeste a avalanche apressadora do Planalto, a qual corria para o Sul.

Na destruição dos estabelecimentos jesuíticos do Maracajú, do que o prof. Taunay outorga magníficos relatos, das suas minúcias as mais detalhadas ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*"), conhecem-se mais uma centena de nomes identificados por documentos, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*") e, entretanto, dessa epopéia maravilhosa não se encontra o nome de Amador Bueno, o mesmo acontecendo em relação ao corpo paulista de socorro ao Nordeste, em poder do flamengo, sem embargo de haver sido esse socorro organizado pelo seu genro, D. Francisco Rendon (casado com Anna Bueno, segundo Pedro Taques, "*Nobiliarchia*", tit. Rendons), em 1639, a mando de Salvador Correia de Sá. A ausência de Amador Bueno, nessa expedição é altamente extranhável, pois na ocasião ele estaria com 48 anos, na plenitude de suas forças, (3).

Do exposto, temos que, apesar-de sabermos de 500 nomes de planaltinos, que puderam ser identificados no bandeirismo de apresamento de 1607 a 1651, isto é durante o período em que Amador Bueno poderia ter tomado parte na arrancada notável, não se encontrou o menor vestígio da participação de Amador Bueno no bandeirismo! É mais de se notar a ausência do nome de Amador Bueno em todas as nominatas de apressadores, que se conhecem, pelo fato patente de ter feito parte do movimento, que tanto engrinalda o Planalto, pessoas muitos aparentadas com ele. Seu tio Salvador Pires de Medeiros, irmão de sua mãe Maria Pires, foi um dos chefes da grande bandeira raposiana de 1628-1629; seus irmãos Francisco e principalmente Jeronymo, foram sabidos e infatigáveis caçadores de escravos; seus filhos Amador Bueno o moço e Antônio Bueno, também se destacaram na epopéia do apresamento; seus genros D. Francisco Rendon e Antônio Preto, como se sabe, também se destacaram na grande arrancada. Em 1639, seu genro D. Francisco

3) Pedro Taques, na "*Nobiliarchia*", enumerando os que fizeram, parte da expedição de 1639 de auxílio ao Conde da Torre, para a Restauração do Nordeste é quem exclue dessa força militar o nome de Amador Bueno!

Rendon ,com um trabalho imenso, conseguiu levantar uma expedição de apenas uma dezena de homens para auxiliar a Armada luso-espanhola do conde da Torre. Qual deveria ser o procedimento de Amador Bueno, se ele tivesse o perfil psicológico adornado de másculas virtudes, fosse esforçado e muito interessado pela Restauração luso-espanhola do Nordeste? Caso Amador Bueno tivesse todas essas virtudes deveria ter feito parte da expedição. Mas, ainda desta feita o seu nome não aparece! Por quê?

É claro! A resposta está em que, Amador Bueno era túbio apasiguador, tímido, pacato, timorato, pacífico, contrário à violência, às guerras, etc.. Não é preciso de se usar de muito raciocínio para se chegar à essa conclusão. Ei-lo como precursor de Chamberlain na política de apasiguamento!

CAPÍTULO IV

Fatalidade da geração do espírito crioulo.

Já tivemos ocasião de dizer repetidamente que, os povoadores reionóis traziam no cérebro e no coração um enorme apego à Ibéria, sua terra de origem, berço da sua etnia, essa que eles transplantavam para as plagas vicentinas do Novo Mundo. Repisamos, então que eles vieram, mas saudosamente se voltavam para a velha Europa, onde tinha ficado parte dos seus amores. . .

Eles se enchiam de ternura e seus olhos se afogavam húmidos, com seus sentimentos a transbordar de nostalgia, quando evocavam, nos seus cismares, aquelas águas mansas e espelhantes do Minho ou do Douro, cujas margens se bordavam orladas de vergeis, que se alternavam com os olivais mais escuros; aqueles "suaves" campos do romântico Mondego, cujos ervaçais floridos lembravam a poesia camoneana e o trágico episódio da inditosa Inês de Castro; aquelas margens sombrias e florestadas do Guadiana; os píncaros, acavalados, em serras contínuas da Galiza; o ondular macio da morraria das Beiras; as montanhas enrocadas do Tras-os Montes ou da Estremadura; as campinas formosas e tépidas do Alentejo; os espriados quentes e resequidos do moreno Algarves. Essas imagens que os povoadores traziam vívidas nas retinas, se casavam bem com as lembranças das fisionomias dos entes queridos, que lá ficavam, em confusa mistura com os horizontes enquadrados pelas azuladas serranias da Almada, da Arrabida, da Gata ou da Estrela, em que o enristado das elevações desodenadamente se alternava com os valados, ao fundo das quais, se plantavam as louças aldeias ou as ajardinadas quintas, a rodeiar os povoados maiores.

Era com o carinho lhes povoando as almas rústicas que esses colonizadores pioneiros dos quinhentos se recordavam dos parentes, lá, no Reino, deixados na pobreza, os quais, os pedregais, que atapetavam o solo sáfaro e desnudo da velha Lusitânia, não permitiam que, evoluíssem para situações mais folgadas e abonadas. Com amargura, a lhes invadir as almas, eram, pelo povoadores, evocados os tristes dias de aperto e de miséria, passados no Alem Mar, mas também com frequência lhes vinha à memória, os momentos jubilosos, vividos nas festas lisboetas, nas touradas algarvianas, ou nas cavalladas galegas, como nas solenes proclamações de todo Reino.

Eles, os povoadores dos quinhentos, haviam gravado na retina as arcadas de pedra manuelina, dos Jeronymos, ou o rendilhado gótico da Batalha, que lhes recordava o estrépito simbólico e maravilhoso de Aljubarrota, o poema imortal da liberdade lusa, para não falar na esbelta

torre de Belém, que parecia mágica caravela de lioz, plantada na foz do Tejo, a lembrar a magnífica epopéia da navegação, com os seus vultos adamastóricos que capitulavam toda uma época de glórias, embriagadas com o fumo da pólvora e os vapores capitéos, soprados do Oriente feiteiro.

Os mais cultos, ou antes os menos incultos, traziam na retina a magnífica vista de Alcobaça, a das arcadas lendárias e universitárias de Coimbra, ou a das cores, que se alternavam com o esmalte refulgente da magestática sala dos Veados, na Cintra dominadora.

Com eles, os primeiros colonizadores da terra vicentina, vinham as sombras imensas dos que haviam feito grande o nome português. Lá estava, enfileirado o vulto gigante de Afonso Henrique, todo vestido da parda lóriga, a empunhar o bojudo montante, ao lado de D. João I, o glorioso Mestre, que salvara a liberdade augusta da pátria ameaçada!

Lá, se via a pesada figura de D. João II, o mais habil político, que Portugal jamais teve! Lá, estava o gordo perfil de Afonso V, o africano! Lá, estava o infante Navegador, que arremessara Portugal atrás de uma róta econômica, que por fim fora concretizada por Vasco da Gama!

Todas essas imagens, cinematizadas nos cálidos pensares dos povoadores das terras vicentinas, tremeluziam-se baralhadas e sem nitidez, nos seus olhos marulhados. Elas se refletiam esfumaçadas, nas copiosas lágrimas de saudade e de ternura, vertidas e a escorrer escaldadas pelas faces riscadas de rugas, que os sofreres e os desalentos haviam cavados nos rostos descarnados, dos dos que haviam deixado parte dos seus seres, no Alem-Mar lusitano e buscado na emigração e no expatriamento um alívio para as suas misérias reinóis.

Aquí chegados, os povoadores logo compreenderam que, jamais volveriam ao reino, à essa Europa, avelhantada e mumificada em tradições, que se haviam cristalizado e as quais eles cantavam nas cordas plangentes de suas violas, acompanhados, pelo som dolente e abaritonado de suas vozes nostálgicas, que, pelas selvas ecoantes e soturnas das Américas vicentina, declamavam os alexandrinos camoneanos, as sátiras de Gil Vicente ou as fantasias dos Bernardim Ribeiro, ou ainda as poesias heróicas de Diogo de Teive!

Naqueles remotíssimos tempos quinhentistas as viagens demoradíssimas, lentíssimas, caríssimas, difícilimas, e irregularíssimas, exigiam um ano inteiro, para quem se dispuzesse a ir ao Reino. Os povoadores, paupérrimos, não poderiam arcar com as despesas.

Aos poucos a mentalidade dos povoadores lusos foi se modificando. As suas recordações, antes tão vivas e que haviam assinalado tantos sulcos profundos, se foram, paulatinamente empalidecendo! As sensações, que eles, os povoadores, haviam trazido, sedimentadas no âmago de suas almas, foram sendo, vagarosa mas seguramente, substituídas por novas emoções e sentidas atribulações, colhidas em perigos, que haviam arrosado, com empolgada ansiedade, ou com angustiada intranquilidade, nas tristezas, que ensombavam o núcleo colonial vicentino, ou nas agonias

que atormentavam o recém-nascido nódulo de civilizados, ilhado nas selvas do exuberante Novo Mundo, ou ainda, nas alegrias, que coloriam de róseos os horizontes litorâneos ou planaltinos.

Todos esses transe se enovelavam, sedimentando novos, pensamentos e outros sentimentos naqueles lusos, que haviam no voluntário expatriamento, cortado todo os laços que os prendiam à Metrópole.

Perdiam-se neblinadas na vastidão dos anos de intenso isolamento as rústicas e pouco permeáveis memórias dos povoadores ibéricos.

Ah! A ferocisma defesa do povoado paulistânico, contra os vovozes tamóios, havia pelo, tumultuar de emoções agitadas freneticamente, removido empalidecidas muitas evocações. Essas evocações trazidas da Ibéria, por esses povoadores, que aqui iriam viver capítulos aventureiros e trepidantes, cheios de emoções intranquilas e tumultuosas!

Elas não podiam resistir aos dias cheios de momentos vivos e suspensos de apreensões, de contrariedades, de desalentos, de entusiasmos, de trêfego e infantil arrebatamento, de lutas memoráveis e encarniçadas, de fadigas, de estasiamento embriagador, etc! Tombavam vencidas, por força! Não eram aviventadas! Não se refaziam!

Depois, eram os perigos e as ameaças de vidas, constantemente debruçadas sobre a aventura e o estoicismo, casados no Novo Mundo em capítulos de epopéias, em que se sobresaíam o heroísmo, a audácia, etc.. Todos esses sentimentos turbilhonavam, em cenas, que se desdobravam, cavando na psicologia dos povoadores europeus, sulcos profundos, os quais iam substituindo aqueles, que foram trazidos de Alem-Atlântico, demodo que, ao chegar ao fim, já aquelas memórias ibéricas estavam cobertas pela vegetação musguenta, ou enterrados pela poeira acamada pelos sucessos que se iam desenrolando.

Assim, ao morrer o povoador quinhentista, ele não deixava senão a remota imagem da saudade, que com ele, desaparecia, para não se renovar na segunda geração.

Esta já era profundamente diferente!

Seus elementos constituidores jamais se haviam arredado da "terra mater".

A patria deles não podia ser a Europa!

Eles desconheciam o Reino metropolitano, com suas variegadas lendas, suas solenes tradições, sua crônica majorada, etc! Por isso, não iriam reverenciar as mesmas magestades, ou obedecer aos mesmos preconceitos, ou ainda seguir aos mesmos delineamentos sentimentais! Pois, não era diferente a respetiva estruturação social ou econômica dos reinóis e dos coloniais? Não eram diferentes os capítulos da trajetória vital de cada grupo humano, na Metrópole e nas colônias? Lá reinavam a segurança, o conforto, o sossego, a tranquilidade. Aquí, viviam o coloniais em lutas, em perigos, que se alternavam com as ameaças, as alertas, as aflições, os desanimos, as interrogações, as tragédias, as alegrias, as agonias mortificantes das fatalidades, etc.. Também não eram diferentes os horizontes, que os reinóis e os coloniais contemplavam? Lá, na Metrópole, era tudo acanhado, em torno da aldeia, comprimida nos pe-

dregais dos valados apertados nas serranias, que se dobravam ao longo da península. Aquí, nas regiões vicentinas, tudo se alargava em áreas enormes, que se estendiam, em solo ondulado e manso e em horizontes que se dilatavam, limitados por azulada morraria, que se estendia, recortada por caudais imensos e torrentosos.

Assim, teria sido diferente também a sedimentação psíquica, sentimental e moral, a qual se ia depositando lentamente na formação da alma crioula. Foi-se estabelecendo, pois, uma camada colonial, a qual paulatinamente se engrossava, como ao passar das gerações.

Os componentes dessa camada, ainda conservavam certos resabios do velho espírito reinol, mas a pesar-disso, eles já representavam importante passo, no processo evolutivo da nacionalização.

Os novos "crioulos", jamais tinham ido à Ibéria, vivendo sempre no isolamento geográfico, proporcionado pelas distâncias, separadoras da boca hiante do Têjo, como pelas grandes dificuldades das ligações marítimas, ainda avelhantadas pela lentíssima e penosíssima navegação à vela, nas minúsculas, raras e inseguras embarcações dos quinhentos. Os "crioulos" do Planalto, ainda, estavam muitíssimo mais isolados, separados do litoral, pela barreira espinhosíssima das serranias marítimas, erçadas de despenhadeiros e de insondáveis abismos como vestidas de impenetrável mata cortadas de obstáculos e de antolhos, para cuja difícil e ingrátissima transposição eram exigidos fenômenos de acrobacia e prodígios de agilidade ou de fortaleza física.

Esse isolamento, já de si causador de uma acelerada marcha nacionalizadora, era ainda mais salientado pela falta, em que se debatia a colônia vicentino-planaltina, de um motivo econômico qualquer, que imperativamente exigisse ligações permanentes e contínuas com a Metrópole, (1). Eis o Nordeste, em repetidas e perenes comunicações com Lisboa, em virtude do açúcar exportado e da importação reinol, causada pelo teor de vida, pelo elevado poder aquisitivo nordestino e pela demografia, a qual tendia a evoluar, na região, grande quantidade de concentração humana, à medida que a indústria-agrícola do açúcar se desenvolvia. A colônia vicentino-planaltina, sem fonte econômica, que outorgasse à região um comércio ligador com a Metrópole, exportava a única mercadoria, fruto de sua atividade, que se resumia no escravo amerindiano, mas para o Nordeste, apenas, e importava do Reino muito pouco,

1) V. Paulo Prado, "Paulística". O egrégio historiador do magnífico "Paulística" atribue ao "isolamento" o fato de terem os planaltinos as virtudes que ninguém lhes pode negar. Também é esse o meu pensamento. Entretanto o elegante escritor patriótico crê que o abastardamento dessas virtudes se deu no setecentismo, por ter sido desfeito o "isolamento" seiscentista, em virtude de terem sido feitos muitos caminhos ligadores do Planalto ao Litoral. Sem deixar de atribuir a essa causa grandes consequências, penso que foi Portugal, o ouro, e a onda imigratória de Portugal os agentes responsáveis pela degenerescência do planaltino.

A causa, à qual Paulo Prado atribue a decadência Planalto, parece-me, ter sido méra consequência do ouro.

como se verifica dos documentos da época, (2). Com isso, houve mais uma determinante fatalizadora para uma muitíssimo mais apressada marcha para o acrioulamento.

Alem dessas forças assinaladas, que tendiam todas para a pronta formação da alma nacional, não podemos desprezar a seguinte, que se estatela ante os olhos do observador percuciente:

Nas ondas povoadoras, que colmataram as terras da colônia vicentino-planaltinos, nós sabemos, veiu uma grande modéstia intelectual. Os primeiros troncos povoadores da terra paulista eram analfabeticamente incultos e roçavam com uma lamentavel indigência de nivel intelectual. Isso todos sabem, mas é bom se observar o grosseiro da caligrafia, da ortografia, da sintaxe, como da redação dos documentos quinhentistas e seiscentistas da região vicentino-planaltina com isso se poderá facilmente compreender, como eram impermeaveis às letras, aos panegíricos, às declamações e aos apaixonados relatos lusitanos, as cerebrações dos antepassados dos paulistas. Com isso, eles não puderam alimentar as suas recordações saudosas do Reino, sorvendo as notas apaixonadas da lira camoneana, ou bebendo os panegíricos das décadas de João de Barros, ou ainda se narcotizando nas crônicas declamatórias de Damião de Góes, aí aprendendo as proezas da aventura oriental ou das correrias dramáticas pelos mares, que tanta ufania instilavam aos lusos da época.

Paupérrimos, com a miséria a lhes bater às portas, os povoadores vicentinos, não puderam enviar os seus filhos a formar os seus caracteres e os seus espíritos, nos estabelecimentos reinóis, em estreito contato com a atmosfera coimbrã, a respirar a áura que aviventava o sentimentalismo patriótico luso. Assim, facilmente eles foram cocainizados pelas eventos trágicos e emocionantes, que a vida americana proporcionava. O único caso de ter podido estudar em Coimbra, que a crônica planaltina nos relata, é de Pedro de Moraes Madureira, alem do padre Manuel de Moraes.

Em virtude de todas essas causas apontadas, o Planalto principalmente, não produzia rendas fiscais de grande monta e assim era, administrativa e politicamente relegado, pela Metrópole, sempre guloso de rendimentos, ao mais completo esquecimento, como abandonado a si mesmo, com muito poucos e frouxísimos liames ligadores à essa Metrópole, madrastra.

Todas as crônicas, todos os relatos e todos os comentários se afirmam, uniformes em atestar esse fato. Washington Luis, em palavras lapidares, no seu "*Capitania de S. Paulo*", resume esse estado de fato, ao dizer que só no século XVIII, S. Paulo iria reconhecer a soberania portuguesa e o prof. Taunay diz, mais ou menos, a mesma cousa, no seu "*História seiscentista da Villa de S. Paulo*", quando ele afirma que, o Planalto era quasi soberano, (2 a).

Assim, foi se constituindo, no Planalto, uma atmosfera de particularismo, de autonomia, de altivez, de arrogância, de independência, etc.,

2) De fato, os documentos seiscentistas não mostram grandes cousas importadas do Reino. Pesquisamos em centenas de inventarios e concluímos que, o Planalto, e economicamente isolado, vivia em regime autárquico.

a qual não foi outra cousa senão mera consequência das causas apontadas.

Com facilidade, pois, se compreenderá que, essa atmosfera, indeclinável e, por todos, reconhecida como unanimemente proclamada, era um colorido "crioulo", que ia progressivamente e cada vez mais acentuadamente, tingindo a alma nacional que, nascia, (3).

Na evolução progressiva desse espírito, que crescia, foram se sucedendo as gerações.

O domínio espanhol fez com que, diminuísse e quasi se extinguisse a emigração lusa, para o Planalto. Sucedeu-lhe uma onda de espanhóis aventureiros, os quais trouxeram outra mentalidade nacional, a qual se caldeou com a preexistente. Os poucos lusos, que, então, integraram o corpo étnico e social do Planalto, vinham com o moral abatido e em estado de grande depressão. Não seria para menos, pois, o fim da monarquia dos Aviz, com a derrota esmagadora de Alcacér-Kibir, a morte ridícula do Cardeal-rei de cérebro prematuramente amolecido, a sugar

-
- 2a) Eu não estou isolado em pensar assim, pois encontramos em "Raízes do Brasil", 72, Sérgio Buarque de Holanda dizendo o seguinte:

"Não é mero acaso que faz com que o primeiro gesto de autonomia ocorrido na colônia, a aclamação de Amador Bueno, se verificasse justamente em São Paulo, terra de pouco contacto com Portugal e de muita mestiçagem com aborígenes, onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim."

- 3) Idêntica evolução psíquica se poderá constatar nas Treze Colônias anglo-americanas! Essas colônias tiveram início em 13 de Maio de 1607, com a fundação de Jamestown, na Virgínia e em 1620, com o estabelecimento no New England das 19 primeiras famílias nos famosos Pilgrims, sob o governo de John Crver.

Século e meio depois, os anglo-americanos, já em maioridade, com a sua alma própria, robustecida por mais de cinco gerações nativas, haviam se desligado da Metrópole Reinol de George III, sedimentando camadas "crioulas" perfeitamente distintas, das que os emigrantes que a Europa anglo-saxônica continuava a generosamente lhes enviar.

Note-se que, lá, nas Treze Colônias anglo-americanas, o isolamento em que os moradores se viram da Metrópole, era muito menor do que no Planalto! Tenho a impressão de que o nível intelectual dos habitantes anglo-americanos das Treze Colônias era muito superior ao dos planaltinos. Acredito, ainda que lá, os núcleos coloniais eram muito mais ricos e cultos do que os do Planalto, de modo que, rendendo mais, atraíam sobre si a atenção mais viva dos emigrantes da Inglaterra, fazendo com que eles preferissem as suas plagas, bem como as do Governo Metropolitano, que, sempre ávido de maiores rendas fiseais, para essas regiões dedicava mais atenção e maior carinho.

A prova disso está no volume imenso da população anglo-americana, a qual atinga a vários milhões de almas ao tempo de Washington, de Jefferson, de Adams, do Patrick Henry, etc.. Além disso, os anglo-americanos, muito mais cultos que os planaltinos neles se embestia o espírito reinol, com muito mais permeabilidade, do que nos moradores da terra piratiningana.

Sintetizando tudo, temos que, a América inglesa, muito mais próxima da metrópole londrina, do que o misero Planalto da sede lisboeta, esta muito mais modesta e mais desprovida de tradições histórico-políticas do que o Reino britânico, teria levado mais tempo no processo de "acrioulamento".

A América espanhola, com ligeiras variantes, testemunhou o mesmo fenómeno.

ansiado os peitos carnudos de Maria da Motta, ou a desordenada debandada de Alcantara, as torpes, vergonhosas e ignominiosas aclamações de Thomar, o jugo velipendioso dos Felipes, com a morte inglória da soberania lusa, varrida pelo miseravel procedimento de Christovam de Moura, não podiam infundir muita ufania nos procedentes de troncos portugueses! Isso teria, como é curial, asclerado o "acrioulamento" das gerações que se foram superpondo no Planalto, no fim dos quinhentos e no principio dos seiscentos. Tão fraca se fez a influencia portuguesa no Planalto que, então, nem a lingua servia de liame luso-planaltino, pois, na região falava-se o guarani, sendo que o portuguez era reservado unicamente para atos officiais.

Por isso, é que, Capistrano de Abreu já dizia, em seus "*Capitulos de Historia Colonial*", 302:

"Cinco grupos ethnographicos, ligados pela communhão activa da lingua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas RIQUEZAS NATURAIS DA TERRA UM ENTUSIASMO ESTREPITOSO SENTINDO PELO PORTUGUEZ AVERSÃO OU DESPREZO, não se prezando porém uns aos outros de modo particular — eis em summa — ao que se reduzia a obra de tres seculos".

Com todos esses elementos sabidos, é de facil comprehensão, de se haver forjado aqui uma alma própria, ou uma mentalidade que se não afinava com a dos reinóis, ou ainda, uma idéia de pátria, que não a Metrópole, onde as causas básicas da superestrutura psicologica eram outras, ou antes, persistiam no que haviam sido, enquanto que, na colônia vicentino-planaltina tudo se estruturava em motivos, que a Metrópole não conhecia.

Assim, no Planalto foi-se sedimentando uma mentalidade "crioula", exclusivamente baseada no apêgo à terra, essa terra, que eles haviam conquistado, á custa de seu esforço ,suor, lágrimas, sangue; essa terra, que cobria os ossos de seus maiores queridos, e que haveria de os receber, no dia em que terminassem a sua jornada nesta vida; essa miraculosa terra, que os alimentava generosamente, lhes outorgando tudo quanto o seu teor vital exigia, para lhes mitigar a fome, a sede, os protegendo das intemperies, etc.; essa terra "mater", que representava os cruciantes momentos de agonia, de afflicção, ou de apreensões, como os doces encantos do presente e as mirificas promesas de um futuro risonho, que seria vivido esperançosamente pelos seus descendentes; essa terra policrômica, que se conformava em horisontes mágicos, que se sucediam, em suas ardentes imaginações; essa terra, que se envolvia no ar purissimo, respirado por todos os capitulos de seu passado, aureolado de tantas victorias contra o ambiente externo hostile e salpicado de mil angústias de muitos sofreres e de alegrias sem conta, sintetizados em transes unicamente seus, e extranhos aos reinóis.

Isso tudo forrava a alma colonial do "crioulo" vicentino-planaltino de um rijo amálgama psicologico, que, em absoluto, não corria em paralelo, com que o reinol trouxera antes para cá.

Eis como se teria estabelecido no Planalto, a mentalidade "crioula"! Isso não é uma simples hipótese, mais ou menos verosímil e alicerçada em probabilidades ou em indícios, mas sim uma certeza, baseada na lógica, no senso comum, na inteligência e na própria observação! (1).

1) S. Paulo, tanto a cidade, como o Estado, desse nome, é um maravilhoso campo de observação a respeito da tese acima e é onde se pode verificar de forma absoluta a mais evidente e cristalina comprovação do que eu sustento.

De 1890 até, mais ou menos, 1920, o Estado de S. Paulo recebeu cerca de 1.000.000 de italianos, vindos em ondas de 30.000 indivíduos, por ano, mais ou menos.

A mentalidade desses "reinóis", vindos no fim do século XIX e nos princípios do século XX, era nitidamente europeia. Eu, na minha infância e, mesmo na minha adolescência, ainda, alcancei-os no auge das suas exuberantes manifestações da mais colorida e teatral italianidade. Eram as passeatas das bandas Fieramoscas, que desfilavam barulhantemente, como se fossem procissões religiosas, em que as exhibições dos bordados estandartes, lembravam os andores das divindades católicas, a fazerem resaltar as cores do verde, rubro e branco, com a aguia sossegada dos Sabóia! Eram os velhos garibaldinos, de blusa vermelha e quépi muito pequeno para conter as longas e niveas madeixas, que se sincronizavam bem com o riscado de faces encarquilhadas pelas procelas da vida! Eram ventrudos indivíduos que se protegiam com largos sombreiros enfeitado sde penas de galinha, a fingir de "bersaglieri", empunhando instrumento de música que lhes dava a volta pelo porte, a resaltar apenas o rosto atrigueirado e bigodudo de napolitanos, ou calabreses! Em todas as lojas ou oficinas das cidades paulistas, viam-se cataplasmas a se resaltar no branco da calça das paredes, os cromos, em cores vivas e em traços berrantes, com distico aquixotados e loquazes, o culto profundo que a primeira camada de italianos tributava envaidecida, mas modesta ao "re galântuomo", à Garibaldi, à família real da dinastia dos Saboia, à Regina Elena, etc.!

Eis a alma italiana, a mostrar o variegado de sua consciência nacional!

Eis os "reinóis" italianos, na sua primeira geração de colonizadores!

Essa gente, envelhecendo, se exprimia na algaravia italo-portuguesa, que só nós paulistas, entendíamos, porque estávamos em assíduo contato com essa camada de gente, que foi popularizada na simbólica figura do famoso Juó Bananêre, o qual sintetiza magnificamente não só uma gente acamada no Planalto paulista, mas uma época em que haviam "renóis" italianos, entre nós!

Depois, esses colonizadores, foram morrendo e surgiu, aos poucos, quasi que imperceptivelmente uma nova mentalidade. Já eram os italo-crioulos, os creadores dessa nova mentalidade, que despontava e se desenvolvia. Esses, já eram bem nacionais! Haviam se esquecido, como que por magia, das velhas tradições paternas! Garibaldi e o apaixonado culto pelos Sabóias, como em furiosa galopada, desapareceram, com os seus velhos cromos grudados a sabão, na calça alva das paredes!

A seguir, já na terceira geração, os procedentes da etnia itálica, bem entrozada com a gente da camada preexistente, nem mesmo o sônoro idioma de Dante sabem.

As Academias de Letras, as Assembléias Legislativas, os Institutos científicos, as Associações de classes, os Clubes aristocráticos, as Corporações industriais, os Conselhos Técnicos, os Departamentos e Secretarias administrativas, os Corpos dirigentes das casas de educação, o Professorado, etc., estão cheios dessa gente, já perfeitamente "acrioulada", com um número de mais de 2.500.000 de indivíduos, vivendo em admirvel engrenação com os preexistentes.

Os velhos "reinóis" desapareceram, levados pelo vento do tempo, e pelo incoercível evoluir das idades, deixando apenas a saudade dos que se foram e as suas memórias recebem ainda o carinho das nossas devoções, as quais tributamos a aqueles que nos são caros. Deles não ficaram resíduos de italianidade, etc..

As nossas populações são pois, bem crioulas!

Só podem não acompanhar o raciocínio acima, os que não se ungirem de boa fé, ou os que não querem racionar com espírito de lógica, o aplicando à história, se prendendo em exagero à velha ortodoxia, que interpretava a história como sendo esta exclusivamente uma serie de relatos cronológicos, empilhados, para sobrecarregar a memória dos que se vem interessando por cousas do passado.

Assim, em 1628-29, por ocasião da grande bandeira raposiana, já haviam perpassado no Planalto, várias gerações de "crioulos", que nunca haviam ido ao Reino, que não tinham o sentido português muito aguçado, mesmo porque Portugal era então, mera repartição administrativa da Espanha, sem a menor individualidade política e esse estado devia produzir repercussões psicológicas concretas.

Sim, porque o povoamento da colônia vicentino-planaltina, datava de mais de cem anos e havia ocasião de se poderem registrar casos, em que havia decorrido no Planalto, cinco ou seis gerações de "crioulos".

E tem sido essa a marcha nacionalizadora da "terra mater", que tudo empolga e tudo homogeniza no culto à pátria nova.

Nos Estados Unidos também foi assim! E' Siegfried quem atesta. Na Argentina e no Uruguai os "reinois" italianos também, procederam da mesma maneira. Comigo se deu fenómeno perfeitamente identico.

Meu avô era britânico. Ele trazia para cá a grandeza dos dias vitorianos, constelados de nomes que prestigiavam a origem dos provenientes da velha Albion. Com ele veio também um culto apaixonado por todas as rebrilhantes tradições, que no lendário arquipelago são as divindades de uma religião sempre rezada com enternecimento e profunda devoção.

Eu, rebento da terceira geração de sólida cepa britânica e portanto reinól, já sou seguramente acrioulado. Aliás, já meu pai, elemento da segunda geração, era bastante acrioulado, também.

Por certo, que eu ainda dedico uma profunda reverência a tudo que é inglês. Desde os piratas elizabeticos, ao éco longinquo do verbo flamejante de Chathan e de Pitt, no parlamento, ou ao ribombo das bombardas de Nelson em Trafalgar e dos canhões de Wellington em Waterloo, ou das incursões da R.A.F. no Ruhr, ou ainda a firma de Churchill em Downing Street me emocionam e cavam na minha sensibilidade um culto cujas manifestações me são difficil conter. Mas, muito acima de tudo isso, está a minha dedicação à minha terra: Essa terra sublime, que cobre os ossos de todos os meus antepassados, dos meus descendentes e que me irá receber no dia final da minha vida! Essa terra, que envolve em si, sintetizadas, todas as tradições da minha gente! Essa terra generosa, a quem tudo devo, pois ela me viu nascer e me mantém com a sua seiva opulenta! Essa terra, que contém todos os horizontes formosos que contemplo embevecido, desde as mais tenras idades!

Orá, si esse evoluir fatal, eu posso observar, no meio em que vivo; vejo, ouço e sinto todas essas sensações, que uma marcha paulatina para o acrioulamento provocam, porque não se teria dado a mesma cousa, nesses primeiros seculos, quando o nosso isolamento era muitissimo maior, sem ligações económicas obrigatórias, sem o telégrafo, sem a navegação eficiente e rápida, sem o rádio, sem o correio, sem o comércio, sem a imprensa, sem o telefone, sem o cinema, sem o teatro, sem os livros, sem o intercâmbio cultural, etc. que nos estão sempre a lembrar a Europa?

Então a formação da mentalidade "crioula" se teria feito sentir muito antes. Teria sido fatal! Impossivel ter sido de outro modo!

CAPÍTULO V

O nascimento do espírito crioulo.

Deante dos quadros, descritos no capítulo anterior o acrioulamento deveria se ter operado no Planalto, muito antes, de modo que, ainda em pleno quinhentismo, ele deveria se ter manifestado.

E' provavel que, entretanto, uma completa assimilação pela terra planaltina tenha se realizado só em 1628-29, de quando temos amostras concretas, palpaveis e evidentes do seu aparecimento no Planalto.

Duas circunstâncias, entretanto, não devem ser esquecidas. A insignificância numérica do núcleo civilizado planaltino e a continuidade da pequena imigração reinol, a qual avultou no decorrer do quinhentismo e no principio do século seguinte. O núcleo planaltino, sendo minúsculo, nele atuava, com muita eficiência influenciadora, o gotejar, contínuo, dessa imigração reinol. Esse núcleo planaltino, fraco em número, como se viu, deveria ter sofrido também, a influência das personalidades reinóis, que formavam seus quadros administrativos. Isso teria feito retardar qualquer manifestação do espírito crioulo, que se elaborava lentamente.

Eu penso que, a luta contra os jesuítas, talvez fosse a primeira manifestação vital do espírito da terra, embora não se haja o mesmo patenteado por qualquer forma, mais visível.

Em 1611, essa luta anti-inacina manifestou as suas primeiras hostilidades contra os jesuítas, as quais se tornaram, mais ou menos violentas até o fim do meio século, tendo alcançado as fases mais agudas, em 1633 e em 1640, se acalmando admiravelmente na segunda metade do século, com o declínio do apresamento e portanto com a diminuição dos motivos de atritos entre as duas partes.

Isso é significativo!

Entretanto, eu não acho que, essa luta, no Planalto, tenha patenteado evidências nítidas da marcha nacionalizadora. Não há um só documento, que denuncie que essa marcha fatal tenha tido início em 1611. Eu sou levado à suspeita acima, por que, em 1611, encontra-se como uma das primeiras marcas da altivez, da arrogância, da rebeldia, etc. no paulista (1).

1) Não ha dúvida de que o espírito emanado da Companhia de Jesus pairou sempre a favor da Restauração lusa.

Quem se dispuzer a estudar esse capítulo da história portuguesa, nos seus antecedentes, bem como nos sucessos que a constituíram, ou nos que a sucederam, quer os desenrolados na Europa, como nos que se cenicaram em Aquem-Atlântico, en-
contra a absoluta concordância de uma diretriz basilar.

Mas se a luta no Planalto não mostra nada, que obrigue a se concluir diretamente pelo que eu susteto, temos que, a citar a luta, entre paulistas e jesuítas, no Guairá em 1628, encontramos os mais sólidos elementos, em apôio, do que eu afirmo acima. Esses elementos, consistentes em documentos inatacáveis, são de tal eloquência que, marcam a mais absoluta confirmação das idéias que eu venho externando. Eles asseguram de um modo completo e irretorquível a marcha evolutiva para o acrioulamento, oferecendo verdadeiras fotografias, nas quais se refletem, concretamente, os estados da alma popular planaltina.

Consistem esses elementos, em três preciosísimos depoimentos jesuíticos, constantes da obra monumental do prof. Taunay, "*Historia Geral das Bandeiras Paulistas*", II, os quais são os seguintes:

1.º Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*" II, 162, reproduz um trecho do depoimento do padre Montoya, no processo contra o Luiz de Cespedes o infeliz governador do Paraguai. Diz o Mestre:

"Quanto a Antonio Pedrozo e Dom Francisco Rendon de Quevedo (genro de Amador Bueno), estes ao proprio depoente affirmaram estarem em campanha, por mandado DEL REY QUE TENIAN EN EL BRASIL".

Surprezo lhes retrucara Montoya, arguindo os de trahidores.

"SOLO NUESTRO REY DON PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERAN TRAYDORES".

2.º Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 79, cita um trecho do "*Relacion de los Agrabios*", o qual testemunha:

"Levantaron sus capitanes y otros oficiales de guerra con vanderas, COMO SI FUERAN LEVANTADOS Y AMOTINADOS CONTRA SU REAL CORONA".

3.º Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 124, menciona, um tópico do padre Crespo, o qual confirma magnificamente as conclusões que se tira dos acima referidos. Assim, o jesuíta Padre Crespo, em memorial dirigido à Felipe IV; se referindo aos apresadores:

"SIN CONOCER A LA DIVINA Y UMANA VUESTRA MAGESTAD".

Como testemunhas do que afirmo, bastaria lembrar a situação do jesuíta padre Antônio Vieira, no reinado de D. João IV, ou o perfil vincado de Salvador Correia de Sá e Benevides, o lusitanófilo e extremamente jesuitófilo, chefe do grupo, em S. Paulo, obedecia a atitude, a qual foi, em 1653, que momentaneamente predominou, fazendo com que os padres, expulsos, em 1640, fossem readmitidos. Esse grupo lusófilo e jesuitófilo foi que, em 1641, fez fracassar o primeiro movimento "crioulo nacionalista", em toda a América, usando da pouca varonilidade de Amador Bueno e do fato de estar o Planalto, momentaneamente esvaziado de sua população masculina, apresando índios, em alem rio Uruguai, no sul mesopotâmico, a uma distância de mais de 2.000 quilômetros do centro planaltino, exatamente nessa mesma data de março de 1641 e lutando contra os jesuítas em M'Bororé.

Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", vol. II, assigna os paulistas nessa região, nessa data e em número, a ponto de terem desamparado o Planalto, onde acontecimentos importantíssimos se passavam.

Por esses preciosíssimos documentos, merecedores da mais absoluta fé, além de serem eles admiravelmente concordantes, no tocante á conclusão, verifica-se que, no Planalto, em 1628, já se cuidava de um rei próprio, o que quer dizer de soberania própria, no Brasil e portanto de uma deslição com a Metrópole, a qual, nessa ocasião não era lusa, mas sim espanhola.

Com isso tudo, ve-se, pois, com notavel evidência e grande clareza que, a alma nacional, que se forjava, no Planalto paulista iniciava vigorosa e iniludivelmente os primeiros passos, em manifestações soberbas contra a Espanha, bem como contra o domínio espanhol, com demonstrações positivas da existência de um espírito de independência indisfarçavel.

Não se fazem evidentes essas manifestações?

Esses tres documentos não formam uma impressionante unanimidade, indicando maravilhosamente essas conclusões, em magnífica previsão do que iria acontecer?

Sintetizando temos que, essa documentação acima firma os seguintes postulados:

- 1.º) O Planalto manifestava iniludivelmente uma alma já acrioulada, moralmente independente dos Reinos metropolitanos.

Sim, por que, se no Brasil havia, ou os apresadores proclamavam, a existência de um rei próprio, ainda que não houvesse, de fato, mas, apenas, na vontade dos planaltinos, isso quer dizer que um espírito nacional era, no Planalto bastante forte, de maneiras a se concluir que, o episódio da aclamação de Amador Bueno, ocorrida no Planalto, 13 anos mais tarde, foi uma continuação ou uma concretização do que diziam os apresadores, segundo o depoimento de uma testemunha de vista, da estatura de um padre Montoya. O sentimento popular seria esse .

- 2.º) O espírito de rebeldia, evidente no depoimento de Montoya, não era dirigido, contra Portugal, em favor da Espanha, tal qual vinha sendo interpretado o ânimo de alguns hispano-paulistas, entre os quais D. Francisco de Rendon de Quebedo, segundo o que vinha sendo evocado como hispanofilo, pelos ortodoxos que seguem cegamente o "tabú" relatado por Pedro Taques e por Frei Gaspar (2).

-
- 2) Eu já havia firmemente estabelecido a minha tese a propósito do capítulo da Aclamação de Amador Bueno, como se poderá ver de várias publicações minhas, dadas de épocas bem recuadas, assim como de uma conferência, que proferi no Instituto Histórico de S. Paulo, em 1941, em comemoração ao tri-centenário do movimento da aclamação de Amador Bueno, ("Rev do Inst. Hist. de S. Paulo", XL, 63 a 79), quando a minha atenção foi chamada pelos depoimentos, acima, mencionados pelo egrégio Prof. Taunay, no seu trabalho citado, depoimentos esses, os quais maravilhosamente se coadunam com a minha tese, alicerçando-a de uma base solidíssima. Essa base consiste em uma série de depoimentos de testemunhas presenciais, que nos transmitem verdadeiras fotografias da psicologia planaltina. Isso reforçou talmente o meu modo de pensar, que ele tomou uma consistência granítica a respeito do ponto de vista básico da tese que sustento.

Não me importa que eu seja, por enquanto, o único a ter o ponto de vista acima enunciado. Também, não me faz moessa a iconoclastia da minha tése! Eu prossigo, tendo em vista, apenas, o objetivo de fazer luz, sobre um capítulo do passado. Nisso a minha fé adquire aspetos de verdadeira religião.

Sim, por quê dos depoimentos unânimes, dos mencionados acima, transpira cristalina e pouco acatamento e a pouca dedicação ao rei da Espanha, cujas autoridade e magestade eram desconhecidas e substituídas por outras, de origem diversa e de cor local.

Eu, apenas, me admiro como esse fenômeno tão claro, tão evidente, tão fácil de ser apreendido, deixasse de ser vislumbrado antes! Explico essa lacuna lamentável, em que o conservatorismo, em torno dos "tabús", creados pela moldagem psíquica especial de Pedro Taques e de Frei Gaspar, tem vendado os olhos dos nossos intelectuais, a ponto de, privar a justã interpretação dos fatos do nosso passado, de uma parte de seu patrimônio. A lenda de Taques e de Frei Gaspar, já feita, influenciou os nossos intelectuais, no sentido de não cuidarem mais do assunto como se o seu esclarecimento fosse cousa concluída.

Depois do capítulo bélico-econômico do apresamento nas reduções jesuíticas seria natural que, esse início, tão claramente denunciado, por reverendos, absolutamente desinteressados no caso, fosse progressivamente evoluindo no sentido nacionalista, pois o Planalto, depois desses eventos, no período do auge do ciclo do apresamento, deveria se ter acrioulado, ainda mais. As idades correndo, foram gerações, que se foram sucedendo, sob a égide das mesmas forças, determinadoras do nascimento da alma planaltina, as quais a deveriam ter tornado cada vez mais independente da Metrópole, fosse esta espanhola ou portuguesa. Com a persistência das forças causadoras do nacionalismo no Planalto, este deviam, fatalmente, continuar a sua evolução na diretriz, seguida até então.

* * *

E' de se notar, a profunda e admirável similitude de linhas marcadoras, entre o acontecido no início da conquista do Guairá e relatado pelos padres Montoya e outros e a aclamação de Amador Bueno. Isso não sugere que, o fato relatado pelo padre Montoya, teria sido o embrião ou o projeto da futura aclamação? O objeto da crônica-depoimento do padre guaireño-peruano não teria sido um desejo do fidalgo espanhol, desejo esse, que ele tentou por em prática 13 anos depois, isto é, quando julgou de oportunidade? Essa similitude não é uma quimera, mas é de evidência notória!

P A R T E III

A segunda metade do seiscentismo.

CAPÍTULO I.

A torrente continua.

Não se sabe, com precisão, quando tenha morrido Amador Bueno. Ele desaparece do cenário planaltino, não se tendo mais notícias a seu respeito, na segunda metade do século.

Penso conjecturalmente que, Amador Bueno, tendo nascido em 1591, o que é certo, deveria ter morrido, mais ou menos de 1651 a 1652, quando êle atingiu os 60 a 61 anos, (1).

1) Apesar-dessa conjectura, realizei extenuantes pesquisas, nos documentos do tempo, encontrando as últimas referências a Amador Bueno, no ano de 1651.

Nesse ano, êle, que havia sido Juiz Ordinário em 1650, entregou a vara, **por empedimento que tinha de enfermidade**", conforme se vê de "Actas". V, 457, cousa confirmada por outras referências a êle, como Juiz Ordinário, contidas em "Registo", II, 221.

Depois disso, não mais se encontra o nome de Amador Bueno, sem embargo haver eu vistoriado milhares de nomes de pessoas identificadas no Planalto, no enorme documentação que cuidadosamente examinei.

Penso ter Amador Bueno morrido em 1651, pois o seu nome desaparece absoluta e bruscamente do Planalto, não obstante ter essa região, então, passado por capitulos bem turbilhonantes, na sua evolução histórica e seria de se pensar que, Amador Bueno parte mais saliente neles. Assim, em 1653, os paulistas readmitiram os jesuitas no Planalto, tendo sido assinados muitos termos de composição. Todos os paulistas de nomeada subscreveram, como seria natural, os arranjos e as acomodações com a Companhia. Entretanto, o nome de Amador Bueno, continúa desaparecido!

Nessa ocasião desenrolava-se bravia, a luta entre os jesuitófilos e lusitanófilos Pires contra os Camargos, ardorosos representantes do espirito crioulo da terra.

Muitos foram as documentos subscritos, então. Mas o nome de Amador Bueno continua na mais absoluta escuridão!

Que tipo foram os paulistas escolher, em 1641, para aclamar!!

Fosse êle, um homem que se destacasse, teria aparecido, ao se cuidar, no Planalto, de assuntos tão sérios! Explica-se que, é provavel, nessa data já Amador Bueno tivesse morrido. Se essa hipótese for confirmada, a idade, com a qual teria morrido o aclamado, não foi muito avançada. E' preciso, entretanto, convir, que nesses tempos recuados dos primeiros séculos, com o atrazo das condições sanitárias, e com o pouco adeantamento da medicina, a média da idade humana era muito restrita.

Seja ou não verdadeira essa probabilidade, que aventei, o que se pode afirmar, entretanto é que, Amador Bueno desapareceu, como viveu, isto é, mansa e pacífica, sem deixar vestígios da sua passagem pelo mundo. Êle não teria vivido,

E' excuzado repetir que, o seu nome não aparece em nenhuma nominata de bandeira, a-pesar-de, ainda, podermos assinalar expedições, de apresamento, cujo movimento não se extinguiu por completo, na segunda metade do século, (2).

Por certo, houve sensível declínio no apresamento, que então, era o grande alimentador do bandeirismo, pois a Restauração da soberania portuguesa criou a separação, entre as terras hispano-americanas e as luso-americanas, por meio de fronteiras erigidas como barreiras, mais ou menos sólidas, entre as colônias ibéricas na América. Isso, naturalmente dificultou a penetração apresadora, em terras diretamente pertencentes à Espanha, (3).

Alem desse impecilho natural ao apresamento, devemos constatar mais três fenômenos, os quais, como concausas, atuaram, no sentido de diminuir a fúria do apresamento. Foram eles:

- 1) A diminuição dos estabelecimentos jesuíticos ao alcance das razias apresadoras, as quais já haviam se cevado nas províncias jesuíticas mais facilmente atacáveis pela atividade bandeirantística planaltina. As províncias restantes do grande império guaraníco e teocrático, se achavam mais defendidos, mais distantes, etc., do alcance planaltino.
- 2) A grande diminuição da procura de braços, pelo Nordeste açucareiro, o qual com a Restauração contra o belga, tinha podido importar africanos,

mas sim vegetado! Comera, bebera, dormira, criara filhos e morrera, sem que a posteridade ficasse sabendo da sua passagem por este mundo e se não fossem as penas fantasiosas de Pedro Taques e de Frei Gaspar, ele teria sido um anonimo. Entretanto, ele foi o alvo central do primeiro movimento nativista nas Américas!

- 2) Azevedo Marques foi menos feliz que eu, pois a ultima referência que encontrou sobre o aclamado, foi de 18 de Outubro de 1649, como se verifica de "Apontamentos", 9, enquanto que eu consegui o localizar em 1651.

Isso, entretanto, não tem importância alguma, a não ser para mostrar que, Amador Bueno viveu mais um ano!

- 3) A ereção de fronteiras nas parte lusas e espanholas na América, determinada pela infausta Restauração lusa, foi como se tivesse acontecido, para o Planalto, fenômeno inverso, ao das trombetas de Josué, nos muros de Jerichó, os quais caíram para que, os israelitas pudessem entrar na cidade. O Planalto, com a Restauração lusa, viu se erigirem barreiras fronteiriças, através da quais os seus bandeirantes-apresadores não poderiam incursionar, pelo sertão espanhol, com a mesma facilidade de antes.

Dir-se-á que, essas fronteiras teriam existido apenas no papel e que teriam existência formal, apenas, pois que de fato elas não eram defendidas.

Entretanto, só a existência delas já constituía uma dificuldade para a penetração planaltina. Tanto mais que o governador espanhol do Paraguai sempre se dispunha a agir e se alguns eram frouxos, como Dom Pedro de Lugo y Navarro, outros eram mais iracundos, sendo que, o próprio D. Luiz de Céspedes, acusado pelos jesuítas de haver sido comprado, ao se defender, menciona vários atos em que teve, de usar a violência contra os paulistas. O episódio de Andino, governador do Paraguai, é de se mencionar, em abono do ponto de vista que sustento, alem muitos outros casos, mencionados pelo Prof. Taunay, na sua tão recorrida, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", pela qual se pode verificar o obstaculo creado ao apresamento, pela Restauração portuguesa, tão funesta para o Planalto e tão condizente com os interesses reinóis e nordestinos!

principalmente de Angola, de novo na soberania portuguesa, livrem da hegemonia flamenga no Atlântico sul.

- 3) A decadência na produção açucareira no Nordeste brasileiro, o qual, então tinha a enfrentar a concorrência vitoriosa das regiões hispano americanas, principalmente das Antilhas, muito mais perto dos centros consumidores e das colônias anglo-americanas, onde havia magnífico consumo de mercadorias tropicais, entre as quais o açúcar. Isso naturalmente teria corrido para a diminuição da procura da mão de obra indígena, antes fornecida pelo Planalto.

Essas concausas reunidas à que ficou acima mencionada, por força, agiram no apresamento, que assim teve a sua atuação fortemente diminuída. Mas ele não foi extinto, entretanto.

Pode-se comprovar isso, que aí fica asseverado, pela análise da documentação paulistana. Esta, que já não era abundante e não era farta em esclarecimentos, a propósito do bandeirismo, tornou-se de um mutismo quasi que absoluto, de modo a não se poder obter grandes cousas em matéria de cronologia apresadora.

Apesar-desse declínio, evidênte, pela deficiência de notícias do mesmo, só subsistindo, sobre o apresamento, até 1648, o pouco que é relatado pelos cronistas da Companhia de Jesus, ("*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, do Prof. Taunay).

Muito pouca cousa se sabe sobre o bandeirismo de então, que exercia a sua atividade apresadora, na região norte do Paraguai e sul de Mato-Grosso, o Maracajú, como era chamado, em vista de se haverem exgotado o Guairá, o Tape e o Uruguai, ficando muito, longe do Planalto, a parte mesopotâmica, isto é a província jesuítica do Paraná. Parece que, com a extinção dos ataques dos apresadores aos estabelecimentos jesuíticos, não se teve mais notícias, sobre a continuação do bandeirismo, mas a verdade é que, este sofreu um acentuado declínio. Sim, por quê as causas, que eu mencionei, acima, sobre a queda do apresamento, são tão claras e evidêntes, que se acham ao alcance de qualquer cerebração infantil!

Mas, o declínio do apresamento é de facil compreensão, entretanto, não se pode constatar a sua extinção. Ele continuou, muito atenuado, unicamente para satisfazer a pequena procura de braços, para a diminuída lavoura nordestina, que havia sido golpeada pela a América espanhola, na segunda batalha do açúcar e que realizou, ao inverso da América portuguesa, pois, só ao findar a sua extração mineradora, se entregou á agricultura, enquanto que, a América portuguesa, só teve mineração, depois da agricultura ter existido, em dois longos séculos.

Mesmo nesse apresamento diminuído e unicamente realizado, através das muitas dificuldades, com as novas fronteiras hispano-portuguesas na América, o nome de Amador Bueno, não surge, em nenhum rol de sertanistas, escapo ao esquecimento. Alguns destes subsistiram, sem embargo, da queda do sertanismo. E' que o planaltino, tendo sido, pelas circunstâncias, privado do exercício, em grande escala do apresamento, como vimos repetidamente, buscou na atividade pastoril, um meio para acomodar a sua economia.

O ambiente climático do Planalto emprestava ao morador um tal dinamismo que, não havia lugar para ócio, sossêgo, ou vagabundagem, etc., por parte do indivíduo, que recebia o "stimulus", proporcionado pelas variações termométricas na região do altiplano vicentino (Ellis, "*Raça de Gigantes*"; "*Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*"; "*Evolução da economia paulista e suas causas*"). Diminuída a atividade bandeirante-apresadora, o planaltino buscou uma base para a sua economia no pastoreio. Como nas imediações do Planalto, não houvesse extensão em quantidade de área territorial apropriada para o pastoreio, os planaltinos tiveram de procurar bem ao longe, em grandes rotas, no Piauí, no R. Grande do Norte, em Sta. Catarina, no Paraná, ao longo do rio S. Francisco, no Rio Grande do Sul, etc.. O Planalto é pequeno demais, para o exercício de uma atividade, para a qual grandes áreas planas e vestidas de vegetação herbacea, são necessárias. Daí as grandes migrações patriarcais, testemunhadas, pela segunda metade do seiscentismo, as quais levaram do Planalto, os Dias Velho, os Brito Peixoto, os Jorge Velho, os Matias Cardoso, etc..

Por esse motivo, o pastoreio foi exercido, tão longe do Planalto. Seria muito mais comodo e facil e muitíssimo menos trabalhoso, se o pastoreio se tivesse realizado nas imediações planaltinas, ou a uma distância curta dessa região, mas não foi o que se deu e a causa desse fenômeno (mesmo por quê, todos eventos tem causa e o mistér do historiador é busca-las, desvenda-las e evidência-las), está na configuração topográfica e na composição química do solo enrugado e florestado, como pedregoso do Planalto. Daí a expansão paulista, à qual foi um acontecimento fatalizado pelo ambiente geográfico.

Pois bem, mesmo nessa fase do passado planaltino, o nome de Amador Bueno permanece no mais absoluto anonimato e no mais completo e sepulcral silêncio, pois não surge, emprestando destaque especial a qualquer capítulo do magno episódio da expansão paulista, tão celebrada, como ignorantemente chamada de marcha para Oeste (como se o Piauí, o Rio Grande do Norte, ou o vale do rio de S. Francisco, como se Laguna ou os pampas do Rio Grande do Sul, fossem Oeste)!

Até ao fim do século, a história planaltina empaturrou-se de episódios de expedições povoadoras de paragens longínquas. Eram caravanas imensas, formadas pelas famílias volumosíssimas, que o patriarcalismo planaltino havia constituído com sua abundante escravaria, que demandando as planuras distantes, aí se afazendavam, povoando enorme área, com a prolificidade de sua formação social, no qual o velho "pater familias" chefiava numerosas familias de seus descendentes ou colaterais, com seus apaniguados, gente de servir, etc., (1).

1) Segundo Paulo Prado "*Paulística*":

"diz Capistrano — ainda antes do descobrimento das minas havia mais de cem familias paulistas entregues á criação de gado". — "*Paulística*", 76.

Ora, cem familias, seriam cerca de 500 ou 600 pessoas, às quais, com os escravos seriam cerca de 2.000 pessoas.

Vê-se, por aí, como teria sido vultoso o pastoreio saído do Planalto, sendo que a população total dessa região seria de 6.000 almas.

Mas não se limitou a esse quadro a vida planaltina, da segunda parte do seiscentismo. Então, no Planalto, comprimida tanta belicosidade dinâmica, sem que pudesse se espriar, como no apresamento da primeira metade do século, sem a válvula de expansão, que nas éras primeiras do seiscentismo, fazia com que o vigor e o ardor da estirpe se manifestassem fora da região, esta se transformou em foco de desordenada agitação e de tumultuosa seriação de acontecimentos trágicos, em que o sangue tingia de rubro as ruas da vila de Anchieta e em que o rumor das desordens se alternava belicoso com o estrépito ensurdecido da multidão enfurecida, ou com o entrecocar de armas carniceras, vibradas em motins, que ululantes perturbavam, em constância, o silêncio das ermas paragens do Anhembi, ou o mistério da sombra magestática e adamastórica do Jaraguá.

Tivemos, em alucinantes quadros, que, galópeantes, perpassavam como tragédias, que se sucediam, cinematizadas no Planalto, a guerra civil dos Pires contra os Camargos; tivemos a luta infrene, teimosa contra o caviloso Albernaz; tivemos em 1660 os tumultos agitantes contra o jesuítofilo e lusitanófilo Salvador Correia de Sá e Benevides; tivemos os motins desordenados, em que a população, dominada pelos governantes lusos, se prejudicava, crucificada aos interesses reinóis, nos casos da alteração do padrão monetário, ou do monopólio do sal, etc.; tivemos, por fim, os ardores vigorosos, manifestados contra o governante reinol Arthur de Sá e Menezes, pela impressionante figura de másculo, altivo e arrogante, que foi Pedro Ortiz de Camargo, que em terremótica tirada, lembrava o filho de Ramalho, que queria acabar a Inquisição a flechadas. Isso emoldurava o teatro planaltino, o qual como um renovado acrópole projetava cenas, nas quais facilmente se lobriga, a existência de um espírito próprio que se desenvolvia, (1).

Entretanto, em nenhum desses abraçados capítulos do passado seiscentista do Planalto, se encontra o nome de Amador Bueno! O que significa esse silêncio em torno do nome do Aclamado? Não está isso a gritar que, Amador Bueno, não era homem para agitações? Não está

1) No fim do século Pedro Ortiz de Camargo, manda dizer a Arthur de Sá e Menezes que os paulistas sabiam bem se governar e, portanto, que ele não precisava vir a S. Paulo. Vê-se com precisão como a psicologia admirável dos planaltinos, repetindo em inúmeros exemplos de ousadia, arrogância, destemor e índice de espírito de independência, que se evidenciava, a confirmar a tese que sustento neste trabalho. Com linhas psicológicas e morais tão definidas e marcadas em sulcos profundos, seria impossível que o primeiro movimento nativista no Brasil não tivesse lugar no Planalto!

Os relatos de Taques e de Frei Gaspar, concernentes ao movimento de aclamação de Amador Bueno, são ridiculamente impossíveis!

Um povo como o planaltino tão profundamente delineado por traços psicológicos e morais tão sinuosos e acentuados não poderia jamais ter tido o procedimento fímdo e acarneiradamente conformado com o domínio luso, como querem os dois únicos cronistas setecentistas. Tudo concorre para desmentir as lendas por eles espalhadas, no concernente à calma pacífica e à tibieza fleugmática e timorata que teriam imbuído o povo planaltino na aclamação de um soberano próprio.

isso a clamar que, o Aclamado vivia em doce e pacífico sossego na sua patriarcal peregrinação, pelo vilarejo planaltino a qual burguêsmente se escoava, em dias, que se vegetavam, sucedendo em uma monótona sequência de comer, beber, dormir e criar filhos?

Alem dessa vida febril e congestionada, que tumultuava os dias planaltinos, tinham os moradores seiscentistas da região de, atentamente cuidar do litoral, constantemente ameaçado pelas piratarías flamenga, francesa ou inglesa, as quais recrudesciam, quando os dirigentes reinóis, em Portugal inclinavam o timão da sua política internacional contra os Hannover, os Bourbons, ou os Habsburgos, ou ainda contra os mercadores de Antuérpia de Haya, ou de Amsterdão.

Em 1640, houve necessidade do Planalto enviar, às pressas, uma expedição de socorro, ao litoral ameaçado, (Taunay, "*Grande Vida de Fernão Dias Paes*"). Essa expedição de socorro ao litoral em situação grave, pelas tentativas flamengas, parece ter tido lugar em fins de 1640.

Dessa ação, o documento, que no-la revela é uma certidão, passada, a 16 de dezembro desse ano, por João Luiz Mafra, capitão mor de S. Vicente, e mencionado pelo Prof. Taunay, "*Grande Vida de Fernão Dias*", 37. Eu suponho que, essa expedição, a qual deveria ter sido numerosa, permaneceu, no litoral, a ponto de, seus membros não terem podido assistir ao movimento fracassado de Amador Bueno e à consequente aclamação de D. João IV. E' preciso que se recorde que a aclamação de D. João IV foi feita apenas por algumas dezenas de indivíduos, pois a vila estava despejada de seus moradores, em luta longínqua contra os jesuítas, no combate de M'Bororé, nas margens distantes do rio Uruguai, a cerca de 2.000 quilómetros do Planalto. E' de se estranhar que, D. João IV tenha sido aclamado por uma parte mínima da população piratiningana, pelo fato de que, as decisões graves costumavam sempre ser tomadas por grande número de moradores! Assim, a expulsão dos jesuítas, em junho de 1640, foi subscripta por 280 assinaturas. Compare-se esse magnífico atestado de unanimidade de pensar com a minguada ata, que proclamou o titular de Bragança, (Azevedo Marques, "*Apontamentos*")! Em 1647, o povo planaltino, a propósito do Vigário Albernaz, dirigiu uma publicação assignada por 300 pessoas ("*Registro*", VII, *Suplemento*, 295). Isso me convida a supor que os companheiros de Fernão Dias tenham feito falta na aclamação do Bragança, tão fraca teria sido ela, pelo mínimo número de pessoas que assinaram a ata da proclamação.

Parece que, a vila, tendo sido esvaziada, pelos seus moradores, que estavam bandeirando, em sertão distante, ficou momentaneamente entre que aos lusitanófilos, como Lourenço Castanho Taques, Antonio Pompeu de Almeida e outros, bem como aos reinóis, e estes com a maioria ocasional, determinaram, não só o fracasso do primeiro movimento nativista, em torno de Amador Bueno, como também a proclamação do duque de Bragança, fazendo com que, o Planalto continuasse atrelado a Portugal. Sim, porque a aclamação do Bragança, só reuniu 34 assinaturas de moradores, alem de mais 10 de sacerdotes e frades de várias

congregações. Isso faz figura ridícula deante três centenas de assinaturas de planaltinos, que realizaram a expulsão dos jesuítas e que deliberaram a propósito do vigário Albernaz.

Por que um total tão apoucado de nomes a aclamar o novo rei português?

Não está isso gritando que, os reinóis e os lusitanófilos se aproveitaram de eventual maioria, causada pela expedição, que proseguindo no apresamento, foi até a margem direita do rio Uruguai, deixando o Planalto esvaziado de crioulos?

E' justamente, por que me impressionei pela pequeníssima quantidade de assinaturas, que subscreveram a aclamação de D. João IV. que acreditei que, alem de estarem os planaltinos afastados na longínqua região sertaneja de M'Bororé, parte delles estariam no litoral, com Fernão Dias Paes. Entretanto, contrariando esta minha hipótese, ve-se que, Fernão Dias Paes foi precisamente um dos que encabeçou o movimento reinól e foi contra o crioulisto, que fez aclamar Amador Bueno! Era natural que, isso se desse, pois, Fernão Dias foi precisamente um dos elementos vanguardeiros do lusitanismo, no Planalto. Jesuitófilo, um dos que promoveu a Reintegração dos jesuítas, ele deveria ter sido lusitanófilo!

Seu tio Luiz Dias Leme foi o obediente cumpridor das ordens de, ser o aclamador em S. Vicente do titular de Bragança, as quais haviam sido mandadas, por intermédio de Arthur de Sá, pelo Marquês de Montalvão. Ele, mesmo, foi dos elementos, que mais fez pela reintegração dos jesuítas no Planalto, (Azevedo Marques, "*Chronologia*"). Tudo nos leva à crença de que, Fernão era dos antagonistas mais temerosos do crioulisto, o qual fatalmente teria existido, como deixamos evidenciado. Entretanto, aquí fica a hipótese, que levantei. Pode ser que ela não tenha tido lugar, mas isso, em nada afeta a tése que sustento sobre o movimento nativista, com convicção e com grande cópia de argumentos, baseados na lógica e no raciocínio, bem como em vários documentos, que lembrei, dentre os muitos que oferece o genial trabalho sobre a crônica bandeirante do Professor Taunay.

Mas em 1641, ainda não se havia dado a Restauração do Nordeste brasileiro!

Este teria de permanecer, ainda mais de uma dezena de anos sob o poder flamengo. Assim, o apresamento ainda não tinha contra si a totalidade das causas, que, mais tarde determinaram o seu acentuado declínio. O apresamento, se bem que golpeado, ainda estava de pé e só tinha, nessa ocasião, contra si, a conjugação das seguintes causas:

- a) As provenientes da Restauração de Portugal, ocorrida, no Brasil, em 1641.
- b) As decorrentes da rareação dos estabelecimentos jesuíticos, dentro do raio de ação das bandeiras paulistas, agindo em ofensiva de apresamento.

Só, mais tarde, os planaltinos deveriam ver crescer à essa seriação de motivos que determinariam a queda do apresamento, mais algumas decorrentes da Restauração do Nordeste que seriam:

- a) Provenientes da restauração do tráfico africano ,importador de escravos pretos, o que viria suprimir o monopólio disfrutado, até então, pelo ameríndio.
- b) Proveniente da decadência mais ou menos acentuada da lavoura de cana e do fabrico de açúcar, no Nordeste, que perdia, em favor das colônias espanholas, a segunda batalha do açúcar.

Como eu dizia, só mais tarde deveriam interferir as causas do segundo grupo de modo que, o apresamento continuava, embora ele já estivesse sofrendo o resultado de forças adversas. Tivemos, em 1642, a bandeira chefiada por Vicente Bicudo, além de outra que se organizara, em fins de 1641. Não se sabe, por onde tenham andado esses magotes de planaltinos (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 129).

E' de supor que, índios bravios tenham sido apresados, então. Creio, porém que, em 1644, já a região do sul de Mato-Grosso ou do Norte do Paraguai, deveria estar sendo trilhada, pela gente planaltina. Pelo menos, Pedro Taques, o inefável linhagista, atribue, essa data a destruição da bandeira de Jeronymo Bueno. E' verdade que, o sabio Prof. Taunay duvida da veracidade do relato, no tocante à data. E bem certo que, Pedro Taques errou muito, pois como eudisse, êle foi um mero coletor de tradições verbais, que se transmitiam de geração em geração e assim eram adulteradas. Mas, por ocasião desse milésimo, era de se crer que, os planaltinos, esgotadas as possibilidades das outras províncias jesuíticas e se situando algumas delas fora do raio ofensivo bandeirante, a gente do Planalto se tenha voltado sobre região de Maracajú, bem próximo do Paraguai, onde os jesuitas enfrentavam as perseguições do bispo Cardenas. Era preciso aproveitar a ocasião, pois a atuação do bispo Cardenas foi um excelente auxilio recebido pelos planaltinos. Eu atribuo, pois o proceder desse bispo, contra os jesuítas, a reatividade apresadora dos planaltinos, no Maracajú-Itati. Então, já os estabelecimentos jesuíticos haviam sido aliviados da penetração apresadora. Parece que, as causas do primeiro grupo tinham paralizado a atividade sertanista, quando em 1644, diz Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 146, reproduzindo o que relata Chalevoix, a respeito da luta entre jesuítas e o Bispo.

Note-se o tom dezabrido e violento, com que se manifestam os cronistas da Companhia, contra o bispo frei Bernardino de Cardenas. Isso prova que, a furia dos suaves sacerdotes da religião de Cristo, não se desacadeiava unicamente sobre os apresadores, mas a sua paixão se panteiava, contra todos que lhes contrariavam os interesses.

O bispo-governador do Paraguai, desse médio seiscentismo, foi uma das vítimas da paixão e da evidente falta de imparcialidade jesuítica. Êles não podem ser livres de suspeita, pois eram partes. Não obstante isso, eles têm logrado suggestionar muitos dos nossos cronistas, que baseados nos seus abraçado relatos, tomam partido por eles.

O bispo Cardenas, entretanto, parece que, foi muito violento, contra os inacinos, pois a 6 de março de 1649 os expulsou, segundo ensinanos o Prof. Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 148.

Distraídos os loiolanos, não puderam evitar que, o Maracajú-Itati fosse assaltado pelos paulistas, que, em 1644 são assinalados, com Jeronymo Bueno e, em 1645 surgem com uma expedição, comandada por João Mendes Geraldo. Eu poude identificar essa bandeira, graças ao inventário de Antonio Gomes Borba, procedido no sertão (*"Invent. e tests."* XI, 347 a 370), com 14 companheiros assinalados, (Ellis, *"O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano"*, 132 da 1.^a edição). No início, eu não soube identificar o sertão, percorrido por essa empreza, mas agora vejo claro que, foi o do norte do Paraguai. Aproveitando-se da diversão, que o Bispo Cardenas exercia sobre os jesuítas o apresamento continuou, por esse lado. Era essa a única região, que os planaltinos estavam assaltando, nessa ocasião, diz-nos a razão, que a solução teria sido essa, ainda que, nos falte uma documentação mais concreta, para que, os ortodoxos da história se façam convencer. Entretanto, outra não deveria ter sido a região alvejada pelos botes planaltinos. O procedimento do bispo Cardenas os teria atraído, para aí. Em 1646, houve uma grande expedição de assalto, saída de S. Paulo, reunindo a quasi totalidade dos moradores, sob as suas bandeiras e estandartes, que tinham signos próprios, diz-nos o Prof. Taunay, na sua *"Hist. Geral"*, II, e não os da corôa, a cuja soberania estavam, de direito, os planaltinos submetidos. (Ellis, *"O Bandeirismo Paulista"*, 133, 1.^a edição). No ano seguinte houve atividade na provincia de Maracajú-Itati, conta-nos o Prof. Taunay, (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, III, 167). Talvez a bandeira de Antonio Domingues, que encontrei nos documentos, (*"O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Merid."*) fosse a mostra dessa atividade.

Foi, entretanto, em 1648 que, se deu a arrancada rãposiana, a qual foi chefiada por André Fernandes e pelo grande sertanista, vulto máximo do apresamento, na primeira metade do século. Em outro trabalho, aprofundo mais esse feito, (*"Raposo Tavares e a sua epoca"* José Olympio Editora).

Em 19 de outubro de 1649, ensina-nos o erudito Prof. Taunay, (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, III, 169), o bispo Cardenas, foi apeiado do governo do Paraguai, sendo nomeiado interino D. André Garavito de Leon.

Foi a porta, que se trancou herméticamente para a avançada planaltina.

Estava o apresamento barrado por esse lado, como o fora para o sul, em virtude do infeliz combate de M'Bororé.

Daí temos que a queda de Cardenas teria determinado com que o apresamento planaltino se paralizasse e assim não assinalamos mais nenhuma empreitada apresadora nessa região do norte paraguaio ou do sul matogrossense. A causa está evidente!

Mas em 1651, o apresamento, ainda que golpeado rijamente, como vimos, teimava em resistir. A Restauração lusa estava feita, mas ainda não tinha sido suficiente para golpear de morte o ciclo econômico dos planaltinos. Os holandos ainda não haviam sido expulsos, ainda

que estivessem na iminência de o ser, pois já haviam perdido as duas batalhas de Guararapes, além da das Tabocas e da da Casa Forte, etc.. Salvador Correia havia, em 1648, reconquistado Angola, seus efeitos, ainda não haviam se projetado e a guerra anglo-holandesa, ainda não havia tido lugar, portanto o tráfico de pretos africanos ainda não havia sido restabelecido. Por tudo isso, ainda havia na indústria-agrícola açucareira, uma certa fome de braço americano, a qual haveria de se extinguir, na segunda metade do século XVII, quando todas as forças contrárias ao Planalto estivessem incidindo sobre a decadência e a quasi paralização do apresamento.

Assim, nesse ano de 1651, continuando no apresamento ameaçado, golpeado impiedosamente, mas, ainda não paralizado, se aprestou nova expedição planaltina. Como vimos, M'Bororé barrara, em 1641 o caminho do sul, aos apresadores e a queda do bispo Cardenas, no Paraguai, fechara, para os planaltinos o celeiro de escravos, que os jesuítas tinham reunido nessa região. Assim, os planaltinos resolveram, então tentar, mais uma vez, o sul mesopotamico, corrientino, pois talvez, pudessem realizar alguma cousa aí.

Por isso, teria Barbosa Calheiros, em 1651, tomado essa região por objetivo de sua arrancada. Essa teria sido a ultima avançada planaltina, contra os jesuítas, no ciclo moribundo da caça ao indio. Este continuou periclitante e quasi que em definitivo por terra, baqueado pela conjunção que o devia fazer em declínio acentuado, como vimos. O seu fim decisivo deveria ter lugar no fim do século, com o advento do ouro, que entre as suas consequências pode enfleirar esta, isto é do fim do ciclo de apresamento, o qual, portanto, só terminou quando a centúria atingia ao ocaso.

Nesse apresamento diminuido, os planaltinos viveram longas décadas, continuando o exercício do apresamento, com muitas dificuldades. Sim, porque não havia, então, um celeiro comodo, onde os apresadores se fossem abastecer, como era antes, nos estabelecimentos jesuíticos. O Paraguai estava, para os apresadores barrado pela queda do bispo Cardenas, e a provincia do Paraná, situada na região mesopotâmica, entre os rios Uruguai e Paraná, tinha-lhes sido vedada, não só pelo combate infeliz de M'Bororé, mas também pelo "raid" aventureiro de Barbosa Calheiros, a distância tal da base planaltina que o apresamento seria anti-econômico.

Então o apresamento, durante cerca de 25 anos, viveu mediocrememente, em incursões anôimas em sertão ignoto, buscando índios bravios, nas selvas. Seria natural que, desse mediocre apresamento tivesse resultado um total de resultadôs muito baixo, pois a apresamento, já não exercido nas grandes massas concentradas dos adensados estabelecimentos loiolanos e sim em grandes áreas dispersas, pelas quais se espalhavam a ralissima população aborígena. Assim, o apresamento realizado, não podendo contar com as grandes massas facilmente apresaveis, como nas reduções inacinas, na primeira metade do século XVII, foi declinando com as dificuldades antepostas pelas fronteiras hispano-lusita-

nas na América. Também não se fazia necessário que o apresamento produzisse muitos escravos ameríndios, pois o Nordeste, antes, na primeira metade do século, tão faminto de braços, para a sua próspera indústria agrícola do açúcar, com o restabelecimento do tráfico africano e com a diminuição da lavoura açucareira, já não era um mercado, que imperiosamente exigisse grandes porções de homens preados. Daí não terem havido grandes esforços dos planaltinos, no sentido de apresarem maior quantidade de gente.

Os mercados de consumo, existentes, então, se satisfizeram no exercício do diminuto apresamento, que é fácil prever tenha havido, em razão de terem sido restabelecidas as fronteiras hispano-portuguesas na América e terem se esgotado os gordos mananciais das reduções jesuíticas, que no decorrer da primeira metade do século foram tão pródigas, em fornecer tanta gente escravizada, já dotada de relativo grau de civilização e já cristianizada, etc..

Com essas condições imperantes, o apresamento foi evoluindo, até que em 1675, saiu do Planalto uma expedição chefiada por Francisco Pedroso Xavier, tendo em 1676, caído sobre o Paraguai, voltando com inaudito sucesso ao Planalto.

Era uma tentativa de ressurreição do apresamento, a qual talvez, fosse o resultado de uma momentânea e precária revivência do ciclo do açúcar no Nordeste que assim, solicitava mais mão de obra ao Planalto, o qual para satisfazer a esse súbito e momentâneo aguçamento da voracidade nordestina, se viu na obrigação de tentar ressuscitar o apresamento sobre os estabelecimentos jesuíticos. Também seria possível que, os planaltinos, sabendo das aflições que os índios guaicurus estavam causando ao Paraguai, delas tenham querido se aproveitar para o assalto de 1676. Depois disso o apresamento continuou alternadamente, sobre os estabelecimentos loiolanos, com Manuel de Campos Bicudo e outros, ou sobre os índios bravios, com os Domingues e os Lemes da Silva, em 1682 no sul de Mato-Grosso. E' o que os documentos e a crônica nos mostram!

Eis o apresamento nos últimos estertores, já no fim do seiscentismo!

A última tentativa mencionada de revivência do apresamento. Este recebeu, por fim o golpe de morte com o descobrimento do ouro.

CAPÍTULO II

Ainda o bandeirismo na segunda metade do século.

Como vimos, o apresamento declinou sensivelmente, depois que cessaram as causas, que o haviam exacerbado. Com o término do domínio holandês no Nordeste, ou antes com a extinção da supremacia holandica no Atlântico, o que foi conseguido, em parte, pela Inglaterra de Cromwell, que havia, então adotado uma política nacionalista, com o famoso "*Navigation Act*", restabeleceu-se a corrente importadora de escravos pretos da África, o que se tornou possível, em razão da reconquista de Angola, em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides, que para o serviço da metrópole portuguesa, sacrificava de bom grado os interesses coloniais. Concomitante com esse grande e profundo golpe, desferido impiedosamente contra os magnos interesses planaltinos, que, mais uma vez se sacrificavam, pela comunidade lusa, sobreveiu a decadência da lavoura açucareira do Nordeste, em razão de terem as colônias hispano-americana, principalmente as antilhanas, iniciado a produção açucareira. Estabelecida a concorrência economica entre o Nordeste brasileiro e as regiões hispano-americanas, ambas se dedicando ao mesmo genero de produção, houve, como é facil de se imaginar, uma grande diminuição na indústria-agricola açucareira, pois as colônias hispano-americanas, situadas a distâncias muito menores dos centros de consumo ou dos centros de distribuição comercial, poderiam produzir em condições excepcionalmente mais baratas, em razão de terem de arcar com um transporte mais curto e portanto muitissimo menos oneroso. Venceram elas a segunda batalha do açúcar. O Nordeste que vencera a primeira, perdera a segunda. Daí, a natural diminuição da procura da mão de obra indigena, com o que o Planalto ficou seriamente afetado.

Ao lado desses successos dolorósons, para a economia planatina, temos a assinalar o encarecimento do apresamento, devido à duas causas, que se acumularam, na mesma ocasião.

Foram elas:

1.º) O natural esgotamento dos celeiros jesuíticos de ameríndios já domesticados, nas reduções da Companhia. Isso obrigou a um alongamento grande do raio das penetrações planaltinas, para a busca da matéria prima de sua indústria, que consistia na escravização do ameríndio das reduções jesuíticas. Em 1641, os planaltinos tiveram de ir alem do território, hoje, ocupado pelo Estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 2.000 quilômetros do centro planaltino, para encontrar a materia prima da sua industria. Em 1648, a região do Norte do Paraguai e a do Sul Mato-grossense, foram trilhadas por expedições apresadoras, (Taunay, "*Hist,*

Geral das Bandeiras Paulistas”). Foi uma espasmódica e precária revivência do apresamento, já golpeado rudemente. Com a extinção desse foco de abastecimento, que havia sobrado das razias anteriores, o apresamento ficou, sem ter onde se abastecer econômica e viavelmente de matéria prima para a sua indústria que morria. Ainda, em 1651, Domingos Barbosa Calheiros tentou, segundo nos ensina o Prof. Taunay, na sua tantas vezes recorrida, “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”, III, alongar o raio da penetração apresadora indo até Corrientes, na região mesopotâmica dos rios Paraná e Uruguai, a cerca de 3.000 quilômetros do Planalto. Esse rasgo da audácia e de inaudita intrepidez, ainda que, tenha lavrado profundíssimo sulco para a história epopéica das bandeiras, o qual embriaga de entusiasmo os que se deixam embalar por grandes feitos de bravura, bélica, ignorando lamentavelmente a infraestrutura econômica, essa parte magna do feito esplendoroso não aparece, senão, ante uma análise mais profunda. Ele, aprofundado, com mais percuciência e meditação, nos leva a compreender o fenômeno, em suas causas fatalizadoras ou determinantes. O homérico empreendimento de Barbosa Calheiros, em 1651, se internando, aloucadamente, na aparência, em terras catelhanas, teria sido, economicamente, um lancinante e agônico recurso de que lançava mão o apresamento em declínio. Só quem estuda as causas desse declínio do apresamento, pode compreender a tirada magistática, que representa na história dos grandes feitos do sertanismo, o “raid” fantástico de Domingos Barbosa Calheiros, aparentemente um desgarrado e insignificativo feito, dentre os muitos realizados pela gente indômita do Planalto.

Era o supremo recurso, com que a gente planaltina, no afan de salvar o apresamento em decadência acentuada, arrostava os perigos do alongamento dos “raids” bandeirantes, mesmo depois da trágica amostra dos combates infelizes no rio Uruguai, entre os quais o desgraçado e lamentável M’Bororé.

2.º) O fim do domínio espanhol. Esse êvento, para a economia planaltina, foi esmagador. Lamentavelmente, os nossos intelectuais, que estudam o fenômeno da Restauração portuguesa, ainda, não tiveram os olhos voltados para essa face do problema! A Restauração portuguesa tem sido vistoriada, sob o ponto de vista exclusivamente português, além da sua repercução no Nordeste.

Ninguém, ainda, se importou com a profundíssima significação dessa transformação política, na economia planaltina. Eu explico esse des caso patente, tendo em vista a ignorância e o desprezo pela história planaltina, ao lado do profundo abandono pela história econômica brasileira. A evolução brasileira, só preocupou a geração que se finda, no no seu aspecto de história política com as suas cartas régias, alvarás, nomes de governadores, titulares, gerais, batalhas, etc., ao lado de uma fastidiosíssima e desinteressante crônica, que procura interferir, mais com a memória do curioso, do que com o seu raciocínio. Entretanto, paralelamente com o estudo da crônica e da história política, devemos estabelecer os problemas da história social e da história econômica. Ao

lado do estudo da história das colônias do Nordeste brasileiro, é preciso se analisar, também, o passado das colônias do Sul do Brasil, entre as quais a do Planalto, que em tudo, profundamente diferia das demais.

Infelizmente isso não tem sido feito, nem mesmo pelos intelectuais novos, ou pelos que se julgam uns "sabichões", disqueteando, superficialmente, sobre tudo, bem como querendo, sobre todos os assuntos dar o seu "palpitezinho errado". Essa falsa cultura de uns, o conservadorismo ortodoxo de outros e o regionalismo de outros ainda, tem constituído a barreira opaca, para impedir que, a clara visão de um nítido panorama seja bem observada.

Com essas duas eventualidades, que originaram, com uma clareza e uma nitidez espantosas, um encarecimento da produção do braço americano, o Planalto teve, em concomitância que, enfrentar a queda da procura. Daí a crise aflitiva, que assoberbou o apresamento, o qual, ante essas circunstâncias, entrou em acentuado declínio, originando, por sua vez, uma série enorme de consequências para o Planalto, as quais têm sido observadas, mas muito mal compreendidas, não se fazendo sentir o menor nexo de causa e efeito. Essas decorrências da queda do apresamento têm sido apenas constatadas, mas não diagnosticadas, no concernente às suas causas e aos efeitos, consequentes desse fenômeno, como se porventura, tivessem podido as manifestações se gerar por si, sem causa, como também nada fazer resultar! A missão do historiador é reconstituir esses fenômenos, aplicando a lógica implacável de um raciocínio seguro, se socorrendo de todos os recursos, que o saber humano outorga, com correlacionando o observado aqui, com os acontecimentos constatados alhures.

Infelizmente, isso não tem sido feito! Outras conveniências militam, para que não se proceda assim. Mas, além disso a história planaltina tem sido relegada ao olvido e à indiferença, pelas razões econômicas apontadas.

Os acontecimentos do passado planaltino, conhecidos, tem sido muitíssimo mal diagnosticados e tidos como capítulos de aventuras e heróica disciplina, sem lógica, sem base econômica e sem verosimilhança!

Com esse procedimento pouco científico não tem sido possível se apurar a verdade!

Mas o declínio do apresamento, na segunda metade do século, logo começou a apresentar as suas consequências. A primeira delas foi a melhoria das relações, entre planaltinos e jesuítas. Isso é de facilíssima compreensão, pois cessado o motivo, que fazia com que, houvesse cenas de violência, entre os planaltinos e os jesuítas, uma vez que, a causa deixou de existir, não mais houve motivos para que o antagonismo perdurasse, entre os dois grupos, que se haviam virulentamente degladiado, na primeira metade do seiscentismo. "*Sublata causa, tollitur effectus!*"

Isso é de tal modo diafano que, me parece difícil conceber, como não tenha sido entrevisto antes! É realmente difícil de se atinar, não tenha sido o fenômeno bem diagnosticado antes, em suas causas e consequências!

Deante desse quadro econômico, isto é de uma situação de miséria em perspectiva, o Planalto, imprimindo, pelas circunstância excepcionais de seu clima, um dinamismo, que tem sido sempre evidenciado, em sua população, tinha, fatalmente que recorrer à outra norma de atividade, que lhe proporcionasse uma fonte de renda a qual substituisse a que vinha de perder, com o declínio do apresamento, como já tivemos ocasião de ver. Daí essa nova forma de atividade, que teve lugar, apenas, na segunda metade do século! Admira que, isso não haja chamado a atenção dos intelectuais, amantes de cousas do passado planaltino, em ocasião muito anterior! (1)

Com o pastoreio, o resto do exercício do apresamento, o qual não teve fim, mas apenas acentuada diminuição, o planaltino poude dedicar a sua atividade dinâmica às pesquisas mineralógicas de riquezas, executando longa série de buscas, em expedições, que tinham mais o colorido de "entradas" do que de "bandeiras". Por isso é que, no decorrer da primeira metade do seiscentismo, não encontramos, em número, as expedições de pesquisas mineralógicas, (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*"; Basilio de Magalhães, "*Expansão Geographica*"; Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*"). Estas só se fizeram sentir, em numero, na segunda metade do século.

De fato, nos primeiros cinquenta anos do seiscentismo, os planaltinos, só se preocupavam pelo apresamento, que lhes proporcionava lucros imediatos e diretos, se bem que, não muito grande, mas segurísimos. Depois, uma vez que, essa segurança diminuira e quasi se extinguiu, os planaltinos se voltaram, para os misteres menos certos, mas mais promissores em maiores lucros, ainda que, mediatos e demorados.

Daí, terem os planaltinos se deixado embalar, pelos cânticos promissores da lendária Sabarabuçu e obedecido aos acicates, que a gulosa ambição da corte lisboeta, lhes movia, prometendo títulos e mercês e organizando expedições, que eu disse acima eram mais "entradas" do que "bandeiras", as quais não devem ser confundidas.

As "entradas" eram pequenos grupos de indivíduos armados, mais de ferramentas do que de recursos bélicos. Elas agiam, em absoluta defensiva e procuravam as riquezas de um sub-solo, no qual possivelmente ou provavelmente, podiam encontrar o que buscavam. Eram essas pequenas e diminuta expedições defensivas ou organizadas oficialmente, ou a mandado, ou, ainda, a incentivo das autoridades. Elas tiveram lugar, principalmente no Norte, onde a Governança Geral sediada na cidade de Salvador ávida de conhecer as possíveis, ou prováveis riquezas do nosso sub-solo, não descançavam em ordenar partidas de grupos esclarecedores desse sub-solo. Eram as "entradas" oficiais e expedições de pesquisas mineralógicas, perfeitamente distintas das "bandeiras", grupos bojudos e volumosos de homens armados em ofensiva, constituídos

1) Por ai, se verifica o raciocínio que me leva a pensar que o pastoreio foi uma méra consequência da queda do apresamento.

Eu sei que, Paulo Prado parece pensar que o pastoreio foi uma causa do apresamento, mas creio firmemente que, o eminente autor de "Paulistica", se engana.

militarmente, por particulares, que exerciam uma industria econômica de escravização de ameríndios.

As bandeiras, segundo diz Paulo Prado, no seu magnífico "*Paulistica*", só tiveram lugar no Planalto paulista-viceentino. Foram elas os instrumentos de um ciclo econômico, só conhecido pelos planaltinos, pois estes eram os únicos luso-americanos a não possuírem uma fonte de rendas, que lhes garantisse a subsistência. Por isso, foram obrigados a recorrer ao apresamento. Os colónos do Nordeste não tinham precisão de recorrer ao apresamento, pois que, tinham uma fonte de renda, proporcionada abundantemente pela indústria agrícola do açúcar, a qual lhes empolgava os modos de vida, de tal modo que, eles não podiam se preocupar, com o que não estivesse diretamente ligado a esse ramo de atividade, (1).

O açúcar dava para que todas as necessidades nordestinas fossem supridas, bem como absorvia todas as atividades produtoras da opulenta indústria-agrícola, a qual era o paradigma da região.

Como querer que, essa parte do Brasil se fosse preocupar com um gênero de economia, que era muito menos remunerador e muito mais rúde em proporcionar desconfortos e sacrifícios, para os que nesse gênero econômico secundário se engolfassem?

Assim, no Nordeste açucareiro, ninguém iria abandonar a lucrativa indústria-agrícola do açúcar, para se entregar ao apresamento que exigia muito mais esforço e produzia muito menos lucro? Isso é lógico e claríssimo, só não cabendo em cerebros apaixonados, saturados pela ma fé, em querer fazer o Nordeste, tomar parte em um capítulo histórico, única e realmente realizado pelo Planalto. Só não vê e não percebe esse raciocínio simples, quem não quer!

Entretanto, se o açúcar empolgava todas as energias produtoras do Nordeste, aos Governantes restava promover as pesquisas, de lucro incerto, possível, provável mesmo, mas remoto e indireto. Isso era feito por meio de "*entradas*", que visavam a exploração de riquezas mineralógicas. Só, mesmo, os Governos podiam promover essas "*entradas*", que riscaram as regiões possivelmente opulentas em jazidas preciosas.

Os planaltinos, preocupados, também pelo seu gênero econômico, o qual lhes proporcionava um lucro pequeno, mas imediato, rápido e direto, não queriam ter as suas atenções desviadas do apresamento, ao qual de-

1) A prova mais evidente e significativa de que no Nordeste, não houve apresamento e, portanto, bandeirismo é que lá não houve o antagonismo, entre moradores e jesuitas. Se esse antagonismo se fez sentir no Sul e no Maranhão, é que nessas regiões havia o índio a apresar. Este era o pomo de discórdia. O morador queria realizar a escravização e o jesuíta queria impedir essa ação. Daí a luta de esterminio entre o colono e o jesuíta, luta essa que no Planalto se extremou em atos de violência inauditos.

Mas, no Nordeste não houve esse antagonismo!

Não é eloquente e significativa essa inexistência?

Tivesse havido apresamento, escravização, bandeirismo, etc., teria havido fatalmente antagonismos, luta, malquerenças, etc. entre os habitantes da região e os padres da Companhia.

viam tudo da sua civilização e da sua ecônomia, ainda que, esse gênero de vida fosse desconfortável, cheio de sacrifícios, exigente em virtudes varonis, etc., e pouco remunerador. Enquanto durou o ciclo do apresamento, o planaltino só teve as suas vistas voltadas para as "entradas", quando havia um Governador, como D. Francisco de Souza, que havendo o sertão misterioso lhe acenado com as miríficas riquezas de uma Sabará-buçú lendária, promovia, à custa dos cofres públicos, uma serie de expedições de pesquisas, como as de André de Leão. Essas expedições foram unicamente defensivas, eram compostas de apenas algumas dezenas de expedicionários e visavam unicamente o lucro remoto, mediato e indireto. O exame dos documentos planaltinos, publicados pelo eminente historiador e estadista Washington Luis, nos dá solidamente essa convicção.

Só, quando o apresamento em declínio, já na segunda metade do século XVII, isto é, quando o ciclo do apresamento já não remunerava, senão com parcas migálhas, os seus empregários, é que os planaltinos, sem objetivo, para as suas dinâmicas atividades, resolveram obedecer, acatar e acoiher as ordens e as diretrizes governamentais metropolitanas, no sentido de ser o sub-solo centro-brasileiro pesquisado, objetivando, com isso um lucro remôto, que só poderia ser empreendido pelos Governos e dificilmente por particulares.

Por isso é que, nunca poderíamos confundir o movimento bandeirante, com o entradismo. Eu bem sei que essa minha distinção irá provocar sensações desagradáveis em muita gente, mesmo de ultra-modernas gerações, mas eu recorro, para realizar o raciocínio acima à lógica fria de premissa indeclinavel e não à paixão regional de querer estender o movimento bandeirante ao Nordeste, já aquinhoado com a vitória na batalha do açúcar, o que lhe impediria de buscar em meras possibilidades remotas, à custa de enorme soma de esforços e de sacrifícios, aquilo que o sedentarismo das casas grandes já lhes outorgava gordamente.

Aliás, não fui eu o primeiro a estabelecer a diferença entre entrada e bandeira.

Eu aprendi esse sabio ensinamento com o eruditíssimo mestre o insigne historiador professor Basílio de Magalhães, ao quem me liga um sentimento de grande admiração, todo unguido do mais profundo respeito e da mais proclamada reverência.

Estabelecida essa diferença profunda e relevante, entre as duas formas de penetração no sertão, temos que, uma vez constatado o acentuado declínio de apresamento, o planaltino pode distrair a sua atenção, então em sobras, para o entradismo.

Só, então, podemos constatar o grande acatamento e mesmo a profunda ufania produzida no planaltino, pelas ordens dos dirigentes metropolitanos, e pelos autografos reais.

Estes passaram a ter um prestígio imenso (2), contradizendo aparente e superficialmente, as ordens e disposições régias, as quais os pla-

2) A intere-sante coincidência de terem recebido autógrafos reais os sabidamente lusitanófilos, explica admiravelmente essa superficial e aparente contradição. E' que enquanto os crioulos ridicularizavam os soberanos bragantinos, como nos en-

naltinos ridicularizavam, na expressão felicíssima do egrégio Prof. Taunay, quando o sábio Mestre diz, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", I, 166:

"... do alto de suas montanhas RIAM-SE OS PAULISTAS DOS UKASES DO BRAGANÇAS, recémposto no throno e para elles lettra morta."

E' que, nessa segunda metade do século XVII, os planaltinos podiam distrair de suas atividades diminuidas, pelo declínio do apresamento, o suficiente para se dedicar mais aprofundadamente ao movimento entradista. Como vimos, o próprio Fernão Dias Paes, para a realização de seu prodigioso feito de entradismo, buscando a prata de Sabarabuçu e as pedras verdes do Sumidouro, recebeu em 1663, um acicate de Affonso VI, rei bragantino de Portugal, segundo Pedro Taques na sua "*Nobiliarchia*", reproduzida pelo Prof. Taunay, na sua magistral "*Grande vida de Fernão Dias Paes*", 117. E' preciso, porém não se esquecer que, Fernão Dias era o mais rico dos paulistas, como dizia, em informação o Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, e além disso que, Fernão era profundamente lusitanófilo e avesso, em absoluto ao criouliismo, que, era o responsável pelo ridículo, em que os planaltinos tinham os degenerados Bragança. Talvez, tivesse sido este o motivo de haver o insigne entradista recebido o real autógrafo (3), mesmo por que, essa marca de especial agrado dos monarcas lusos, parece, terem sido deferidas, só aos lusitanófilos e estes, pela pena, registradora das tradições, do autor da "*Nobiliarchia*", foram encarecidos como, tendo sido, os escolhidos pelos monarcas reinóis, para receberem essas condecorações.

Só, por intermédio de Pedro Taques, na sua "*Nobiliarchia*", (escrita no ano de 1765), esses motivos de galardão, absolutamente idiotas e despidos de mínima significação, foram encarecidos. Não devemos perder de vista que, foi Pedro Taques, com a sua melosa mania de genealogias, de nobrezas, de "*puritate sanguinis*", de linhagem "*livres de qualquer mistura com mouros, judeus, ou com outra qualquer infecta nação*", etc., o inventor das aristocracias planaltinas, com os seus ouropéis, douraduras, brazões, lambrequins, etc., em absoluto desacordo com a verdade democrática, que imperou no Planalto. Essas aristocracias, evidentemente só sonhadas, pelo cérebro imaginoso do linhagista, constelando a pobreza miserável, que reinava no Planalto, de nomes de antepas-

sina o prof. Taunay, na sua "*Hist. seisc. da Villa de S. Paulo*", I, 166, os lusitanófilos ou reinóis recebiam autógrafos e outros agradados dos monarcas ridicularizados, segundo o mesmo Prof. Taunay, na sua "*Grande Vida de Fernão Dias Paes*", 117. O lusitanófilo, jesuitáfilo, do grupo Pires, bisavô do cronista Pedro Taques, já havia, diz este, recebido um autógrafo do Príncipe Regente D. Pedro!

3) Pelo raciocínio expendido o empreendimento de Fernão Dias Paes não foi uma bandeira e sim uma entrada. Penso assim, embora não tivesse havido uma ação mais destacada da governança em organizar a empresa. A expedição deveria ter sido pouco volumosa, pois seria mais fácil peregrinar, assim, em grupo mais minguado, por entre os obstáculos naturais, demandando riquezas minerais, para cujas pesquisas não havia mister de grande volume da expedição.

sados do linhagista, positivamente não existiram e a publicação da ampla documentação oficial nos permite retificar todos as bordados, grudados pela "*Nobiliarchia*", na História do Planalto.

Essa cincada do linhagista, hoje felizmente retificada pela verdade, revelada pelos documentos de publicação oficial, é imperdoavel, pois intoxicou todos os que quiseram reconstituir cenários planaltinos, sob vários pontos de vista, (4).

E' bem certo que, o linhagista não operou com dolo, mas nem por isso deixa de ser oportuno se retificar, por meio de análises e de pesquisas, as afirmações do velho e suave cronista dos setecentos!!

4) Paulo Prado, no seu tão citado "*Paulistica*", já, muito antes que eu o fizesse, havia assinalado essa preocupação nobiliárquica de Pedro Taques e de seu parceiro Frei Gaspar.

P A R T E I V

O fim de um período histórico

CAPÍTULO I

O o u r o

Ha acontecimentos na história humana, que, pelas consequências, que acarretam são verdadeiros traços separadores de duas épocas, diversas na história do agrupamento humano, nas quais êles se tenham registrado. Esses traços separadores são, as vezes tão profundos e tão marcados que, as épocas, que êles separam, se diversificam de modo completo, a propósito de todos os aspetos, em que elas forem encaradas.

Entre esses acontecimentos decisivos, na história humana, podem se apontar, por exemplo, a queda do Império romano do ocidente; o fim da Idade média, marcada pela tomada de Constantinopla, a Renascença, assinalada pelas grandes invenções; a revolução industrial, no século XVIII; a revolução francesa, evidenciando o fim do primado de uma classe social e o fim de uma organização; etc..

Na História do Brasil, tambem há acontecimentos decisivos, pelas suas consequências, que se projetam de um modo consideravelmente ampliado no cenário da nossa evolução pelos séculos.

Esses acontecimentos básicos e decisivos, por certo, não têm passado incólumes aos olhos dos perscrutadores do passado brasileiro, mas eles, ainda não tem sido marcados como merecem, pelo muito que deram causa. Eu os enfileiro alguns, apenas ,de entre outros, do modo seguinte:

- 1.º) **As duas batalhas do açúcar.** A primeira travada entre o Nordeste e S. Vicente, tendo sido o Nordeste vencedor, pelo que desfrutou da opulência, durante varios séculos. De fato, se o resultado tivesse sido, ao contrário, isto é vitorioso para S. Vicente, teriamos tido os eventos históricos, completamente modificados. A segunda batalha do açúcar, foi a silenciosamente travada entre o Nordeste brasileiro e as colônias hispano-americanas, mais próximas do consumo, na segunda metade do seiscentismo, tendo a vitória sorrido, desta vez, às colônias espanholas, as quais venceram o Nordeste, na concorrência estabelecida, acarretando o declínio da nossa civilização do açúcar.
- 2.º) **O pastoreiro.** O apresamento, tendo sido limitado, por causas várias, o planaltino, dinâmico e necessitando de uma atividade qualquer, foi constrangido a buscar no pastoreio isso que lhe era imposto pelas circunstâncias e o que lhe era necessário pelo império de suas precisões.

- 3.º) **O apresamento.** O Brasil, dos dois primeiros séculos, vem sendo considerado unicamente o que se limitava à zona do açúcar, isto é a estreita faixa litorânea do Norte! Não se tem ligado importância ao resto! Entretanto, sem o apresamento planaltino, não teria sido possível a existência da indústria agrícola açucareira, por que ela não teria sido possível, sem mão de obra e era o apresamento, quem lhe proporcionava, em parte, esse fator importantíssimo, sem o qual, ela não teria havido e vivido, como prosperado e implantado no Brasil uma importantíssima cultura.
- 4.º) **O ouro.** Esse capítulo referente ao ouro foi a modificação, sob os mais variados aspectos de toda a estrutura brasileira, fazendo transformar-se todas as colônias luso-americanas, sob todos os pontos de vista em que forem encaradas, repercutindo mesmo em acontecimentos históricos concernentes a outros povos.

Desse quatro pontos capitais e decisivos na história brasileira, dou a primazia as batalhas do açúcar, pois desses importantíssimos capítulos do nosso passado, especialmente da primeira batalha do açúcar, foi que tivemos as maiores e as mais importantes consequências, essas que, por sua vez, se projetaram como causas, no cenário da nossa evolução histórica. De fato, se outros houvessem sido os resultados das batalhas do açúcar, teríamos a alteração profunda de todas as linhas básicas da evolução brasileira.

Assim, por exemplo, se a capitania vicentina tivesse vencido a primeira batalha do açúcar e localizado em suas praias a produção açucareira e a lavoura de cana, teríamos as páginas do nosso passado inteiramente mudadas, com a fixação na capitania vicentina de fortes contingentes de reinóis; talvez o Planalto nunca fosse atingido; o bandeirismo, possivelmente, não teria tido lugar; as guerras holandesas teriam ocorrido, em S. Vicente; o ouro não teria sido descoberto; as suas consequências não teriam se projetado, as fronteiras brasileiras não teriam sido as atuais, pois não teria havido penetração, possivelmente, elas iriam coincidir com a linha tordesilhana; etc..

Entre os acontecimentos decisivos, para a nossa história, a orientando, por linhas evolutivas constatadas, mas que teriam sido profundamente diferentes do que, se esses acontecimentos não se tivessem verificado, capitulamos e destacamos o ouro, o qual teria correspondido ao efeito de de uma brusca e súbita guinada, que teria feito alterar o curso da evolução econômica social demográfica, moral, sentimental, cultural psicológica e política das colônias luso americanas.

De fato, a descoberta das jazidas auríferas, principalmente as situadas nas Gerais, modificou profundamente a estrutura das colônias, alterando a composição étnica de algumas, desviando e dosando as massas humanas de outras, bem como, as que provinham de fora, fazendo com que se transformasse a coloração social, mental, sentimental ou moral de outras, concentrando, em algumas, grandes volumes humanos, que eram deslocados de outras, aumentando o nível de vida, ou o poder aquisitivo de uns, para diminuir os de outros, adulterando o grau de civilização de alguns, para cima, ou para baixo e com isso modificando o nível cultural, ou as necessidades vitais de alguns dos grupos coloniais, bem como

lhes dosando diferentemente o "quantum", de assimilação pelo ambiente físico, ou pelo social crioulo, isto é nacional, regional, ou reinol, etc.. Naturalmente, esses sucessos vários, consequentes do achado e da mineração do ouro, projetados no cenário do nosso passado, proporcionaram, por sua vez, como causas de importantes eventos da mais variada natureza, entre os quais os políticos, os quais traçaram a orientação das linhas evolutivas aparentes do grupo colonial luso-americano.

Todas as regiões, isto é, todos os grupos coloniais luso-americanos sofreram em grau, maior ou menor, a intensidade da projeção neles da descoberta do ouro, mas, eu creio que, de todas, a que mais foi alterada por esse sucesso, foi a capitania vicentina, ou antes o Planalto.

Esta região foi terremoticamente alterada e ela, sob todas as suas facetas, recebeu, com intensidade de irreprimível furação o bafejo da descoberta do ouro, que nela se foi projetar com a violência dos grandes sucessos.

Modificações benéficas e maléficas repercutiram sobre o Planalto, obrigando-o a trajetória pelo século XVIII, inteiramente diferente do que vinha sendo palmilhada pela gente planaltina, no decorrer do século dos seiscentos.

Penso que, do balanço de consequências benéficas e maléficas, para o Planalto, estas sobrelevaram aquelas, sob o ponto de vista brasileiro, que é o que mais nos deve interessar. Vejamos:

Entre as consequências benéficas para o Planalto figuram duas, que, eu penso tenham sido as mais importantes:

- 1.º) O grande aumento do poder aquisitivo do planaltino.
- 2.º) O grande aumento demográfico da população quantitativa do Planalto, (1).

A respeito da primeira consequência, é preciso ponderar que, durante o século XVII, a região planaltina vivia, economicamente, sob o império da única fonte de renda, a qual se resumia no apresamento, que era realizado em benefício da economia nordestina. Isso quer dizer que, a economia planaltina estava, pelo apresamento, estreitamente ligada a eco-

1) Paulo Prado é um dos que descreve, com maior relevo a triste situação planaltina depois do ouro. Assim, diz ele; a pg. 83 do "Paulística":

"Era a confirmação oficial da decadência da gloriosa Piratininga, que a tyrânia estúpida dos capitães generaes e a voracidade do fisco iriam completar de modo lastimavel."

Esse mesmo historiador, no "Paulística", manifesta, em outros períodos, igualmente marcantes, a concepção que faz, com brilho invulgar, do panorama planaltino.

Isso estriba, como premissas solidas, as minhas conclusões.

Com o ouro o Planalto, embora tenha melhorado demograficamente, isto é quantitativamente, e economicamente, além de culturalmente, sofreu forte albuminuria, isto é um acentuado empobrecimento qualitativo de suas populações, pois os seus melhores elementos foram sorvidos pelas minas. Além dessa decadência e talvez motivado por ela, o Planalto passou, então, ao jugo férreo do Estado português, vorás e carniceiro, que fez recair, sobre a região paulista, enfraquecida qualitativamente, pela emigração de sua melhor gente para as minas, a nuvem de gafanhotos de seus "gauleiters", satrapas famintos, que montaram as forças candinas de um reinolismo hematofago, sob aos quais passaram os planaltinos acarneirados, que foi o estado em que deviam ficar sempre.

nômia açucareira. Se esta ascencionava economicamente, isto é progredia, produzindo mais, vendendo mais, e realizando um lucro maior, etc., também o Planalto, indiretamente se beneficiava dessas circunstâncias benéficas e por isso melhorava proporcionalmente na sua situação econômica. Desgraçadamente a indústria agrícola nordestina do açúcar no decorrer da segunda metade do seiscentismo, sofreu a concorrência das colônias espanholas na América, com o que perdeu a segunda batalha do açúcar e com esse evento, começou a paulatinamente, declinar. Com isso, a procura da mão de obra, fornecida pelo Planalto, diminuiu e daí, em parte, a queda do apresamento. Por outro lado, isto é concomitantemente, se davam as duas Restaurações, isto é a lusa, criando as fronteiras luso-espanholas na América, o que veio dificultar a penetração do apresamento e a do Nordeste, com a expulsão do belga invasor. Esta última Restauração, reintegrou a corrente importadora do africano, com o que o Planalto sofreu uma acentuado declínio, pois perdeu o monopólio do fornecimento de braços. Com esse declínio evidente, o Planalto passou a se desengorgitar de sua gente, que, no Pastoreio, realizou a expansão. O resto da população planaltina continuou a viver na mais absoluta autarquia, premida pelo seu hermético isolamento geográfico, que separava o Planalto do litoral, por meio da rudíssima e difficilima serra marítima e mais, ainda da Metrópole pelas distância imensa e pela navegação difficilima e precárrissima dessas eras longínquas, (2).

Com isso o isolado Planalto viveu, durante a segunda metade do século seiscentista, sem poder aquisitivo, que não fosse o mínguao proporcionado pelo diminuto apresamento de índios bravios, os quais eram vendidos ao Nordeste açucareiro, que tinha bem declinada a sua prosperidade açucareira, a qual, assim, exigia menos mão de obra.

Como se vê, pois, era uma situação de extremada pobreza a que imperava no Planalto, durante essa segunda parte do século. Não havia então, fonte de renda! A exportação tinha diminuído, por força das razões que, acima, expus.

Nesse ambiente de pobreza, nessa situação basilar, foi edificada uma determinada estrutura social, foi constituída uma economia, foi realizada uma demografia, foi estratificada uma mentalidade, foi alicerçada uma sentimentalidade, foi acrioulada uma consciencia nacional, foi arcabouçado um grupo humano, que se nacionalizava progressivamente etc.. Esse foi o caldo de cultura, que serviu para alimentar um nacionalismo que despontava, vibrante, arrogante, vigoroso, arrojado, ardoroso, quixotesco, etc., como nos denuncia o indômito e bravo procedimento do planaltino, em vários episodios, vistoriados pela pena admiravel do Professor Tournay, no seu insubstituível "*Historia seiscentista da Villa de S. Paulo*", em cujo trabalho de cronica documentada, e portanto seguríssima, se pode basear o raciocínio acima expellido.

Assim vivia o planaltino, isto é o pequeníssimo grupo humano mameluco do Planalto, o qual falava o idioma guaraní e se acrioulava, com

2) Por aí se vê que o pastoreio foi méra consequência do declínio do apresamento. O raciocínio, que conduz a isso, é facil e lógico.

incrível rapidez, pois de todos os grupos coloniais lusitanos, semeados na vastidão territorial do Brasil, foi o do Planalto, o que se vinha nacionalizando o mais rapidamente.

Eram cerca de 6.000 almas, nesse total, sendo computados os escravos índios, os componentes do grupo humano planaltino, segundo se pode verificar de diversas fontes, (Éllis, tese de concurso, Boletim n. IX da Fac. de Filos. Ciências e Letras). Esse pequeníssimo total adquiria, com grande rapidez uma alma própria, com todos os seus atributos, da mesma maneira que haviam tomado uma conformação anatômica particular, diferente da do lusitano reinol.

Até o fim do seiscentismo, isto é, durante duzentos anos, desde a descoberta cabraliana, o Planalto havia conseguido uma coloração crioula, que colocava os seus elementos moradores em flagrante antagonismo com os reinóis, todas as vezes, que eles eram obrigados a se defrontar com a gente metropolitana. O futuro iria se incumbir de comprovar, principalmente com a guerra dos emboabas, o passado e virulento antagonismo inicialmente verificado na conquista do Guairá, como vimos, pelo que nos ensina o egrégio Prof. Taunay, no 2.º volume de sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", nos apresentando alguns episódios testemunhados pelos Reverendos da Companhia, como o que foi protagonista o fidalgo espanhol Dom Francisco de Quebedo, assistido pelo Padre Montoya, etc..

Quando os bandeirantes paulistas Bartholomeu Bueno de Siqueira, Antonio Rodrigues de Arzam e Carlos Pedroso da Silveira descobriram e manifestaram as suas descobertas auríferas, no fim do seiscentismo, ficou assinalado, também o termo de um período sociológico, econômico, e por conseguinte psicológico, sentimental, cultural, moral, etc..

Foi, como que, se um imenso e desnivelado degrau tivesse sido galgado pelo grupo humano planaltino, que, então, foi profunda e essencialmente transformado. A sua constituição anatômica sofreu um súbita mudança, no sentido da europeização. Perdeu ela as características já adquiridas de uma adaptação ao ambiente físico.

Foi ela deixando, ao longe, a conformação amamelucada, que havia imposto a sua marca no planaltino, o fazendo "*mameluco atrevido y belicoso*", como lamuriavam os cronistas jesuítas.

O isolamento geográfico, que havia gerado a autarquia, a policultura, a pequena propriedade e a democracia, foi profundamente alterado, deixando, em boa parte, de produzir seus efeitos. A cultura lusitana, antes completamente desconhecida no Planalto, começou a se infiltrar e, afinal dominou a região, fazendo nela predominar as suas consequências morais, psicológicas, sentimentais, mentais, artísticas, literárias, etc..

O Planalto, economicamente, então, religado ao centro reinol, por força de um intercambio mínimo, só, diminutamente realizado por meio de uma navegação pouco aperfeiçoada e pouco rápida, foi social, psíquica, moral, sentimental, econômica, politicamente etc., absorvido pela voraz Metrópole, que, só então, se lembrou de que havia uma região vicentino-planaltina.

Até o idioma, antes o guaraní, marcando um sulco profundamente americano no planaltino, foi suplantado pela introdução do português, que só nos seiscentos, com a época do ouro, foi conhecido e adotado na região, pois antes ele era só falado no Planalto, como idioma oficial.

Esquemáticamente podemos assinalar as seguintes consequências do descobrimento do ouro:

1.º) **Cessação da expansão geográfica.** Desde que o ouro proporcionou uma gorda fonte de renda ao planaltino, ele não mais foi obrigado a buscar na expansão pastoril a taboa de salvação. O nomadismo pastoril cessou e com ele a busca aflita de local geografico apropriado, ao longe, para o exercício do pastoreio e, com isso, cessou o exôdo do planaltino, para as regiões distantes do Piauí, do Rio Grande do Norte, do vale do rio de S. Francisco, do Paraná, de Sta. Catharina, etc.. A expansão iria tomar outra forma, com as descobertas dos ricos mananciais auríferos de Goiás, de Cuiabá, do Coxipó, ou do Camapuan, etc..

2.º) **Cessação do apresamento do gentio.** Esta norma de atividade do planaltino, já estava em acentuado declínio, como vimos. A partir do médio seiscentismo, já as forças contrárias ao apresamento haviam determinado nessa atividade econômica uma notória decadência. O apresamento, entretanto, ainda se evidenciava em exercício em índios bravios ou selvagens. Esse capítulo brilhante, do passado planaltino, que tanta ufania nos acarreta, só se exercitava nas sélvias.

O advento do ouro, portanto de um motivo economico muitissimo mais lucrativo foi o golpe de morte, misericordiosamente desferido no apresamento, que agonizava. As massas ameríndias, não sendo mais trazidas do sertão, deixou de existir no Planalto a força que americanizava as populações, e que as coloria de uma marcada nuance acriolada ou nacionalista, com o que o reinol, metropolitano, poude exercer mais influência, sob todos os pontos de vista.

3.º) **Afluxo imigratório da Europa.** O ouro e os seus opulentissimos mananciais nas riquissimas jazidas que se foram descobrindo na Gerais, em Goiaz, em Cuiabá, fizeram com que fosse enorme a atração na população portuguesa, que se tomou de verdadeiro furor coletivo e em avalanche incoercível, arrastada por movimento intensissimo e por força psicológica empolgante emigrou em massa, inundando as minas e colmatando sobre a da população preexistente uma espessissima e dominadora camada de reinóis, que pela sua imensa superioridade numérica tudo arrazava e carregava de roldão. Naturalmente essa avalanche que se precipitou incontinida sobre as regiões mineiras veiu saturada de espirito reinol e se colocou em antagonismo virulento contra o espirito crioulo, representado pelo elemento colonial, fraco em número.

Essa avalanche consolidou o espirito português, que matava esmagando o espirito nacional, que a fixação e a perpuação de varias gerações de brasileiros haviam gerado e desenvolvido para a maturidade.

Esse fenômeno fez com que abortasse o movimento nacionalista-crioulo da guerra das emboabas, o de Felipe dos Santos, em 1720, e determinou que, só no fim do século, em 1789, explodisse outro movimento nacionalista-crioulo que foi o de Tiradentes. Então, as Gerais, ainda estavam tão cheias de gente reinol que não foi possível a vitória do crioulo sobre o reinol e tivemos que testemunhar todos os dolorosos capitulos que marcaram o fracasso da nossa terra, ainda não livre do espirito lusitano. Só quando este arrefeceu, em 1831, pudemos ficar em ponto de realisar a nossa verdadeira independência.

Esse afluxo de reinóis, não só, inundou as minas das Gerais, em alem Mantiqueira, como ainda teve imensa influência no Planalto, pois esta região era capital-entreposto mercantil das minas situadas em Goiaz,

em Cuiabá, em Camapuan, no Coxipó, etc., além de receber o bafejo candente das Gerais, pelas proximidades de sua localização e por ser passagem para muitos lugares semeados de catas auríferas.

A tal ponto foi a reinolização do Planalto, causada por esse afluxo luso que, a população paulista subiu de cerca de 6.000 almas que era com escravos índios, no seiscentismo (Ellis, Boletim n. 9 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) para cerca de 116.000 indivíduos no setecentismo, segundo Machado de Oliveira (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo). Com esse aumento, que em um século, multiplicou de tal modo o total planaltino, também se processou, com igual intensidade o imenso aumento do espírito reinol ou metropolitano no planaltino, cuja acrioulização não foi apenas paralizada, mas ainda sufocada e a reinolização foi feita impiedosamente, como veremos mais adiante.

A velha população planaltina, antes tão indômita e arrogante, irrequieta e bravia foi transformada em submissa, tímida, apaziguante, covarde, rasteira, etc..

A causa foi esse ouro, que nem ao menos ficou retido aqui. A nossa capitania, desmembrada, não pôde nem mesmo receber a paga, pela qual havia vencido a sua masculinidade!

Eu, calculo a avalanche reinol, então precipitada, unicamente nas Gerais, em cerca de 80.000 almas, total esse que mais se avulta se o formos tomar em relação aos 800 ou mil paulistas atraídos pelo fulgor aurífero das Gerais.

- 4.º) **Decadência qualitativa das populações planaltinas.** Já em períodos acima tocamos vagamente nessa consequência fácil de se imaginar. Descoberto o ouro, naturalmente os melhores elementos do Planalto, os mais ambiciosos, os aventureiros, os mais arrojados, os mais dinâmicos, os mais audaciosos, os mais empreendedores, etc., foram atraídos para as regiões das lavras auríferas não só das Gerais, mas também de Goiás, etc., aí se fixando, como sabemos. Ficaram no Planalto, a vegetar na pobreza, os menos providos daquelas qualidades! Foi uma verdadeira seleção regressiva a proporcionada ao Planalto pelo infausto advento do ouro! Sim, infausto, por que só se perpetuaram, da velha estirpe planaltina, no Planalto, os elementos fracos e desprovidos de Eugenia e de eficiência, o modo cruel e mavórtico, pelo qual a Governança portuguesa tratou o Planalto que, de 1748 a 1765 a capitania vicentina foi suprimida, depois de haver sido dolorosa e imperdoavelmente desmembrada. Isso só poderia ser conseguido por uma metrópole carniceira, graças a uma decadência qualitativa, acima apontada.

Foi nesse tempo desfibrado e profundamente descrioulizado que, escreveram os seus relatos os cronistas Pedro Taques e Frei Gaspar.

Assim, se julguem essas crônicas, como deveriam ter sido desviadas pelo reinolismo!

- 5.º) **Afluxo imigratório para as minas das demais capitanias.**

Desde que, o ouro se constituiu em incoercível chamariz econômico a brilhar, como um irresistível fanal atraidor, do alto do Itacolomi, a materializar o mistério, enfim desfeito da lendária Sabarabuçu, da Lagoa Dourada de Vapabuçu, etc., todas as populações das demais capitanias, alucinadas pela cobra, mordidas pela gula irreprimível, abandonaram toda a sorte de atividades a que se entregavam e ávidamente buscaram nas minas os velocinos de seus sonhos e os Pactolos de suas escaldadas imaginações. O rio de S. Francisco, teria sido o caminho comodo aproveitado pelos que preferiram ao labutar nas lavouras canavieiras da Baía, e de Pernambuco, o trabalho mais remunerado nas catas da Mantiqueira.

Calculo os elementos de outras regiões brasileiras, emigrados para as Gerais, computando a escravaria, em cerca de 8 a 10.000 pessoas.

Essa gente facilmente se misturou com os reinóis, pois ela trazia o espírito reinolizado, pois era composta de filhos e netos de reinóis, com quem estavam, por via do comércio açucareiro, sempre em íntimo contato, mas em relação aos crioulos planaltinos, ela se colocou em antagonismo, como consequência de heterogeneidade das mentalidades. Eis a guerra dos emboabas, em cujo capítulo significativo, os coloniais de outras capitanias extranhamente se ligaram aos reinóis, contra os planaltinos, que, como eles eram coloniais. Entretanto, tão diferentes eram os atributos sociais, morais, psicológicos, sentimentais, etc. dos nordestinos, que eles encontraram mais afinidades com os seus parentes reinóis do que, com os planaltinos! A prova disso é a guerra dos emboabas!

Só quando, esses nordestinos emigrados para as minas, tiveram filhos e netos enraizados nas Gerais, houve uma marcha anti-reinol, entre eles. Mas isso só ocorreu no fim do século XVIII. Eis, o caso da conjuração mineira!

Mas, então, o elemento luso, ainda era numeroso e o ambiente, ainda respirava a mentalidade reinol em suas idéias contra os coloniais. Vejam-se os termos constantes do processo contra os conjurados. Por eles, vê-se bem o grau em que dominava o espírito reinol.

Foi nessa época, a refletir essa mentalidade exótica que escreveram as suas crônicas Pedro Taques e Frei Gaspar! Faça-se idéia como estavam empedernidos de reinolismo!

6.º) Decadência definitiva da lavoura açucareira do Nordeste.

A lavoura açucareira nordestina já estava fortemente abalada e em acentuado declínio, causado pelo resultado, desfavorável para essa região brasileira, da segunda batalha do açúcar, vencida pelas colônias hispano-americanas, muito melhor situadas, nas proximidades dos mercados consumidores da América espanhola e da América inglesa, na concorrência estabelecida no decorrer da segunda metade do seiscentismo. Já abalada, pois, com o advento do ouro, a indústria-agrícola do açúcar recebeu o seu golpe de misericórdia, entrando, então, em mais vertiginoso declínio. Para se conceber bem essa situação em que ficou a lavoura canavieira e a indústria açucareira, veja-se o quadro da produção açucareira constante do trabalho de Roberto Simonsen, "Historia Económica do Brasil" I.

Por aí verifica-se que a indústria-agrícola da cana-açúcar, só teve uma revivescência no século XIX, nas suas primeiras décadas.

O brocardo popular de que "cessa tudo quanto a antiga musa canta, desde que um valor mais alto se alevanta" da lira camoneana, encerra um conceito muito aplicável ao caso **ouro-açúcar**. Por isso, o ciclo do açúcar foi interrompido pelo ciclo do ouro, que teve vigência quando aquele já vinha em linha descendente.

7.º) Fim do abandono político do Planalto. Como se sabe, o Planalto vinha sendo, no decorrer dos dois primeiros séculos, completamente abandonado pela Metrópole, pois não havia intercâmbio econômico entre a Metrópole e o Planalto, que isolado geograficamente, com um rebaixado poder aquisitivo, e com ínfimo complexo de necessidades vitais, pouco produzia e pouco consumia, pois vivia em regime autárquico. Com isso o Planalto nada rendia à gananciosa Metrópole, que, além do mais não auferia grandes rendimentos fiscais dessa insignificante e deficitária colônia, perdida como sentinela avançada e engolfada em uma arestosíssima região. O Planalto não dispunha de fonte de riqueza econômica, que interessasse ao reino. Daí o abandono, em que viveu, nos dois primeiros séculos! Descoberto o ouro, em região tão aproximada desse esquecido Planalto, passou a gulosa Metrópole a dedicar atenção à região, antes tão insignificante, mas repentinamente tornada importante. Continuasse o abandono

do Planalto, por parte de Portugal, muitos perigos seriam de afligir essa Metrópole.

Assim, os planaltinos arrogantes, altivos, audaciosos, belicosos e atrevidos poderiam se insurgir e formar novo país, como já haviam tentado, com a sabida aclamação de Amador Bueno, a qual em parte não vingou, por acaso estar a vila despejada da sua população masculina, afastada no longinquo sul nas reduções jesuíticas. Além disso, que representava um sério perigo, para essa egoística Metrópole poderia algum país estrangeiro, a exemplo da Holanda no Nordeste, no século seiscentista, se deixar tentar pelo ouro das minas e imaginar uma conquista, com a cumplicidade dos planaltinos que sempre se haviam mostrado pouco amigos dos reinóis bem como pouco fieis à Portugal.

Comprova isso a carta que em 1700, dirigiu ao rei de Portugal, D. João de Lencastro, a qual se acha reproduzida pelo erégio historiador Basilio de Magalhães, no seu livro "Expansão Geographica", 169:

"... Também me parece muito conveniente que se levante outro terço de infantaria e um esquadrão de dragões, para se metter na villa de S. Paulo com o pretexto de que é para assegurar a mesma villa e della se poder socorrer facilmente a de Santos; sendo o fim particular deste negocio segural-a de seus mesmos moradores, pois estes tem deixado, em varias occasiões, suspeitosa a sua fidelidade, na pouca obediencia com que obervam ás leis de V Mgde e ser gente por sua natureza absoluta e varia e a maior parte della criminosa; e sobretudo amantissima da liberdade, em que se conservem ha tantos annos quanto tem de creação a mesma villa; e vendo-se hoje com opulencia e riqueza que a fortuna lhes offerreceu no descobrimento das ditas minas, me quero persuadir sem o menor escrupulo, são capazes de apeteer sujeitar-se a qualquer nação estrangeira, que não só os conserve na liberdade e insolencia com que vivem, mas de que supponham mas de que podem ter aquellas conveniências que a ambição costuma facilitar a semelhantes pessoas, sendo a principal e a que elles mais suspiram a escravidão dos indios."

Como se vê, com clareza, os portugueses temiam os planaltinos. Descoberto o ouro, passaram eles, os reinóis, a cuidar da sua antes abandonada colônia. Mandaram para aqui os "gauleiter", que tão tiranicamente agiram em nome desse jugo reinol, que tão pesado passou a ser. D. Rodrigo Cesar de Menezes foi o primeiro cão de fila, que Portugal mandou para opprimir o generoso Planalto! Os principais vultos planaltinos, foram aos poucos exterminados como, o sirmãos Leme e depois os outros que haviam sobrado da seleção regressiva que o ouro determinou à região.

Por isso é que Washington Luis, na sua magistral "Capitania de S. Paulo", diz que, só então S. Paulo reconheceu a soberania portuguesa.

Pensamento lapidar! Ele tudo resume, mostrando com nitidez o quão pesado era o jugo dos reinóis sobre uma região que eles antes desprezavam e que, então violentamente impunham o seu pesadissimo jugo.

8.º) **O advento do ouro aumentou, sem dúvida, o poder aquisitivo, do brasileiro em geral e em particular do minerador!**

Os documentos planaltinos, concernentes ao século XVIII, nos atestam isso no que diz respeito à nossa região, mas é curial que o mesmo fenômeno haja ocorrido em relação às demais regiões do país.

Percorrendo-se, em análises esses documentos, verifica-se que a riqueza aumentou muito, como também pode se ter a sensação de que houve um acréscimo imenso de poder aquisitivo, surgindo em inventários ou arrolamentos muitos objetos, antes inexistentes no Planalto.

Mas não foi apenas o poder aquisitivo a crescer, pois também sofreu uma subida grande o nível de vida do planaltino, que teve com o ouro, aumentadas as suas necessidades vitais, cousa que pode ser constatada pelos documentação.

9.º) **Intensificação do tráfico africano.**

Já, com a Restauração do Nordeste e expulsão dos flamengos, com a reconquista de Angola e com a perda pelos batavos da hegemonia no Atlântico, em meados do século XVII, o tráfico africano, importador de escravos pretos, foi reiniciado; com o ouro, ele teve renovadas forças.

Com a descoberta do ouro, como seria natural, da queda da industria agrícola do açúcar resultou um êxodo de escravos do Nordeste açucareiro para os centros mineradores de Goiaz, das Gerais, etc..

Houve, com o advento da mineração, um súbito aumento do poder aquisitivo com o que a capacidade de compra do minerador entrou em ascensão e com isso, foi possível a compra de grandes massas de escravos, antes servindo na lavoura de cana e no fabrico do açúcar. Com a decadência desta, como já vimos, os seus proprietários, emigrando para as minas, locomoveram igualmente as suas massas de escravos, que, ou foram vendidos ou acompanharam essas migrações.

Mas, alem dessa massa humana de escravos trazidos do Nordeste açucareiro, por via rio de S. Francisco, houve necessidade da importação direta da África, pois o apresamento de escravos índios havia cessado. Com isso, ficou, fatalmente muito aumentado o teor africano na constituição das populações mineiras, havendo diminuído proporcionalmente o "quantum" de sangue amerindio, nas mesmas. Os novos escravos africanos foram importados para as Gerais, por intermédio do porto, entreposto mercantil das Gerais, do Rio de Janeiro, que se ligava às minas pela estrada de Garcia Rodrigues Paes.

Não se pode calcular quantos africanos entraram nas Gerais, nessa ocasião, mas o seu total não deveria ter sido pequeno e, em razão da grande quantidade de ibéricos entrados nas Gerais, como vimos acima, formou-se, na região, uma gigantesca condensação de mestiçamento euro-africano, do qual, até hoje, restam vestígios nas estatísticas demográficas regionais.

Os planaltinos caçadores de índios, apesar de terem um excelente mercado de consumo, nas proximidades, para a sua mercadoria, não puderam o aproveitar, porque não mais a produziam, ocupados como se achavam pela própria mineração, muito mais lucrativa. Então, também, eles se valiam do escravos africanos, alem dos descendentes dos antigos ameríndios, por eles apresados. Então, já eles tinham um poder aquisitivo aumentado, pela mineração.

10.º) **Aumento do pastoreio.** Com a localização de grandes massas humanas na região das Gerais, houve, como seria natural, uma necessidade de provisionamento dessa gente, que precisava ser alimentada. A carne, por força foi um gênero, que mais se fazia preciso, para servir o excelente mercado consumidor, dotado de alto poder aquisitivo, que eram as lavras auríferas.

Contando, pois, com um grande mercado de consumo nas proximidades, a criação de gado teve uma época de máximo desenvolvimento. Daí o povoamento do vale do rio de S. Francisco, que então, reuniu a grande quantidade dos currais de gado da época, fazendo disso resultar o povoamento da região. Foi um ralo povoamento no sentido euro-americano, atendendo que, o pastoreio não proporciona grandes densidades e atrai o euro-americano, repelindo o euro-africano, que mostra tendências preferenciais para o sedentarismo agrícola.

11.º) **Aumento do poder aquisitivo e do nível de vida do brasileiro em geral.** O ouro determinava maiores aquisições e os que se favoreciam com o

magnífico mercado de consumo existente nas minas, naturalmente viam-se bafejados por bons negócios, que se foram sucedendo ao longo de todo o século XVIII e foram extensivos a todos os brasileiros.

Todos os habitantes da América lusa se beneficiaram direta ou indiretamente do ouro.

12.º) **Aparecimento de uma cultura típica setecentista.**

Toda prosperidade material, fruto de uma favorável situação econômica, tende a gerar uma cultura que é proporcional à economia causadora de sua origem. Assim, o ciclo do açúcar gerou no Nordeste uma magnífica cultura, aprimorada pelo lusitanismo, em razão, da proximidade com Portugal e das ligações e econômicas que a opulenta região era obrigada a manter, por força de seu intercâmbio econômico, entre a produção e o consumo, etc. Eis que, o ciclo do ouro, também, deveria fatalmente originar fenômeno semelhante! Foi o que se deu, sendo as Gerais a região na qual esse fenômeno foi mais rotório, com a evidência, nesse região de poetas, literatos, artistas, arquitetos, escultores, etc. Eis os poetas da Arcádia mineira, o Aleijadinho, etc!

Outras regiões, as beneficiadas indiretamente, com o ciclo do ouro também, apresentam melhorias culturais. Eis, o Rio de Janeiro, com o Mestre Valentim e o Planalto com Pedro Taques e Frei Gaspar, etc..

13.º) **Açucamento da cubiça das nações estrangeiras.** E' regra da sociologia-política internacional, observada sempre na vida histórica das nações, que, as regiões ricas exercem sobre as nações poderosas, uma atração proporcional ao seu grau de riqueza. Eis que, no seiscentismo, pode-se observar que, foi a riqueza do Nordeste açucareiro, o iman atraidor do holandês!

A prosperidade, causada pelo ouro, deveria fatalmente produzir fenômeno semelhante. Com a guerra da sucessão da Espanha, a França sofreu a tentação de se apoderar da região aurífera das Gerais, exatamente em similitude à Holanda, que, no século anterior, quisera se apoderar da região do açúcar.

Eis, em 1710, Duclerc e, em 1711, Duguay Trouin! Essas tentativas, entretanto, não foram sucedidas por outras, porque houve a paz de Utrecht, em 1713 e resistência colonial, experimentada pelos franceses não os convidou à outras emprezas. A Inglaterra era, no século XVIII, a única nação que estava em estado militar, econômico ou político de poder organizar expedições poderosas que conquistassem a região das minas, já suficientemente povoadas para oferecer seria resistência. A Inglaterra, porem, era a amiga, aliada e protetora de Portugal. Por esse motivo, alem de ser facil a resistência colonial-mineira, em região muito montanhosa, deveu Portugal, o fato das tentativas fracassadas de Duclerc e de Duguay-Trouin não se reproduzirem.

14.º) **Deslocação do eixo político-administrativo colonial para o Sul.**

O ouro não teve o seu efeito circunscrito, apenas ao campo econômico e demográfico, mas, também, o administrativo, pois em 1763, houve mudança da sede do Governo Geral, para o Rio de Janeiro que era a porta de saída e de entrada, o respiradouro, enfim das Gerais.

15.º) **Formação de uma mentalidade livre e homogênea, distinta da lusitana, o que determinou, para a região e suas limitrofes, grande incremento na marcha para a emancipação.**

A prosperidade deu aos seus agentes, interesses econômicos semelhantes, os quais isolados e profundamente diferenciados das metrópole cada dia se tornavam mais separados. O mesmo fenômeno evolutivo era de se constatar na mentalidade, a qual progressivamente ia se tornando diferente da reinol.

Eis que, no início, os imigrantes reinóis se defrontaram, no começo do século com a mentalidade crioula. Daí a guerra dos Emboabas, em 1708-09 e a conspiração de Felipe dos Santos. Depois, esses imigrantes do início do setecentismo, foram envelhecendo e morrendo, não sendo re-feitos por ondas migratórias reinóis proporcionais ao numero deles. Seus filhos e netos já tinham sido assimilados pelo espirito da terra, pois eles eram crioulos, sob todos os pontos de vista. Foram com o seu número engrossar as hostes vencidas dos nacionais-crioulos dos planaltinos de 1708-1709, ou de Felipe dos Santos. Daí a conjuração mineira de 1789! Ela, lamentavelmente, fracassou porque o elemento reinol, ainda, estava em número, mas com o correr do tempo o desequilíbrio numérico se fez, a favor dos nacionais-crioulos e daí a independência, que se processou naturalmente nas regiões das Gerais, do Planalto e do entreposto carioca. O resto veio depois!

16.º) **Aumento polimórfico da metrópole portuguesa.**

Não obstante o famoso tratado de Methuen de 1703, ter canalizado para a Inglaterra, grande parte do ouro arrecadado pelo fisco português, ou pelo intercâmbio reinol, ainda assim, Portugal se enriqueceu enormemente, com os períodos dos monarcas D. João V e D. José I, que realizaram desperdícios notáveis no Reino, à custa dos gordos proventos sugados nas minas.

Muito desse ouro brasileiro ficou em Portugal.

17.º) **Desenvolvimento do Rio de Janeiro.**

Com a deslocação do eixo econômico, demográfico e político para o Sul, o Rio de Janeiro, então entreposto, porto do riquíssimo Hinterland das Gerais, teve um crescimento vertiginoso, passando pelas seguintes etapas:

1711.....	12.000	habitantes
1745.....	24.397	"
1808.....	47.000	"
1820.....	80.000	"

18.º) **Influência na evolução do mundo.**

O ouro enviado para a Metrópole era, pelo tratado de Methuen, desviado, em grande parte, para a Inglaterra, que, com isso, teve enorme surto de desenvolvimento, justamente na época da revolução industrial. A Inglaterra, graças a esse ouro, pôde mecanizar a sua industria e com ela nesse estado e portanto muito mais eficiente, pôde fazer concorrência esmagadora à industria francesa, que foi vencida e relegada à miséria, levando consigo grande parte da população francesa, que assim, foi servir de excelente caldo de cultura para nele ser inoculado o virus dos escritos dos filósofos, daí sobrevivendo a Revolução Francesa.

19.º) **Centralização político-administrativa das colônias luso-americanas em torno do Rio de Janeiro.**

Tendo o centro das colônias, sob o ponto de vista político administrativo, se fixado no Rio de Janeiro, também essa região se fez o eixo econômico demográfico, cultural, etc., de modo que, a fragmentação se fez impossível dada a influência que esse centro carioca exerceu sobre os extremos pobres.

O centro, tendo ao seu redor um bloco denso, rico e culto, irradiando cultura e influência, tomou tal solidez que se fez indivisível.

CAPÍTULO II

Outra torrente

Desde que, em 1693 Antonio Rodrigues de Arzão, saindo de Taubaté, descobriu o ouro, no rio da Casca, manifestando no Espírito Santo a sua descoberta e transmitindo o roteiro da mesma a seus conchudos Bartholomeu Bueno de Siqueira e Cardos Pedroso da Silveira, que oficializou a descoberta, em 1695 (Basílio de Magalhães, "*Expansão Geographica*", 158 e 159), perante Sebastião de Castro Caldas, que se encerrou, para o Planalto uma época histórica, dando causa ao início de outra.

Ha acontecimentos na evolução histórica dos grupos humanos, que os modificam de tal maneira, alterando de tal modo a sua consistência, a sua coloração, a sua dutibilidade, a velocidade e a orientação de sua marcha pelos séculos, a sua morfologia, a sua projeção no cenário da vida, etc., que devem ser considerados como marcos assinaladores de épocas, que se sucedem, com modificações completas da vida humana, nos locais, onde tem lugar esses acontecimentos. Assim, por exemplo, a Revolução Francesa, as descobertas da pólvora, da imprensa, do papel, da caravela, da bussola, etc., a época industrial com o coque metalurgico, o vapor, a mecanização da atividade humana, etc., estão assinalando marcas tão profundas na vida do homem, que pela importância das suas consequência, merecem ser tidos como sinais, que encerram uma época e iniciam outra.

Assim foi o ouro, na história do Planalto!

Ele teve o efeito da descoberta do fogo, da roda, da canôa, da mineração de metais, ou da domesticação de animais, no início da civilização humana, ou do arco, do cimento ou do uso do ferro, na civilização clássica, etc..

O planaltino, com o advento do ouro, sofreu similar transformação! Era uma população, que tinha uma determinada feitura racial; havia, vivido em secular e completo isolamento, durante o que tinha adquirido certo perfil sociológico e econômico, que lhe tinham servido de base para ser realizada certa evolução, por linhas absolutamente inconfundíveis. O seu estado intelectual, moral, ou sentimental, bem como o idioma usado pelos componentes de seu grupo, o seu adensamento demográfico, a nuance da coloração da dermochromia de seus membros, estado de, maior ou menor, radicação à terra de sua gente, o seu maior ou menor apego às instituições metropolitanas, à gente reinol, ou às famílias da velha aristocracia européia, etc., tudo isso foi alterado pela época do ouro, que teve lugar precisamente a coincidir com o século XVIII.

A história do Planalto pode ser dividida em duas partes nitidas:

- 1) Uma, que vai até o fim do século XVII, desde o início do XVI, isto é que teve uma duração de duzentos anos.
- 2) Outra, que vai desde o fim do século XVII, até o fim do século XVIII, quando o ouro teve o seu declínio.

Essas duas épocas se assinalam, pelas características, que perfilam o mesmo grupo planaltino. Assim, as características podem ser assinaladas da seguinte maneira, resumida e esquematicamente:

As da primeira época: Pequena propriedade, policultura, autarquia, democracia, pobreza, tudo em alta dose, modéstia, incultura, arrogância, audácia, belicosidade, mistura acentuada euro-americana, assimilação perfeita já realizada, espírito próprio, particularismo, idioma guaraní, feição profundamente americana, índice de independência muito elevado, isolamento geográfico, quasi que absoluto, isolamento econômico, isolamento cultural, abandono político da Metrópole, etc..

As da segunda época: Democracia pouco acentuada, espírito de submissão, psicologia apasiguadora, maior índice cultural, maior adensamento demográfico, crescimento enorme do teor europeu na constituição do grupo, infiltração do africano, perda da assimilação já realizada, aumento imenso do espírito europeu-reinol-português, perda do índice de independência, grande apego às instituições, às famílias aristocráticas reinóis, cessação do isolamento geográfico, com o aumento das comunicações com o litoral (caminho de Garcia Rodrigues) e com o Reino (progresso na navegação transoceanica), cessação do isolamento cultural (aperfeiçoamento mental do planaltino), cessação do isolamento econômico planaltino (aumento do poder aquisitivo do morador, com o que houve um aumento do intercâmbio mercantil com o Reino), fim do abandono político de Metrópole, que para a região er viu régulos de incrível ferocidade e de cupidez desconhecida.

Todas essas alterações tiveram como determinante o ouro. Foi esse ouro, que reboando, como um imenso e terremótico tufão, pelo Reino, atraiu para as regiões das Gerais, de Goiaz, de Cuiabá, do Planalto ou do Rio de Janeiro, que eram as que recebiam, mais ou menos diretamente, das catas auríferas a influência marcante, das grandes massas migratórias de reinóis, que como um gigantesco rolo compressor, ou uma avalanche incontida, precipitaram-se de Portugal, tudo avassalando e subvertendo, esmagando e deglutindo, em sua carreira incoercível e fatal, causando um séquito mavórtico de consequências dolorosas, que se estereotipam na modificação assinalada acima.

O Planalto, passagem forçada, como entreposto obrigatório e capital economica das zonas goianas e matogrossenses, recebeu, no decorrer do século XVIII, imensa quantidade de reinóis, que fizeram a sua diminuta população seiscentista de 6.000 almas, subir para 116.000. Isso aconteceu, sem que o influxo de ameríndios concorresse, pois o apresamento havia cessado. Foi um aumento devido exclusivamente ao elemento euro-africano.

A velha estirpe do paulista seiscentista ficou esmagada e, mais ou menos, anulada, com o seu delineado espírito, suplantado pela avalanche

desencadeada, que, como uma tromba imensa, tudo esmagava, na sua invasão incoercível.

Os elementos mais eficientes, mais eugênicos, mais arrogantes, etc., da velha estirpe planaltina, os seus expoentes mais marcados e perfilados em seus sulcos mais profundos, estavam ausentes, nas minas, quando se deu a invasão reinol, de modo que esta não encontrou grande resistência dos elementos da terra e talvez, por isso, não teve grande eco, não causou grande estrondo a sua invasão, etc.. Esta foi mais uma infiltração subretícia, anônima, surda, sem causar rumor, mas teve o efeito de um abrir de comportas de uma represa. A sua inundaçãõ rápida e esmagadora arrastou os apoucados ramos da velha estirpe, que haviam ficado no Planalto, não se deixando morder pela ambição, mascarando com facilidade o seu espírito próprio e diluindo o seu particularismo, bem como o seu acentuado crioullismo. O que restava do individualismo planaltino, da sua altivez, do seu amor à independência, da sua belicosidade, do seu espírito atrevido e arrogante, da sua tendência indisfarçavel para a separação, do seu colorido americano, etc. foi esmagado impiedosamente pelos satrapas reinóis, que D. João V, o tãrado monarca luso, enviava para nos oprimir. Enfim o ouro foi o doloroso calvãrio da velha estirpe planaltina, crucificada nos altos da Mantiqueira, que se rendilhava de picos corcoveantes pelas serranias, eriçada de abismos, a formar a moldura, em que se enquadrava o fim trãgico da via sacra da velha estirpe, inciada com João Ramalho e com a longínqua expedição martimafonsina, sacrificada no altar da gula reinol.

A linha de conduta do Rodrigo Cesar, dos Caldeira Pimentel, se retrata com traços nítidos, no modo como foram exterminados os heróicos irmãos Leme, ou humilhado Bartholomeu Paes de Abreu; ou ainda no carniceiro Assumar a esquartejar o aureolado vulto de Felipe dos Santos, o verdadeiro precursor do proto-martir.

Até o velho isolamento geográfico seiscentista tinha sido rompido pelo caminho que Garcia Rodrigues Paes, inconscientemente, rasgava como um suicida da sua gente.

Por esse caminho o nativismo nas minas, iria ser sufocado!

E assim desapareceu no neblinado passado seiscentista o velho crioullismo planaltino. Só, quando essas massas de reinóis invasores desapareceriam, varridos pela idade, deixando a sua posteridade assimilada à terra, é que nós iriamos ver resurgir esse crioullismo redivivo. Mas isso, só iria acontecer ao fim de mais de um século, pois quando êle ia novamente se desenvolvendo, a corte lisboeta, no Rio de Janeiro, em 1808 fugindo dos franceses, paralizou-lhe a gestaçãõ e impediu-lhe de se manifestar.

Só, daí a mais algumas décadas se desfez por fim, o equilíbrio, entre reinóis e crioulos e se procedeu a verdadeira independência nacional.

P A R T E V

A Descendência

CAPÍTULO I

A estirpe.

Amador Bueno, patriarcal, pacífico, sedentário, bem enraizado à terra planaltina, como verificamos, nunca mostrou pendores para as ocupações aventurezas e belicosas, em que se engolfavam os seus coevos. Nunca se pode assinalar o nome de Amador Bueno, em empreitada de apresamento. Isso requeria um temperamento todo forrado de traços psicológicos especiais, os quais o aclamado, jamais deixara evidenciado, em qualquer documento.

Não só o bandeirismo aventurezo, belicoso, másculo, arriscado, tempestuoso, bravo, incômodo, desconfortavel, etc. não o seduzia, como também ele não encontrava atração pelas expedições bélicas, que o Planalto costumava enviar, para auxiliar outras regiões ameaçadas das colônias brasileiras.

Eu passei em revista milhares de nomes de planaltinos apresadores, arrolados em centenas de expedições, localizadas em dezenas de diferentes regiões, talando muitos territórios, realizando muitas funções bandeirantes, todas elas a exigir virtudes varonís para serem levadas a efeito. Em nenhuma ocasião, eu achei o nome de Amador Bueno.

Mas, não fui eu apenas a constatar essa marca de ausência de Amador Bueno, nas nominatas bandeirantes. Ninguém, cronista ou historiador, jamais pode citar documentadamente o nome de Amador Bueno, como atuando no sertão. Não seria crível que, se porventura Amador Bueno tivesse participado do movimento apresador, o seu nome não tivesse aparecido em alguma dessas empreitadas vistoriadas, algumas das quais empolgou a quasi totalidade da população varonil do Planalto, tendo sido quasi todas bem pesquisadas, em suas minúcias, por um número não pequeno de analísadores.

Mas, além de não se ter a mínima notícia de Amador Bueno, figurando em qualquer arrolamento de bandeirantes, não se sabe, igualmente, de qualquer indício, por mais remoto ou insignificantes, que êle pudesse ser, a respeito da participação de Amador Bueno, em qualquer expedição, que o Planalto tenha enviado em auxílio, a qualquer outro ponto brasileiro. A esse respeito não há nada seguro e concreto.

A única referência de cronista a respeito de ter sido Amador Bueno bandeirante é de Pedro Taques, que muito vagamente se limita, sem

a menor documentação básica, à frase vazia e sem a menor significação, a respeito, com uma parolagem ôca, que eu penso tenha sido mera formalidade, pois que os dizeres de Taques, sobre a pretensa qualidade de apresador, a Amador Bueno, são semelhantes aos que êle attribue indistitamente a todos os seus biografados!

De fato, quando Pedro Taques quer enaltecer alguma personalidade das muitas que constelam as suas linhagens, ele emprega os mesmos qualificativos que usou para biografar Amador Bueno. Disso se conclui que não tem o mínimo valor as palavras vagas empregadas por Pedro Taques, para emprestar as virtudes exigidas pelo apresamento a Amador Bueno.

Se, porventura tivesse o linhagista proferido alguma alegação concreta a respeito do bandeirismo concernente à Amador Bueno, poder-se-ia emprestar mais valor aos dizeres da "*Nobiliarchia*", mas o que esse trabalho, de pura genealogia, assevera, é absolutamente vago e inteiramente aereo. Caso, o que o linhagista se refere a Amador Bueno, fosse não só concreto, positivo e em termos tais, que não houvesse dúvidas, como documentadamente, então não seria possível qualquer interpretação no sentido da tese que sustento. Nada disso, porem acontece. Pedro Taques é oco e vazio em documentar as suas chapas e palavras feitas, ao se referir a Amador Bueno. Aliás, essa impotência do linhagista em articular qualquer ato concreto de bandeirismo ao se referir a Amador Bueno, já autorizaria convicção a respeito da psicologia acomodada do aclamado.

Sim, porque se Pedro Taques, tendo vivido apenas um século, depois que os sucessos rumorosos de 1641, cavassem o fundo sulco na cronica planaltina e menos de um século que Amador tivesse podido praticar algum ato de bandeirismo, parece impossível que, êle, linhagista, não pudesse concretizá-lo como bandeirante, apresentando Amador Bueno com algum captulo positivado e documentado no apresamento!

Teria a tradição de família, grande manancial, do qual se serviu imensamente Pedro Taques, para escrever a sua "*Nobiliarchia*", esquecido de colocar do ativo de Amador Bueno, algum ato notavel de apresamento?

Seria difficil conceber semelhante hipótese!

Muito mais natural, seria a admissão do que eu afirmo, isto é de que, as palavras de Pedro Taques, referentes ao pretenso bandeirismo de Amador Bueno, fossem meras formalidades e simples adjetivação, semelhante às que ele usava em relação às várias personalidades, pois do contrário, ele poderia ter sido muito mais positivo, concreto e absoluto, documentando a sua afirmativa. Aliás, para o linhagista, todas as figuras seiscentistas do Planalto, teriam sido sertanistas apresadores e no exa-gero evidente, com que ele traça os traços dos biografados, todas as virtudes imaginaveis são acumuladas nos indivíduos de suas simpatias. Eis o caso do padre dr. Guilherme Pompeu, o qual os documentos, hoje conhecidos, mostram como Pedro Taques andou longe da verdade, fazendo com que muita gente de boa fé, se iludisse a respeito do Planalto!

Aliás toda obra de genealogia tem que ser mais ou menos panegirista, enquanto que, uma crônica, para servir de base a uma reconstituição histórica, precisa ser rigorosamente imparcial, justa, despida de exageros, fria e absolutamente livre de ditirambos.

Infelizmente nós sabemos que a "*Nobiliarchia*", grande obra genealógica de Pedro Taques, escapa a essa norma. E' que, ela tem sido mal qualificada. Como obra genealógica o legado de Pedro Taque é monumental, mas como crônica histórica, ela só tem valor relativo e erra dolorosamente, quem quizer nela repousar, com cega confiança.

Assim, temos que, o patriarcal Amador Bueno teria sido pacífico, vivendo como um burguês apatacado, pois relativamente ao meio pobre em que ele vivia, se destacava pelas suas posses, auferidas das labutas, em que ele se empenhava, como moleiro de farinha de trigo, que era a fonte de sua ocupação, além das que lhe preocupavam, como fabricante de chapéus de feltro. Vivendo patriarcalmente, nas redondezas da "acrópole" planaltina, que era a vila anchietana, afazendado, em uma das pequenas propriedades, em se retalhara a velha sesmaria Patuahy, que fora de Salvador Pires (linhagem a que pertencia a mãe de Amador Bueno), Amador Bueno, segundo Pedro Taques, deixou nove filhos legítimos.

E' de notar o volume patriarcal da família de Amador, tendo-se em vista que, quasi todos os grandes figurões do sertanismo deixaram poucos filhos. E' que eles, quasi sempre no sertão, não tinham muito tempo, para sedentariamente, viverem no conforto dos respetivos lares, em contato com as famílias. Essa seleção regressiva pode ser observada, ainda em muitos capitulos espetaculosos da história humana. Eis, por exemplo, os heróis da epopéia da navegação portuguesa, (*Ellis, "Raça de Gigantes"*)!

Os elementos em que me baseio para afirmar que Amador deixou nove filhos são os colhidos na "*Nobiliarchia*", pois em matéria de genealogia os dados de Pedro Taques são muito seguros e merecedores de fé. Ainda não encontrei grandes falhas nesse trabalho do linhagista, ao contrário do que se deu em matéria de cronica histórica, em que os desvios da verdade da "*Nobiliarchia*", são incontaveis, além de serem de gravidade inimaginavel.

De seu casamento com Bernarda Luiz, ocorrido, mais ou menos, em 1610, Amador Bueno, de acordo com Pedro Taques, deixou 9 filhos:

- 1.º — Amador Bueno, o moço, nascido mais ou menos em 1611, casado, em 1638, com Margarida de Mendonça. Faleceu Amador o moço em 1683, (1).
- 2.º — Catharina de Ribeira, casada com Antônio Preto, filho do famoso Manuel Preto. Faleceu Catharina em 1677, (2).
- 3.º — Antonio Bueno, casado em 1639, com Maria do Amaral, filha do sertanista Paulo do Amaral.

1) Amador Bueno o moço, nascendo em 1611, morreu em 1683, com 72, cousa que coincide bem com a verosimilhança.

2) Catharina de Ribeira, tendo nascido em 1612, morreu com 65 anos em 1677, o que é bem verosimil.

- 4.º — Izabel de Ribeira, casada em 1642, com o português Domingos da Silva dos Guimarães. Suponho que ela haja nascido em 1628, para se casar aos 14, (3).
- 5.º — Maria Bueno da Ribeira, casada em 1631, com o fidalgo castelhano D. Juan Matheus Rendon, com o que eu suponho que ela haja nascido em 1616, mais ou menos.
- 6.º — Anna de Ribeira, casada com o fidalgo castelhano, irmão do supra mencionado, D. Francisco Rendon de Quebedo. Pelos dizeres de Taques, na “*Nobiliarchia*”, esse casamento, se deu depois de 1640, (“*Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*” XXXIX, 249) entretanto a filha desse casal, D. Magdalena Clemente Cabeça de Vacca, se casou em 1642, segundo diz o mesmo Taques. A se crer na primeira asserção do linhagista, D. Magdalena teria se casado com 11 anos o que é absurdo, onde se vê mais um erro de Taques. Quando teria nascido Anna de Ribeira? É provavel que em 1615 mais ou menos.
- 7.º — Diogo Bueno, casado com Maria de Oliveira, filha de Pedro Leme do Prado. Diogo faleceu, afirma Taques, em 1700. Quando, pois teria ele nascido? É provavel que, em se tendo em conta a média da vida humana, então, Diogo tenha nascido aproximadamente entre 1620 e 1630, devendo Diogo ter falecido com 70 ou 80 anos, o que é uma longa vida. Seu filho mais velho, Manuel Bueno da Fonseca, faleceu em 1722, segundo Taques (“*Rev. do Inst. Historico Brasileiro*” — tomo especial da “*Nobiliarchia*”, 40). Ora, essas datas se acordam bem com a probabilidade que admito.
- 8.º — Marianna Bueno, tendo se casado com Sebastião Preto Moreira, faleceu em 1682, com o que se conclue haver ela nascido, mais ou menos em 1630, para ao morrer contar cerca 57 anos. O casamento devia se ter dado em 1652, aproximadamente, pois os filhos do casal nasceram depois de 1653. Isso leva a crer que, Marianna Bueno nascera depois de 1630, o que é verosimil.
- 9.º — Francisco Bueno Luiz — Não há nenhum informe a respeito deste, na obra de Pedro Taques.

Amador Bueno, o moço, designado supra com numeração de 1.º, se casou em 1638, com Margarida de Mendonça. Sabemos que este segundo Amador tomou parte na bandeira da qual faziam parte vários membros da sua família, que em 1637-1638, esteve assaltando a província de Tape, no Rio Grande do Sul, (Ellis, “*Meio seculo de Bandeirismo*”, tèse d. concurso, impresso no vol. IX do Boletim da Faculdade de Filosofia. Ciencias e Letras).

Deixou este segundo Amador Bueno, ao falecer em 1683, cinco filhos:

- 1.º — 1 Maria Bueno, casada com Balthazar da Costa da Veiga e falecida em 1709. Caso ela tenha nascido em 1639-40, como é provavel, sendo ela a filha mais velha do casal supra, que se casou em 1638, deveria ter ao morrer cerca de 70 anos.
- 1.º — 2 Bartholomeu Bueno de Mendonça.
- 1.º — 3 Francisco Bueno de Mendonça, casado com Anna de Siqueira de Albuquerque.

3) Antonio Bueno, não tendo feito parte da bandeira que em 1628, iniciou a destruição do Guairá, só casou em 1639. Isso nos leva a crer que ele tenha nascido em 1614 ou 1615. Isabel, tendo se casado em 1642, não seria crível que tivesse nascido antes de 1628. Em todo o caso o que chama a atenção é que todos os filhos de Amador Bueno, dos quais se tem noticias, se casaram entre 1628 e 1652. isso obriga a se firmar o nascimento deles, entre 1611 e 1630. Dai se ve que, Amador Bueno, em 1628, ainda era muito moço, pois a sua vida de homem no máximo de sua capacidade física decorreu na primeira metade do seiscentismo.

- 1.º — 4 Domingos Luiz Bueno, falecido em 1721, com que se pode imaginar a hipótese de que haja nascido em 1650, mais ou menos, para que, ao morrer, tivesse mais de 70 anos.
- 1.º — 5 Amador Bueno, o neto, que tendo falecido solteiro não se encontra elementos sobre ele, na obra de Taques.



Maria Bueno de Mendonça, n. 1.º-1 supra, foi casada com Balthazar da Costa da Veiga, provavelmente, como ensina Aureliano Leite, no seu empolgante "*Cabo maior dos Paulistas na Guerra dos Emboabas*", 28, em 1655, pois ela, tendo nascido em 1639-40, deveria ter em 1655, atingido a idade de se casar. Em 1656 deveria, pois ter nascido o seu primeiro filho, que foi Amador Bueno da Veiga, o futuro cabo maior dos paulistas na guerra dos Emboabas, segundo, afirma, ainda o citado Aureliano Leite, loc. cit. (E' verdade que, mais adiante este intelectual modifica o seu pensamento para dizer que a data provavel do nascimento de Amador Bueno da Veiga é de 1665 e não 1656, como assegurara antes. Entretanto, confesso, prefiro ficar com a primeira data, por não me ter convencido pelas razões apresentadas em abono da segunda). Assim, segundo penso, ao comandar os paulistas, em 1709, contra os emboabas, Amador Bueno da Veiga estaria com cerca de 53 anos, mais ou menos.

Isto é hipotético, mas, o que é certo é que, Amador Bueno da Veiga, o cabo maior dos paulistas na guerra dos emboabas, era bisneto de Amador Bueno, o aclamado.

E' tambem certo que, as marcas morais, psiquicas o sentimentais, se transmitem por hereditáriedade, passando de geração em geração, de modo que, o descendente ao evidenciar certo perfil moral, psíquico, sentimental etc., êle não o faz deliberadamente e sim reflete os caractéres recebidos, por via da herança de seus maiores. As marcas psicológicas, etc., afirma-nos Le Bon ("*L'evolution des peuples*"), se transmitem de ascendente à descendente, da mesma maneira que os caracteres físicos. Isso já temos sustentado anteriormente, demonstrando que, no caso de Raposo Tavares, por exemplo, as virtudes, por essa grandiosa personalidade, evidenciadas, não desapareceram, com a sua morte, em meados do seiscentismo, mas foram, de novo, surgir na sua prole magnífica, como ficou demonstrado no trabalho que elaborei a esse respeito.

Com Amador Bueno, se daria o mesmo fenômeno, o qual é de facil observação, pois seu bisneto, teve ocasião de revelar o seu perfil psicológico-moral e, segundo penso, mostrou, então, a mesma timidez de caracter, a mesma linha de covardia moral, evidenciada pelo seu bisavô, sacrificando os interesses da causa da nossa terra, em beneficio dos que representavam a causa reinol. Vejamos:

CAPÍTULO II

Os emboabas.

Quando o ouro foi descoberto, como vimos, uma onda avassaladora de reinóis precipitou-se infrene, sobre a região das minas.

Os paulistas, que eram os senhores e proprietários das lavras, por via de disposição legal expressa em lei baixada pelo rei português D. Afonso VI, estavam na livre disposição de seus bens e pertences, mas em virtude da imensa inferioridade numérica em que se viam, não puderam resistir á avalanche reinol, que incoercivelmente se arrojou sobre a presa.

Eu calculo, que os planaltinos, estabelecidos nas suas catas, nas Gerais, eram cerca de oitocentos individuos aproximadamente, enquanto que os reinóis, para aí ingressados, sob a proteção dos governantes reinóis, somariam cerca de 80.000 pessoas, a cujo total, se deve acrescentar a massa de nortistas, os quais eu calculo em 8.000 individuos, que se juntaram aos reinóis, formando, com eles, o grupo de forasteiros-emboabas, contra o grupo dos paulistas, que eram os elementos crioulos-nacionais. Assim, a corrente lusitana, reforçada pelos elementos nortistas se collocava em antagonismo hostil á corrente da terra, representada pelos paulistas.

Essas duas correntes humanas eram, tambem duas almas que se defrontavam novamente, essas duas almas, que já tinham colidido inúmeras vezes, se antepondo constantemente no decorrer da evolução histórica das colônias luso-brasileiras e na lenta formação da alma nacional brasileira, nessa decorada e laboriosa gestação de varios séculos, cheios dos mais variados incidentes, que perturbaram o desenvolvimento sereno e pacifico dessa alma.

Seria natural que, desse atrito, entre duas correntes, portadoras de formação psíquicas, sentimentais, morais, etc. tão diversas, resultasse em cenas de violência, as quais a crônica cataloga sob a denominação de Guerra dos Emboabas.

Era um fenômeno social e psicológico, que tinha lugar em virtude de causa perfeitamente constatada. Tinha que ser assim!

A Guerra dos Embóabas não foi senão a manifestação concreta do fatal resultado do encontro das duas almas supra enunciadas. De fato, o paulista planaltino tinha uma concepção de pátria, que se resumia ao seu Planalto, prolongado pelas terras de Alem-Mantiqueira, onde se achavam as minas, que eram de sua propriedade, e tendo em conta a fé que lhes merecia uma medida legal de Afonso VI, rei de Portugal, o qual legislara que, seria de sua propriedade as riquezas que eles paulistas des-

cobrissem, (1). Esses paulistas, que viviam em democracia, na pequena propriedade, que retalhava o Planalto, no regime de autarquia econômica, isolados geográfica, econômica e culturalmente da Metrópole, ainda se expressando em guaraní, muito americanizados pelas intensas mestiçagens, que coloriam as suas estirpes, não mais podiam sentir por Portugal um afeto emocional intenso e só muito longínqua e apagadamente, evocavam a Metrópole com algum sentimentalismo, (2).

Portugal, com todas as suas molduras que o engrinaldavam, fazendo o Metrôpole de um grande Império colonial, já não era mais a pátria dêles! Eles tinham alma própria! Tinham suas tradições! Tinham sua formação mental e sentimental! Tinham mesmo o seu idioma próprio, o qual não era o mesmo que o que servia de veículo para os pensamentos reinóis. Os portugueses, esses eram diferentes! Até os costumes os diferenciavam! A indumentária deles, usando calças longas até os pés, os distinguiu! Estes eram europeus, enquanto que, os paulistas, eram americanos, brasileiros, planaltinos, dotados de consciência nacional própria, evoluida em dois séculos de absoluto segregamento dessa Metrôpole ingrata, que só se lembrava deles, quando precisava. Eles eram crioulos, que tinham trajetória própria, pelos séculos, em que viveram à parte! Essa vida própria, que era só dêles, tinha sido brilhantíssima e cheia de episódios que lhes outorgava ufanía e mesmo arrogância e imo-destia. Os reinóis eram profundamente diferentes! Comungavam, ainda nos mesmos pensares e no mesmo conjunto sentimental, que havia feito com que os metropolitanos aflitos aguardassem a volta de D. Sebastião e aclamassem freneticamente o tímido Bragança. A alma deles tinha que ser um complexo de ideias e de sentimentos metropolitanos que não se poderiam afinar pelos dos planaltinos, que, em tudo, deles se diferenciavam. Seria natural, pois que houvesse luta entre os dois grupos, que se defrontavam nas Gerais. Tudo fazia prognosticar isso, pois a luta armada e violenta tem, por força, que surgir, mais ou menos estrepitosa, ou terremótica, conforme as circunstâncias, sempre que não há perfeita sincronização entre grupos diferentes, que tem que se encontrar.

Encontramos essa mesma luta no Planalto, no Rio de Janeiro, no Nordeste e encontramos esse mesmíssimo fenômeno em todas as regiões coloniais, cujas populações acriouladas, ao cabo de certo lapso de tempo, maior ou menor, tendem a se colocar em antagonismo, mais ou menos virulento com os metropolitanos, que são senhores de outras idéias, de outros sentimentos, possuem outros interesses econômicos etc., e são

-
- 1) A propriedade paulista era baseada na carta régia de 18 de março de 1664] pela qual D. Afonso VI de Portugal reconhecia a propriedade das minas aos seus descobridores.
 - 2) Além disso, não há afeto, por mais sólido, intenso, profundo e persistente, que resista a ser economicamente antagônico aos interesses materiais radicados nos grupos humanos, que, porventura, ainda estejam afetados por esses sentimentos. Ora, o Planalto, ainda que, tivesse ao ligar à Metrópole um complexo sentimental qualquer este seria anulado pela sua economia, que imperiosamente clamava contra a ligação por dependência do Planalto ao hermatofago Portugal!

quasi sempre, protegidos pelos governantes metropolitanos, ou coloniais, seus patricios.

Foi assim na aclamação de Amador Bueno, em 1641, mais de um século depois do início do povoamento planaltino, com Martim Afonso e seus companheiros; foi assim em 1684, com o nunca deslembado Manuel Beckman, no Maranhão; foi assim, no Planalto e no Rio de Janeiro em 1660 e 1661, na luta memorável contra o reinol Salvador Correia de Sa e Benevides; foi assim nos Mascates no Nordeste, em 1710; foi assim, com o glorioso Felipe dos Santos, em 1720, nas Gerais; como foi assim com os anglo americanos das Treze Colônias, em 1776; como foi assim com a Inconfidência mineira, ainda nas Gerais, em 1789, quando a avalanche reinol do início do século se acrioulou, nas gerações seguintes, com seus filhos, netos e bisnetos; como assim seria, nos episódios que cercaram o grito do Ipiranga, e por fim no imortal movimento de 1831.

A luta ,entre os dois princípios, o metropolitano e o colonial, é continua e causadora de tôdas as convulsões entre os circulos explorados e os reinóis, em maior numero, protegidos dos dirigentes, reinóis como êles. A evolução histórica de Minas Gerais é facilíma de se compreender, em se tendo em vista essa norma fatal e obrigatória.

Mas os nordestinos, que, embora coloniais, como os planaltinos, se enfileiraram contra estes, entre os reinóis, formando, com estes o grupo dos emboabas e causando, ao lado dêstes, todos os capitulos registrados pela crônica, ós quais constituíram a Guerra dos Emboabas! Isso é admiravel e parece fugir da regra rígida e inflexível, acima estabelecida. Mas só uma vista superficial e simplista pode dar essa impressão, por quê se formos analisar bem o fenômeno iremos não só o compreender, como até encontrar uma confirmação do pensamento exposto.

E' que o Brasil nunca constituiu uma só colônia. Os diversos núcleos coloniais brasileiros, escalonados pela área territorial imensa do conjunto luso-americano, não eram iguais, sob nenhum ponto de vista, pois cada um tinha uma coloração própria; cada um possuía uma composição étnica diferente, cada um tinha formação espiritual sua, cada um se colocava em maior ou menor isolamento da Metrôpole, conforme se situava, a uma maior ou menor, distância geográfica da sede da monarquia, ou conforme as suas comunicações terrestres ou marítimas com a Europa, eram mais ou menos fáceis, baratas, rápidas, cômodas e repetidas, como conforme eram, mais ou menos obrigados, a manter, com assiduidade, com permanência, ou espaçadamente, ou com raridade essas ligações, com o Reino; cada um tinha um poder aquisitivo, próprio e marcado; como cada um tinha as suas necessidades vitais, que lhes eram particulares; como cada um tinha a sua economia especial, etc., resultando dessa disparidade as consequências mais diversas. Como confundir, pois, todas as colônias, como se elas pudessem apresentar idêntica coloração, ou, como se se elas mostrassem os mesmos painéis, étnicos, linguísticos, sociais, econômicos, morais, sentimentais, etc.. Não compreender isso, nos núcleos coloniais luso-brasileiros, não é dar mostras de atilamento intelectual e de acuidade de visão. Desgraçadamente, os que se

têm ocupado e escrito sobre o passado brasileiro não mostraram haver levado em conta esse fenômeno, tão facilmente visível, pois está estereotipado nas páginas da história brasileira, se resaltando, com enorme evidência em muitas manifestações, que a crônica assinala. E' u mfenômeno que se destaca co mespantosa nitidez, em todos os capítulos do passado. Querer o ignorar, como tem sido lamentavelmente feito, constitue marca de obnublação mental ou de falta de coragem de afirmar o que é de clareza meridiana, explicando muitas interrogações que tem sido deixadas em silêncio. Eis, por exemplo os muitos trabalhos e compêndios, as muitas análises e os muitos exames cronológicos, feitos, sobre o passado brasileiro! Nenhum leva em conta as disparidades apontadas! Elas são mencionadas por Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, ou Euclýdes da Cunha, mas, infelizmente, não são aplicadas; de modo que, com frequência, vemos estudos brilhantíssimos, particulares a uma das colônias, ou à um dos núcleos luso-brasileiros, estendidos e generalizados, lamentavelmente a todo o país, como se este não tivesse tido heterogeneidades. A explicação dessa cegueira está em que os festejados autores desses trabalhos regionais, só têm olhos para o que se passa na suas redondezas, desconhecendo o que não diz respeito ao ambiente o qual focaliza, às vezes com maestria. Seria preciso que, esses escritores e sociólogos, etc. regionais não se abalançassem querer fazer obra nacional. Por certo, os seus trabalhos são notáveis e cheios do maior mérito, sendo mesmo impossível os enaltecer suficientemente, mas eles não podem estender as linhas a todas as demais regiões, que estiveram vegetando na pobreza, ou se opulenteando na vida faustosa de diferentíssimos ciclos econômicos, os quais determinaram, em ambientes geográficos os mais díspares, formações étnica próprias, costumes particulares, complexo de idéias ou de sentimentos especiais, etc..

Essas heterogêneas correntes humanas tinham que se chocar, tal era o antagonismo entre elas.

E' preciso ser levado em conta o fato de que a corrente reinol era temente protegida dos governantes lusos. Por certo, a posição jurídica e moral da gente reinol era bem inferior, tanto que ela, com os seus caudatários nordestinos, era chamada de intruza, mas essa sotoposição deles metropolitanos e de seus aliados nordestinos, era compensada pela sua imensa superioridade numérica, graças a qual conseguiram esmagar os paulistas, crioulos que representavam o elemento já assimilado e já nacionalizado.

O encontro entre as duas correntes antagonicas se deu, como seria fatal que acontecesse, nos promórdios do século XVIII. A crônica registra que então tiveram lugar os episódios que ilustraram esse capítulo, o qual passou à história, com o nome de guerra dos Emboabas.

Em 1708, quando os paulistas, já espoliados do fruto do seu esforço, vinham se retirando para o Planalto, foram atacados pelos reinóis e seus parceiros na espoliação.

Comandavam-nos um frade trinitário reinol de nome Frei Francisco de Menezes e um mulato chamado Bento do Amaral Coutinho. Depois

de uma luta, na qual os paulistas iam vencer, estes, por falta de munições foram covarde e ignominiosamente trucidados com suas mulheres e crianças. Esta cena vergonhosa que enxovalhou mais a já imoral causa reinol, teve lugar onde se passou a chamar, justamente pelo que aí sucedeu, Capão da Traição.

No Planalto, a nova do acontecimento, chegando, ecoou ribombantemente, como se fosse estentoradas pelas trombetas do Juizo Final a tocar o rebate e a pedir vingança pelo sangue crioulo derramado naquela cena de tragédia inominavel.

S. Paulo, inteiro se levantou, clamando por vingança, contra os emboabas!

Santa ingenuidade, essa dos paulistas!

Não percebiam eles como seria inutil, qualquer movimento ideado contra esses intruzos, que tinham a seu favor, uma superioridade numerica de um contra cem e alem disso o fervoroso favor reinol!

Hoje, podemos ver, com diamantina clareza, como se casava bem a causa dos reinóis com o procedimento drástico dos dirigentes metropolitanos Rodrigo Cesar de Menezes, Assumar, Caldeira Pimentel, Cunha Menezes, Visconde de Barbacena, Luiz de Vasconcellos e outros mais, todos algozes vorazes da sublime causa nacionalista-crioula, que se mobilizava, mais uma vez, na sua luta secular contra os opresores das colonias brasileiras.

Tinham de ser assim, mais ou menos disfarçadamente, os então dirigentes reinóis!

Eles não poderiam ter tido outro procedimento! Talvez fossem, aparentemente menos carniceiros e menos vorazes do que os azes do reinolismo, mas todos os lusos tinham que se orientar pelas sendas que contrariavam os planaltinos!

Estes eram ingênuos e ainda tinham ilusões! Já não lhes haviam aberto os olhos a escamoteação que tinham sido vítimas, com a cumplicidade tácita e complacente desses dirigentes reinóis, que visavam os abater! Haja vista, a famosa carta de D. João de Lencastro, dirigida ao rei de Portugal, D. Pedro II, em 7 de Janeiro de 1700, reproduzida pelo egrégio mestre Prof. Basilio de Magalhães, na sua esplendida "*Expansão Geographica*", 169 e constante da "*Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*", V, 295, pela qual o governante reinol, maquiavêlicamente, recomenda tratar os paulistas, com violência e força, pois que, eles

"TEM DEIXADO, EM VARIAS OCCASIÕES, SUSPEITOSA A SUA FIDELIDADE NA POUCA OBEDIENCIA COMO OBSERVAM AS LEIS DE V. Mjde."

Era linha básica de procedimento para os dirigentes que os reinóis enviavam, abater os planaltinos e assim eles tinham que ser parciais dos emboabas, contra os paulistas. Fossem estes mais atilados, teriam percebido a inutilidade da luta contra os protegidos emboabas. Apesar disso, entretanto, em começo de 1709, no Planalto, foi organizada uma expedição vingadora dos capitulos dolorosos do Capão da Traição.

Para chefiar essa expedição escolheram os planaltinos a Amador Bueno da Veiga.

Foi má escolha, pois foi a atuação moderada de seu cabo maior que determinou o resultado desastroso para a expedição. Esta não logrou ver satisfeito o seu objetivo, que consistia em dois itens:

- a) Repor os paulistas nas suas minas, das quais haviam sido espoliados pelos emboabas.
- b) Vingar o covarde massacre do Capão da Traição.

Nenhum desses dois itens foi atingido. Amador Bueno da Veiga, agiu tímidamente, se deixando levar pelas cantigas e pelas parolas de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Ele preferiu a política apasiguadora que mais tarde foi adotada por Chamberlain e a que levou a termo Petain, se entregando aos alemães. Já se vê que o procedimento dos "quisling", não é novo.

Tenho a impressão de que a atitude passiva de Amador Bueno da Veiga, na emergência referida, foi em razão de haver sido prometida para S. Paulo, a elevação da vila para a graduação de cidade, o que foi feito a 11 de junho de 1711, bem como a criação da Capitania de S. Paulo e Minas, separada da do Rio de Janeiro. (Azevedo Marquês, "*Chronologia*", 247 e 248). Esse teria sido, na minha opinião, o prato de lentilhas, que serviu para acomodar os habitantes do Planalto, nesse começo do século XVIII.

Tudo me faz crer nisso, isto é que houve essa inominável transação e que Amador Bueno da Veiga foi "magna pars" nesse ajuste, para o qual eu não acho qualificativo, pois se para um dos itens do objetivo planaltino, seria possível haver transação, qual o da reposição nas minas, cousa que poderia ter sido trocada por outras vantagens o outro item do objetivo dos planaltinos não poderia ser transacionado, pois que com sangue e com honra não se negocia.

Creio, como ficou dito acima que, os paulistas, chefiados por Amador Bueno da Veiga, foram comprados pelos reinóis, cujos dirigentes e protetores concederiam aos paulistas:

- a) A elevação da vila de S. Paulo à categoria de cidade. (Não sei que vantagens haveria nisso, para adoçar a boca dos paulistas).
- b) A criação de uma capitania compreendendo S. Paulo e Minas, separada do Rio de Janeiro, sendo nomeado para exercer o mais alto cargo dessa capitania o próprio Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. (Também não vejo nisso, como tenha resultado vantagens para S. Paulo).

Se isso foi o "prato de lentilhas", que serviu de engodo para os planaltinos burlados nos seus magnos interesses, convenhamos que as lentilhas estavam estragadas, pois logo depois vimos como os reinóis agiram com a capitania de S. Paulo!

Desmembraram-na impiedosamente, a ponto de nunca ter, uma estirpe estrangeira tido um procedimento tão virulento, em relação à uma terra qualquer vencida em guerra, como a que teve a Metrôpole, em relação a capitania paulista e mineira.

Vê-se bem que o Planalto não era considerado pelos reinóis como região portuguesa! Fosse, essa região não teria sido tão espezinhada, tão humilhada, tão maltratada, tão velipendiada, tão aviltada e tão hostilizada. Tinha razão o maquiavélico D. João de Lencastro em considerar o Planalto, tão pouco fiel às leis do rei português e tão extranho à lusitanidade, (1).

Amador Bueno da Veiga, tendo sido o "magna pars", dessa escamoteação reinol contra os paulistas, demonstrou que ele era o reflexo do perfil de seu bisavô, que século e meio antes, demonstrara ser um tímido apasiguador.

-
- 1) E' claro que o Planalto não deveria ser muito ligado a Portugal, pois o tratamento recebido pela região brasileira de sua Metrópole reinol era o mais odioso possível. Portugal tinha agido, em relação ao Planalto, da maneira a mais infame imaginável! E' por isso que Paulo Prado diz:

"Entre outras, a carta regia de 18 de março de 1664 lhes tinha prometido e dado a propriedade das jazidas que descobrissem pagando o quinto á coroa", ("Paulistica", 76).

Eis a prova da maneira pouco honesta, da qual a Metrópole lançou mão, para com os coloniais.

Paulo Prado, sempre no "Paulistica", diz a pag. 80:

" — mas nas suas phases a luta terminou sem duvida pela derrota dos paulistas que se viram expoliados e enganados".

E' difícil conceber lealdade por parte dos que eram sistematicamente tratados assim!

"Não é com vinagre que se consegue atrair moscas", diz o sapientissimo refrão popular. Com os grupos humanos se dá a mesma cousa.

Uma colônia só pode persistir unida à Metrópole, até que a união lhe seja interessante. Desde que, essa união lhe prejudique, uma separação se impõe, mais cedo ou mais tarde. Ao Planalto não era interessante uma continuação de uma dependência em relação a hematofaga e madrastra Metrópole. Como pensar em fidelidade?

Não há recordação sentimental, que anule uma tendência ditada pela econômica!

P A R T E VI

CAPÍTULO I

Epilogo.

Sintetizando tudo quanto ficou evidenciado, temos que, estão firmados os seguintes postulados:

- 1.º) Logo na primeira metade do quinhentismo, houve surda branca e anônima batalha do açúcar, entre S.Vicente e o Nordeste, que venceu o prêmio, daí resultando as mais espetaculosas consequências, nas quais se resume todo o evoluir histórico do Brasil.
- 2.º) O bandeirismo de apresamento foi um ciclo eminentemente econômico, do qual restaram inúmeras consequências interessantes não só ao Planalto paulista, mas a todo o país e principalmente ao Nordeste açucareiro que deve a sua existência à mão de obra fornecida pelo apresamento, o que foi um laço econômico a unir o Planalto ao Nordeste, o qual, por sua vez, tendo sido um excelente mercado de consumo para o apresamento, associou o Planalto no ciclo açucareiro, pela divisão do trabalho. Com isso, segue-se que, o apresamento foi também determinado pelo Nordeste.
- 3.º) Só no Planalto houve apresamento, para exportação, pois em outras regiões salvo no Maranhão não houve antagonismo, entre jesuítas e moradores.
- 4.º) O tráfico africano, abastecedor de mão de obra do Nordeste, esteve em declínio durante o domínio flamengo no litoral dessa região e em Angola na África.
- 5.º) O apresamento é muito caluniado e a crueldade do apresador muito exagerada pelos cronistas jesuítas, que são muito apaixonados, não devendo os seus relatos serem erigidos em dogmas, mas tidos unicamente como informações.
- 6.º) Não devemos confundir entradas com bandeiras, pois aquelas são expedições oficiais e de buscas de mananciais preciosos, enquanto que, estas são empreendimentos particulares, de caça ao ameríndio promovendo lucro imediato aos seus autores. As bandeiras pertencem a um ciclo econômico e as entradas a outro. As bandeiras existiram no Planalto e as entradas no Nordeste, de preferência.
- 7.º) O Planalto, em virtude da sua economia, era uma região extremamente pobre, dotada de fraquíssimo poder aquisitivo e de infimo nível de vida.
- 8.º) O Planalto era uma região geográfica nitidamente delimitada, perfeitamente isolada da Metrópole, sob os pontos de vista geográfico, econômico, cultural e administrativo, em vista da sua situação geográfica, da sua pobreza econômica, bem como da sua fraqueza fiscal e da sua fraqueza comercial, não exportando, senão mercadoria humana, que se locomovia por si e não importando senão muito pouca coisa, que não podia ser produzida in-loco.
- 9.º) Dessa situação econômica e comercial, o Planalto sempre viviu em rígida autarquia, durante os dois primeiros séculos, e em razão disso, seria

necessário que, a região produzisse tudo quanto fosse preciso, para suprir as necessidades dos consumidores planaltinos. Daí a policultura, a pequena propriedade e democracia, como conseqüências diretas daquelas formas econômicas de vida que teriam prevalecido no Planalto.

- 10.) De tudo quanto ficou dito, além de outros postulados seguros, no Brasil, não existiu uma só colônia, mas sim colônias em pluralidade, tendo cada grupo delas coloração social, étnica, econômica, moral, sentimental ou psicológica diferentes, o que projetava conseqüências diversas, ainda que essas colônias fossem unidas política e administrativamente em uma só unidades luso-americana.
- 11.) O domínio espanhol, período de tempo, durante o qual Portugal esteve incorporado à Espanha, o qual teve lugar entre 1580 e 1640, produziu muitas conseqüências no Brasil, entre as quais a de suprimir as fronteiras entre as áreas americanas dos dois reinos ibéricos, o que veio facilitar a penetração dos moradores do Planalto em terras castelhanas. Daí haver o apresamento encontrado mais facilidades durante o período chamado domínio espanhol e haver tomado o máximo incremento justamente no meio século de 1590 a 1640.
- 12.) Amador Bueno, filho de Bartolomeu Bueno, nasceu em 1591, pois o casamento de seus pais foi, segundo Pedro Taques, que se baseiou em documento, em 1590. A sua psicologia era a de um indivíduo tímido, pacato e moralmente fraco, não tendo, jamais, participação do bandeirismo, ou de qualquer outro gênero de esforço bélico. Não ha uma só peça documental ou um só autor que concretize o contrário, isto é que afirme haver Amador Bueno tomado parte em um só ato de apresamento, cuja vida, no seu período de energia máxima, coincidiu com o que o apresamento no seu auge. Ele não tomou parte na grande bandeira de 1628-29, contra o Guairá, pois encontramos-lo em São Paulo nessa data.
- 13.) Em razão do seu isolamento, o Planalto estava em tal estado de indigência mental, que esta projetava conseqüências sobre a evolução da alma própria, que fatalmente animava a população amestiçada da região. Esta, sem notícias do Reino metropolitana e sem nada, que lhe lembrasse o mundo exterior, tomava uma diretriz evolutiva, que fatalmente a fazia divergir da mentalidade lusitana, originando uma alma própria. Os poucos portugueses vindos do Reino, trazendo um nacionalismo diferente e europeu, com dificuldade se misturavam a essa atmosfera crioula, formando uma outra corrente apartada e aproximada da lusitanidade. Daí duas correntes a animar dois grupos, que viviam no Planalto paralelamente mas sem se confundir e visíveis em várias manifestações, durante o século XVII.
- 14.) Os depoimentos jesuíticos citados pelo professor Taunay; no volume 2.º da "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", reproduzindo, palavras dos Padres Montoya, Mazzeta, Mansila e outros, ficaram atestando o elevadíssimo índice de espirito de independência, que existia em S. Paulo, que já tinha rei próprio, etc., o que confirma a mentalidade reinante no Planalto, como ficou afirmado no item anterior. Esse espirito de rebeldia e de independência se manifestavam nitidamente, mesmo contra o rei da Espanha, por intermédio de um fidalgo espanhol, que era precisamente o genro, ou o futuro genro de Amador Bueno.

Esses eventos, que se afinam em surpreendente e impressionante unanimidade, retratadas pelo prof. Taunay, são de tal maneira, semelhantes ao que iria acontecer com o futuro movimento de Amador Bueno, que é impossível não os relacionar com este, que assim, recebe luzes novas, para a sua elucidação, bem como para que o seu conhecimento fique livre das fantasiosas roupagens que o desvirtuaram.

- 15.º) A Restauração lusa, página fulgurante, epica, significativa, bem como altamente condizente com os interesses sentimentais, morais, psicológicos, do mundo lusitano, era manifesta, nítida e facilmente compreensível contrária ao Planalto, pois ela lhe iria mortalmente dificultar o apressamento, que se exercia, sem os obstáculos das fronteiras. Daí o Planalto reagir, mais ou menos violentamente contra essa Restauração, que se fazia no Reino e nas colônias do Nordeste, muito mais lusas e muito mais interessadas por essa Restauração que o Planalto, o qual devia fatalmente ser contrário a ela. Por isso a aclamação de Amador Bueno e a demora na aceitação de D. João IV.
- 16.) A Restauração do Nordeste, contra o flamengo, era muito contrário aos interesses planaltinos, pois com o domínio flamengo no Nordeste e a hegemonia flamenga no Atlântico sul, ficava interrompido, o tráfico de escravos africanos, com o que o apressamento planaltino gozava de um monopólio de mercado consumidor de sua mercadoria. Com a Restauração, com a reconquista de Angola pelos portugueses de Salvador Cordeira de Sa e Benevides, em 1648, e a perda da hegemonia flamenga no Atlântico sul, o Planalto seria golpeado economicamente, com a perda do monopólio do fornecimento de mão de obra para a indústria agrícola nordestina.
- 17.) Graças ao item acima, se explica o indiferentismo fenomenal, assinalado nos documentos, bem como marcado pelo professor Taunay, na sua "Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo", cousa que causa escândalo ao sentimentalismo, acostumado a considerar com muito ânimo hostil o domínio holandês.
- 18.) Logo depois da expulsão do flamengo, ocorreu, no Nordeste o declínio da lavoura canavieira, com a consequente, diminuição da fabricação do açúcar, golpeada pelo resultado da segunda batalha do açúcar, vencida pela América espanhola, muito mais próxima dos mercados consumidores da preciosa mercadoria, que consistiu na sólida base econômica da imensa riqueza nordestina, durante mais de um século.
- 19.) O movimento da aclamação de Amador Bueno, ocorrida em 1.º de Abril de 1641, foi uma manifestação nascente da alma nacional, que protestava contra Portugal, cujos interesses prejudicavam economicamente a região. Foi esse movimento a primeira manifestação de nacionalismo na América, havendo antecipado de 43 anos o de Belkman, no Maranhão, de cerca de 134 anos o de Washington, nas Treze Colônias anglo-americanas e de 181 anos o de Pedro I, nas "margens plácidas" do Ipiranga, bem como de 190 anos o de 7 de Abril de 1831, na Abdicação e eliminação do Brasil da mentalidade lusa, ainda existente aqui.
- 20.) O combate de M'Bororé, em Março de 1641, não só delimitou o máximo da expansão lusa no sul, na luta contra os jesuítas, mas foi a maior causa para o insucesso do movimento das aclamação de Amador Bueno, em abril de 1641. O fato de estarem no sul, combatendo em M'Bororé, os melhores elementos do Planalto, constituiu a maior derrota paulista nesse prêmio, cujas consequências malélicas para o Planalto, não foram ainda devidamente apreciadas.
- 21.) Como índice do grande espírito crioulo, que havia no Planalto, temos que, nem sequer havia comunidade de língua com as demais colônias lusitanas, pois, no Planalto, a língua popular era o guarani.
- 22.) A região planaltina era debilmente povoada e grande pobreza reinava na região, com o que dos núcleos coloniais portugueses, era o Planalto um dos que menos rendia fiscal e comercialmente, com o que resultava o

indiferentismo reinol para com a região, constatado mas não explicado tantas vezes.

- 23.) D. João IV, pertencia á estirpe dos Bragança, uma das mais responsáveis pelo domínio espanhol, pois o procedimento de D. Catarina, em 1580, foi positivamente contra D. Antonio prior do Crato, o representante legítimo da soberania portuguesa ameaçada e afinal destruída por Felipe 2.º de Espanha. Ele era um individuo pusilânime e fraco, que não merecia qualquer dedicação e muito menos um sacrificio de interesses economicos em beneficio de sua elevação a rei e assim não se explica nem muito menos se justificaria que tivesse tido lugar no Planalto, uma aclamação, como nos fizeram crer as fantasiosas cronicas de Pedro Taques e de Frei Gaspar.
- 24.) Dos motivos conhecidos, em análises verdadeiras, a respeito da economia planaltina bem como da história do apresamento, não se pode explicar satisfatoriamente, nem muito menos justificar verosimilmente a apregoada lealdade de Amador Bueno à D. João IV.
- 25.) A aclamação de D. João IV, no Planalto, foi feita com grande atraso de quatro meses depois da vitoriosa revolução de 3 de dezembro de 1640; foi levada a efeito, por um reduzidissimo numero de pessoas, que assinaram a sua proclamação, em comparação com o numero de pessoas, que subscreveram, por exemplo a expulsão dos jesuítas, o qual era cerca de seis vezes maior, que os aclamadores de D. João IV. A causa disso é que a maioria dos planaltinos estava no sul, combatendo em M'Bororé, na luta contra os jesuítas.
- Disso tudo tira-se as seguintes conclusões:
- a) Houve hesitação dos planaltinos ao aclamar D. João IV e só o fizeram obrigados pelas circunstancias.
 - b) Os lusitanófilos do Planalto teriam aproveitado da ausência dos másculos moradores do Planalto para o incorporar na soberania portuguesa, tão contrária aos seus interesses.
- 26.) O procedimento anti-jesuíta do Bispo Cardenas, do Paraguai, durante a última década da primeira metade do seiscentismo, teria feito adiar o declínio do apresamento, que fôra duramente golpeado pela efetivação da Restauração lusa e pela extinção dos mananciais fartos de índios mansos e já civilizados das reduções. Daí as expedições planaltinas até 1648, no Maracajú, ou sul de Mato-Grosso atual.
- 27.) O apresamento, ainda que continuasse, foi muito menos acentuado no decorrer da segunda metade do século XVII, quando ele se exerceu entre os índios bravios, que não haviam sido incorporados aos estabelecimentos jesuíticos, os quais no decorrer dessa segunda metade do século estavam ou esvaziados de gente amerindiana à apresar ou situados fóra do raio de penetração do planaltino preador, que viu, por várias circunstancias, declinar o apresamento.
- 28.) O grande ciclo econômico do apresamento planaltino declinou, na segunda metade do século XVII, em virtude das seguintes causas:
- a) Restauração portuguesa, que dificultou a penetração em terras hispano-americanas.
 - b) Restauração do Nordéste, com a expulsão do flamengo e restabelecimento do tráfico africano e supressão do monopólio do fornecimento de braços ameríndios pelos apresadores planaltinos.
 - c) Diminuição e extinção dos estabelecimentos jesuíticos dentro do raio de ação da gente bandeirante de S. Paulo. Os estabelecimentos

restantes ficavam muito distantes do Planalto, com que o apresamento resultava muito caro e difícil.

- d) Declínio da indústria agrícola açucareira no Nordeste, com o que a procura de mão de obra se fez muito menor. Esse declínio da lavoura canavieira e do fabrico do açúcar, se verificou, em virtude da segunda batalha do açúcar, na qual foi vencido o Nordeste brasileiro e vencedoras as colônias espanholas, situadas a uma distância menor dos centros consumidores, ou dos entrepostos comerciais.
- 29.) Com o declínio do apresamento, o planaltino viu se abrir, ante si, para nesse ciclo empregar as suas atividades, determinadamente obrigatórias, em virtude do clima planaltino dotado de grandes amplitudes termométricas, uma nova esfera de ação, a qual foi o pastoreio, que não podendo se realizar nas proximidades planaltinas, pela manifesta falta de espaço apropriado, teve que ir se exercitar a uma distância grande da região, com o que se deu a expansão povoadora paulista, localizando núcleos de povoamento em zonas afastadíssimas.
- 30.) O resto da população planaltina, que não se entregou ao pastoreio, ficou na região mantendo acesa a luta entre Pires e Camargos.
- 31.) Os Pires seriam os elementos constituidores do grupo lusitanófilo e jesuitófilo, enquanto que, os Camargos seriam os representantes das ideias crioulas e nativistas.
- Aqueles readmitiram os jesuítas, que em 1653 foram reintegrados e eram do seu grupo, os que recebiam constantemente acicates das cartas autógrafas dos soberanos portugueses, no sentido de realizarem buscas de metais preciosos.
- Eram os Camargos ou os do seu agrupamento, os que se mostravam rebeldes, arrogantes e sobranceiros, ante Salvador Correia de Sá, em 1660 e ante Artur de Sá e Menezes, no fim do século. Eles é que, ridicularizavam os Braganças, os desobedecendo em 1643 e em 1647, mostrando rebeldes, pouco fiéis e pouco leais, como afirma em carta o Governador Lencastro. Essas duas mentalidades, se entrecrocando, na segunda metade do seiscentismo, foram o espelho do que aconteceu à região nessa época. Pedro Taques e Frei Gaspar os cronistas do passado planaltino, escrevendo em época de intenso lusitanismo e de arroamento intelectual, pela censura, então, existente, não quiseram e não puderam nos transmitir os quadros dessa luta, que só agora é reconstituída com extrema dificuldade.
- 32.) Os planaltinos, ora se mostrando intratáveis, arrogantes, rebeldes e pouco leais aos monarcas lusitanos e ora figurando como recebendo cartas autógrafas dos soberanos e precedendo, com carinhos admiráveis, como em 1661, em relação ao lusitanófilo Salvador Correia de Sá, como readmitindo os jesuítas, em 1653, parecem apresentar uma linha contraditória de proceder. A explicação lógica está no item acima, pelo qual se verifica que, haviam duas correntes de ideias, de sentimentos, e de procedimento no Planalto, sendo uma a lusitanófila, que faça coincidir com o grupo dos Pires e a outra a dos crioulos, que eu faço ser encampada pelo grupo Camargo, que eram precisamente os mais altivos, arrogantes e sobranceiros.
- 33.) No fim do século XVII, ocorreu no Brasil, um acontecimento, que alterou, por completo, a constituição social, economica, étnica, demografica, psicológica, sentimental, moral, linguistica, etc., do Planalto, marcando uma mudança de situação para uma transformação completa no regimen social, uma elevação do nível de vida, como do poder aquisitivo do morador, uma imensa lusitanisação e modificação absoluta no complexo ético do planaltino que antes tendia a se americanizar e partir do século XVIII, foi submergido por uma inundação de influência reinól. Esse acontecimento foi a descoberta do ouro.

- 34.) O ouro não acarretou apenas a lusitanização do Planalto e a completa submersão da velha estirpe seiscentista, que se acrioulava com rapidez, mas o Planalto foi tirado do velho isolamento, com as seguintes consequências principais:
- a) Aumento da massa reinol e diminuição dos crioulos, que cessaram a sua evolução nativista.
 - b) Paralisação da americanização com a cessação do apresamento e a imigração reinol.
 - c) Criação no Planalto de grande massa demográfica, dotada de teor de vida mais elevado do que no seiscentismo e de poder aquisitivo maior, devido ao ciclo do ouro, cujas consequências atingiam o Planalto, entreposto das minas de Goiás de Mato Grosso, etc.
 - d) Daí o estabelecimento de ligações fatais com a Metrópole, tanto sob o ponto de vista comercial, com exportação e principalmente importação, como sob o ponto de vista cultural, administrativo, etc. Isso teria sido importante impulso na lusitanização de uma região que se acrioulava.
 - e) O ouro acarretou uma substituição do braço escravo amerindiano, cujo apresamento teve termo, pelo braço escravo africano, cuja aquisição foi possível por ter aumentado o poder de compra do planaltino em virtude da mineração.
 - f) A mineração aurífera determinou, no Planalto, um grande aumento de nível de vida, de cultura em geral e de poder aquisitivo, com o que os inventários da época começaram a revelar mais abundância e cousas que denunciavam maior elevação de teor vital.
 - g) A mineração determinou um tratamento crudelíssimo, prepotentíssimo, draconiano, tirânico e bárbaro, da Metrópole para com o Planalto, que passou a ser encarado como região escravizada a uma Metrópole egoísta e contrária aos interesses regionais, enviando para governar a colônia planaltina verdadeiros satrapas, que procederam aqui com uma ferocidade incrível, eliminando covarde e torpemente os expoentes mais representativos da velha estirpe seiscentista do Planalto.
- 35.) A imensa riqueza trazida pela mineração determinou uma invasão de lusos, que foram portadores de mentalidade, sentimentalidade, formação moral, etc., reinóis/ o que fez com que fosse adiada a separação das colônias brasileiras, as quais permaneceram ligadas a Portugal, por mais um longo século, até que os filhos e netos desses emigrados reinóis fossem, por sua vez acrioulados, o que só aconteceu no século XIX.

Todos esses postulados, encontrando base na evolução histórica das colônias brasileiras, formam uma cadeia seguríssima, estudada nos capítulos anteriores. Por certo, muitos deles derruem idéias estabelecidas, que, como "*tabus*", se achavam já cristalizadas no pensamento geral. Mas, já é tempo que se faça jorrar a luz da verdade imparcial, fazendo entrar em colapso essas mentiras que vêm envenenando o nosso passado, deformando os juízos, que se tem feito a respeito das nossas realidades.

O mais importante desses postulados é, por certo, o concernente ao movimento de aclamação de Amador Bueno. Este foi o primeiro sinal de nacionalismo em toda a América.

Não é a pessoa de Amador Bueno, que merece as nossas homenagens, mas sim o que fez com que ele fosse aclamado. Esse movimento popular, que arrastou uma idéia, é que deve merecer a ternura de uma grande homenagem da posteridade.

Prestemos essa homenagem, uma vez que a sombra da dúvida e da fantasia, está varrida com o aparecimento da cristalina verdade.

“Considerações sobre o estado económico do Planalto no século XVII”

— — — SUAS CAUSAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS — — —

Gerson Costa e Éli Piccolo

A D V E R T Ê N C I A

Realizamos no segundo semestre do ano transato um trabalho que, antes de mais nada, teve um cunho científico, isto é, de pesquisa histórica. Todavia, esse trabalho reservava-se a um único objetivo: — conseguirmos uma nota de aproveitamento. Ultrapassando, porém, a nossa expectativa, foi, o referido trabalho, ótimamente recebido pela crítica do professor catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira, Dr. Alfredo Ellis Junior. Daí, surgir hoje, neste Boletim, em letras de forma, uma contribuição que não havia sido destinada exatamente para esse fim. Em tais condições, pois, rogamos, aos possíveis leitores, uma certa benevolência no julgamento às linhas a seguir transcritas.

OS AUTORES

Abril de 1944.

1.ª PARTE

INTRODUÇÃO

Se nós analisarmos friamente a conduta do homem na Terra, quer seja no tempo, quer seja no espaço, verificaremos que tudo que ele executa gira em torno deste problema terrível: continuar. Desde que o homem abre os olhos para a vida, desde o momento em que vem das entranhas maternas à luz do dia, tem ele esse primordial problema a resolver. E só há uma maneira de se resolver esse problema que, enfim, nada mais é que a própria vida. Tal solução é lutar contra o meio lutando consegue o homem viver. Ora, uma análise mais ou menos minuciosa nos revela que tal luta tem um fundo econômico. É uma luta pelo alimento. É uma luta que tem como objetivo final a satisfação daquela necessidade fisiológica que nós chamamos "fome". Essa luta sempre existiu. Foi assim no passado, é assim no presente e será assim no futuro. O homem não pode fugir à isso. A necessidade de viver, essa força estranha que impele o homem a sobrepor sua vida acima de tudo o mais, é um sentimento bastante forte para justificar todos os meios empregados para sua satisfação.

Pois bem ;essas nossas palavras tem sua razão de ser, apesar de parecerem um tanto descabidas. Por que têm elas sua razão de ser? Simplesmente por que vamos estudar, nas páginas que se lerão logo mais, a situação econômica do Planalto no século XVII, situação essa tão angustiada que fez o paulista apelar para o apresamento. E como esse apresamento tem sido criticado por "historiadores" pouco avisados, pretendemos justificá-lo pela necessidade de viver dos paulistas. Os paulistas, vivendo numa situação econômica quase que deficitária, apelavam para o apresamento como único meio de satisfazer suas necessidades econômicas e, pode-se dizer mesmo, para ganhar o pão de cada dia. Têm-se querido deslustrar os gigantescos feitos daqueles bravos que "fizeram" grande parte do Brasil. Até houve quem os classificassem como "bandidos"! Esta afirmação é tão errônea e injusta que nem sequer merece que a refutemos. É infantil e maldosa. Nós que pretendemos cultivar a verdade histórica, sem olhar interesses de terceiros, jámais poderíamos considerar o bandeirismo de prea como um crime. Não, pelo contrário. Achamos que o apresamento foi uma necessidade econômica cujo fim era o ganho do pão de cada dia. Vamos mesmo mais longe e afirmamos que qualquer u mde nós para falar com autoridade sobre o assunto precisaria se colocar no tempo do apresamento, isto é precisaria fazer uma viagem ao passado. E cremos ainda que qualquer um de nós teria

sido caçador de índios se tivesse vivido naquela época e em tal situação. Só não seríamos caçadores de índios se não tivéssemos boa constituição física, uma vez que tal profissão exigia um físico de têmpera de aço. Não é possível ajuizar do bandeirismo de preta sem se transportar para aqueles tempos, pois hoje tudo está tão diferente que não nos serve de base. E' preciso dar um salto de três séculos ao passado. Com este salto estaríamos em condições de afirmar se o bandeirismo teve sua razão de ser ou não, isto é, se ele foi ou não o meio de satisfazer a fome. Mas mesmo que o apresamento não estivesse a cargo da satisfação dessa necessidade primordial, mesmo assim ele não deve ser tido como imoral. E' preciso considerar a época. E' preciso que conheçamos a situação económica dessa época. E nós faremos uma viagem a esse passado glorioso da História do Planalto. Faremos uma viagem ao século XVII peregrinando por mais de 300 inventários. Nosso único objetivo é contribuir para um maior conhecimento da nossa História, essa História que tanto nos fascina e atrai, não só por sermos paulistas como também por vermos nela episódios verdadeiramente épicos. Entretanto, nem por isso nos deixamos conduzir pelas rédeas do coração. Não foi o coração que nos orientou na execução deste trabalho. Foi, isso sim, o raciocínio, a razão e a imparcialidade. Nossas afirmações são tão imparciais quanto poderiam ser, isto é, no seu mais alto grau. Antes de chegarmos à umas tantas afirmações que logo adiante se lerão analisámos fria e imparcialmente mais de 3 centenas de inventários. Dessa maneira julgamos ter feito um trabalho modesto, é verdade, mas tão científico quanto nos foi possível, uma vez que a falta de traquejo constituiu uma forte barreira que não nos permitiu fazer coisa melhor.

Vamos falar do Planalto, dissemos nós. Pois bem; antes de entrarmos propriamente no assunto queremos apresentar o plano sob o qual distribuímos a matéria deste trabalho. E' um plano tão racional e lógico que se por acaso tivéssemos fugido dele, teríamos inutilizado nossa exposição. Segundo tal plano o assunto foi dividido em 5 partes, a saber:

- 1.^a Parte — Introdução
- 2.^a Parte — Causas
- 3.^a Parte — Fatos
- 4.^a Parte — Consequências
- 5.^a Parte — Conclusão.

A 1.^a e a 5.^a partes poderiam ser consideradas como apêndices do trabalho. As restantes constituem de fato a matéria do trabalho.

Tudo que há no mundo tem suas causas e gera suas consequências. Ora, vamos falar do Planalto seiscentistas afirmando que nele havia a mais franciscana das pobrezaas, pobreza essa tão acentuada que não é exagero dizer-se que os paulistas viviam quase que constantemente num estado deficitário. Se isso é verdade é preciso buscar o "porque" dessa situação. E' preciso que revelemos as causas de tal pobreza, pois do

contrário nossa curiosidade intelectual não seria satisfeita e nosso estudo perderia em muito seu valor. E como todo fato determinado por umas tantas causas gera forçosamente umas tantas consequências, é preciso que estudemos estas últimas de uma maneira tão minuciosa quanto possível. E' que pela amplitude de suas consequências podemos julgar um fato, qualquer que ele seja.

Esse, pois, o caminho que seguimos para atingir o fim que almejamos qual seja o de contribuir para o conhecimento de S. Paulo no século XVII. Nossa exposição terminará por uma conclusão onde procuraremos traçar um paralelo entre o Nordeste e o Planalto no seiscentismo. Esse paralelo demonstrará da maneira mais incontestável possível a precária situação econômica de S. Paulo e, por isso mesmo, por ela se poderá justificar a atitude de nossos avós ante o índio, atitude essa perfeitamente humana e nunca de "bandidos" como querem alguns "historiadores" que de historiadores só têm o nome.

— — —

2.^a PARTE

Possíveis causas da pobreza do Planalto no século XVII

Nós, já dissemos que o século XVII nos mostra o Planalto numa situação econômica bastante precária. Afirmamos mesmo que o estado deficitário não era um caso raro. Pois vamos agora tentar dar as causas dessa pobreza. Claro que não pretendemos ser completos nesse setor, mas apenas queremos expor as causas que julgamos as mais determinantes do fato — a pobreza. Sabemos todos nós que toda produção humana está subordinada à seguinte equação:

$$E = T + M + C + t + c$$

Nessa equação E seria a produção; T seria a terra; M seria a mão de obra; C seria o capital; t seria o transporte e c seria o consumo. Ora, a pobreza planaltina não passa da ausência de três desses fatores, a saber: capital, transporte e consumo. Sim porque a terra e a mão de obra existiam em quantidade acima das necessidades. A terra existia em abundância, porém as propriedades eram pequenas, uma vez que não havia necessidade de serem maiores. E' que a produção era muito pequena, limitada ao consumo local. Além de abundante a terra era boa, fértil mesmo. Dizemos isso por que o Planalto vivia um regime de policultura, produzindo desde o trigo até o algodão. Claro que tudo em pequeníssima escala. O fator mão de obra também era abundante. Era abundante mas de má qualidade. Entretanto a quantidade poderia equilibrar a má qualidade, se fosse necessário. Mas a ausência daqueles três fatores por nós enumerados inutilizava essa abundante mão de obra,

Dissemos que a mão de obra era de má qualidade e com razão. Em verdade o índio nunca foi um bom trabalhador. Ao contrário, sempre foi um preguiçoso e desajeitado. Sempre foi um rebelde. Assim sendo, terra e mão de obra existiam em quantidade suficiente para não existir pobreza. E a pobreza existia por que as outros três fatores da equação por nós acima citada eram ausentes, sinão vejamos:

a) *Capital*. A não existência de capital é para nós uma das causas da pobreza paulista no século XVII. Alguem poderá afirmar que o capital não existia por que havia pobreza e, por isso mesmo, era uma consequência desta e não uma causa. Mas nós responderemos que tal afirmação é errada, embora pareça paradoxal. Por que? Simplesmente por que ninguém possuira um capital que se perdera aquí, isto é, nunca existia um capital grande no Planalto. Dessa forma a ausência de capital é uma causa da pobreza e não uma sua consequência. Se constátassemos que um certo indivíduo possuira um grande capital e perdera-o cá no Planalto, aí sim teríamos razão em afirmar que a falta de capital era uma consequência da pobreza. Mas não constatamos isso. Pelo contrário, verificamos que os portugueses que se dirigiram ao Planalto no século XVI não eram ricos. Essa falta de dinheiro foi transmitindo-se de pai para filho até a época que agora nós preocupa. A falta de capital era um mal hereditário. Por essas considerações cremos estar certos ao afirmar que a falta de capital foi em verdade uma causa da pobreza paulista.

b) *Transporte*. Eis aquí uma das maiores causas da pobreza planaltina no século XVII. De fato, a falta de transporte deve ter sido de marcante influência no estado económico no Planalto no século XVII. Aliás, é fácil chegar-se a esa conclusão observando-se o que se passa hoje em nossos dias. Verificamos que o atual conflito armado tem-nos causado inúmeros dissabores dentre os quais destaca-se a falta de transportes, falta essa que prejudica aos produtores e consumidores. Pois os paulistas sofreram desse mal no século XVII. Não havia meios de transportes. Se nós imaginássemos que existiam todos os fatores daquela equação no Planalto, menos o transporte, mesmo assim haveria pobreza. E' que sem o transporte não há comércio e sem comércio uma produção muito grande é inútil. E os paulistas compreenderam isso. Produziram só o estritamente necessário. Se existisse um mercado consumidor este de nada valeria sem transporte. Mas, é o caso de se perguntar, porque não existia transporte? Não havia transporte por que o meio geográfico dificultava uma fácil comunicação com os possíveis centros consumidores. E isso tanto é verdade que a própria viagem ao nordeste dos índios apesados pelos paulistas era dificultosa e cheia de mil e um obstáculos. Além dessa dificuldade decorrente do meio havia o custo do transporte que naturalmente era elevado.

c) *Consumo*. Os produtos planaltinos eram consumidores "in loco". Eram consumidos pelos próprios produtores. Não havia consumidores externos. Dessa maneira não podiam os paulistas produzir em grande escala, uma vez que tudo aquilo que excedesse ao seu consumo seria per-

dido. A falta de um mercado consumidor foi, pois, uma das causas da pobreza paulista.

A defeituosidade da equação que subordina a produção humana é, a nosso ver, de grande importância para o estado econômico do Planalto no século XVII. Além dessas causas econômicas há mais duas de ordem geográfica e uma de ordem política. Vejamos esas outras causas, as quais são também de importância.

d) *Distância*. Nós sabemos que o Nordeste venceu a batalha do açúcar principalmente por ficar mais próximo de Portugal que o Planalto. Pois essa mesma diferença impossibilitou ao Planalto um grande desenvolvimento de sua produção, uma vez que os possíveis centros consumidores, Portugal e Nordeste, achavam-se a uma enorme distância de S. Paulo. Tão grande era a distância entre o Planalto e Portugal para a época, que os paulistas viviam como se fossem senhores de si, isto é, como se constituíssem uma nação independente.

e) *Isolamento*. Eis outra causa geográfica. Além de distante o Planalto achava-se isolado geograficamente. O mar estava relativamente próximo, mas a escarpa da serra do mar dificultava qualquer comunicação, isolando o Planalto. *Os próprios rios correndo para o interior auxiliavam esse isolamento*. Dessa forma poderíamos considerar o Planalto como qualquer coisa parecida com uma ilha ou um oasis. Essa situação tinha que gerar forçosamente a pobreza. Mas mesmo com sua pobreza o Planalto tinha sua individualidade própria.

f) O abandono do Planalto por parte de Portugal parece-nos ser uma das causas principais da pobreza aqui reinante. E' que não havia estímulo. Portugal pouco se incomodava conosco. Não se interessava mesmo. Só o Nordeste açucareiro e rico merecia as atenções dos luzitanos. Dava-se isso mesmo até debaixo do domínio espanhol. Tal atitude política fez com que o Planalto ficasse entregue a si mesmo, impossibilitando um aumento de sua produção e, por consequência, causando a pobreza. Isso foi um mal para o Planalto, não há dúvida. Mas graças a esse abandono o Planalto teve sua individualidade e coube-lhe a glória de haver sido o berço da primeira manifestação nativista de toda a América. Aqui no Planalto surgiu a primeira chama da liberdade. Ademais, se Portugal abandonava o Planalto, este pagava na mesma moeda abandonando a metrópole. Só com o ouro Portugal voltou suas vistas para o Planalto.

Essas são as causas mais evidentes da pobreza paulista no século XVII. Naturalmente não são as únicas, mas quer-nos parecer sejam essas as mais importantes. Essas causas não agiram isoladamente, mas sim em conjunto. Agiram em conjunto e simultaneamente. Essas causas determinaram um estado econômico tal que o paulista viu-se obrigado a caçar índios. E' que o índio era a única mercadoria que dispensava transporte, pois transportava-se a si mesmo. Transportava-se a si mesmo e também ao alimento. E caçando índio o paulista alargou o Brasil afastou para o ocidente o meridiano de Tordesilhas.

Vistas as principais causas do estado económico do Planalto no século XVII, passemos agora ao fato propriamente dito, que é a parte mais interessante de nosso trabalho.

3.ª P A R T E

Estado económico do Planalto no século XVII.

No seiscentismo a vida planaltina não deve ter sido muito agradável. Trabalhava-se muito e não se fazia fortuna. Era uma vida rude, própria para gigantes como o foram os heróicos paulistas. Trabalhava-se muito e produzia-se tudo o que era necessário para viver, porém não era possível o acúmulo de fortunas. Trabalhava-se o dia de hoje para garantir o pão de amanhã. E essa foi a vida que levou o planaltino durante todo o correr do século XVII. No fim do século, quando o ouro foi descoberto, o paulista poudo sonhar com riqueza. Mas então o velho Portugal, que até essa época não havia se interessado pelo Planalto, voltou suas vistas para o precioso metal e o paulista foi vilmente roubado. Foi extorquido. Estava escrito no livro dos destinos dos homens que o Planalto seria pobre no seiscentismo e assim o foi. Muita vez o paulista teve que apelar para o apresamento para não sucumbir à fome. Só o apresamento dava àquele que o praticava uma certa largueza financeira. Jamais houve fortuna, todavia. Pelo inventário de Diogo de Souza nós podemos avaliar a situação económica de muitos dos habitantes do Planalto. Diogo de Sousa faleceu em 1628. Faleceu não na sua casa, pois não a possuía. Faleceu numa das casas de Pero Domingues, na vila de S. Paulo. Deixou a viuva com 2 filhos menores. Como os avaliadores de seus bens não estavam na vila funcionaram como tal 2 homens bons; Francisco de Mendonça e Pascoal Dias. A viuva, em adiantado estado de gravidez, prestou todas as informações necessárias. E então todos os bens foram inventariados. Constatou-se a existência de um calção e uma roupeta, umas velhas meias de seda, um chapéu velho, um gibão, um catre, uns sapatos de homem e uma tesoura. E nada mais. Deviam ao falecido 3\$280 e o defunto devia 19\$220! Como as dívidas eram superiores a fazenda inventariada não se fez partilha. Fez-se leilão das cousas deixadas pelo defunto.

O gibão, que não era do defunto mas sim de Bernardo Sanches, foi dado a este último. Assim, não era de pobreza a situação económica desta família, mas sim de miséria. Como teria se arranjado a viuva para criar seus filhos?

Esse é um exemplo apenas. Não queremos dizer que todos os planaltinos fossem assim pauperrimos. Não, havia aqueles que eram mais arranjados. Mas todos eram pobres. Os que viviam com alguma largura deviam ser os "maiores" da terra. Mesmo vivendo em tão precária situação económica o paulista jamais perdeu sua religiosidade. Ja-

mais deixou de ser profundamente católico. Em seus testamentos rogaram em conflitos com os jesuitas o fizeram com razão. Os soldados o auxílio de não sei quantos santos da corte celeste. Se os paulistas enviam os paulistas que lhes mandassem dizer um colosso de missas. Alguns pediam mesmos mais de 200! E temerosos da justiça divina pediam da Companhia dos Jesús pretendiam opor-se ao bandeirismo de prea. E como esse bandeirismo era uma necessidade premente, uma questão de vida e não um divertimento, os paulistas desacataram muita vez os jesuitas. E fizeram muito bem. Quem de nós não faria o mesmo em tal situação? Nós ao menos fariamos guerra à qualquer seita religiosa se acaso nossa vida estivesse em jogo. E a vida dos paulistas estava em jogo. Era preciso caçar índio para matar a fome, pois o índio era a única mercadoria negociável. Apesar dessa oposição entre o paulista e o jesuita, oposição de fundo econômico, o planaltino era muito católico. As vezes a oposição entre os 2 grupos chegou a extremos. E' o caso de Cornélio de Arzão que foi excomungado e sequestrado em 1628.

Víssemos que o paulista produziu de tudo. E isso é verdade. Produzia de tudo mas em pequena quantidade. Pelos inventários que nós analisamos podemos chegar à conclusão que o paulista dedicava-se a várias modalidades de atividades. Vamos analisar essas atividades para sustentar nossas afirmações. Vejamos:

a) *A agricultura e seus derivados.*

Os paulistas tinham na terra fértil uma boa amiga. Dizemos fértil porque produzia de tudo. Produzia desde o algodão com que se fazia a roupa até o trigo com que se fazia o pão. Era uma produção para consumo caseiro e imediato. Dava para matar a fome diariamente. Uma prova dessa produção minguada nós temos nos inventários. Os inventários eram feitos, como se sabe, por ocasião do falecimento do inventariado. Nessa ocasião tudo que o indivíduo possuía era avaliado. E por essa avaliação constatamos que o paulista possuía uma mínima reserva de alimentos. Não hávia depósito de alimentos. Havia apenas o suficiente para a alimentação por uns 2 ou 3 dias, si tanto. Constatamos a existencia dos seguintes produtos agrícolas.

Feijão	932 alqueires
Milho	23.144 mãos
Trigo	4.090 alqueires
Algodão	963 arrobas
Mandioca
Cará
Tabaco	880 arrobas
Cana de açúcar

Possivelmente o planaltino dedicava-se ainda a horticultura, pois não nos parece possível que os paulistas passassem sem verduras. Pelos inventários não apuramos nada nesse sector. Frutas havia e com abun-

dância. Havia laranjeiras, limoeiros, vinha, goiabeiras e marmeleiros. Aliás o marmelo era empregado no fábriço de marmelada. Encontramos nos inventários 2.240 caixas desse doce. Com o milho o planaltino alimentava seu gado, que como se verá logo não era pouco, e a si próprio. Fabricava fubá. Constatamos a existência de pelo menos 6 moinhos. Quasi todos os paulistas possuíam sua rocinha de milho mas bem poucos possuíam moinhos, indispensáveis para fabricação do fubá. Disso logo se pode concluir que possivelmente os proprietários de moinhos moíam o milho para quem quizesse mediante um certo pagamento. Somos mesmo propensos a acreditar que tal pagamento era feito "in natura", isto é, com uma certa porção do próprio milho. E' que dinheiro era coisa raríssima no Planalto. Também cangica se fazia com o milho. Este era, pois, muito precioso na economia planaltina. Mas muito mais preciosa era a mandioca. Não por si mesma, mas pela farinha que dela se fazia. A farinha de mandioca socada em pilões, em grande número no Planalto, juntamente com carne dava a conhecida passoca de carne. Esta por certo era indispensável aos bandeirantes que iam a cata do índio, uma vez que é um produto substancial, de fácil transporte e dificilmente deteriorável. Também na ocasião em que os paulistas levavam os índios ao centro consumidor nordestino, durante a viagem a passoca de carne era o alimento básico. Ao menos assim pensamos nós. Esse alimento era transportado pelos próprios índios, pois seu peso é insignificante. Os canaviais existentes no Planalto eram bem pequenos. Com a cana de açúcar o paulista fabricava aguardente, melado, rapadura e açúcar. A cana era moída em moendas, das quais constatamos a existência de os canaviais, pois estes apesar de pequeninos eram comuns. Muitos os possuíam para seu consumo. Ora, a existência da cana faz-nos pensar em seus derivados. Daí chegarmos à mesma conclusão à que chegamos quanto ao milho. Quem quizesse moer sua cana poderia fazê-lo pagando um tanto aos proprietários das moendas. O que nos deixa admirados é a pequena quantidade de açúcar que foi por nós constatada nos inventários. Apenas 4 arrobas! Será que o planaltino não comia açúcar? Será que errariamos afirmando que só uns tantos privilegiados podiam ter açúcar às suas mãos? Claro está que todo individuo necessita de açúcar para viver. Esta o planaltino obtinha saboreando as frutas e a cana de açúcar. Mas açúcar, como tal nós pretendemos encarar, não era coisa de todo o dia. Para o fabrico de cachaça existiam alambiques, dos quais encontramos 33 exemplares. Isso nos faz pensar que a cachaça era mais abundante que o açúcar. Talvez mesmo mais necessária. Aqueles que no mato enfrentavam os rigores das intempéries a cachaça era remédio. Depois de um forte aguaceiro, em plena mata ou navegando um rio, o bandeirante apelava para a cachaça para reanimar o corpo. Se hoje muita gente faz isso porque o paulista não o faria. Os tempos mudam mas os homens são os mesmos. Quanto ao algodão este servia para o fabrico de tecidos. Aliás, como é fácil supor, esse tecido devia ser bem grosseiro. Para trabalhar o algodão o paulista possuía teares, porém só constatamos a existência de 15 deles! Quanto ao tabaco este não

nos parece que era abundante, mas assim mesmo fabricava-se fumo em corda. Encontramos 14 rolos deste.

Eis aí os produtos agrícolas do Planalto no seiscentismo e seus derivados. E' pouco, muito pouco mesmo. Como se vê, havia escassez qualitativa e quantitativa. Não era nada agradável viver em tal situação econômica. O planaltino tinha forçosamente que ser sóbrio. Tinha que ser sóbrio e trabalhador. Para avaliarmos a intensidade do trabalho agrícola apelamos para o número de ferramentas existentes no Planalto no século que ora estudamos. Verificamos que não era muito pequeno o número das ferramentas agrícolas, mas nem por isso vem contra a nossa tese, isto é, não desmente a pobreza planaltina. Ao contrário, justamente. Havia tal pobreza no Planalto que impossibilitava u mcomércio entre os seus moradores. E cada um tinha que produzir para seu consumo. Daí cada família ter um certo número de enxadas e foices, as quais serviram para o cultivo da roça que dava à família o indispensável para viver. Cada família produzia para seu gasto, pois não havia especialização profissional. Todo planaltino possuía sua rocinha e criava seu gado. Naturalmente havia algumas exceções. Mas as exceções eram em tão pequeno número que vem a favor de nosa afirmação. Uma dessas exceções é o indivíduo Antônio de Azevedo de Sá, falecido em 1681. Este homem não cuidava da agricultura. Possivelmente era um mascate, pois pelo se uinventário ficamos sabendo que ele possuía uma porção de miudezas, tais como fitas, meadas de linha, retroz, botões, torçais, 139 chapéus, fazendas, 36 cadeados, 137 libras de pólvora, etc.. Mas este é um caso raro. E' uma exceção. A regra era todo indivíduo ter sua culturazinha de feijão, milho e mandioca. Mas, voltando às ferramentas agrícolas, constatamos a existência dos seguintes objetos:

Foices	1.631
Enxadas	2.606
Picadeiros	5
Enxós	89

Além diso é possível considerar ainda um certo número de machados desempenhando função agrícola, pois é fora de dúvida que para derrubar uma mata onde depois se fazia um roçado, era o machado utilizado. Claro que os 739 machados que encontramos nos inventários não tinham só essa missão. Mas o importante é o número dessas ferramentas. Para avaliarmos o estado econômico do Planalto no seiscentismo o número de ferramentas é mais importante que a quantidade dos produtos agrícolas. E' que a quantidade de produtos só vale para a época do inventário, uma vez que era destinado ao consumo imediato. Já as ferramentas passavam de pai para filho, atravessando anos e anos. Entretanto, produtos e ferramentas, estão atestando o que sustentamos neste trabalho.

Tratemos agora de outra atividade do planaltino.

b) A criação e seus produtos derivados.

Depois da agricultura era a criação a grande atividade planaltina. Logo que constatamos o número de bovinos existentes no Planalto uma interrogação vim ao nosso espírito. E a nosas curiosidade exigindo uma resposta satisfatória levou-nos a medita sobre esta pergunta: "Para que tanto gado?" Mas antes de responder a essa pergunta é necessário expor a espécie e a quantidade da criação. Vejamos:

Esse gado foi constatado em que periodo de tempo?

Gado bonino	6.799
Gado suino	1.942
Gado lanígero	619
Caprinos	32
Equinos	785
Aves várias	622

Ora, nós sabemos que o Planalto não exportava nada, exceto índios. Então por que tanto gado assim? Sim por que essas 6.799 cabeças de vacas não parecem estas de acordo com a situação econômica do planaltino. Mas nós sustentamos que essa criação é mais uma prova a favor da nossa tese. Esse gado não desmente a pobreza paulistana, pelo contrário. O planaltino precisava criar suas vacas e seus porcos para sustentar-se a si próprio e aos índios caçados. Se os ndios apresados destinavam-se ao nordeste, ao comércio enfim, precisavam ser bem nutridos. E que alimento havia melhor que a carne? Feijão? Milho? Frutas? Não, nada disso. Era mesmo a carne a base da alimentação. Talvez não a carne propriamente dita, mas a passoca de carne a que já nos referimos. Dessa maneira cremos poder explicar a existencia desses porcos e dessas vacas. Ainda se o gado fosse repartido por todos os planaltinos a gente poderia pensar que a sua existencia ligava-se à produção do leite e ao fabrico de queijo e manteiga. Por exemplo, só Manoel João Branco em 1643 possuía 444 cabeças de vacas.

Será que esse número era destinado à produção de leite? Será que seu proprietário pretendia comer toda essa carne? Não, não é possível. Em vista disso parece que nós temos razão quando afirmamos que boa parte de carne era destinada à alimentação do único produto que o Planalto exportava — o índio. Quer-nos parecer que a criação saía mais barata que a agricultura e, por isso mesmo, era preferível dar carne com farinha ao índio que dar feijão ou pão de trigo. Notamos a existencia de cerca de 116½ arrobas de carnes preparadas. O gado bovino além disso tinha outra grande missão, talvez maior que aquela acima referida. Queremos nos referir ao seu couro. Era o couro de uma importância incalculável para o planaltino. Para tudo o couro servia. Servia para fabricar calçados, botas, gibões, sacolas, incostos de cadeira, dobradiças, cinturões, estrados de cama, chapelões, corréias, arreios, e ou-

tras coisas mais. Encontramos 515 couros preparados. Grande, pois, era a importância do gado bovino. Uma vaca valia muito mais que um índio sob o ponto de vista econômico. Mas também o gado lanígero era importante. E' que ele fornecia a lã (8 1/5 arrobas, encontradas nos inventários). Com a lã e o algodão o planaltino vestia-se modestamente e fabricava umas tantas peças para uso doméstico. A indumentária do homem, principalmente, era completada com o couro curtido. Quanto às aves estas eram de várias espécies. Haviam patos, galinhas, perús e até pombos. Mas sobretudo galinhas. Claro que a maior abundância de galinháceos prendia-se à produção de ovos.

Vista essa atividade do planalto passemos agora a uma outra grande atividade do paulista seiscentista, que é a seguinte:

c) *Apresamento do índio.*

Não pretendemos falar do apresamento em si, isto é do bandeirismo de prea. Não, agora não estamos cogitando disso. Queremos apenas nos referir a essa atividade econômica do planaltino. Como a agricultura e a criação só davam como resultado a pobreza, só davam para matar a fome, o paulista precisou apelar para a caça ao índio. Sim, porque esta era a única maneira de se arranjar um produto comerciável. O nordeste pedia índios? Pois o paulista enviava índios no nordeste. Era, pois, uma atividade econômica, nada mais. Aliás atividade necessária ao paulista. Os inventários nos revelaram a existencia de 7.731 índios. Claro que este número só nos serve para termos uma noção dessa atividade econômica. Mas, perguntamos nós, como eram caçados esses índios? Como iam os paulistas a essa caça? Já se afirmou que o paulista armado de espingarda lutava com os índios armados de arco e flexa. Pois isso não nos parece verdade pois percorrendo mais de 300 inventários só encontramos as seguintes armas no século XVII:

Arcabuzes	3
Espingardas	90
Escopetas	81
Bacamartes	3
Pistolas	8
Espadas	58
Alabardas	1
Facões	5
Arcos	2
Flexas	42

Com essas armas poderia o paulista lutar com superioridade contra o arco e a flexa do índio? Superioridade havia mas era no físico. Se vantagem havia em matéria de armas essa era do índio e não do paulista. Possivelmente o paulista usava a espingarda só para lançar confusão e pânico. Além disso era de interesse não maltratar o produto da caça. Nessas caçadas os paulistas iam mais por terra que por água pelos rios.

Ao menos é o que nos leva a supor o facto de só existirem 6 canoas nos inventários. Levavam consigo aguardente e passoca de carne ou carne salgada. Iam vestidos de gibão afim de guardar-se das flexadas inimigas. Iam, enfim, com uma finalidade económica e não por prazer. Era a pobreza do Planalto que impelia o paulista ao apresamento. O apresamento foi, pois, uma actividade económica cujo fim era o mesmo que a agricultura e a criação apresentavam, ou seja, a satisfação da fome.

Agricultura e criação em diminuta escala e mais o apresamento do índio foram as três grandes actividades do planaltino no século XVII. Mas havia ainda uma indústria complementar dessas actividades. Uma indústria pequenina mas muito complexa, uma vez que abrangia vários sectores. Vejamos:

a) *Indústrias derivadas da agricultura.*

Consideramos indústrias derivadas da agricultura toda actividade que tinha por missão transformar os produtos fornecidos pela terra fazendo surgir novos produtos. A fabricação de marmelada, de farinha de trigo ou mandioca, do pão, da canjica, do fubá, do açúcar, da rapadura, do melado ou do tecido, constituiu umas tantas indústrias. São indústrias domésticas as mais das vezes. Mas tais indústrias podem assumir carácter comercial. Pois não é verdade que o dono de um moinho moia o milho de quem lhe pagasse uma certa quantia e produzia assim o fubá? Mas aquele que possuía um moinho, uma moenda ou um alambique utilisava-os mais para seu proveito e só ocasionalmente para os outros. Daí chamarmos a esta actividade "Indústria doméstica".

b) *Indústrias derivadas da criação.*

Também a criação no Planalto, embora tão modesta como já vimos, dava margem à existencia de várias actividades industriais dela derivadas. Assim é que havia a fabricação de carne seca, carne salgada, tecidos de lã e possivelmente de queijos e manteiga. Mas era a indústria de couro a mais importante. Não só o ato de curtir o couro, mas também a fabricação de sapatos, gibões, arreios, etc.. E' preciso considerar também a industria de ferraduras. De facto, as ferrarias estavam subordinadas à criação de cavalos, pois é fora de dúvida que estes andavam ferrados. Constatamos a existencia de pelo menos 17 ferrarias ou tendas de ferreiro no Planalto. Mas, cremos nós, nas ferarias se produziam algumas coisas mais do que simples ferraduras. Talvez enxadas, foices e machados. E, possível. Essas são as actividades da paulista no seiscentismo que nós chamamos de indústrias derivadas da criação. Ainda aqui precisamos dizer que estas actividades tinham um cunho doméstico ou individual. Cada familia geralmente produzia tudo que necessitava.

c) *Outras indústrias.*

Além das actividades complementares da agricultura e criação, havia no Planalto mais 2 indústrias, pelo menos, que merecem ser lembradas.

Queremos nos referir às olarias e carpintarias. Apesar de constataremos a existência de apenas 3 olarias e 8 carpintarias, cremos que elas existiam em maior número. As olarias fabricavam tijolos e telhas. Destas últimas encontramos nos inventários 44 milheiros. Como as casas eram geralmente de paredes de barro socado e cobertas com telhas ou sapé, as olarias destinavam-se mais ao fabrico de telhas que de tijolos. As carpintarias, encarregavam-se de fabricar uns tantos objetos de grande necessidade, tais como camas, caixas, mesas e cadeiras. Mesmo as camas muitas vezes eram substituídas por redes. Essas carpintarias eram bem aparelhadas. Possuíam compassos, formões, esquadros, serras, plainas, verumas, martelos e serras. Claro que os objetos ou moveis fabricados por tais carpinteiros não podiam deixar de ser toscos e rudes. Mas para nós isso é secundário. O importante é constatar o fato. Havia carpintarias que se destinavam a confecção de móveis e outros objetos de madeira, eis o importante para nós.

Visto isso nós podemos chegar a conclusão que no Planalto seiscentista existiam 7 modalidades de atividades mais importantes, a saber:

- I — Agricultura.
- II — Criação.
- III — Apresamento.
- IV — Indústrias derivadas da agricultura.
- V — Indústrias derivadas da criação.
- VI — Olaria.
- VII — Carpintaria.

Mas o fato de havermos constatado a existencia de 59 batéias para ouro nos leva a admitir uma nova atividade, qual seja a procura do ouro. Claro que esta atividade no fim do século XVII não nos causa espanto, porém nós encontramos, batéias já em 1633 e é isso que nos chama a atenção. A procura do ouro na primeira metade do seiscentismo quer nos parecer que era a primeira tentativa do encontro desse metal. encontro esse que teve seu "climax" no século seguinte. Aliás o ouro sempre preocupou o homem e possivelmente uma das primeiras coisas que Cabral quis saber ao tocar na terra que hoje é o Brasil foi se existia ouro. Mas no presente trabalho queremos apenas constatar a existencia de pelo menos 59 batéias no século XVII. O resto é outro capítulo.

Quanto àquelas 7 principais atividades do planaltino é justo que se pergunte: "quem é que trabalhava o solo, cuidava dos animais ou tecia o pano?" Seriam os índios apresados? Não, os índios apresados destinavam-se ao nordeste. Naturalmente com toda regra tem exceção esta também tem a sua, pois nós constatamos a existência de um ou outro índio com certo ofício, principalmente o de tecelão. Esses índios com algum ofício por certo eram os que de longa data moravam com seus donos. Entretanto essa ocorrência é tão escassa que só serve para confirmar a regra, isto é, que o selvícola não era utilizado nos serviços do Planalto. Se os índios fossem aproveitados para algum serviço se-lo-iam no tratamento da criação. Mas o que se fazia no Planalto era tão min-

gado que só os planaltinos bastavam para cuidar de tudo. O índio era apresado apenas para comércio. Era uma mercadoria. O nordeste consumia esse produto. Todavia queremos deixar assinalado que muitos índios eram empregados na própria caça ao selvagem. Apesar da não necessidade de gente que trabalhasse para o planaltino, pois só ele podia dar conta de tudo, existiam no Planalto umas 4 centenas de escravos. Nós constatamos a existência de 339. Possivelmente esses escravos se destinavam aos serviços mais rudes. Não que o planaltino enjeitasse o trabalho, mas sim por que tinha quem fizesse por ele os mais grosseiros. Entretanto é preciso não esquecer que não eram todos os habitantes do Planalto que possuíam escravos, ao contrário. Tais escravos provinham principalmente da Guiné e quem possuísse um deles era dono de um objeto de valor. Para se calcular o valor do escravo negro basta se comparar um deles com o valor de um sitio. Assim, em 1624 Manuel Vandala possuía apenas uma negra da Angola no valor de 16\$000. E em 1631 Melchior Matias de Mello possuía um sitio com casas de tripa cobertas de telha, 1 algodoal, árvores de espinho e bananeiras, no valor de 10\$000. Uma negra = 16\$000! Um sitio = 10\$! Basta isso para se aquilatar o valor do escravo. E note-se que o negro no fim, do século chegou a valor até 200\$000. Um sitio 10\$000! E' porisso que havia pobreza. Havia terra, gente para trabalhar a terra e trabalhava-se muito. Mas nada tinha valor. Ademais só se plantava e criava para uso doméstico. Não havia comprador externo, fora do Planalto. E além de tudo alguns produtos vinham de fora. Dentre esses convem destacar as armas, certos fazendas, o sal, um pouco de azeite do Reino e espelhos tezouras e navalhas. Claro que essas mercadorias vinham de quando em quando. Desse produtos que vinham de fora constatamos a existência do seguinte:

Sal =	63 alqueires e mais 13 arrobas
Espelhos =	26
Navalhas =	15
Tesouras =	15
Livros =	13

E mais muitos outros objetos que o Planalto não fabricava. Em sua maioria eram produtos que não se consumiam logo, de tal maneira que é licito imaginar que esses objetos eram muito antigos no Planalto, passando de pai para filho. Claro que o sal não está nessa consideração. Mas certamente havia uma pequena importação.

Vamos terminar esta parte perguntando: não exportando nada e importando alguma coisa havia ou não pobreza? Para pagar esses produtos como o sal o planaltino negociava com o Nordeste vendendo-lhe o índio apresado.

4.^a PARTE

Prováveis consequências do Estado económico do Planalto.

Conforme ficou assente no início de nosso trabalho, o capítulo das consequências geradas pela pobreza reinante no Planalto até o fim do século XVII destina-se à quarta parte desta exposição.

As consequências fizeram-se notar no tempo e no espaço. No tempo porque permaneceram, pelo menos, podemos dizer, por século e meio, isto é, desde a fundação de São Paulo — 1554 — até o fim do século seiscentista e, no espaço, pelo fato de que essas consequências não atingiram simples e apenasmente a região em que tiveram origem, porem, foram ter repercussão, talvez não tão pequena como à primeira vista nos possa parecer, nas outras partes do Brasil e na própria Europa. Por outro lado, devemos admitir uma assás forte complexidade de consequências e complexidade entre consequências. Complexidade de consequências porque sendo geradas por causas várias, e não só direta e exclusivamente da pobreza reinante na época, resultaram numa variedade de consequências. Complexidade entre consequências pelo fato de, por vezes, as consequências estarem relacionadas entre si. É que, às vezes, conforme verificaremos, uma consequência, produzindo outra, transforma-se e mcausa; a isto resolvemos reservar o título de consequência indireta.

Ainda desejamos colocar e mdestaque a seguinte consideração. As consequências — fato, aliás, que observámos com as causas — não agiram independentemente, porem, de modo concomitante e de conjunto, ou seja, não se fizeram sentir isoladamente. Vamos tentar apresentar e analisar esse conjunto de consequências; entretanto; não temos a veleidade de apresentar esse conjunto como regra fixa; pode e deve ser ampliado e melhorado, mesmo porque, as consequências nele assinaladas foram as que se precipitaram diante de nossos estudos. Em face da variedade de consequências resolvemos classificá-las; resultou desse fato considerarmos cinco tipos principais de consequências: 1) Humanas; 2) Demográficas; 3) Geográficas; 4) Económicas e 5) Políticas.

Vejamos, pois, o quadro de consequências.

1) HUMANAS

- a) mestiçagem entre nativos e portugueses.
- b) índice ou nível intelectual ínfimo.
- c) Inexistência de luxo.
- d) Religiosidade.
- e) Modo de vida especial, característico.
- f) Democracia.
- g) Patriarcalismo pouco intenso.

2) DEMOGRÁFICAS

- a) Despovoamento indígena.
- b) Povoamento europeu.
- c) Contribuição à demografia nordestina.
- d) Não atração do elemento negro.

3) GEOGRÁFICAS.

- a) Devassamento da terra e conhecimento da mesma.

4) ECONÔMICAS

- a) Bandeirismo de preta.
- b) Autarquia — pequena propriedade — policultura.
- c) Não atração de capitais metropolitanos.
- d) Descoberta do ouro nas Gerais e suas repercussões.
- e) Pastoreio.

5) POLÍTICAS.

- a) Abandono do Planalto por parte da Metrópole.
- b) Municipalismo.
- c) Independência “da fato” do Planalto.
- d) Destruição do imperialismo teocrático-jesuítico.
- e) Conquista e alargamento do território brasílico. (Posterior interesse, por parte de Portugal, no “uti-possidetis”).
- f) Não atração da cobiça estrangeira.
- g) Conquista do nordeste pelos holandeses.
- h) Interesse na hegemonia marítima holandesa.
- i) Interesse na manutenção do domínio espanhol.
- j) Aclamação de Amador Bueno.

Exposto este quadro passaremos agora ao comentário do mesmo.

1) HUMANAS

- a) *Mestiçagem entre nativos e portugueses.*

E' próprio dos homens efetuarem as empresas de grande envergadura e sujeitos a perigos intensos e variados. E' natural, portanto, que o Brasil, de início, recebesse somente o elemento masculino. Daí a razão pela qual o português se viu na contingência de se unir aos naturais da região. Mais tarde, porem, foi possível a união entre os representantes da mesma étnia. Por exemplo, nos inventários que percorremos, relativos a todo um século — o XVII — não encontramos nenhum casamento declarado, lícito entre o elemento português e o indígena, mas, sim, sempre entre conterrâneos ou, pelo menos, com filhos destes. Todavia, não nos deixámos embalar por este fato; comumente aparecem “filhos na-

turais" nos testamentos e inventários. E, por sinal, geralmente são beneficiados na repartição dos bens; não por direito mas por legado do defunto. Do frequente aparecimento de "filhos naturais" devemos concluir que a mestiçagem, não chegamos a afirmar como intensa, sempre houve. Entretanto, como explicar a mestiçagem como consequência da pobreza? Julgámos que essa mestiçagem não se realizava na mesma proporção entre a então vila de São Paulo e o sertão. E' que o paulista, na sua função de bandeirante, ao embrenhar-se pelo sertão, ali permanecia por espaços de tempo relativamente longos sem estar em companhia de sua mulher, se casado, posto que uma série de motivos, além do económico, impediam a presença desta. Bem, por motivos que não vem à pelo esquadrinhar, pensamos que no sertão a mestiçagem se realizava mais intensamente.

Considerando-se uma superioridade numérica do elemento masculino, branco, sobre o feminino ainda assim chegaríamos à *conclusão idêntica de que a mestiçagem foi um resultado da pobreza. Pois, a impossibilidade de se introduzir mulheres reinóis no Planalto não derivava, em grande parte, do próprio estado económico de seus habitantes?*

b) *Índice ou nível cultural ínfimo.*

A bem da verdade, é preciso que se diga, o planaltino tinha para si uma ínfima luminosidade destinada ao seu intellecto; e, assim mesmo, bastante precária. Mas isto é um fato muito natural e normal, não só para a época, mas, especialmente, para a situação regional. Ora, o planaltino lutava e trabalhava, de tal forma que causaria inveja ao mais esforçado dos mouros; essa labuta era necessária porque dela tirava partido para seu sustento. Suas principais atividades eram a agricultura e apresamento de índios. Quem, pois, tinha todo o tempo ocupado pelo trabalho, com toda razão, não poderia ilustrar seu próprio inteletto. Alguma instrução era ministrada nos colégios jesuíticos; escolas públicas não existiam. Apenas os homens, mas nem todos, recebiam uma pequena ilustração posto que as mulheres na época, ainda bastante desconsideradas, permaneciam completamente analfabetas. Da penúria em que viviam resultava no fato dos homens labutarem desde a infância; a pobreza continuava e, assim, o empreendimento particular de aquisição de cultura, era barrado. Tanto isto é verdade que por todo um século encontrámos apenas nove livros! E, assim, mesmo, alguns deles referentes à religião.

c) *Inexistência de luxo.*

Cousa perfeitamente compreensível é que o paulista seiscentista não se preocupasse com o luxo. A vida pobre, o baixo nível de vida, não permitiam que eles se entregassem aos prazeres do luxo e das comodidades. Por exemplo, casas rústicas tinham por habitação; sempre de pau-a-pique, cobertos de sapé; menos comumente se as viam cobertas de telhas. Os sobrados também não eram tão frequentes. Estes e as casas cobertas

por telhas, já podemos prever, pertenciam aos melhores aquinhoados da vila paulistânica . Não existia luxo; só esporadicamente se observam algumas pessoas mais afortunadas que podem exibir algum luxo, possuindo objetos, usos, costumes e tradições portuguesas. No mais aparecem todos os paulistas irmanados numa igualdade difícil de ser comparada a um outro grupo brasileiro.

d) *Religiosidade.*

Já por tradição o português era católico; quando na colônia, não perdia sua religião, pelo contrário, continuava-a. Além disso, isolados que estavam no Planalto, tornava-se indispensável um conforto espiritual. Os jesuítas neste setor tiveram importante papel. Mas é preciso dizer que os jesuítas aproveitavam-se da deficiência intelectual do paulista para que este ainda mais cultivasse sua religião tradicional. Testemunham a existência desta alta religiosidade os testamentos deixados pelos planaltinos . Tomando-se, por exemplo, o de Ambrósio Mendes (1642), lemos: "*Primeiramente encomendo minha alma a Deus Nosso Senhor que a remiu com seu precioso sangue por sua misericórdia e peço e rogo à gloriosa Virgem Maria, e aos bemaventurados santos São João Baptista, santos apóstolos São Pedro, São Paulo, São Miguel, o Anjo Santo de meu nome e a todos os santos e santas da corte do céu sejam meus advogados diante de Deus Nosso Senhor e me alcancem de sua divina magestade que haja misericórdia de minha alma e me perdoe meus pecados.*"

Declaro que sou cristão pela bondade e misericórdia de Deus Nosso Senhor e creio bem e verdadeiramente tudo aquilo que a Santa Madre Igreja Romana sente e crê em nossa santa fé, na qual portesto viver e morrer como verdadeiro cristão para o que peço a Deus Nosso Senhor sua graça e favor." A seguir manda que se rezem cinquenta e quatro missas a vários entes santificados; mas é frequente aparecerem testamentos em que se preveem mais de duzentas missas. A pobreza material correspondia a uma riqueza religiosa. Mas é interessante notar que essa religiosidade nem sempre era seguida à risca, especialmente, se colidia com os interesses econômicos. Assim, vemos os paulistas agirem de preferência, no preamento aos índios, entre as reduções, nas quais, os jesuítas catequizava-os. Daí resultarem conflitos entre jesuítas e paulistas. Certa vez, os paulistas expulsaram os jesuítas da vila, posto que estes desejavam impedir o preamento de índios, única fonte de renda dos planaltinos. Todavia, a religiosidade era um fato.

e) *Modo de vida especial, característico.*

A pobreza do Planalto redundou num gênero de vida assás interessante, característico, tendo um fundamento econômico: foi o do preamento de aborígenes, única e exclusiva fonte de renda planaltina até fins do

século XVII. Daí a luta e o esforço do paulista em desejar conservar essa fonte de renda que lhe permitia a obtenção dos poucos produtos que não produzia, porém, indispensáveis à própria subsistência. O único produto exportável era o índio — que ia para o nordeste trabalhar nas plantações de cana e engenhos de açúcar — e, à vista disso, era a fonte econômica principal.

f) *Democracia.*

As conseqüências acima já examinadas acrescentadas ainda pela autarquia, pela pequena propriedade e pela policultura, irmanou todos os paulistas por um prisma tão idêntico e de tal forma que teve por conseqüência, de fato e não de direito, numa situação democrática quanto às classes sociais. No Planalto não houve a formação de classes sociais distintas: todos eram pequenos proprietários, todos eram bandeirantes, ninguém se destacava. Tanto isto é verdade que ninguém teve auréola de poder o que contrasta com a situação aristocrática do Nordeste. Alguns bandeirantes são modernamente homenageados mas isto foi feito pela literatura e não representa a verdade estrita; não significa, eles se destacassem dos outros. Um ou outro bandeirante, talvez, tenham sido um pouco mais falados.

g) *Patriarcalismo pouco intenso.*

O estado patriarcal desenvolveu-se em toda sua pujança no nordeste. Aliás, era fatal. O cultivo da cana de açúcar exigia a grande propriedade porque só assim a agricultura canavieira surtia os resultados desejados, isto é, lucros compensadores. Por outro lado, porém, dava origem a uma aristocracia rural e firmava as tendências patriarcais de que o português vinha imbuido por “hereditariedade social”, se assim podemos nos expressar. Na verdade toda grande propriedade possuía infalivelmente sua casa grande e a senzala e, afinal, a “casa grande” é a expressão mais elevada do patriarcalismo, pois, nela residia a família toda: com todos os laços de parentesco, como sociedade privilegiada, claudominante da propriedade; na senzala alojava-se a escravaria.

Já no Planalto ocorria situação bastante diversa. Casa Grande e senzala, a acepção lata da palavra, símile às do nordeste, não existia. Confessamos não termos encontrado lugar algum destinado ao alojamento dos índios apesados e nem aos índios libertos. Quanto a estes últimos cremos que muitos deles participavam diretamente da vida domiciliar da família, em alguns aspectos.

Como o patriarcalismo já era tradição para o português está claro que, ao menos resquícios dele, permaneceram entre os paulistas. A pequena propriedade não exigiu a casa grande; a inexistência desta, por sua vez, implicou um patriarcalismo pouco intenso.

h) *Formação de uma psicologia própria.*

O paulista, cá no Planalto, porfiando intensamente na luta pela vida, isolado geograficamente, insulado socialmente, além de sofrer as

influências da mesologia local, constituiu para si uma psicologia propria. De natureza física forte mas sem ilustração intelectual, tornava-se rude, bronco mesmo; de religiosidade profunda, entretanto, quando o interesse económico entrava em jogo, não hesitava em expulsar aos chefes da religião; de direito, politicamente, vassallos de sua magestade o rei de Portugal ou de Espanha, todavia, não titubeava em por em dúvida a autoridade dos mesmos.

A chama da liberdade era da sua própria essência.

2) DEMOGRÁFICAS.

a) *Despovoamento indígena.*

O único recurso económico do paulista, na época considerada, era representado pelo aborígene; daí a razão porque os paulistas, afim de obterem algum poder aquisitivo, atiraram-se à faina da caça ao índio para depois entregá-los aos poderosos aristocratas do nordeste. Constituiu a fase épica do bandeirismo de prea. Mas teve por resultado o despovoamento indígena da região.

Este despovoamento não é apenas resultante dos índios subtraídos à sua coletividade, mas, também pelo fato de que ao se verem caçados procuravam escapar ao rãio de ação do bandeirante recuando cada vez mais e, desta forma, internando-se progressivamente pelo interior do continente; deixavam, por conseguinte, atraz de si, uma região vazia, despovoada.

b) *Povoamento europeu.*

Por outro lado, porem, realizava-se fenômeno inverso. A' medida que o terreno ia ficando abandonado pelos naturais, os bandeirantes fundavam localidades, povoações, que se transformavam em vilas por vezes, e que serviam de balisas, bases para futuras operações. Surgindo, pois, logarejos, povoações e vilas, dessiminava-se um povoamento de origem européia. Muitas cidades atuais, do interior do Brasil, nasceram desta forma, fundadas pelos bandeirantes.

c) *Contribuição à demografia nordestina.*

Não desejamos, exaltar esta consequência, mas apenas assinalá-la uma vez que, quer nos parecer, é ela indireta da pobreza, causa planaltina. Mas é inegavel que a pobreza atirou o bandeirante à única fonte de renda possível; esta era o comércio do gentio. Ora, se o paulista comerciava um produto humano este devia ir para algum lugar; este lugar era o nordeste açucareiro e é-nos licito inferirmos daí que a importação de índios, por parte do nordeste, foi contribuir para um aumento de sua demografia. Verdade seja dita o aumento de população por esse modo não deve ter sido de capital importância, porem de qualquer forma, sempre cooperou para um certo aumento da população.

d) *Não atração do elemento negro.*

Já vimos que o bandeirante não necessitava guarnecer-se ricamente em mão de obra para seus misteres. Ele mesmo, ajudado pela própria família, cuidava da agricultura ou da criação. Se participava de alguma bandeira, o restante da família incumbia-se de realização desses afazeres. Entretanto, a mão de obra aborígine não era absolutamente dispensável. Tanto na agricultura, criação e outros misteres, índios libertos que permaneciam agregados — gente forra, como se os chamavam — eram utilizados. Empregava-se-os também na caça ao próprio índio; quer dizer, faziam parte de bandeiras. Para isto utilizava-se, o paulista, de um estratagemas: caçavam-se índios de outras tribus. Portanto, como vimos, o paulista quando necessitava de mão de obra empregava a que era fornecida pela região; não necessitou, pois, da mão de obra africana, absolutamente não.

Todavia, encontrámos alguns escravos africanos, mas, em quantidade tão ínfima que não desmente nossa afirmação. Aliás, uma escravidão africana no Planalto durante o século XVII seria um anacronismo porque um afro representava quase uma fortuna. Valia, normalmente, muito mais que um sítio comum com benfeitorias, inclusive plantações e criação. E o paulista não possuía poder aquisitivo...

3) GEOGRÁFICAS

a) *Devasamento da terra e conhecimento da mesma.*

Parece-nos terem sido consequências geográficas principais o devassamento da terra e seu reconhecimento. Os bandeirantes, em suas penetrações pelo interior do Planalto e outras regiões, pesquisaram e tornaram conhecido o terreno. Conheceu montanhas e viu planícies; transpôs pequenos e grande rios. Muitos acidentes geográficos tornaram-se balizas, pontos de referência, para suas posteriores incursões. Tornou-se, pois, familiarizado com a natureza local.

4) ECONÓMICAS

a) *Bandeirismo de prea.*

Entre as principais consequências advindas da pobreza do Planalto consideramos as de caráter econômico e político.

Dentré as principais consequências econômicas tem lugar proeminente e justo o bandeirismo de apresamento ao índio que, por sua vez, torna-se causa para gerar uma série de sub-consequências.

O paulista, como tivemos ocasião de ver, não possuía recursos econômicos que lhe permitisse auferir lucros do exterior. O nordeste, porém, com sua agricultura canavieira e indústria açucareira progredia rapidamente ao mesmo tempo que exigia sempre maior número de mão de obra. Pos bem, o paulista, como se costuma dizer, "agarrou a oportuni-

dade pela cáuda" tratando de fornecer a mão de obra exigida pelo nordeste. E isso foi um ato mui razoavel porque, do contrário, estaria em risco sua própria existência. Talvez aqui esteja uma interessante aplicação do brocardo: "para se atingir um fim, todos os meios são licitos". Desta forma, conseguiu o paulista uma fonte de renda da qual se utilizava para a compra de objetos indispensáveis, porem, impossiveis de serem confeccionados no Planalto.

b) *Autarquia — pequena propriedade — policultura.*

O paulista, como sabemos, não teve o regime da grande propriedade, porem, subordinou-se ao da pequena propriedade. Cremos que tal fato reside em uma causa primordial, a falta de um produto de consumo ou curso forçado na época e produzivel apenas no Planalto, e, numa secundária, porem, mais importante a qualquer outra que se siga, a falta de meios de transporte eficientes e aptos a vencerem o paredão da Serra do Mar. (Daí resultar ser o índio a mercadoria negociavel a calhar, pois, a falta de transporte era suprida pela sua própria locomoção). Postos os dois problemas em evidência compreenderam logo, os bandeirantes, da inutilidade da grande propriedade. Até pelo contrário; sob um regime de pequena propriedade a população tornava-se mais concentrada, mais avizinhada, resultando disso, maior facilidade de defesa em eventual caso de perigo ou maior facilidade de comunicações no caso de uma noticia qualquer. Porem, mesmo no caso da pequena propriedade é possível a produção quase que exclusiva de um produto; entretanto, esta situação implica em um ciclo produção — transporte-consumo perfeitamente normalizados, cousa que absolutamente inexistia para o Planalto.

Destas considerações concluímos que a pequena propriedade e, sendo impossível a monocultura, a policultura adviriam como consequência. A policultura torna-se evidente pelo simples exame de alguns inventários desde que assinalem propriedades rurais, especialmente. Numa mesma propriedade encontramos o cultivo de algodão, milho, mandioca, cana de açúcar, vinha, "árvores de espinho" (laranjeiras, limoeiros, etc.), além de outras mais. Está este fato a atestar nossa afirmação. Não há dúvida, a policultura resultou da pobreza franciscana do paulista daquela época. Se ele pouco podia comprar, quase tudo devia produzir. E produziu. Quer isso dizer: viveu um regime autárquico.

c) *Não atração de capitais metropolitanos.*

Uma consequência inevitavel da situação económica do Planalto foi a de não atrair capitais metropolitanos quer do próprio Portugal, quer da Espanha. Inferimos rapidamente esta consequência pelo fato de ser facil imaginarmos da impossibilidade do emprego de capitais onde escapam todas as probabilidades de uma recompensa segura, ainda que remota. A região planaltina apresentava-se desta forma; nada tinha, nada produzia de interessante, não havia possibilidades de exploração comercial. A indústria atrai a indústria; o capital atrai o capital; esta si-

tuação exteriorizava-se lá no Nordeste. Porisso para lá drenavam-se os capitais reinos e, por justa razão, o Planalto não os atraía.

d) *Descoberta do ouro nas Gerais e suas repercussões.*

Somos de opinião que o ciclo da caça ao índio foi originar dois outros ciclos económicos: um, o do pastoreio e, o outro, o da mineração, em que o ouro ocupa a primazia e, por isto, comumente denominado ciclo do ouro.

A única fonte de renda paulistana residia no comércio de aborígenes e pelo fato de ser uma só fonte de renda havia a necessidade do paulista encontrar outras. Mesmo porque, o período de mais intenso bandeirismo de prea teve lugar no segundo quartel do século XVII, porem, como estava em função da lavoura nordestina e a partir da metade desse mesmo século o ciclo económico do açúcar começava a decair, em face da concorrência movida pelas Antilhas, o paulista viu-se ameaçado por um colapso económico desde que o Nordeste já não reclamava a mão de obra planaltina. Urgia, pois, a obtenção de novos meios de vida. Por isto vamos ver, aos paulistas, em sua faina laboriosa expandirem-se por todos os quadrantes brasileiros realizando a criação e o pastoreio ou, ainda, procurando e minerando ouro. O paulista ao minerar ouro encontrou para si um novo meio de subsistência; este resultado, porem, foi de menor valia se compararmos com as consequências que se seguiram atinando, não apenas o espaço onde era encontrado, mas horizontes muito mais amplos, mundiais mesmo. Motivou grandes movimentos migratórios; provocou a perda da personalidade do Planalto; favoreceu movimentos nativistas; determinou o estabelecimento do padrão ouro comercial; reconstruiu Lisboa; comprou títulos enriquecendo o Vaticano; financiou mais uma cruzada contra os turcos; deu vida à endemia portuguesa. Por outro lado, criou meios à expansão colonial e comercial britânicas; precipitou a Revolução Industrial mecanizando a indústria inglesa e, a seguir, a própria Revolução Francesa. Vemos, deste modo, o simples, fato do bandeirante pobre tornar-se o causador de formidáveis consequências quando procura apenas um novo meio de continuar, viver!

e) *Pastoreio.*

A partir de 1650, quando o bandeirismo de prea entrou em declínio, os paulistas encontraram outro meio de subsistência no pastoreio. Constituiu o ciclo económico do pastoreio. Estava este de acordo com as possibilidades do paulista da época porque não exigia sinão um capital mínimo e pequeno número de mão de obra alem de dispensar meios de transporte. Exigia, porem, mercados de consumo e como estes não se localizavam próximos ao Planalto, o paulista teve de emigrar. Dois foram os principais centros de consumo: um, o nordeste açucareiro e daí o pastoreio realizar-se na zona periférica ao da agricultura canavieira e no vale do rio São Francisco; o outro, formado logo após, as Gerais com seus centros mineradores. Também para o sul desenvolveu-se o pastoreio. Este

ciclo económico teve uma importância remarcável por ter estabelecido os liames da unidade nacional.

5) POLÍTICAS.

a) *Abandono do Planalto por parte da Metrópole.*

O Planalto nunca compensou a Portugal; sem produção alguma só lhe dava prejuizos tanto mais que exigia o patrulhamento das costas afim de deter o domínio político. A renúncia da Metrópole sobre o Planalto foi, como vimos, uma causa de sua pobreza; só o Nordeste mereceu as atenções tanto de Portugal como da Espanha. A seguir, porém, a pobreza planaltina passou a atuar como resultado desse abandono, isto é, estabeleceu-se um circulo vicioso de tal forma que a região não poderia melhorar economicamente. Sob outro ponto de vista, foi graças a essa desconsideração por parte da Metrópole que o paulista conseguiu personificar-se.

b) *Municipalismo.*

O estabelecimento do municipalismo no Brasil é uma herança portuguesa. Em Portugal, de valado em valado, formavam-se núcleos que se organisavam em municípios. Daí a implantação do mesmo sistema para o Brasil. Situações diversas, porém, repercutem de modo variado sobre o municipalismo no Brasil. No Nordeste não medrou bem porque lá foi necessária a interferência direta do governo português para que fosse regido. Já no Planalto, o municipalismo atingiu sua concepção máxima pelo fato de estar abandonado a si próprio e disto derivar a necessidade de uma governança peculiar.

c) *Independência "de fato" do Planalto.*

O Planalto, com seu modo de vida especial, com uma psicologia própria, socialmente democratizado e vivendo quase autarquicamente, conseguiu personificar-se. Ainda, geograficamente isolado, socialmente insulado, governando-se por si próprio, individualisou-se. O povo paulista com capacidade suficiente para reger seus destinos teve sua independência "de fato" não respeitando leis ou ordens de quem quer que fosse inclusivê de suas magestades os reis de Portugal ou Espanha. Ademais esta situação é bastante lógica. Pois Portugal e Espanha não o abandonava a si próprio? Como exigir sua obediência passiva? Dessa maneira retrucavam os paulistas ao tratamento que lhes era dispensado. E com razão; nós fariamos o mesmo, talvez pior.

Para comprovar a altivez e arrogância do paulista da época vamos transcrever um trecho da carta datada de 7 de janeiro de 1700 de D. João de Alencastro, governador geral do Brasil, e enviada a D. Pedro II, rei de Portugal. — *"Tambem me parece é muito convincente que se levante outro terço de infantaria e um esquadrão de dragões para se meter*

na vila de São Paulo com o pretexto de que é para segurar à mesma vila e dela se poder socorrer facilmente a Santos; sendo fim particular deste negócio segurá-la de seus mesmos moradores pois estes *TEM DEIXADO EM VÁRIAS OCASIÕES SUSPEITOSA A SUA FIDELIDADE NA POUCA OBEDIÊNCIA com que observam as leis de Vossa Magestade e ser gente por sua natureza absoluta e vária e a maior parte dela criminosa; e sobretudo amantíssima da liberdade em que se conservam há tantos anos quantos tem de criação e mesma vila*... .

Cremos não haver necessidade de maiores comentários.

d) *Destruição do imperialismo teocrático-jesuítico.*

A principal resistência encontrada pelo paulista na caça ao índio foi representada pelos jesuítas. E' que o bandeirante preferia apresar os índios das reduções e contra isto opunham-se os jesuítas armando tenaz resistência. E' possível pensar-se, os jesuítas 'desejavam construir um império teocrático tendo por séde o Paraguai; pelo menos a instituição de várias províncias existiu, sendo cada uma delas divididas em reduções. O sul do Brasil atual estava todo ele dividido em províncias jesuíticas; entretanto, golpe após golpe, os bandeirantes destruíram-nas. Do contrário, hoje, talvez, o sul do Brasil pertencesse a um Grande Paraguai. A destruição desse império motivado pelo bandeirismo de prea foi, como vemos, consequência do estado económico do Planalto, na época.

e) *Conquista e alargamento do território brasileiro. (Posterior interesse de Portugal na fórmula "uti-possidetis").*

O bandeirismo de prea teve por resultado desbravar grande parte do território sul-americano. Por onde passava sua marca; totou, assinou e tomou posse do terreno paulatinamente. Efetuando largas penetrações realizou a conquista de amplos horizontes geográficos; daí a formação do imenso território brasileiro. Desta forma, tendo o conhecimento da terra, era evidente que Portugal reclamaria para si o domínio do terreno; por isto explica-se o posterior interesse de Portugal na fórmula "uti-possidetis".

f) *Não atração da cobiça estrangeira.*

O Planalto era pobre; não atraia sobre si nem o interesse da Metrópole. Em contraste o Nordeste era rico e sobre si atraia todos os desvelos da Metrópole. Rico, apulento mesmo, entretanto, atraiu as iras das potências inimigas de Portugal e Espanha. Resultou disso o domínio holandês. Por outro lado, o Planalto, sem oferecer possibilidades económicas, levou a vantagem de não ver inimigos externos ocupando seu território.

g) *Conquista do Nordeste pelos holandeses.*

Indiretamente os bandeirantes contribuíram para a conquista do Nordeste por parte da Holanda; é que os índios apresados eram levados

para lá. Destinados a trabalharem nas plantações de cana ou nos engenhos de açúcar, contribuíram, ainda que pequenamente, na prosperidade da região. Ora, como vimos, foi a prosperidade econômica do Nordeste que atraiu aos holandeses; portanto, chegamos à conclusão de que os paulistas, indiretamente, cooperaram para essa consequência política.

h) Interesse na hegemonia marítima holandesa.

Sabemos que a agricultura canavieira e a indústria açucareira exigia grande mão de obra. Ora, no segundo quartel do século XVII a Holanda adquiriu a hegemonia dos mares resultando disto a paralização do tráfico negro entre o Nordeste e a África. Vimos linhas atrás que esse mesmo segundo quartel do século XVII representou o período de máximo apresamento. Coincidência fortuita? Absolutamente, não. Dada a falta de mão de obra africana o nordestino apelou para a mão de obra índia. Explica-se, portanto, a intensificação do apresamento nessa época e, por outro lado, o interesse de que a Holanda mantivesse o domínio marítimo, pois, decorria disso maior comércio de indígenas.

i) Interesse na manutenção do domínio espanhol.

Uniram-se as duas coroas ibéricas numa só, em 1580. Seguiu-se a isto o desaparecimento da fronteira entre os domínios espanhol e português estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. O território americano ficou todo ele sob uma mesma égide; daí a facilidade do bandeirante circular livremente sem encontrar os núcleos espanhóis prontos a oferecerem resistência. Posto isto em evidência vemos com clareza a conveniência de que o domínio espanhol continuasse.

j) Aclamação de Amador Bueno.

O Planalto estava isolado e, sendo assim, quase não recebeu influências da Metrópole. Disso resultou que os planaltinos, aqui nascidos, — crioulos —, já não se embalavam pelas velhas tradições portuguesas; desconheciam a mãe-pátria; Camões nunca existira para eles; não viram o Tejo, nem tampouco, Lisboa, Coimbra ou o Porto; enfim, nada conheciam de Portugal. O sentimentalismo girava em torno do que havia no Planalto: suas vilas, suas igrejas, suas montanhas e serras, suas matas e rios. Amaram a este ambiente. Criaram sua psicologia própria e, desacostumados a receberem ordens, cultivaram a liberdade e passaram a governar-se por si, sem interferência de quem quer que fosse. O nativismo, pois, era um fato. A consequência desta situação não poderia deixar de ser outra: pretenderam a liberdade de direito, se bem que, a “de fato” já a possuíam.

Culmina os sentimentos nativistas a aclamação de Amador Bueno. (1641).

Foi a primeira centelha da liberdade americana!

5.^a P A R T E

CONCLUSÃO.

Vamos tratar nesta parte do trabalho dos contrastes e possíveis semelhanças entre o Nordeste e o Planalto. Não significa que vamos expor conclusões porque as verdadeiras conclusões são as próprias consequências. Apenas desejamos colocar em evidência os resultados de duas situações econômicas: a do Nordeste e do Planalto, ambos no século XVII. Por isto, será simplesmente esquemático. Após esta comparação desejamos ainda apresentar um quadro cronológico em que aparecem os inventariados sobre os quais efetuamos nossas pesquisas.



P L A N A L T O

- 1) Mestiçagem euro-americana.
- 2) Inexistência de luxo.
- 3) Gênero de vida: caça ao índio.
- 4) Agricultura: policultura.
- 5) Religiosidade.
- 6) Exportação de mão de obra.
- 7) Democracia.
- 8) Patriarcalismo pouco intenso.
- 9) Formação de uma psicologia especial.
- 10) Exportação do elemento aborígine.
- 11) Povoamento europeu.
- 12) Não atração do elemento africano.
- 13) Grande conhecimento da terra.
- 14) Auto-suficiência.
- 15) Pequena propriedade.
- 16) Pobreza.
- 17) Não atração de capitais reinóis.
- 18) Criação para consumo doméstico.
- 19) Isolado da Metrópole.
- 20) Acentuado municipalismo.
- 21) Independência "de fato".
- 22) Nivel cultural ínfimo.
- 23) Ausência de conforto.
- 24) Não atração da cobiça estrangeira.
- 25) Primeiro movimento nativista.

N O R D E S T E

- 1) Mestiçagem euro-americano-africano intensa.
- 2) Luxo.
- 3) Gênero de vida: agricultura.
- 4) Agricultura: monocultura.
- 5) Religiosidade.
- 6) Importação de mão de obra.
- 7) Aristocracia.
- 8) Patriarcalismo acentuado.
- 9) Psicologia muito aproximada à do português.
- 10) Importação de elementos alienígenas.
- 11) Povoamento euro-americano-africano
- 12) Atração do elemento africano.
- 13) Conhecimento da terra.
- 14) Comércio (Exportação e Importação).
- 15) De média para a grande propriedade.
- 16) Riqueza.
- 17) Atração de capitais reinóis.
- 18) Pastoreio.
- 19) Ligado à Metrópole.
- 20) Municipalismo.
- 21) Dependência.
- 22) Nivel cultural apreciável.
- 23) Conforto excessivo para a época e local (Colônia).
- 24) Atração da cobiça estrangeira.
- 25) Posteriores movimentos nativistas.



QUADRO CRONOLÓGICO DOS
INVENTARIADOS.

SÉCULO XVII

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
1	Braz Gonçalves (o moço)	1603	70\$560	há	?
2	Braz Gonçalves (o moço)	1604	32\$360	\$630	31\$730
3	Francisco Teixeira	1605	—	—	—
4	Isabel Fernandes	1607	504\$060	40\$000	464\$060
5	Maria Pedroso	1613	172\$380	\$860	171\$520
6	Manuel Siqueira	1614	—	—	—
7	Francisco Saraspes	1614	40\$400	1\$100	39\$300
8	Francisco Ribeiro	1615	516\$480	47\$860	468\$620
9	Jorge de Barros	1615	—	—	—
10	Pedro Rodrigues Osório	1615	21\$400	6\$520	14\$880
11	Domingos Gonçalves	1615	23\$440	9\$800	13\$640
12	João do Prado	1615	82\$030	32\$760	49\$270
13	Henrique da Costa	1616	35\$900	14\$160	21\$840
14	Cristovão de Aguir Girão	1616	114\$230	129\$530	15\$300
15	Francisco de Brito e Izabel Correa (casal)	1616	—	—	—
16	Izabel da Cunha	1616	186\$130	47\$520	138\$610
17	Maria Diniz	1616	94\$000	20\$000	74\$000
18	Francisco Gomes Botelho	1616	67\$730	2\$140	65\$540
19	Martim do Prado e Antónia Soveral (casal)	1616	104\$250	1\$980	102\$270
20	Maria Paes	1616	72\$620	36\$180	36\$440
21	João Leite	1616	73\$600	26\$000	47\$600
22	Maria da Silva	1616	409\$440	193\$430	216\$210
23	Ana de Moraes	1616	154\$290	31\$290	123\$000
24	Izabel Antunes	1617	72\$180	13\$840	58\$340
25	Francisco de Almeida	1617	90\$780	13\$240	77\$580
26	Pedro de Araujo	1617	92\$390	58\$090	34\$300
27	José de Paris	1617	8\$860	1\$812	7\$048
28	Marina Chaves	1617	339\$500	42\$000	297\$500
29	Francisco Ramalho	1618	28\$ 160	4\$000	24\$160
30	Francisco Velho	1619	224\$370	114\$470	108\$900
31	Isabel Sobrinha	1619	337\$940	77\$460	300\$480
32	João Gomes	1620	270\$270	90\$390	180\$000
33	Catarina de Pontes	1621	359\$540	97\$006	262\$534
34	Antonio Cubas de Macedo	1622	17\$220	9\$700	7\$520
35	Cristovão Pereira	1622	24\$860	11\$620	13\$240

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
36	Antonia Dias	1622	42\$160	11\$333	22\$036
37	Izabel Beldiaga	1623	3\$180	—	—
38	Baltazar Nunes	1623	76\$470	14\$354	62\$116
39	Pedro Nunes	1623	457\$225	238\$459	218\$766
40	Inez Camacho	1623	54\$940	46\$206	8\$734
41	Francisco Rodrigues Barbeiro	1624	81\$540	27\$240	54\$300
42	Maria da Gama	1624	128\$800	13\$700	99\$100
43	António Castanho	1624	20\$180	1\$130	19\$050
44	Domingas Antunes	1624	47\$890	18\$964	28\$926
44	Francisco Lourenço	1624	9\$360	5\$994	3\$366
46	Domingos de Abreu	1625	469\$036	277\$438	191\$598
47	Rafael Dias	1625	49\$660	22\$718	26\$942
48	Beatriz Rodrigues de Moraes	1625	—	—	—
49	Pascoal Monteiro	1626	—	—	—
50	Bartolomeu Gonçalves	1626	588\$200	448\$950	139\$250
51	Pascoal Monteiro	1626	51\$720	38\$632	13\$088
52	Manoel Pinto Suniga	1627	46\$820	—	—
53	Diogo Dias de Moura	1627	496\$520	84\$000	412\$520
54	António Ferreira	1627	56\$440	5\$440	51\$000
55	Manoel Vandala	1627	526\$880	26\$640	502\$240
56	Pedro Gonçalves	1628	—	—	—
57	António Gonçalves	1628	86\$360	14\$946	72\$414
58	Luiz Fernandes Folgado	1628	165\$040	95\$710	69\$330
59	António do Canto de Mesquita	1628	—	—	—
60	Mattias de Oliveira	1628	121\$740	30\$030	91\$710
61	Maria de Oliveira	1628	123\$130	—	—
62	António Furtado de Vasconcelos	1628	191\$310	138\$160	53\$150
63	Felipa Gaça	1628	36\$600	11\$020	25\$580
64	Diogo de Souza	1628	6\$880	19\$220	12\$340
65	Lourenço Fernandes Sanches	1629	118\$100	16\$820	101\$280
66	Francisco Lopes Pinto	1629	27\$500	1\$060	26\$440
67	Luiz Ianes	1629	42\$980	10\$963	32\$017
68	André de Burgos	1629	—	—	—
69	Gaspar Barreto	1629	1:224\$125	16\$435	1:207\$690
70	Catarina de Medeiros	1629	156\$520	21\$490	135\$030
71	Antonia de Paiva	1629	281\$660	23\$475	258\$185
72	Domingos Cordeiro	1629	400\$140	146\$911	253\$229
73	Jeronima Fernandes	1630	—	—	—
74	Braz de Pinha	1630	21\$640	6\$900	14\$740
75	Maria Mendonça Bicudo	1630	70\$720	49\$953	20\$767
76	Domingas Rodrigues	1630	78\$020	15\$341	62\$679
77	Izabel Soares	1630	301\$160	10\$485	290\$775
78	Domingas Antunes	1630	30\$720	5\$241	25\$479
79	Izabel de Moraes	1630	14\$400	8\$120	6\$280
80	Suzana de Góes	1630	310\$620	73\$520	237\$100
81	Melchior Martins de Melo	1631	65\$480	12\$000	53\$480
82	André Peres	1631	80\$450	13\$409	67\$401
83	Pedro Alvares	1631	8\$240	\$480	7\$760
84	Tomazia de Alvarenga	1631	114\$600	51\$934	62\$664
85	Sebastião Rodrigues	1631	1\$320	—	—
86	Baltazar Soares	1632	—	—	—
87	Messia Bicudo	1632	286\$480	45\$080	241\$400
88	Antonia de Oliveira	1632	26 5\$220	213\$240	40\$980

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
89	Damião Simões	1632	25\$960	—	—
90	Garcia Rodrigues	1632	—	—	—
91	João de Sousa	1632	55\$960	9\$348	46\$632
92	Maria Luiz	1632	53\$780	24\$354	29\$426
93	Beatriz Bicudo	1632	170\$547	107\$600	62\$947
94	Francisco Leão	1632	18\$560	9\$000	9\$560
95	Leonor Leme	1633	115\$580	6\$240	109\$340
96	Izabel Mendes	1633	50\$000	1\$800	48\$200
97	Simão Borges Cerqueira	1633	62\$920	10\$486	52\$434
98	Pedro Dias	1633	158\$720	125\$190	33\$530
99	Gaspar Fernandes	1633	35\$670	7\$865	27\$805
100	Agostinha Rodrigues	1633	160\$420	60\$360	100\$060
101	Mateus Leme	1633	339\$800	163\$388	176\$412
102	Gabriel Rodrigues	1633	11\$260	7\$544	4\$716
103	Pdro Domingues	1633	96\$620	30\$129	56\$491
104	Ana Marques	1633	24\$960	9\$334	15\$626
105	Lourenço de Siqueira	1633	198\$118	24\$300	173\$818
106	Joana de Castilho	1633	42\$905	15\$369	27\$536
107	Manuel Fernandes Sardinha	1633	285\$360	240\$650	44\$710
108	Inez Pedroso	1634	191\$320	171\$290	20\$030
109	Francisco Rodrigues de Beja	1634	30\$080	31\$280	1\$200
110	Catarina de Burgos	1634	26\$580	6\$420	20\$160
111	João Tenorio	1634	166\$600	123\$200	43\$400
112	Margarida Rodrigues	1635	138\$788	25\$632	113\$156
113	Méssia da Pena	1635	166\$880	8\$560	158\$320
114	Juzarte Lopes	1635	111\$840	64\$740	47\$100
115	Baltazar Lopes Fragoso	1636	93\$960	78\$926	15\$034
116	Braz Gonçalves (o velho)				
	(no Sertão.....	1636			
	(em S. Paulo.....	1637			
117	Francisco Burro	1638	32\$810	—	Déficit
118	Gregório Ferreira	1638	874\$600	19\$032	855\$548
119	Cristovão Mendes	1638	7\$400	19\$360	11\$960
120	Cornélio de Arzão	1638	63\$600	10\$605	53\$025
121	Pedro Martins - o velho	1638	562\$740	41\$600	521\$140
122	Izabel Dias	1638	1\$440	—	—
123	Catarina Nogueira	1638	—	—	—
124	Manuel de Alvarenga	1639	10\$920	33\$240	22\$320
125	Manuel de Alvarenga	1639	12\$640	—	—
126	Manuel de Alvarenga	1639	272\$860	63\$420	209\$440
127	Antonio Dias Nogueira	1639	16\$600	—	—
128	Custódio Gomes	1639	—	—	—
129	Francisco da Cunha Gago	1639	94\$400	28\$225	66\$175
130	Álvaro Rabello	1639	94\$260	56\$012	38\$248
131	João da Costa	1639	61\$040	8\$100	52\$940
132	Maria Batista	1639	6\$500	—	—
133	Antónia de Chaves	1640	70\$620	—	—
134	Simão Borges Cerqueira	1640	129\$000	13\$020	115\$980
135	Clemente Alvares	1641	259\$265	76\$421	172\$844
136	Angela de Campos e Medina	1641	71\$000	2\$130	68\$870
137	Miguel Garcia Carrasco	1641	28\$700	8\$160	20\$540
138	João de Brito Cassão	1641	87\$800	69\$434	18\$366
139	Izabel da Cunha Lobo	1641	404\$150	473\$000	68\$850

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
139	Francisco de Mirando Tavares ..	1642	68\$540	10\$240	58\$300
140	Luiz Dias	1642	37\$300	28\$960	8\$340
141	Ambrósio Mendes	1642	221\$150	88\$980	133\$770
142	Matias de Oliveira	1643	—	—	—
143	Pedro de Oliveira	1643	143\$163	118\$770	24\$403
145	Fernão Dias Borges e Izabel de Almeida	1643	6\$880	20\$160	13\$280
146	Manuel João Branco	1643	137\$720	34\$280	108\$440
147	Ana de Proença	1643	1:190\$568	487\$296	703\$272
148	Lucrécia Leme	1644	264\$420	54\$032	210\$388
149	António Gomes Borba	1645	164\$340	25\$240	139\$100
150	Francisco Dias	1645	20\$860	1\$280	19\$580
151	Garcia Rodrigues	1645	57\$260	3\$992	53\$268
152	Manuel de Chaves	1646	13\$820	2\$303	11\$517
153	Maria Bueno	1646	156\$080	36\$740	119\$340
154	Maria Pompeu	1646	212\$460	273\$000	60\$540
155	Lucrécia Pedroso de Baros	1647	265\$580	149\$191	116\$389
156	Afonso Dias	1648	605\$880	10\$980	594\$900
157	Catarina do Prado	1649	129\$220	10\$412	118\$818
158	Antonio Bicudo	1649	290\$400	79\$960	210\$440
159	Bernardo Bicudo	1650	68\$760	22\$020	46\$740
160	Simão Sutil de Oliveira	1650	29\$050	26\$240	3\$810
161	Anastácio da Costa	1650	294\$260	18\$950	275\$310
162	Valentim de Barros	1650	23\$500	4\$110	19\$390
163	Antonio Pedroso de Barros	1651	818\$560	162\$420	656\$130
164	Matias Lopes	1651	—	—	—
165	Antonio Pedroso de Barros	1651	245\$220	30\$542	214\$678
166	Pedro Fernandes	1652	1:275\$151	285\$680	989\$471
167	Pedro Madeira	1653	614\$320	56\$197	558\$123
168	Antonio de Almeida Pimentel	1653	61\$920	79\$920	7\$300
169	Miguel Garcia Velho	1653	67\$800	396\$570	328\$770
169	Miguel Garcia Velho	1654	608\$740	101\$458	507\$282
170	Diogo Coutinho de Melo	1654	1:260\$200	525\$560	734\$640
171	Luzia Leme	1654	1:576\$860	496\$210	1:080\$650
172	Maria de Moraes	1655	105\$381	208\$220	102\$839
173	Pedro Dias Leite	1658	576\$158	255\$843	320\$315
174	Ana Tenoria	1659	120\$000	20\$640	99\$360
175	Fernando Raposo Tavares	1659	2:534\$900	255\$843	2:279\$797
176	Maria Bicudo	1660	700\$880	10\$000	690\$880
177	Tomé Rodrigues Velho	1660	13\$000	7\$373	5\$627
178	Estevão Furquim	1660	376\$210	75\$359	300\$861
179	Fernando Raposo Tavares	1661	—	99\$500	Déficit
180	Isabel Ribeiro	1661	549\$560	133\$751	415\$809
181	Suzana Rodrigues	1661	—	—	—
182	Manuel Peres Calhamares	1663	482\$020	90\$354	391\$666
183	Antonio Raposa da Silveira	1663	—	—	—
184	Maria Leme	1663	—	—	—
185	Nicolau Barreto	1664	—	—	—
186	Paulo Bueno	1665	7\$160	13\$120	5\$960
187	Cristovão da Cunha	1665	31\$760	17\$760	14\$000
188	Francisco Ribeiro de Moraes	1665	—	—	53\$400
189	Maria da Cunha	1667	49\$140	17\$380	31\$760
190	Maria de Oliveira	1665	168\$180	137\$350	30\$830
191	Lourenço de Siqueira	1667	148\$120	87\$404	60\$716

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
192	Henrique da Cunha Lobo.....	1667	81\$590	33\$833	47\$757
193	Inez da Costa.....	1667	131\$900	21\$967	109\$933
194	Páscoa Leite.....	1667	134\$100	33\$425	90\$675
195	Méssia Rodrigues.....	1668	119\$280	70\$680	48\$600
196	Dom Diogo do Rego.....	1668	—	125\$960	77\$880
197	Catarina de Barros.....	1668	58\$920	86\$160	28\$246
198	Izabel do Prado.....	1668	131\$940	52\$820	79\$120
199	Manuel Garcia Golera.....	1669	22\$920	19\$040	3\$880
200	Bento Pires Ribeiro.....	1669	536\$620	53\$540	483\$080
201	Francisca da Costa Albernás....	1670	394\$820	73\$420	32\$400
202	Maria de Sora.....	1670	2:623\$220	1:537\$510	1:085\$710
203	Sebastiana Leite da Silva.....	1670	1:058\$210	12\$000	1:046\$210
204	Maria da Cunha.....	1670	277\$800	139\$693	138\$107
205	Maria Leite da Silva.....	1670	305\$780	256\$624	49\$056
206	Domingos Jorge Velho.....	1671	1:451\$320	247\$520	1:203\$800
207	Lourenço Castanho Taques - o velho	1671	2:056\$030	885\$920	1:170\$110
208	Manuel de Góes Raposo.....	1671	156\$050	39\$270	116\$780
209	Aleixo Leme dos Reis.....	1671	264\$660	22\$670	241\$990
210	Ana Saraiva.....	1672	18\$880	4\$010	14\$870
211	Maria Soares.....	1672	—	—	—
212	Henrique da Cunha Lobo.....	1672	—	—	—
213	Alonso Peres.....	1673	—	18\$000	—
214	Francisco Cubas Preto.....	1673	392\$190	102\$000	289\$190
215	Domingos Leme.....	1673	223\$014	54\$869	168\$145
216	Maria Bueno.....	1674	102\$560	—	—
217	Catarinado Prado.....	1674	29\$440	140\$200	110\$760
218	S-bastião Paes de Barros.....	1674	455\$920	67\$700	388\$220
219	Aleixo Leme de Alvarenga.....	1675	212\$600	420\$862	192\$262
220	Margarida de Brito.....	1675	179\$440	18\$040	161\$400
221	Estácio da Veiga.....	1675	88\$320	43\$200	45\$120
222	Catarina de Siqueira.....	1675	109\$520	—	—
223	Antonio Paes e Ana da Cunha....	1675	41\$440	384\$440	343\$000
224	Francisco Ribeiro de Moraes.....	1676	635\$540	335\$720	299\$820
225	Pedro Martins.....	1677	5\$900	—	—
226	Manuel Pires de Brito.....	1677	32\$780	—	—
227	Domingos de Góes Pereira.....	1677	95\$460	57\$630	37\$730
228	Pascoal Afonso.....	1678	—	—	—
229	Eufemia da Costa.....	1678	41\$320	622\$080	580\$760
230	Diogo Correia de Araujo.....	1678	92\$320	6\$500	85\$820
231	Dominicos Luiz Grou.....	1678	84\$600	71\$000	13\$600
232	Manuel da Cunha Gago.....	1678	—	—	—
233	Ascenso Gonçalves e Catarina Ri- beiro.....	1678	30\$980	28\$440	2\$540
234	Gaspar Sardinha.....	1679	58\$840	238\$753	179\$413
235	Francisco Velho de Moraes.....	1679	238\$660	53\$779	184\$881
236	Antonio de Almeida Lara.....	1680	121\$830	—	—
237	Paulo Torres.....	1680	—	—	—
238	Maria Pontes d'El Rei.....	1680	9\$200	—	—
239	Belchior de Godoi.....	1680	63\$040	233\$554	170\$514
240	Mateus de Siqueira.....	1680	545\$145	219\$839	325\$306
241	Maria da Costa.....	1680	98\$534	7\$160	91\$374
242	Henrique da Cunha Machado.....	1680	664\$790	148\$400	516\$390
243	Mariana de Camargo.....	1680	117\$060	44\$640	72\$420

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
244	Ana de Proença	1680	800\$880	555\$200	245\$680
245	Francisco Pedro Xavier	1680	424\$950	119\$090	305\$860
246	Ana Vidal	1681	470\$720	82\$890	387\$830
247	Manuel da Fonseca Osório	1681	1:534\$866	855\$306	679\$560
248	Luiz Iames Gil	1681	14\$000	—	—
249	Antonio Azevedo de Sá	1681	4:131\$490	146\$890	3:984\$600
250	Domingos da Silva	1681	4:304\$429	429\$675	3:874\$754
251	Lucrecia Leme	1681	281\$540	116\$000	165\$540
252	Custódio Gonçalves	1681	158\$480	24\$600	133\$880
253	Diogo de Cubas	1681	—	—	Déficit
254	Maria de Borba	1681	54\$280	—	54\$280
255	Antônia Ribeiro	1681	62\$320	22\$000	40\$320
256	João da Cunha Lobo	1681	52\$470	98\$000	45\$530
257	Maria Tavares	1681	42\$340	20\$060	22\$240
258	Afonso Gomes	1681	27\$360	34\$600	7\$240
259	Felipe de Campos	1682	200\$560	53\$000	143\$560
260	Maria Rodrigues de Góes	1682	—	—	—
261	Maria Falcão	1683	—	—	—
262	Maria de Araujo	1683	2:324\$900	479\$352	1:845\$548
263	Alvaro Rodrigues do Prado	1683	71\$680	58\$560	13\$120
264	Antônia Leme	1684	115\$880	31\$960	83\$920
265	Pascoal Leite da Cunha	1684	42\$600	9\$880	32\$720
266	Marcelino de Camargo	1684	727\$000	663\$580	63\$420
267	Agostinha Rodrigues	1684	255\$120	371\$760	116\$640
268	Mariana Maciel	1685	38\$320	43\$140	4\$820
269	Antônio Vaz	1685	51\$821	34\$361	17\$460
270	Bartolomeu Bueno Cacunda	1685	1:068\$360	568\$360	500\$000
271	Miguel Leite de Carvalho	1687	159\$080	79\$063	80\$017
272	Antônio de Siqueira de Mendonça	1687	625\$590	218\$376	407\$116
273	Ana da Silva	1687	596\$800	252\$260	344\$540
274	Antônio Bicudo de Brito	1687	1:126\$770	—	—
275	Pascoal Delgado	1688	67\$140	637\$570	575\$430
276	Sebastião Paes de Barros	1688	53\$140	108\$720	55\$580
277	Antonio Ribeiro de Moraes e Catarina Ribeiro	1688	1:126\$040	570\$105	555\$935
278	Francisco Dias Velho	1689	728\$882	850\$735	121\$852
279	Manuel João de Oliveira	1689	—	—	Déficit
280	João Nogueira	1689	49\$380	43\$000	6\$380
281	Potência Leite	1689	—	—	—
282	Pascoal Leite de Miranda	1689	166\$480	74\$000	92\$480
283	Fernando de Camargo	1690	87\$740	50\$200	37\$540
284	Luzia Leme de Alvarenga	1690	—	—	—
285	Manuel Pacheco Gato	1692	—	—	21\$460
286	Catarina de Mendonça	1692	—	—	—
287	Lourenço da Costa e Maria Leite (casal)	1692	115\$000	4\$000	111\$000
288	Jeronimo Bueno	1693	1:847\$700	1:105\$820	731\$880
289	Fernando de Camargo e Joana Lopes (casal)	1693	776\$980	111\$640	665\$340
290	Isabel Dias e João Pedroso (casal)	1693	—	—	—
291	Manuel Correa de Lemos	1693	—	91\$200	Déficit
292	Constantino Coelho Leite	1693	—	—	—
293	Antônio Leite Falcão	1694	247\$005	217\$935	29\$070

N.º	INVENTARIADO	Ano	Avaliação	Despesas e Gastos	Saldo ou Déficit
294	Catarina da Silva	1694	6:636\$700	1:710\$960	4:925\$740
295	Gaspar de Godoi Moreira	1694	472\$852	565\$148	92\$296
296	Estevão Ribeiro Bayão	1696	246\$500	—	Déficit
297	Pedro Vaz de Barros	1697	3:319\$985	33\$000	3:286\$985
298	Cristovão da Cunha	1697	—	—	—
299	Salvador Moreira	1697	73\$960	290\$640	216\$680
300	José Peres	1698	390\$812	197\$880	192\$932
301	Lucrecia de Freitas	1698	33\$325	11\$700	21\$625
302	João do Prado da Cunha	1698	—	—	—
303	Luzia Leme	1699	—	—	—
304	Manuel Rodrigues Arzão	1699	845\$159	355\$320	489\$839
305	Izabel Velha	1699	1:365\$710	356\$220	1:009\$490
306	Maria Cabral	1699	—	—	—
307	Gaspar Fernandes	1600	165\$665	—	—
308	Francisco da Goma	1600	56\$500	—	—
309	Antão Pires	1600	83\$580	2\$680	80\$900
310	Pero Leme	1600	39\$200	—	—
311	Manuel Chaves	1603	153\$900	—	—
312	Antonio Pereira	1604	—	—	—
313	Fernão Dias	1605	313\$780	—	—
314	Francisco Barreto	1607	272\$528	—	—
315	Belchior Carneiro	1609	227\$740	105\$820	221\$920
316	Pedro Alvares	1609	367\$570	180\$226	187\$344
317	Antónia Chaves	1610	257\$460	8\$600	248\$860
318	Custódio de Páiva	1610	75\$760	12\$620	63\$140
319	Francisco Godinho	1610	—	—	—
320	Bartolomeu Rodrigues	1610	131\$360	21\$920	110\$440
321	Lourenço Gomes Ruxaque	1611	59\$950	9\$975	49\$975
322	Martim Rodrigues	1612	180\$780	30\$130	150\$650
323	Joana Fernandes	1613	—	—	—
324	Catarina Unhate	1613	122\$900	102\$710	20\$210
325	Baltazar Alves	1613	—	—	—
326	Violante Cardoso	1620	248\$540	29\$920	218\$620
327	Maria Lucas	1632	90\$480	15\$513	74\$967
328	Ana Rodrigues	1672	—	—	—

